

Universidade Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Faculdade de História  
Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia

KAROL GILLET SOARES

AS FORMAS DE MORAR NA BELÉM DA BELLE-ÉPOQUE  
(1870-1910)

Belém  
2008

KAROL GILLET SOARES

AS FORMAS DE MORAR NA BELÉM DA BELLE-ÉPOQUE  
(1870-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Geraldo Mártires Coelho (DEHIS/UFPA).

Belém

2008

KAROL GILLET SOARES

AS FORMAS DE MORAR NA BELÉM DA BELLE-ÉPOQUE  
(1870-1910)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Geraldo Mártires Coelho (DEHIS/UFPA).

Data de aprovação:    /    / 2008

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Geraldo Mártires Coelho (DEHIS/UFPA)

---

Examinador 01

---

Examinador 02

---

(Suplente)

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Soares, Karol Gillet

As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910) / Karol Gillet Soares; orientador, Geraldo Mártires Coelho. - Belém, 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

1. Eclétismo na arquitetura - Belém (PA). 2. Renovação urbana - Belém (PA). 3. Arquitetura de habitação - Belém (PA). 4. Pará - História, 1870-1910. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

A minha mãe que sempre me incentivou,  
um porto seguro em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho é feito totalmente sozinho. Mesmo que ele seja feito por uma só pessoa, direta e indiretamente recebemos ajuda, inspiração, forças, carinho, dentre outras contribuições diárias. Por este motivo a realização desta dissertação não seria possível sem a ajuda de tantas pessoas. E por toda essa contribuição, gostaria de agradecer algumas pessoas de forma mais especial.

Ao meu orientador Geraldo Mártires Coelho, que pacientemente, ajudou a construir este estudo. Mas acima de tudo, que revelou para esta arquiteta um novo mundo cheio de *histórias* e como saber interpretá-lo. Sou grata por toda sua dedicação.

Agradeço a Professora Magda Ricci pela oportunidade de ingressar neste programa, sempre atenciosa e dedicada, e a secretária do Programa de Pós-Graduação Ana Alice pela dedicação em sempre nos atender de forma carinhosa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação que contribuíram de forma imensurável para a construção desta pesquisa, em especial aos professores Leila Mourão, Celeste Pinto e Aldrin Figueiredo pelas sugestões, idéias e materiais.

A Selma, que sempre me incentivou a estudar e nunca desistir dos meus ideais, além de me ajudar a superar todas as nossas dificuldades. Mãe, te agradeço por tudo.

Ao Gerson por sempre me incentivar, sempre perto de mim, participando dos meus anseios e angústias em todas as etapas deste trabalho, além do fundamental apoio nas visitas de todas as minhas *casinhas*. Obrigada pelo seu apoio incondicional.

A todos os meus amigos pela eterna amizade e compreensão, em especial a Aline, participando da minha vida em astral total, além de ser a maior divulgadora dos meus estudos, a Bel e a Dani por me ajudarem desde o primeiro momento a construir o projeto desta pesquisa, sem vocês eu não teria participado do processo seletivo deste mestrado.

Aos meus sempre amigos do museu Horácio, Rosy, Priscilla, Marthinha, Norberto e Lucidalva pela força, amizade e contribuições mais do que especiais. Agradeço a oportunidade de aprender com vocês e por toda a compreensão nos momentos em que não pude estar perto. Também não poderia esquecer de agradecer a Rocinha do Museu, que despertou toda a minha curiosidade e inquietude em aprender sobre *as formas de morar*.

Aos meus amigos do mestrado que acolheram tão bem, ajudando sempre que possível com sugestões e leituras. Ao Sílvio, Deocleoma, Durval e Carlos Eduardo pela amizade mais próxima, contribuindo e me ensinando o ofício de um historiador.

Aos meus amigos arquitetos que enfrentam as mesmas delícias e dificuldades desta profissão Liuly, Joyce, Anna Carolina, Jaque, Lourival Neto, Zema, Bianca e a especilíssima contribuição de André, que mesmo longe, compartilhou comigo o seu aprendizado, sendo um companheiro de pesquisa sobre o patrimônio histórico belenense.

A Ava e ao Pedro, que além da amizade, puderam viabilizar a leitura somente disponível na biblioteca de sua universidade.

A todos os moradores que me permitiram conhecer a sua residência, em especial a coordenadora e funcionários do Centro de Convivência da Terceira Idade Palácio Bolonha, e Arquiteta Simone Simões, que me permitiu conhecer o seu projeto de restauro.

Não poderia deixar de agradecer a presteza de todos aqueles que dedicam o seu trabalho em bibliotecas sempre nos atendendo da melhor forma possível no Arquivo Público, CENTUR (Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves), Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), em especial a Alzira, Goreti, Carmelinda e Bruno, e a muito mais que especial Marina que me permitiu vasculhar todo o acervo da Biblioteca de Arquitetura.

Aos professores do Curso de Arquitetura da UFPA que sempre incentivaram os seus alunos a construir um pequeno acervo, em porte, mas que guarda informações de enorme importância sobre o patrimônio histórico de Belém. A formação deste acervo, em grande parte, deve-se ao empenho das professoras Elna Trindade, Ana Léa Nassar e Roseane Norat. Mas não poderia deixar de agradecer o Professor José Júlio por sua sempre dedicada atenção com uma de suas *escudeiras* e que incentivou o meu gosto pela pesquisa.

Ao testemunho de todas as casas, sem elas este trabalho não poderia ser realizado.

Agradeço a todos!

“Sua casa se fará com você e você com sua casa”.

Adolf Loos (1870-1933), arquiteto.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>I. Formas de morar: a influência dos processos histórico-sociais na arquitetura residencial de Belém (1870-1910)</b>	
<b>1.1 - A Belém das bananeiras: uma cidade em transição para a Belém moderna (1850-60).....</b>	<b>21</b>
- A arquitetura oitocentista de Belém. ....	25
- A moradia dos viajantes: as primeiras rocinhas de Belém. ....	30
- Por uma <i>nova</i> arquitetura .....	32
<b>1.2 - A Belém da borracha: economia, sociedade e urbanização em Belém de 1870 a 1910.....</b>	<b>35</b>
- A economia da <i>Belém da borracha</i> .....	37
- A sociedade da <i>Belém da borracha</i> .....	44
<b>1.3 - A Belém moderna: a nova fisionomia urbana de Belém (1897-1910).....</b>	<b>47</b>
- O novo lema para a urbanização da capital do Pará: modernidade, progresso e civilização.....	49
-A construção da <i>Belém moderna</i> : a reforma urbanística de Lemos. ....	51
-As grandes obras de Lemos em Belém: obras públicas e serviços de infra-estrutura. ....	54
-A <i>nova</i> paisagem urbana de Belém. ....	64
<b>II. (Re)construindo as formas de morar na <i>Belém da belle-époque</i></b>	
<b>2.1 - A casa é um documento. ....</b>	<b>70</b>
<b>2.2 - O morar na Belém moderna: linguagem cultural e representação social.....</b>	<b>73</b>
- A estética urbana: algumas regras para as edificações na <i>Belém moderna</i> . ....	83
<b>2.3 - A casa belenense: da burguesa à popular. ....</b>	<b>93</b>
2.3.1 - O morador <i>faz</i> o seu estilo.....	97
- A arquitetura residencial burguesa: neoclássico x ecletismo. ....	97
- Os arquitetos e engenheiros da casa belenense. ....	105
2.3.2 - A casa popular belenense: influências e contribuições arquitetônicas do europeu, do negro e do índio..	110
<b>2.4 - A casa e as suas formas. ....</b>	<b>120</b>
2.4.1 - A construção das formas: algumas referências sobre materiais, técnicas e sistemas construtivos. ....	121
2.4.2 - Os elementos formam o conjunto: algumas referências sobre os principais elementos arquitetônicos na construção da casa moderna. ....	130
<b>III. As formas de morar na <i>Belém da belle-époque</i></b>	
<b>3.1 - As principais formas de (se) morar .....</b>	<b>137</b>
- O morador e a moradia: as necessidades básicas e as novas necessidades burguesas dentro da casa. ....	138
<b>3.2 - As formas burguesas de morar. ....</b>	<b>147</b>
3.2.1 - Palacetes.....	149
3.2.2 - Casas assobradadas (ou <i>apalacetadas</i> ).....	162
3.2.3 - As casas suburbanas: rocinhas, chácaras e chalets de ferro.....	169
<b>3.3 - As formas popularmente burguesas de morar .....</b>	<b>182</b>
3.3.1 - As casas de puxada.....	182
3.3.2 - As casas para proletariados: casas para operários e casas <i>em vilas</i> . ....	196
<b>3.4 - As formas populares de morar.....</b>	<b>209</b>
3.4.1 - Porões e casas dos patrões.....	211
3.4.2 - Cortiços .....	216
3.4.3 - Barracas e palhoças .....	221
3.4.4 - As casas <i>ecleticamente</i> populares.....	228
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>244</b>

## RESUMO

Em meados do século XIX, a capital do Pará começava a sentir as primeiras transformações urbanas decorrentes da riqueza da borracha. A partir do período de expansão da economia gomífera em 1870, esta conjuntura permitiu as intervenções e melhorias seguidas pelos ideais de modernidade, progresso e civilização, introduzidos pelo Poder Público na construção de uma *Belém moderna*, período que se estende até o final do ciclo, aproximadamente em 1910. Ao evocar-se a arquitetura do período a ser trabalhado, no *sensu comum*, trata-se de se evidenciar o grande legado do ciclo da borracha, espelhada num processo ambientado em riquezas e oportunidades em que as casas passaram a ser construídas com uma arquitetura importada europeia, tornando-se o próprio símbolo dessa modernidade. Mas, também, foram construídas casas que ameaçavam o projeto de modernização urbana criada para a *nova Belém*, e, por isso, tornou-se necessário a criação de algumas regras e medidas que impedissem ou retirassem as casas não-condizentes do núcleo central, *forçando* esses moradores a construir em áreas mais periféricas de Belém. Assim, podemos perceber que esta nova conjuntura permitiu a construção de *novas e diferentes* formas de morar, onde os recursos do morador seriam mais evidentes no partido arquitetônico de suas casas - das casas burguesas a populares. E entre esses dois extremos, encontravam-se as diversas formas de morar na *Belém da belle-époque*. Por este motivo, a casa torna-se um documento importante pelo qual poderemos compreender a influência de todos os fatores externos (econômicos, sociais, técnicos, culturais, políticas públicas, artísticos, espaciais, entre outros) em sua construção. O grande desafio, portanto, desta dissertação, é revelar a diversidade habitacional construída nas diferentes formas de morar durante o período em questão.

Palavras-chave: casa; *belle-époque*; Belém.

## ABSTRACT

By the mid-19th Century the capital of the State of Pará started being affected by the first urban transformations resulting from the richness brought in by the extraction of rubber. Beginning with the expansion of the rubber economy in 1870, this conjuncture allowed for interventions and improvements based on the ideals of modernity, progress and civilization introduced by the public authority in the construction of a *modern Belém*: this period extends up to the end of the rubber cycle, around 1910. When evoking the architecture of the period under study, as seen by common sense, one should stress the great legacy of the rubber cycle, reflected in a process set in riches and opportunities in which houses were built according to imported, European standards of modernity and became the very symbol of that modernity. Then again, there were also houses that threatened the project of urban modernization created for a *New Belém*, which prompted the creation of some guidelines and measures in order to prevent or remove those non-conforming abodes, forcing their dwellers to live in the outskirts of the city. Thus, we realize this context allowed for the building of *new* and *different* kinds of dwelling, in which the dwellers' resources would be evidenced by the architectural division of their houses, both bourgeois and popular – two extremes between which the forms of habitation in the *Belle Époque* in Belém could be defined. Thus the house becomes an important document for the understanding of the influence of external effects – economical, social, technical, cultural, related to public policies, artistic, spatial and others – on its construction. The greatest challenge of this paper is to reveal the habitational diversity found in the different forms of dwelling in the period in question.

Keywords: dwelling, *Belle Époque*, Belém

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

1: Santa Maria de Belém do Grão Pará ca. 1820.....	26
2: Capela de Nazaré em 1848, próximo onde moraram Bates e Wallace. ....	31
3: Esquema de transição das casas coloniais para as casas de porão alto. ....	33
4: Implantação da arquitetura colonial urbana .....	33
5: Seringal nos arredores de Belém. ....	37
6 e 7: Alguns trechos da Estrada de Nazareth em ca. 1875 e em ca. 1905. ....	53
8: Vista geral da Praça Batista Campos. ....	68
9, 10 e 11: Alguns trechos da Travessa São Mateus .....	69
12: Planta da Cidade de Belém executada por José Sidrim em 1905.....	75
13: Estrada de Nazareth, área nobre de Belém.....	83
14: Uma vista do porto de Belém, 1908.....	96
15: A <i>Belém moderna</i> : exemplos de casas ecléticas de famílias burguesas.....	102
16: A casa de um seringueiro. ....	114
17 e 18: Exemplos de casas de negros. ....	116
19: Exemplos de casas de porta-e-janela encontradas no Brasil. ....	119
20: Alguns exemplos de vergas.....	134
21: Exemplos de janelas.....	135
22: Alguns exemplos de coroamento. ....	136
23: Alguns exemplos de lambrequins. ....	137
24: Planta esquemática de puxada.....	142
25: Palacete Facióla em ca. 1900. ....	152
26: Palacete Pinho.....	154
27: Av. José Malcher, à esquerda o Palacete Montenegro. ....	156
28: Palacete Montenegro.....	156
29: Palacete Bolonha.....	159
30: Vista da Estrada de Nazareth. ....	164
31: Residência Av. Generalíssimo Deodoro, 413. ....	166
32: Fachada da casa construída por A. C. Pina e Melo. ....	167
33: Vista interna da residência .....	167
34: Chácara Bem-bom da Família Facióla.....	171
35: Rocinha do Museu Goeldi.....	175
36: Rocinha do Benguí.....	176
37, 38 e 39: Os <i>chalets</i> da Imprensa, do Bosque e da UFPA. ....	178
40: A residência do Intendente Antônio Lemos.....	182
41: Exemplos de tipos de casa com diferentes alturas de porão.....	186
42: Esquema evolutivo dos diferentes tipos de implantação.....	190
43: Exemplos de casas com diferentes implantações.....	191
44: Exemplos de casas com soluções <i>eclétizantes</i> . ....	194
45: Vila Loriga.....	204
46: Vila Áurea.....	204
47: Vila localizada na Av. Nazaré.....	206
48: Vila localizada na Av. José Malcher.....	206
49 e 50: Vila Bolonha .....	208
51: Alguns exemplos de porões. ....	213
52: Vila Adrega.....	220
53 e 54: Palhoças localizadas nas cercanias do Museu Goeldi, ca. 1900.....	222
55: Trecho da Avenida Ceará ca. 1910. ....	224
56: Variações do esquema de planta do colonizador .....	225
57: Variações do esquema de planta dos imigrantes negros. ....	225
58: Esquema da planta baixa esquemática da casa de Hortência .....	229
59 e 60: Exemplos de casas <i>ecléticamente</i> modernizadas.....	230

## INTRODUÇÃO

A arquitetura revela uma época, distinguida e codificada em sua totalidade. Se podemos reconhecê-la, isto significa que o homem incorporou valores de seu ambiente, e que nada mais são do que fatores externos, como, por exemplo, políticas públicas, economia, classes sociais, ou ainda, a cultura de um povo, tudo isso expressos fisicamente em suas construções. Assim, compreende-se que “o espaço interior [...] não pode ser representado perfeitamente em nenhuma forma, que não pode ser conhecido e vivido não ser por experiência direta, é o protagonista do fato arquitetônico”<sup>1</sup>. Então, podemos dizer que o estilo vira a expressão máxima estética, e que ele se torna uma ferramenta que nos permite reconhecer um dado período histórico a partir do partido arquitetônico dos edifícios.

Neste caso, podemos perceber que o homem no tempo histórico foi capaz de reformular o seu espaço (ambiente), enquanto cidade e/ou moradia. Portanto, o homem construiu muito mais que o seu abrigo, mas o seu próprio modo de viver e de morar. Se “tornarmo-nos senhores do espaço, saber ‘vê-lo’, constitui a chave que nos dará a compreensão dos edifícios”<sup>2</sup>. Então, deste modo, a casa oferece seu testemunho, porém, devemos saber como interpretar *as palavras* construídas em suas estruturas.

Assim, o principal e mais simples objeto construtivo, a casa, pode servir como ponto de partida para a compreensão das transformações adquiridas em determinada época, visando-se revelar a importância do papel que a História imprime nas edificações<sup>3</sup>. Em muitos casos, atribuiu-se à arquitetura certo tom de monumentalidade, onde somente existia uma *verdadeira* arquitetura em palácios, igrejas e demais templos. As casas não faziam parte deste cenário idílico das artes, exceto quando uma casa era residida por alguém de grande importância social e/ou histórica. Por estes motivos, o valor de uma casa foi marginalizado por ter participado de um cenário cotidiano ou comum, o que nos leva a esquecer o seu testemunho<sup>4</sup>. Portanto, saber ver as *diferentes formas de morar*, trata-se, então, de saber ver que as construções vão além de uma pura composição de tijolos, na medida em que são capazes de revelar vestígios de uma determinada época. Esta interpretação nos permite entender as condições de seus moradores na sociedade e, principalmente, o que levou o seu

---

<sup>1</sup> ZEVI, Bruno. *Saber ver a Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 18.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>3</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2004.

<sup>4</sup> “[...] Sob o ângulo da história e da conservação; ou seja, não apenas e limitadamente na consistência presente, mas no seu passado - de que traz o seu único valor, sendo a sua presença atual, em si, desprovida de ou com, escassíssimo valor - no futuro, para o qual deve ser assegurada, como vestígio ou testemunho de obra humana e ponto de partida do ato de conservação”. BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editoriale, 2004, p. 65.

construtor a morar daquela determinada forma<sup>5</sup>. Assim, podemos compreender como os processos histórico-sociais foram inseridos numa verdadeira arquitetura cotidiana expressa tanto na arquitetura de um determinado período quanto pelo dia-a-dia de seu morador, que construiu sua casa aos poucos ou que a modificou para o bem-estar de sua família.

Se casas conseguem unir dois tempos, o histórico e o arquitetônico, nada melhor do que utilizá-las como fonte para a reconstituição de um determinado período<sup>6</sup>, enquanto, participante de um cenário do cotidiano, onde homens revelaram muito mais que costumes ou hábitos, revelaram a construção de seu mundo. Habitat da vivência e das condições particulares influenciadas também pelos processos histórico-sociais ocorridos em seu contexto que se representam numa esfera social ao consolidar o pensamento em atuações técnicas, e, por isso mesmo, revelam-se em diferentes formas.

Muito mais do que simples linhas ou tijolos, as casas tornam-se documentos importantes, além de instigantes, pois estas edificações ainda podem ser visitadas em seu conjunto urbano, ultrapassando o seu próprio tempo, revelando-se em documentos encontrados num ambiente físico, mas que não estão necessariamente guardados em arquivos. Na verdade, são os próprios arquivos construídos, formas que levam à união entre esses dois tempos e traça sua coexistência com o tempo presente. Essas fontes, muitas vezes, encontram-se menosprezadas pela falta de um exercício de *se falar com as paredes*. Aqui, o desafio vai além deste elo, vai à busca de sabermos como aproveitar este tipo de testemunho.

Não há documento que não seja produto de um projeto e de uma operação técnica; e documento é sempre um objeto, ainda que se trate de um conto, uma poesia, um canto. A constituição de uma coisa qualquer pressupõe uma dupla perspectiva temporal, sobre o passado e o futuro.<sup>7</sup>

Para isso, faz-se necessário estabelecer os elos que ligam a Arquitetura à História, de forma que o trabalho não seja entendido como de caráter puramente arquitetônico. Portanto, se de linhas e curvas que se misturam, o vazio do espaço é retirado<sup>8</sup>, traços fazem nascer elementos tridimensionais, cuja essência é edificada pela ação humana. Uma forma consolidada num momento histórico<sup>9</sup> entre significados e significâncias, unidos ao elo mais

---

<sup>5</sup> Neste caso, o termo *forma* apresenta-se como uma dupla referência que tanto pode se referir a constituição físico-constructiva quanto no sentido de expressar a condição de habitabilidade do morador.

<sup>6</sup> “Assim, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto para descortinar o urbano”. MATOS, Maria Izilda. *Cidade: Experiências urbanas e a historiografia*. In GRAF, Márcia (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Projeto de cooperação CAPES/COFECUB. São Paulo, 1998, p. 129.

<sup>7</sup> ARGAN, 2004, p. 16.

<sup>8</sup> “O espaço não é só cavidade vazia, negação de solidez: é vivo e positivo. Não é apenas um fato visual: é, em todos os sentidos, e, sobretudo num sentido humano e integrado, uma realidade vivida”. ZEVI, 2002, p. 217.

<sup>9</sup> Ver: ARGAN, 2004.

forte de sua representação estilística: o tempo. Estilo que advém com a construção, onde seu tempo é regido pela Arquitetura, e que pode realizar-se em recortes temporais maiores, contemplados por junções do tempo histórico<sup>10</sup>. Porém, quando se reduz a linha entre o tempo histórico e o arquitetônico, este elo fica mais tênue. Funda-se um quadro histórico que cristaliza a representação de uma época em puras evidências que ajudam o pesquisador a reconstituir o momento sobre o qual se debruça.

Saber ver a ligação entre História e Arquitetura era o começo do desafio para o projeto desta dissertação. De modo que escolher um momento histórico não foi uma tarefa fácil, pois do ponto de vista do tempo arquitetônico, saltos longos podem ser feitos no curso dos acontecimentos em vista de obter-se um estudo de cunho estilístico<sup>11</sup>. Então, optou-se pela apropriação de um momento em que a cidade conhecesse uma ruptura de seu padrão construtivo, onde diferenças e marcos visuais pudessem ser estabelecidos, não somente pela pluralidade estética das moradias, mas pela diferenças sócio-econômicas envolvidas em sua construção urbana.

Como para o tempo do homem, o tempo da cidade é variável, diferente segundo as épocas, diferentes segundo as cidades. Materialmente, uma cidade adormecida parece atravessar os séculos com uma soberba serenidade, enquanto sua vizinha dinâmica modifica seu território, sua arquitetura, sua organização, mas também sua população, sua sociedade, seu modo de existir.<sup>12</sup>

Observada a história regional, avaliei alguns períodos que poderiam ser consideradas particulares. Da fundação-construção da cidade, passando por Landi, Cabanagem, Ciclo da Borracha, até os dias atuais, poucos foram os momentos da história urbana de Belém em que as casas apresentassem grandes diferenças construtivas, o que manteve a paisagem urbana num cenário, digamos mais harmonioso, ressaltado apenas por monumentos e igrejas<sup>13</sup>. A fim de que esta pesquisa apresentasse maior riqueza sobre um estudo que se voltasse tanto para a diversidade tipológica construtiva, quanto para a relevância sócio-econômica dos moradores, procurou-se então um período que apresentasse maiores contradições na composição das moradias em seu espaço urbano. Nenhum outro momento conseguiu criar vários cenários dentro de uma mesma cidade, como o período em

<sup>10</sup> Argan (2004, p.16) acrescenta a esta discussão “dos mínimos ao máximo, o comportamento histórico se desenvolve num arco temporal que vai da experiência ao projeto: aquilo que é o objeto no presente foi projeto do passado e é condição do futuro.”

<sup>11</sup> “Os monumentos da arquitetura revelam-se particularmente ricos em informações, na medida em que se constituíam o âmbito espacial das instituições. Além disso, suas inscrições e sua decoração (pintada e esculpida) referiam-se diretamente às crenças, aos usos e costumes da época”. CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 67.

<sup>12</sup> GARDEN, 1984 apud GRAF, Márcia. *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Projeto de cooperação CAPES/COFECUB. São Paulo, 1998, p. 11.

<sup>13</sup> Ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

que a borracha dominou a região<sup>14</sup>, principalmente, em seu período de expansão, que culminou na dominação da elite gomífera no espaço urbano<sup>15</sup>. Nesse sentido, poderíamos até pensar em analisar o momento posterior ao ciclo em questão, e acompanhar as transformações da cidade ao ideário modernista. Mas, acredito que ao se tratar de casas, o trabalho apresentaria uma lacuna, pois não acompanharia o quadro histórico-evolutivo das formas de morar e de sua produção no espaço urbano, devido a uma vigorosa ruptura estilística ocasionada pela expansão gomífera no espaço urbano de Belém.

A cidade vai se impondo como um documento a ser lido pelo historiador, onde a paisagem urbana é posta como um texto a ser decifrado, cabendo ao investigador entender o que significa esse emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperando as várias camadas e as relações entre elas decifrando seus ENIGMAS, como uma arqueologia social da cidade.<sup>16</sup>

Mas, escolher esse período significa ampliar o domínio da arquitetura associadas à *belle-époque*, e que retém a grande atenção pela conservação da nossa memória<sup>17</sup>, pois a experiência no trabalho de arquitetura, revelou que grande parte dos paraenses não reconhecem as principais formas de morar construídas durante a *belle-époque*, além de alguns poucos palacetes. Esta experiência também me levou a indagar quais seriam as casas construídas em Belém durante o período em questão, mas, em especial, descobrir onde os moradores com menos recursos moravam, pois, muito pouco se sabe sobre a construção das casas populares. Além do que, este tipo de arquitetura encontra-se praticamente desassociado da memória *idílica* da *belle-époque* de Belém.

Por este motivo, esta dissertação pretende contribuir na ampliação deste imaginário associado ao fausto da *belle-époque*, revelando as principais formas de morar construídas durante o período em questão que, de um modo geral, encontram-se *ofuscadas*

---

<sup>14</sup> “O impacto demográfico e econômico do negócio da borracha só viria a ser plenamente sentido com o advento dos ‘anos dourados’ da Amazônia - aproximadamente de 1880-1910 -, mas já nos meados do século XIX as exportações da borracha estavam tendo efeito claramente perceptível sobre as ‘estatísticas vitais’ do Pará.” WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*, São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 55-56.

<sup>15</sup> “As elites brasileiras absorveram esse conjunto de idéias nos diversos campos, inclusive no ordenamento do espaço urbano. Transformar as cidades em locais aprazíveis significava dar-lhes um caráter de civilização. Utilizando-se um discurso de repúdio ao ‘atraso’ e de defesa da ‘modernização’, verdadeiras intervenções ‘cirúrgicas’ foram efetuadas em algumas cidades”. MACHADO, Humberto. *Progresso, civilização e o ordenamento do espaço urbano*. In: GRAF, Márcia (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Projeto de cooperação CAPES/COFECUB. São Paulo, 1998, p.72.

<sup>16</sup> MATOS, 1998, p. 128, grifo do autor.

<sup>17</sup> Segundo Choay (2001, p. 205.) “monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade. [...] Em face dos edifícios e dos objetos que o uso cotidiano transformou em meio ambiente, familiar, presente desde sempre, as antiguidades funcionam com um espelho. Espelho que cria um efeito de distância, de afastamento, propiciando um intervalo onde se haverá de instalar tempo referencial da história”.

pela riqueza da arquitetura gomífera, vistos como produtos da questão habitacional atual ou até mesmo *desconhecidas* no processo de construção da *Belém moderna*.

Nesse sentido, o recorte temporal proposto inicia-se a partir do período de expansão da economia gomífera em 1870. Esta conjuntura permitiu as intervenções e melhorias seguidas pelos ideais de modernidade, progresso e civilização, introduzidos pelo Poder Público na construção de uma *Belém moderna*, período que se estende até o final do ciclo, aproximadamente em 1910. Saber as formas de morar na *Belém da belle-époque* trata-se de compreender a conjuntura que permitiu as intervenções e melhorias seguidas pelos ideais de modernidade, civilização e progresso introduzidos pelo Poder Público na construção da *Belém moderna* financiada pela riqueza da borracha.

De modo que, ao evocar-se a arquitetura do período a ser trabalhado, *no senso comum*, trata-se de se evidenciar o grande legado e respectivo simbolismo do ciclo da borracha, espelhados num processo ambientado em riquezas e oportunidades, onde as casas com uma arquitetura importada europeia tornaram-se símbolos dessa modernidade. Mas, também, foram construídas casas que ameaçavam o projeto de modernização urbana criada para a *nova* Belém, e, por isso, tornou-se necessário a criação de algumas regras e medidas que impedissem ou retirassem as casas não-condizentes do núcleo central, *forçando* esses moradores a construir em áreas periféricas de Belém. Com isso, podemos perceber que esta nova conjuntura permitiu também a construção de *novas e diferentes* formas de morar, onde os recursos do morador seriam mais evidentes no partido arquitetônico de suas casas. A *nova* Belém passava a ser construída pelas casas burguesas a populares. E entre esses dois extremos, encontravam-se diversas formas de morar, e, por isso, visa-se aqui a reconstituição deste momento pelo testemunho das casas, construídas durante o período em questão Assim, o grande desafio desta dissertação é revelar a diversidade habitacional construída nas diferentes formas de morar durante o período em questão.

Mais do que a expressão de formas, compreende-se o contexto de uma cidade como base na avaliação crítica de seu próprio desencadeamento histórico<sup>18</sup>. A fim de se evitar um tom memorialístico de reconstituição do passado, propõe-se romper com uma historiografia que traga à tona patrimônios apenas conquistados por uma elite ou de riquezas de uma época, como normalmente, anuncia-se a *belle-époque*. Os processos histórico-sociais

---

<sup>18</sup> “As tensões urbanas vão surgindo como representações do espaço – suporte de memórias diferentes, contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, onde esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas de formas diferenciadas, discursos diversos que fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se misturando laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis”. MATOS, 1998, p. 127.

devem ser entendidos como força motriz e dinamizadora do espaço. As evidências físicas de um modo de pensar e de viver, vistas por meio das edificações, patrimônios vívidos da cidade, e que precisam ser preservados, mas também *memória* que precisa ser revista<sup>19</sup>. As casas, frutos do desenvolvimento de uma cidade, servem como instrumentos capazes de ajudar na elucidação das raízes históricas que promoveram um desenvolvimento desigual de Belém. Memória amplamente herdada coletivamente para muitos, mas que poucos tiveram participação direta no luxo privado, ainda mais, com pistas que permanecem esquecidas no conjunto urbano, sinais lembrados como símbolo de uma época, mas com seu testemunho mantido ainda mudo.

Assim, o presente trabalho foi dividido em três partes. No primeiro capítulo *Formas de morar: a influência dos processos histórico-sociais* optou-se em compreender como os processos sócio-econômicos foram capazes de atuar como determinantes na produção do espaço urbano. Para este fim, tornou-se necessário realizar uma breve análise que acompanhasse a paisagem urbana de Belém entre os anos de 1850-60. Desta forma, seria possível compor uma base comparativa dos anos que seguem à expansão gomífera, de modo que seja percebido como a economia dominante da borracha se efetivou na construção de Belém. Neste ponto, faz-se importante verificar como o desenvolvimento econômico impulsionou o crescimento da cidade à luz do ideário da modernidade e da civilização européia. No entanto, desde que a economia gomífera se intensificou em Belém, a preocupação com a estética urbana se configurou crescente. No sentido mais amplo, trata-se de revelar como o capital gomífero revelou ser o principal agente financiador das transformações na esfera física da cidade, o que engendrou profundas alterações na paisagem. De modo que a narrativa delineada visou entender como uma cidade que produziu a metade da borracha mundial lidou com transformações, interesses, e contradições num espaço de tempo relativamente pequeno, e que foi capaz de inserir a cidade amazônica no plano internacional, o que até os dias atuais ainda é um tema capaz de gerar tantos debates.

No segundo capítulo *(Re)construindo as formas de morar na Belém da belle-époque* objetivou-se desconstruir a representação aplicada à *casa*, mas, no sentido, de ampliar este imaginário definido por um senso comum no temporal (1870-1910), quase sempre associado a palacetes e casarios. Enriquecer a imagem de *casa* tratou-se, sim, da

---

<sup>19</sup> “A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção”. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas:UNICAMP, 1992, p. 469.

desconstrução da noção de casa burguesa, onde se contempla a pluralidade das formas de morar, de se constituir o seu próprio espaço. Por este motivo, procuramos revelar como era o *morar* em Belém durante o período em questão, quando precisava se adequar aos novos padrões da civilização européia. “A destruição da imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura, fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado [...], que a cidade de Belém era o símbolo do progresso.”<sup>20</sup> Com isso, examinamos as principais políticas públicas voltadas à estética urbana que pudessem interferir na construção das casas.

Contudo, a nova conjuntura financiada pela riqueza da borracha permitiu que as casas belenenses apresentassem a arquitetura em conformidade com os recursos de seu morador, construindo-se de casas burguesas às populares. As casas burguesas tornaram-se símbolos de modernidade, seguindo as regras do que uma boa residência deveria conter, até pela representação do enquadramento social de seu morador consoante a opulência de sua arquitetura completamente influenciada pelos estilos trazidos da Europa. Em contraponto, surge também a população que não participa diretamente da borracha como renda, apenas de benefícios de adequação urbana central, construindo suas casas com métodos construtivos e materiais encontrados na região. Mas, essas casas não se apresentavam condizentes com a paisagem urbana almejada para a *Belém moderna*. Neste caso, a fachada tornou-se um elo importante entre o mundo privado e o público, por isso fundamental para esta análise. Assim, procuramos revelar os principais materiais utilizados na construção civil durante o período em questão, mas também revelar a casa modernamente idealizada que estivessem condizentes com os novos padrões burgueses impostos pelo Poder Público e pela elite gomífera.

No terceiro capítulo *As formas de morar na Belém da belle-époque*, aprofunda-se a temática sobre as casas construídas em Belém durante o período de 1870 a 1910. Mas, primeiramente, avaliou-se, ainda que de forma sucinta, a compreensão das relações entre o morador e a moradia para que o trabalho oferecesse uma melhor representação da forma pela qual o morador se apropria do seu espaço privado, em virtude das funções realizadas no cotidiano e na organização espacial dos cômodos.

Assim, procuramos eleger as principais formas de morar dentro da diversidade habitacional da *Belém da belle-époque*. Neste caso, a dissertação foi direcionada à pesquisa e à análise dos sistemas construtivos, composição volumétrica e o partido arquitetônico, a fim de que se investigasse a influência dos fatores externos, a exemplo das relações sócio-

---

<sup>20</sup> SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000, p. 14.

econômicas, leis e posturas, políticas públicas na construção das casas. Por este motivo, examinamos a composição projetual das diferentes formas de morar que foram reconstituídas a partir de sua distribuição espacial interna e de seus programas de necessidades, com suas respectivas plantas baixas e/ou *layouts*. Tratam-se de avaliar a influência dos processos histórico-sociais não somente nos modos de vida do morador, mas na sua condição e padrão de habitabilidade, no que se refere à linguagem cultural e enquadramento social (revelação do status) dos moradores, além dos parâmetros relevantes encontradas nos regulamentos e códigos da cidade que implementaram certas decisões projetuais.

Nesse sentido, tornou-se necessário investigar o quanto realmente as políticas públicas e urbanas alteravam, ou não, compulsoriamente, a estética das casas, ou se acabavam por regularizar um padrão que já era adotado pelos próprios moradores. Assim, por meio dos vestígios presentes na construção das moradias, recompomos as principais formas de morar encontradas na *Belém da belle-époque*. E, a partir de seu *testemunho* procuramos revelar alguns dos vestígios que nos levassem aos valores contidos em sua construção, verificando-se como os fatores externos e a linguagem social determinaram o seu padrão construtivo. Mas, reconstruir a paisagem urbana pela composição das casas construídas durante a *belle-époque*, pode nos ajudar na compreensão das raízes do processo de urbanização sócio-espacial atual, visto que este processo urbano é fruto das políticas urbanas do período em questão, e acrescenta o valor de patrimônio de moradias que testemunharam o cotidiano de um determinado momento histórico.

## CAPÍTULO I

### Formas de morar: a influência dos processos histórico-sociais na arquitetura residencial de Belém (1870-1910).

#### 1.1 - A Belém das bananeiras: uma cidade em transição para a Belém moderna (1850-60).

Daí a pouco, num céu sem nuvens, surgia o sol, e avistamos, então cercada de densa floresta, a cidade [de Belém] do Pará, com suas bananeiras e palmeiras, que se destacavam magnificamente, oferecendo aos nossos olhares um espetáculo duplamente belo, já pelo tom alegre da paisagem, já pela presença daqueles luxuriantes espécimens dos países tropicais, na sua esplêndida pompa nativa [...].<sup>21</sup>

.....  
A soberba bananeira (*Musa paradisiaca*), a qual, conforme diziam todos os livros a respeito, constituía um dos maiores encantos da vegetação tropical, crescia ali com grande viço, suas verdes e luzidias folhas de doze pés de comprimento debruçando-se sobre o telhado das varandas, nos fundos de todas as casas.<sup>22</sup>

A capital do Pará durante o período da *belle-époque*, compreendido entre as décadas de 1870 a 1910, passou por profundas transformações em sua paisagem urbana. Na prática, isto significou que Belém passasse por uma fase de transição em que a própria cidade teve sua fisionomia urbana completamente modificada para se tornar a *Belém moderna*. Mas se o espaço urbano de Belém estava sendo modificado, tornou-se necessário para o desenvolvimento desta dissertação, compreender como seria a capital paraense antes deste processo de transformação urbana para a *nova* Belém.

Assim, surge a *Belém das bananeiras*. Era a cidade de Belém em sua fase de transição, mais ou menos compreendido entre as décadas de 1850 a 1860. Neste caso, optou-se em chamar a cidade desta forma por esta ter sido a vegetação que chamou a atenção de alguns naturalistas que visitaram Belém durante este período de transição. Nesse sentido, também foi realizado um paralelo da *Belém das bananeiras* com a Belém conhecida como a cidade das mangueiras<sup>23</sup>. Este título teria sido herdado pela cidade após a *belle-époque*, na qual, a cidade teria o seu espaço urbano reformulado pelas riquezas provenientes da borracha para a construção da *Belém moderna*. De uma cidade de “edifícios tristonhos, com aparência de conventos, [...] ruas sem calçamento e com algumas polegadas de poeira”<sup>24</sup> para a cidade, que no final do século XIX, seria imaginada na condição de uma *Paris Tropical*<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> WALLACE, Alfred. *Viagens para Amazonas e rio Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p.1.

<sup>22</sup> BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p.13.

<sup>23</sup> Apesar de Belém ter sido consagrada como a cidade das mangueiras pela ampla utilização desta árvore no projeto de construção da *Belém moderna* durante a administração de Antônio Lemos (1897-1911), a cidade já contava com sua utilização no espaço urbano e nos quintais no período que antecede a *belle-époque*.

<sup>24</sup> BATES, 1863 apud TOCANTINS, Leandro. *Amazônia – Homem, Natureza e Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1982, p. 122.

<sup>25</sup> “Uma ‘pequena Paris Tropical’, como se dizia em Belém”. TOCANTINS, 1982, p. 127-8.

Para uma melhor compreensão sobre este período de transição ocorrido em Belém e, “considerando a arquitetura inseparável da vida dos cidadãos e do contexto em que ela é criada”<sup>26</sup>, tornou-se essencial recuar no recorte temporal estabelecido. Esse estudo visa a realização do quadro histórico-evolutivo da paisagem urbana de Belém, e que nos leva ao entendimento dos motivos que levaram à construção das formas de (se) morar. Por isso mesmo, não se pretende realizar um estudo profundo sobre o período que antecede 1870, apenas evidenciar as primeiras transformações oitocentistas realizadas no espaço urbano de Belém. A compreensão sobre os antecedentes históricos na arquitetura residencial belenense serve como base comparativa dos anos que seguem à expansão gomífera a fim de que seja percebido como a economia dominante da borracha se efetivou na construção da *nova* Belém.

Deste modo, optou-se como fonte principal sobre este período de transição em Belém, os relatos de naturalistas, como Bates, Wallace, dentre outros, que puderam testemunhar as primeiras transformações urbanas da capital paraense, produzidas pela riqueza da borracha. No entanto, deve-se lembrar que estes naturalistas faziam parte da vida cultural européia<sup>27</sup>, por isso mesmo, suas descrições e testemunhos servem apenas como as primeiras evidências que nos ajudem a construir o cotidiano da sociedade paraense durante o período de transição, filtrados pelo olhar europeu. Neste caso, a partir destes relatos, objetivou-se ampliar a discussão sobre a paisagem urbana de Belém com a visão de historiadores e críticos da arquitetura brasileira para que, desta forma, se obtenha um estudo mais profundo sobre as formas de morar encontradas na *Belém da belle-époque*.

Assim, se observarmos as primeiras moradias construídas ainda pelos colonos na fundação da cidade até o início do ciclo da borracha, podemos verificar que a paisagem da cidade pouco foi modificada. Apesar dos séculos XVII e XVIII terem realidades distintas, segundo Souza, na arquitetura colonial no caso de Belém que se seguiu de 1616 a 1822, as casas de um modo geral mantiveram praticamente as mesmas características básicas projetuais e construtivas<sup>28</sup>. Essas casas foram construídas com materiais e recursos que estivessem ao alcance de seus construtores, na maioria de imigrantes portugueses, aliando-os, assim, às técnicas construtivas tradicionais portuguesas. Por este motivo, as casas não seguiam um plano formal, o que a autora considerava, portanto, de *barracas*. A maioria das casas era de madeira ou taipa de pilão, e, para que elas se tornassem mais sólidas os

---

<sup>26</sup> SALGUEIRO, Heliana. *O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte (1894-1930)*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, p. 108.

<sup>27</sup> COELHO, Geraldo Mártires. *Anteato da Belle Époque: imagens e imaginação de Paris na Amazônia de 1850*. In: Revista de Cultura do Pará. Belém, v.16, n. 2, jul/dez, 2005, 212-3.

<sup>28</sup> SOUZA, Denize. *Estado do Pará: pesquisa histórica bibliográfica*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1986.

construtores espalhavam tijuco<sup>29</sup> nas paredes. Apenas as melhores residências, que ofereciam um pouco mais de conforto, eram destinadas aos capitães-mores e ao governador.

Uma das técnicas utilizadas durante este período consistia no “levantamento de esteios, seguido de adubamento das paredes com lama de barro [tijuco], caiação com sernambi extraída das conchas e cobertura de palha”<sup>30</sup>. Ainda durante o período colonial, não existiam telhas de barro, e para suplantar esta carência, o telhado era construído com folhas de palmeiras ou de suas palhas. Meira Filho explica que as moradias encontradas em Belém seguiam o desenvolvimento da povoação que era essencialmente humilde. As habitações “erguiam-se de madeira, rústicas moradas, cobertas de palha de pindoba ou ubuçu, chão batido, portadas em ripado leve, urupemas [esteiras] nos vão das janelas e quase nenhuma penetração de luz no interior”<sup>31</sup>. Contudo, podemos perceber que as casas também foram sendo modificadas conforme a cidade de Belém ia crescendo, de modo que os colonos substituíam os sistemas construtivos por técnicas mais duráveis e com melhores acabamentos. Coimbra revela que ainda assim as casas, em sua maioria, eram térreas e modestas, mas que passaram a ser construídas com assoalhos e paredes de pedra e cal, adicionadas de tijuco para que fossem protegidas da ação das chuvas, assim como os alicerces que também receberam o mesmo procedimento de proteção.

Neste caso, as edificações com dois pavimentos ou mais, como os sobrados, revelavam uma situação privilegiada aos demais colonos, assim como, a utilização de telhas de madeiras, que posteriormente, foram substituídas pelas telhas de barro. No caso, os dois tipos de habitação tinham como compartimentos básicos duas salas, sendo uma exclusiva para o uso familiar, e entre elas ficavam as alcovas. De modo que a circulação da família era realizada por um corredor longitudinal. Entretanto, nos sobrados essa divisão espacial ocorria no segundo pavimento que era destinado aos familiares, e no pavimento térreo, o seu espaço era destinado para depósitos ou para o uso dos escravos.

Um prova que as moradias pouco se modificaram em Belém, entre os séculos XVII e XVIII, pode ser comprovada por meio dos relatos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1784), porém, em seu mesmo relato, o autor também acaba por revelar que algumas moradias começavam a se diversificar esteticamente na paisagem urbana, e ele assim descreveu as casas da capital paraense:

---

<sup>29</sup> Tijuco na língua portuguesa significa lama; lodo. Neste caso, este material servia como um impermeabilizante natural.

<sup>30</sup> CRUZ, 1973 apud COIMBRA, Osvaldo. *A saga dos primeiros construtores de Belém*, Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 98.

<sup>31</sup> MEIRA FILHO, 1976 apud COIMBRA, 2002, p. 98.

O comum das casas em um e outro bairro, é serem TÉRREAS, porque suposto se levantam algum pouco nível da terra; pouco são assoalhadas, e muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal. A maior parte das paredes, é de frontal, e o método de as levantar consiste em levantarem esteios, que de ordinário são de uacapu ou de sepipira, cujas extremidades fincam na terra com cautela somente de as não aguçarem; em vez de pregarem os caibros que atravessam para fazerem o engradamento, atam-nos com o timbó-títica, e sem adubarem o tujuco [leia-se tijuco], nem (mais) vezes fazerem uso da colher, e trolha, mesmo a mão vão embuçando o frontal. Caia-se depois, ou com cal, a que reduzem as conchas de que chamem sirnambis [leia-se sernambi] de que também há minas em Carutapera, abaixo das costas do Caeté, ou com a tabatinga. E as mesmas conchas sirnambis, há também minas no rio Canaticú, na Ilha Grande de Joanes, e nos rios Maracanã e Marapani, abaixo do rio Curuçá. Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces, que não tem guarnecem-no de uma sapata de pedra e cal, revestida de tijolos. [...] Há contudo bastantes moradores de casas levantadas, umas com ombreiras e mais ornatos nas portas e janelas feitas de madeira pintada, e outras de tijolo de areia e cal, que finge pedra.<sup>32</sup>

Contudo, no século XVIII, a Coroa tomou medidas incentivadoras para o desenvolvimento econômico da região, criando, desta forma, a Companhia de Comércio. O Estado do Maranhão tomava a designação do Estado do Grão Pará e Maranhão e a sua capital foi transferida para Belém<sup>33</sup>. Ainda assim, Belém dispunha de uma economia altamente dependente do mercado exterior, regida basicamente por um incipiente ciclo do extrativismo silvestre, em especial do cacau, e de monoculturas como o café e o algodão. “A queda dos preços do cacau, a participação do Pará na Guerra das Guianas e a conturbada situação política local levaria ao movimento da Cabanagem”<sup>34</sup>. Em 1848, ainda que passados doze anos, esse seria o cenário de pós-guerra que os viajantes Wallace e Bates veriam Belém como a *Belém das bananeiras*. A capital do Pará era uma cidade com uma população de 15.000 habitantes, porém, uma cidade que estava *descobrimdo* as primeiras benesses da comercialização da goma elástica.

A arquitetura de Belém acompanhava as tradições portuguesas das construções civis, quase que impostas pelo contato direto com a mãe-pátria, Portugal. As construções eram modestas, baixas com beirais salientes ou sobrados, alguns com balcões de ferro. Os projetos arquitetônicos vinham diretamente da metrópole para serem executados na colônia. Contudo, “mais do que qualquer outra manifestação artística, a arquitetura depende diretamente das condições materiais, e excluir os aspectos históricos e geográficos dentro das quais ela se desenvolveu implicaria não compreender seu significado e sua própria razão de

<sup>32</sup> FERREIRA, 1781 apud CRUZ, Ernesto. *As edificações de Belém (1783-1911)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 16-7, grifo do autor.

<sup>33</sup> DERENJI, Jussara da Silveira. *Arquitetura Eclética no Pará*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, p.148.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 149.

ser”<sup>35</sup>. Segundo Araújo, a construção da cidade de Belém revela que o local escolhido para sua fundação se ajustava às predisposições técnicas requeridas pelos funcionários urbanistas portugueses<sup>36</sup>. Esses aspectos podem ser percebidos pela forma radiocêntrica das ruas e das orientações cardeais. A partir desses pontos seriam traçados as vias e os respectivos cruzamentos de Belém. No caso, esses fatores seriam determinantes não apenas no campo urbanístico, mas iriam incidir diretamente na composição estética/funcional da arquitetura luso-belenense. Sobre o local de fundação de Belém, Bates revelava que:

A cidade foi construída no local mais indicado para servir de porto de entrada para a região amazônica, e com o tempo irá tornar-se provavelmente um vasto centro comercial, já que a margem setentrional do rio principal, único local onde poderia ser fundada uma outra cidade, é muito difícil acesso para navios, além de ser extremamente insalubre.<sup>37</sup>

### **- A arquitetura oitocentista de Belém.**

No *sensu comum*, pode-se pensar que a influência dos processos históricos se restringe apenas a um determinado acontecimento histórico, ou, com efeito, de algumas datas célebres na História de um lugar. Mais do que isso, o cotidiano produzido num determinado período, além das relações sócio-econômicas desempenhadas em conformidade com a situação geográfica de um lugar são capazes de influenciar diretamente e/ou indiretamente na composição de uma arquitetura local. Nesse sentido, para se compreender a arquitetura residencial de Belém, deve-se entender em primeiro lugar, a influência do meio físico-geográfico e das condições sócio-econômicas no processo de construção das casas na *Belém das bananeiras*.

Em relação ao aspecto físico da capital paraense, o relevo da cidade praticamente em nada alterou os tipos de construções, exceto pela localização do alagadiço do Pirí, que se estendia do Arsenal da Marinha, à Igreja da Trindade e ao Ver-o-peso. Até o início do século XIX, a cidade se configurava em dois núcleos – a Cidade e a Campina, separados por este alagadiço, que dividia Belém em áreas altas e baixas. Esses locais eram alagáveis e, em grande parte impróprios para a construção das moradias<sup>38</sup>. Durante o período em questão, os técnicos e militares que vieram com a Comissão Demarcatória contribuíram para uma nova fisionomia urbana de Belém. Esta comissão seria responsável pela elaboração de algumas propostas para a canalização do alagadiço do Pirí e dos demais canais existentes em Belém. Ainda assim, teria sido proposto um projeto que transformaria Belém “numa cidade tão bela

<sup>35</sup> BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p.11.

<sup>36</sup> ARAÚJO, Renata. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão Porto: FAUP, 1998.

<sup>37</sup> BATES, 1979, p.22.

<sup>38</sup> Na prática, com a posterior expansão da cidade, estas áreas mais baixas acabariam se tornando áreas de moradia das classes com menor poder aquisitivo.

quanto a Adriática Veneza, no dizer do autor”<sup>39</sup>. Mas, em 1803, optou-se pelo completo aterramento do Pirí, cuja obra foi desempenhada pelo capitão Engenheiro João Rafael Nogueira e capitão José Frazão, onde foram construídas três estrada de passeio – das Mongubeiras (atual Avenida Tamandaré), de São José (atual Avenida 16 de Novembro) e de São Mateus (atual Avenida Padre Eutíquio). As novas estradas propiciaram uma nova conformação espacial no espaço urbano de Belém, o que deu uma nova direção ao crescimento da capital paraense.

Os relatos de Bates e Wallace nos revelam a cidade de Belém em transição. Suas descrições nos permitem *caminhar* por uma outra paisagem urbana da capital paraense e de aspecto modesto, como podemos observar em seus testemunhos:

Passamos primeiramente por algumas ruas próximas do porto, margeadas por prédios altos<sup>40</sup> e sombrios semelhante conventos. [...] Entramos depois numa rua estreita e comprida, que ia dar nos arredores da cidade, em seguida atravessamos um campo relvado e chegamos a um pitoresco caminho que ia dar na floresta virgem. A rua comprida era habitada pelas classes mais pobres. As casas tinham apenas rés-do-chão e sua aparência era humilde e desalinhada. As janelas não tinham vidraça e sim uma armação que se projetava para fora. A rua não era calçada e a camada de areia fofa que cobria tinha muitos centímetros de espessura.<sup>41</sup>

“As vilas e cidade apresentavam ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos”<sup>42</sup>. Neste caso, Reis Filho, descreve a paisagem urbana comum às cidades brasileiras no período colonial e, que não foi diferente na capital paraense.

**Figura 1: Santa Maria de Belém do Grão Pará ca. 1820.**

Ao fundo nota-se a construção de casas térreas, sobrados e edifícios públicos.



Fonte: SPIX; MARTIUS, 1960 apud CRISPINO, 2006, p. 27.

A *Belém das bananeiras* apresentava “nas suas ruas tortuosas e estreitas, poucas edificações – predominantemente casas de um só pavimento em taipa, algumas igrejas e conventos”<sup>43</sup>, o que relevava as tradições urbanísticas de Portugal:

<sup>39</sup> DERENJI, 1987, p.148.

<sup>40</sup> “Referia-se Bates ao atual Boulevard **CASTILHOS FRANÇA**, onde foram construídos os edifícios altos de sobrado, de acordo com a determinação legal, que só permitia o levantamento de casas naquela área, de frente para o mar, com esta característica.” CRUZ, 1971, p. 34, grifo do autor.

<sup>41</sup> BATES, 1979, p.12.

<sup>42</sup> REIS FILHO, 2000, p. 21.

<sup>43</sup> DERENJI, op. cit., p.148.

As casas, em geral, são pintadas de branco, destacando-se dentre elas algumas igrejas e vários edifícios públicos notáveis, com as suas altas torres e cúpulas. [...] As platibandas e cornijas das casas revestem-se de pequenas plantas, e nos altos das paredes e nichos das igrejas vêm-se musgos, relvas e mesmo arbustos ou árvores de pequeno porte.<sup>44</sup>

E sobre as casas, eles nos revelam que:

[...] o morcego vampiro está voando em redor do meu quarto, ora pousando nos caibros do telhado (as casas daqui não tem forro), ora passando perto dos meus ouvidos, e a produzir com as asas um ruído espectral. [...] Em algumas delas [referindo-se as estreitas ruas de Belém] existe calçamento apenas pedras toscas, restos de antiga pavimentação, que nunca foi reparada, ou então areia movediça ou lamaçais. As casas são irregulares e baixas, e, na sua maior parte, de alicerces construídos com uma pedra ferruginosa, muito comum nos arredores da cidade, e paredes emboçadas. [...] As cores amarela e azul são geralmente empregadas na decoração das casas.<sup>45</sup>

Nesse sentido, o clima se tornou um dos fatores físicos que mais viria a interferir na arquitetura brasileira, em especial na região norte, onde o clima quente e úmido apresenta temperaturas elevadas. “Portanto, o primeiro problema que se colocava para os arquitetos era o de combater o calor e o excesso de luminosidade provenientes de uma insolação intensa”<sup>46</sup>. A composição da malha urbana colonial se tornou uma ferramenta indispensável para o combate das altas temperaturas. Por este motivo, tornou-se necessário que as ruas fossem estreitas para impedir a penetração de radiação solar intensa nas vias. A utilização de amplos beirais nas casas urbanas e varandas nas casas rurais foram elementos arquitetônicos que ajudaram no conforto térmico das casas. O clima também seria responsável pelo estado de conservação das moradias. Nos locais com grandes índices pluviométricos, aliados aos raios solares, estes efeitos provocariam a degradação sucessiva das pinturas das casas, perdendo a vivacidade das cores aplicadas<sup>47</sup>, além de promover um custo maior para a manutenção regular das fachadas. “Isto explica o uso intenso de mármore e do azulejo, no revestimento das paredes externas de muitos edifícios, conservando-as como novas por vários anos”<sup>48</sup>, como é o caso de Belém, onde ainda se encontram vários exemplares de casas com azulejos construídas durante o período em questão no centro histórico da cidade.

<sup>44</sup> WALLACE, 1939, p. 3.

<sup>45</sup> Ibid., p. 6-7.

<sup>46</sup> BRUAND, 1981, p.12.

<sup>47</sup> “As igrejas e os edifícios públicos são vistosos; mas os estragos, causados pelas intempéries, e alguns retoques extravagantes, que neles têm sido feitos, muito os têm prejudicados, que neles têm sido feitos, muito os têm prejudicado, afeitando-os”. (WALLACE, op. cit., p. 6). Além do que, “a impressão geral da cidade, para uma pessoa recém-chegada da Inglaterra, não poderá ser muito favorável. Vê-se tanta falta de asseio e de ordem, uma aparência tal de descuido, de relaxamento, de negligência e de desânimo, que logo de princípio notamos, que parecem torná-la uma cidade absolutamente intolerável. Esta impressão, porém, logo desaparece, e verifica-se que algumas destas particularidades são decorrentes do clima”. (Ibid., p. 8).

<sup>48</sup> BRUAND, op. cit., p.12.

A vegetação na capital paraense também se tornou um fator importante no combate às altas temperaturas. Neste caso, durante o período que antecede a *belle-époque*, a vegetação encontrava-se em estado *natural*, não existindo os jardins formais nas moradias devido às características de implantação da casa no lote. As casas eram os próprios limites das ruas, pois a maioria das vias públicas também não apresentava calçamentos, nem espaços destinados à criação de canteiros. Contudo, como veremos no próximo capítulo, é a partir do século XX que a implantação das casas nos lotes viria a modificar profundamente a paisagem urbana no Brasil. Nesse sentido, a paisagem da *Belém das bananeiras* seguia o padrão colonial urbano, como podemos observar:

Aqui se encontram, de quando em quando, trechos de calçada, de poucas jardas de extensão, porém tão poucos, que servem apenas para tornar a vossa caminhada sobre ásperas pedras, ou profunda areia, mas desagradável por comparação. As outras ruas são todas muito estreitas. Em algumas delas existe calçamento, consistindo apenas em pedras toscas, restos de antiga pavimentação, que nunca foi reparada, ou areia movediça ou lamaçais.<sup>49</sup>

Assim, percebe-se que a relação com os quintais tem grande importância na vida dos moradores na *Belém das bananeiras*. Os quintais, além dos fins recreativos, tornaram-se, em especial, locais destinados à criação de pequenos animais, hortaliças, à plantação de pomares. Neste caso, os alimentos extraídos dos quintais eram importantes à constituição das refeições de seus moradores, pois a alimentação nesse período era escassa e cara, devido aos altos fretes referentes à importação de mercadorias de outras cidades brasileiras e também pela dificuldade de acesso à região. Alguns dos habitantes de Belém contavam com as frutas de árvores encontradas nas ruas da cidade para compor à sua alimentação. A partir dos relatos dos viajantes, podemos melhor compreender a relação desses moradores com o quintal:

Nas estradas públicas, alinham-se elas em extensas filas, e todo quintal é bem provido delas [referindo-se às laranjeiras], de sorte que o seu custo é quasi só trabalho de colher e levar para vender. A manga também é muito abundante, em algumas das avenidas da cidade as mangueiras são plantadas alternadamente com as mangabeiras, ou árvores de algodão-seda, que atingem grande porte, mas são de folhas decíduas, de modo que não servem para fazer sombra, como outras árvores de folhagem sempre verde.<sup>50</sup>

As casas, em sua maioria, achavam-se em estado bastante precário, e por toda parte se viam sinais de indolência e desleixo. As estacas de madeira que cercavam os quintais, invadidos pelo mato, jaziam quebradas pelo chão, e magros poços, cabritos e galinhas entravam e saíam pelos buracos na cerca. No meio de tudo isso, porém, compensando todas as falhas, ressaltava a esplendorosa beleza da vegetação. As copas sombrias e espessas das mangueiras eram vistas por toda parte, surgindo por entre as cãs, em meio à fragrância das laranjeiras, limoeiros e outras árvores frutíferas tropicais.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> WALLACE, 1939, p. 7.

<sup>50</sup> Ibid, p. 13.

<sup>51</sup> BATES, 1979, p.12-13.

A influência do meio físico, porém, não conseguiu exceder a importância na arquitetura daquela oriunda dos fatores de ordem econômica. As casas acabavam por refletir as técnicas construtivas a partir dos recursos materiais naturais disponíveis ou fabricados na região. A sua construção também dependia “da facilidade de transporte desses materiais, ou das possibilidades financeiras dos clientes, que dependem em grande parte da situação econômica do país”<sup>52</sup>. Na prática, este aspecto se revelou por meio de técnicas construtivas mais rudimentares e na uniformidade dos partidos arquitetônicos das casas. Desta forma, percebe-se que os materiais utilizados nas casas acabavam por revelar a situação geográfica tanto do país, quanto da própria região. Um exemplo disso é que no Brasil não havia boas jazidas, e, assim, a utilização de pedras nobres era escassa. As pedras eram empregadas ao natural e somente em partes essencialmente decorativas. Durante o período colonial, a resposta para este problema viria com a utilização dos materiais abundantes encontradas nas regiões brasileiras. Nos casos mais simples, as paredes eram de tijolos de adobe, de taipa de pilão ou de sopapo e a madeira utilizada nas estruturas e esquadrias<sup>53</sup>. Já nas residências mais importantes “empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal”<sup>54</sup>.

Na *Belém das bananeiras*, os principais tipos de habitação encontrados eram as casas térreas e os sobrados. Mesmo em casas de pessoas com maior poder aquisitivo, não havia maior distinção arquitetônica. Apresentavam apenas, maiores dimensões ou número de ornamentos, o que, segundo Reis Filho, não chegava a caracterizar um tipo distinto de habitação. O sistema de cobertura das casas consistia na construção em duas águas, que lançava parte da água das chuvas para frente da casa e outra parte para o quintal, onde seria absorvida pelo solo. As variações arquitetônicas eram mais percebidas em casas de esquina. Neste caso, aproveitava-se a construção das casas utilizando-se das duas fachadas, inovando desta forma o esquema de planta e de telhado. Reis Filho relata que as diferenças fundamentais entre estas habitações de casas térreas e de sobrados consistiam, sobretudo, no tipo do piso: assoalhado no sobrado, e de chão batido na casa térrea, com isso definindo as condições no estrato social de seus moradores pelo tipo de casa habitada.

Ainda em relação às fachadas, as esquadrias tornaram-se um elemento arquitetônico determinante para a composição estética das moradias. As janelas de vidro ou vitrais chegaram em Belém apenas em 1848. Ainda assim, por serem caras, eram consideradas elementos de extremo luxo. Neste caso, as esquadrias de madeira eram as mais

---

<sup>52</sup> BRUAND, 1981, p.15.

<sup>53</sup> Ibid., p.15.

<sup>54</sup> REIS FILHO, 2000, p. 26.

utilizadas. As molduras das esquadrias, em sua maioria seguiam o mesmo material utilizado nas paredes da casa. Já os desenhos em relevo (almofadas) nas portas e janelas, geralmente separados em duas folhas, eram os principais ornamentos moradia. Mas também, havia janelas mais simples confeccionadas com ripas de madeira. Essas janelas mais modestas tinham sua parte superior engastada na parede, e na parte inferior um gancho, onde se podia prender no teto da casa. Este tipo de janela ainda hoje é facilmente encontrado em pequenas embarcações. Havia também as esquadrias conhecidas como gelosias - uma janela retangular com trançado de madeira, “de pano, ou tecido de palha, de fibra-silvestre hábito trazido pelos lusos e ainda hoje conservado nas residências pobres dos arrabaldes de Belém”<sup>55</sup>. Este tipo de esquadria evitava que as pessoas de fora pudessem enxergar o íntimo da casa, mas não retiravam a ventilação. “As gelosias eram um característico predominante nas casas urbanas construídas no rez-do-chão, num só pavimento, fazendo face à rua, arquitetura modesta dominadora [...], pois que os sobrados só começaram a erguer-se depois da metade do século XVII”<sup>56</sup>, como podemos perceber no testemunho de Wallace:

As janelas não têm vidraças e, em lugar destas na parte mais baixa, são tapadas com um engradado de pano, suspenso na parte de cima, de modo que o fundo é móvel, e pode-se obter um rápido golpe de vista para os lados, numa e noutra direção, por detrás dos quais vimos, muitas vezes, surjirem uns olhos negros, que resplandeciam, quando passávamos.<sup>57</sup>

#### **- A moradia dos viajantes: as primeiras rocinhas de Belém.**

As moradias construídas na *Belém das bananeiras* em áreas urbanas ou rurais eram bastante distintas. As casas conhecidas como rocinhas, eram habitações típicas da região amazônica, com uma arquitetura mais rural. Segundo Tocantins, a origem do seu nome se deve a uma expressão puramente paraense que significa a lavoura preparada, ou ainda, um referencial para aquele que vem do campo ou de áreas mais afastadas<sup>58</sup>. Neste caso, como as rocinhas, usualmente estavam localizadas em áreas mais distantes do centro de Belém, tornou-se um costume dizer *eu vim da roça* ou o mesmo que *eu vim do interior*. Mas, o termo rocinha somente era utilizado em Belém e nos seus arrabaldes, pois no interior qualquer propriedade rural era chamada de chácara ou sítio. Na capital paraense, as rocinhas eram alcançadas por caminhos de terra, mas a sua principal característica era de resguardar a área íntima da casa pela utilização das varandas. Enquanto, os sítios estavam, em geral mais próximos de corpos d’água, como em margens de rios e igarapés.

<sup>55</sup> TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1961, p.54.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p.54.

<sup>57</sup> WALLACE, 1939, p. 7.

<sup>58</sup> Cf. TOCANTINS, 1961, p. 62.

As rocinhas, não significavam apenas a moradia em si, era tudo o que envolvia esta propriedade rural, seja o campo, a floresta, o pomar e todas as áreas verdes circundantes. Todo este ambiente era *uma rocinha*. Esta relação encontrava-se muito próxima das quintas de Portugal. As casas das rocinhas tinham uma arquitetura que encontrava-se totalmente adaptada às condições climáticas de temperatura e umidade elevadas, além de permitir um contato maior com a natureza, o que revelou ser o grande diferencial entre as demais moradias encontradas na Amazônia, por isso mesmo, a rocinha se tornou, digamos, o tipo de moradia oficial dos naturalistas, como no caso de Wallace e Bates:

Depois de muitas indagações, conseguimos, afinal, arranjar uma casa, onde pudéssemos instalar-nos mais á vontade. Era situada em Nazaré, cêrca de milha e meia ao sul da cidade, defronte justamente de uma bonita capelinha, por detrás da qual fica a floresta, com boas localidades para coleta de plantas a para captura de pássaros e insetos. A casa era de um só pavimento, com quatro cômodos, rodeada por uma varanda, que nos proporcionava um longo e agradável passeio. No quintal, havia laranjeiras, cafezal, mandiocal, e muitas árvores frutíferas da floresta. Nós a alugámos pelo preço de 25\$000 por mês (2 libras e 5 shillings), o que é relativamente muito caro para o Pará; como porém, não encontrássemos outra mais conveniente, concordámos com o preço.<sup>59</sup>

.....  
A casa era uma construção quadrada e se compunha de quatro cômodos de igual tamanho. O telhado se projetava para fora, à volta toda da casa, formando uma ampla varanda muito fresca e agradável, onde se podia descansar e trabalhar. [...] o acesso à propriedade se fazia por um portão de ferro situado numa pequena praça relvada, ao redor da qual se agrupavam algumas casas e choupanas cobertas de folhas de palmeira, as quais na época constituíam o povoado. O prédio mais importante do lugar era a capela de Nossa Senhora de Nazaré, situada defronte de nossa casa.<sup>60</sup>

**Figura 2: Capela de Nazaré em 1848, próximo onde moraram Bates e Wallace.**



Fonte: WALLACE, 1939, p. 24.

Os viajantes em geral preferiam morar em rocinhas ou chácaras por estarem em maior contato com a vegetação de seu entorno ou do seu próprio quintal, o que consideravam

<sup>59</sup> WALLACE, 1939, p. 22-23.

<sup>60</sup> BATES, 1979, p.31.

muito mais propício para o seu tipo de trabalho por se sentirem circundados com o que consideravam a floresta nativa. Por isso mesmo, o conforto não era considerado uma de suas prioridades. Assim, em suas casas, estes homens acabavam por melhor se adaptar utilizando-se de certos costumes do povo amazônico. Neste caso, a maioria das famílias de Belém dormia em redes, amplamente usada durante este período. E, sobre isso Wallace revela:

Não há aqui camas, nem colchões, usando-se em seu lugar rêdes, trançadas de fio de algodão, que oferecem bom conforto para se dormir e que são mesmo muito convenientes, por causa da sua portabilidade. As rêdes, algumas cadeiras, constituem todo o nosso mobiliário mais indispensável.<sup>61</sup>

Os quartos espaçosos e altos, com poucos móveis, tendo cada um meia dúzia de portas e janelas, a princípio parecerão pouco confortáveis, porém, são muito bem apropriados a um clima tropical. Quartos com tapetes, cortinas e almofadas seriam aqui intoleráveis.<sup>62</sup>

Segundo Roberto Soares, essas rocinhas eram mais simples e construídas com madeiras, em taipa ou em pau-a-pique. O partido arquitetônico dessas casas seguia formas retangulares e avarandadas, com telhado em quatro águas. As rocinhas eram sinônimas de casas ventiladas, arejadas e muito bem iluminadas. A varanda oferecia o abrigo e o conforto necessário para as famílias que ali ficavam escondidas entre a vegetação que lhes davam o aspecto de frescor<sup>63</sup>. No século XIX, as rocinhas teriam suas principais características mantidas, como a relação e o contato direto com a vegetação de seu entorno, mas, o partido arquitetônico dessas casas seria completamente modificado. As rocinhas seriam transformadas em suntuosas casas de campo das classes mais abastadas de Belém.

### - Por uma nova arquitetura

Em 1753 chegaria na capital paraense, o arquiteto italiano Antônio José Landi. Ele seria considerado um dos maiores responsáveis pela realização das obras religiosas e civis de Belém. O arquiteto também seria consagrado pelos seus projetos que já utilizavam um *novo estilo* arquitetônico, e que ainda estava por se difundir no Brasil como um todo. Este novo estilo era o Neoclássico, ou como alguns autores preferem chamar, estilo classicizante, pois estes consideram que nunca houve um estilo Clássico previamente no Brasil. Nos relatos dos viajantes podemos observar que algumas casas já apresentavam esta nova tendência:

[...] das casas e das igrejas, sendo estas construídas obedecendo a um aduleramento e pitoresco estilo italiano.<sup>64</sup>

<sup>61</sup> WALLACE, 1939, p. 4.

<sup>62</sup> Ibid. p. 8.

<sup>63</sup> SOARES, Roberto de La Rocque. *Vivendas rurais do Pará: rocinhas e outras* (do séc. XIX ao XX); levantamentos arquitetônicos e busca bibliográfica. Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 1996, p. 26.

<sup>64</sup> WALLACE, op. cit., p. 6.

Ruas margeadas por vastas residências particulares, em estilo italiano, apresentavam-se em mau estado de conservação com matos e arbustos nascendo de grandes rachaduras nas paredes. As vastas praças públicas estavam cobertas de mato, e extensos trechos alagados tornavam-se intransitáveis. O comércio, entretanto, estava começando a reflorescer, e antes de partir dali pude notar grandes progressos na região [...].<sup>65</sup>

No Brasil, o Neoclássico somente se difundiu com a Missão Francesa que veio com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, e que em 1816, fundou no Rio de Janeiro a primeira escola de arquitetos. Ainda assim, durante este momento surge um novo tipo de residência, a casa de porão alto. Este tipo de moradia marcou a transição das casas térreas e de sobrado rés do chão para as moradias elevadas do nível do solo por meio da introdução de porões. A casa de porão alto seria uma renovação “dentro dos velhos moldes construtivos<sup>66</sup>”, e que teria uma larga difusão no período em que se segue.

**Figura 3: Esquema de transição das casas coloniais para as casas de porão alto (esq.).**

**Figura 4: Implantação da arquitetura colonial urbana, colada às divisas de lotes estreitos e profundos (dir.).**



Fonte (3): REIS FILHO, 2000, p. 42; (4): BITTAR et al., 2007, p. 141.

O naturalista Henry Bates que passou aproximadamente onze anos distante de Belém, percorrendo quase todo o Pará à busca do conhecimento da fauna e flora amazônica. Em seu regresso à capital paraense, ele descreve (e com um surpreso espanto) a cidade em suas primeiras transformações urbanas. E sobre esta *nova* Belém, ele revela:

As ruas, outrora sem calçamento e cheias de pedras soltas e areia, estavam agora caprichosamente pavimentadas; as casas feitas fora do alinhamento haviam sido demolidas e substituídas por construções mais uniformes. A maioria das casas velhas e desmanteladas cedera lugar a belos edifícios construídos acima do nível da rua, com extensas e elegantes sacadas no primeiro andar. As grandes praças, outrora

<sup>65</sup> BATES, 1979, p.21-2.

<sup>66</sup> REIS FILHO, 200, p. 40.

verdadeiros lodaçais, tinham sido drenadas, capinadas e plantadas com fileiras de amendoeiras e casuarinas, transformando-se em belos ornamentos para a cidade, ao invés de constituírem um triste espetáculo para os olhos, como ocorria no passado. Minha avenida predileta, a Estrada das Mongubeiras, tinha sido reformada e ligada a várias outras magníficas orladas de árvores que em poucos anos tinham crescido o suficiente para proporcionarem uma agradável sombra; uma delas, denominadas Estrada de São José, tinha sido toda plantada de coqueiros. Sessenta veículos para transporte coletivo, além de cabriolés (muito deles fabricados no Pará) enchem agora as ruas, contribuindo para aumentar a animação das bonitas praças, ruas e avenidas.<sup>67</sup>

Entretanto, percebe-se que a capital paraense não estava sendo transformada apenas no campo urbanístico. Os costumes e o modo de viver também estavam se modificando. Neste caso, o custo de vida havia aumentado expressivamente, causando espanto ao naturalista. Weinstein explica que na Amazônia, a alta progressiva da borracha foi visível e de forma incontestável a partir de 1850, mesmo com as flutuações viria a incidir sobre o custo de vida de sua população. O ano de 1858 revelou valores da alta do produto e a árvore<sup>68</sup> que Bates e Wallace ouviram falar muito antes deste período, proporcionaria as primeiras mudanças na *Belém das bananeiras*, como podemos observar:

O custo de vida tinha quadruplicado, uma consequência natural de ter a procura de mão-de-obra e dos produtos locais aumentado em proporção muito maior do que a oferta, devido ao acréscimo de grandes levas de novos residentes que nada produziam e às grandes importações de capital originadas pela companhia de navegação e os negociantes estrangeiros. Em 1848, o Pará era uma das cidades em todo o continente americano onde era mais barata a vida; atualmente está entre as de vida mais cara. [...] Os aluguéis eram exorbitantes; uma miserável casinha de dois cômodos, de paredes nuas e sem nenhum conforto, era alugada à razão de 18 libras esterlinas ao ano. Finalmente, os criados se achavam fora de alcance de qualquer pessoas de posses moderadas. Uma ineficiente cozinheira ou um carregador não trabalhavam menos de três ou quatro xelins por dia, além da casa e comida, sem falar no que roubavam dos patrões.<sup>69</sup>

Ainda assim, para Bruand, o fenômeno mais importante sobre o meio geográfico são as condições históricas que acompanharam o desenvolvimento da arquitetura brasileira. Por estes motivos, torna-se de fundamental importância estudar as transformações da sociedade que seguiram à evolução econômica, os componentes da mentalidade brasileira, e as condições políticas que permitiram a eclosão do movimento renovador<sup>70</sup>.

<sup>67</sup> BATES, 1979, p. 296.

<sup>68</sup> “Quando estávamos para regressar e na ocasião em que reparávamos mais demoradamente numa das árvores que se achavam em nossa frente, alí perto, pareceu-nos que íamos ter a surpresa de ver a seringueira ou árvore-da-borracha. Arremetêmos para ela, machado em punho, cortámos um pedaço da casca, e tivemos a satisfação de ver logo a sua extraordinária seiva a escorrer ao longo do tronco. Guardámos um pouco desse precioso leite, na caixa que comigo trazia, e no dia seguinte verificámos que era de fato a genuína borracha, de côr amarela, possuindo todos os seus característicos”. WALLACE, 1939, p. 40.

<sup>69</sup> BATES, op. cit., p. 297.

<sup>70</sup> BRUAND, 1981, p. 19.

Em Belém, a renovação arquitetônica viria com o ciclo da borracha, e, que seria capaz de transformar as formas de (se) morar na cidade. E, sem este *breve passeio* pela *Belém das bananeiras*, seria difícil uma melhor compreensão sobre as transformações urbanas e das moradias que Belém passaria durante o período de 1870-1910. Assim, muito mais do que entender a ruptura das estruturas urbanas coloniais, optou-se em revelar as rupturas estilísticas de tradição portuguesa na arquitetura belenense. “[Agora] os paraenses procuravam imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés da mãe-pátria”<sup>71</sup>. Era a *Belém das bananeiras* rumo à cidade das mangueiras da *Belém da borracha*:

Do outro lado da cidade, perto da velha estrada de acesso aos moinhos de arroz, várias dezenas de trabalhadores, contratados pelo governo, ocupavam-se em abrir através da mata uma larga estrada para veículos até o Maranhão, capital da província vizinha, distante 380 quilômetros do Pará. Isso havia destruído totalmente a quietude do antigo e belo caminho da floresta. [...] os naturalistas, a partir de agora, terão que ir muito mais longe da cidade para encontrar o soberbo cenário da selva virgem, que ficava tão perto em 1848.<sup>72</sup>

## **1.2 – A *Belém da borracha*: economia, sociedade e urbanização em Belém de 1870 a 1910.**

A partir de 1850, a cidade de Belém entra numa nova fase de desenvolvimento econômico: o ciclo da borracha. Esta foi uma *era*, se assim podemos dizer, do luxo e da modernização, em que a cidade tornou-se mundialmente conhecida por seu produto *notável*, a borracha. Mas, se esta foi uma *era* de riquezas, quer sejam de natureza econômica, patrimonial, urbana, essas riquezas não foram comuns à sua população como um todo. Contudo, podemos perceber que esta foi uma era de notável transformação urbana da capital do Pará, marcada na fisionomia da cidade, e que ainda hoje guarda em muitas de suas casas o *testemunho* do ciclo gomífero.

Assim, a *Belém das bananeiras* ficou para trás e a cidade se transformava na *Belém da borracha*, uma Belém que pode financiar a construção da *Belém moderna*. Uma vez que a partir de 1870, a capital paraense havia consolidado sua produção de goma elástica, e neste caso, “a cidade, que crescera muito pouco em mais de 200 anos, restringindo-se ainda aos dois núcleos iniciais, [alterava-se] profundamente. Sob o sopro inovador das conquistas econômicas da borracha, a cidade se modifica, se expande e se reconstrói”<sup>73</sup>. Esses núcleos aos quais Derenji se refere são a freguesia da Sé, onde se situava o bairro da Cidade, o mais antigo de Belém, com as primeiras ruas, edificações religiosas e administrativas, e a freguesia de Sant’Ana, no bairro da Campina. Com a expansão da cidade surgiram mais dois núcleos, como assim explica Cancela, a freguesia da Santa Trindade, por onde se consolidava a nova

<sup>71</sup> BATES, 1979, p. 297.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 298.

<sup>73</sup> DERENJI, 1987, p. 149.

estrutura viária que chegava até o arraial de Nazareth<sup>74</sup>, formando, este, a última freguesia da cidade. Esta era a *nova* Belém, construída a partir do lema de Modernidade, Progresso e Civilização. Mas, antes de se entender a concepção da *Belém moderna*, é necessário entender de forma breve como se deu o desenvolvimento econômico da região, que elevou uma cidade *esquecida* em centro comercial promissor<sup>75</sup>, e como a sociedade paraense lidou com as transformações urbanas realizadas na *Belém da borracha*.

Nesse sentido, pretende-se revelar como o capital gomífero se tornou o principal agente financiador das transformações físicas da cidade, o que conseqüentemente engendrou em profundas alterações em sua paisagem urbana. Para isso, é necessário examinar como se deu o tratamento das políticas públicas nos espaços com localização periférica que, em grande parte eram destinados às classes mais baixas, por isso mesmo, locais que não mereciam grande preocupações pelo Poder Público. Ou seja, o bem estar *de todos*, como em alguns discursos políticos, significou, na prática, o bem estar apenas das classes mais abastadas. Contudo, deve-se revelar como uma cidade que produziu a metade da borracha mundial lidou com transformações, interesses e contradições num espaço de tempo relativamente pequeno, mas que foi capaz de inserir a cidade amazônica no plano internacional.

Para responder a estas questões, torna-se necessário esclarecer que para este estudo não se pretende realizar uma detalhada discussão histórica e historiográfica dos processos históricos ocorridos durante o período de 1870-1910. Mas, sobretudo, compreender como o espaço de urbano de Belém foi modificado pelo Poder Público para atender as exigências de uma parte da população, neste caso, a da elite gomífera, e como este processo influenciou a transformação da estrutura sócio-espacial da capital paraense. Por este motivo, optou-se no corpo desta dissertação, revelar parâmetros e alguns pontos referentes ao desenvolvimento econômico da região que justamente elevaram a borracha como fonte de riquezas, no que se refere ao crescimento e urbanização de Belém. Este estudo torna-se fundamental importância, pois nos permite uma melhor compreensão sobre a construção das formas de morar em Belém, e que serão examinados nos seguintes capítulos.

Assim, o processo de expansão urbana da *Belém da borracha* se intensificou a partir de 1870, como podemos verificar no aumento de seu patrimônio edificado:

Durante a década de 1860, que precede o grande crescimento do comércio da borracha, Belém contava com 30.000 almas em sua área urbana. O número de casas térreas girava em torno de 3.425, às quais somavam-se 400 sobrados e 25 edifícios

---

<sup>74</sup> CANCELA, Cristina. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006, p.106.

<sup>75</sup> WEINSTEIN, 1993, p. 15.

públicos.[Já] no período de consolidação da produção gomífera [1870], o número de domicílios e prédios da cidade cresceu dos cerca de 4.000 acima citados, para 69.050, o que representa um aumento de cerca de vinte vezes no patrimônio edificado da cidade.<sup>76</sup>

Com isso, podemos perceber que o crescimento urbano de Belém, impulsionado pela riqueza da borracha, criou uma nova fisionomia não somente para a cidade, mas uma nova fisionomia para cada classe social, revelada pelas formas de morar encontradas nos bairros da cidade. Por este motivo, é a partir da compreensão dos processos histórico-sociais que, examinaremos como o ciclo da borracha interferiu, direta ou indiretamente, na diversidade tipológica das moradias encontradas em Belém durante o período em questão. “O território da cidade, ao contrário de outros territórios, pode conter diversos espaços sociais, e em função disso, possuir diversas leituras desta materialidade”<sup>77</sup>. Nesse sentido, é imprescindível entender a formação dessas *várias Belém* construídas pelas desigualdades sociais na capital paraense e que foram inerentes ao desenvolvimento econômico da região.

**Figura 5: Seringal nos arredores de Belém.**



Fonte: MONTENEGRO, 1908, p. 58.

#### **- A economia da *Belém da borracha*.**

A capital do Pará até meados do século XIX encontrava-se amplamente dependente da aquisição de gêneros alimentícios e de outras mercadorias das demais regiões do país. Os altos preços dos produtos revelavam a distância geográfica de Belém aos grandes centros brasileiros. Em 1808, com a abertura dos portos às nações amigas de Portugal e a crescente demanda pelos chocolates finos na Europa, o cacau, matéria-prima da fabricação de chocolates, tornou-se um elemento expressivo na economia amazônica. Entretanto, os

<sup>76</sup> CANCELA, 2006, p. 51-2.

<sup>77</sup> SILVA, Lúcia. *A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização vida urbana*. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. Série Pesquisa em História 1. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999, p.55.

movimentos políticos, como a guerra do Pará com a Guiana (1808-17) e a Cabanagem (1835-1840), esta ocorrida também na própria capital, comprometeram a economia paraense e na queda do preço do cacau. O enfraquecimento da economia local se deve ao próprio período de distúrbios, destruição de patrimônio e de vidas, e principalmente pela diminuição da já escassa mão-de-obra na região<sup>78</sup>. Sobre a situação de Belém após esse período, Bates revela:

À época de nossa chegada, a cidade do Pará não se tinha recuperado dos efeitos de uma série de rebeliões, provocadas pelo ódio existente entre brasileiros e portugueses, sendo que os primeiros sempre buscavam, no final, a ajuda população indígena e mestiça. O número de habitantes da cidade tinha diminuído em consequência desses distúrbios, e de 24.500 em 1819 havia passado para 15.000 em 1848.<sup>79</sup>

Mas, este passado de distúrbios ficaria para trás, pois a borracha havia se tornado a *descoberta notável*, como assim ficou conhecida na Europa. As notícias sobre a borracha chegariam aos grandes centros europeus a partir dos relatos de La Condamine (1736-45) e de Fresneau (1747-49). Contudo, a borracha, originária da Amazônia, não era uma curiosidade para os primeiros habitantes da região, os “Cambebas ou Omáguas”<sup>80</sup>, já utilizavam o látex em pequenos artefatos do seu cotidiano e na utilização de seringas<sup>81</sup>. E esta foi a prática que *batizou* a árvore que lhes davam as próprias seringas, a seringueira (*hevea brasiliensis*).

No princípio, eram os índios os donos e manipuladores de uma goma que extraíam de certas árvores da floresta. Faziam-lhes incisões no caule, e brotava o leite branco, meio pastoso, em miríades de pontos, escorrendo, em fios de âmbar, pelo tronco, até cair sobre as folhas [...] estendidas no solo. E assim reuniam seiva bastante para empregar em suas manufaturas primárias: bolas, seringas, figuras de bichos etc.<sup>82</sup>

No século XIX, a borracha passou a ser um produto, caracterizado como objeto científico, em especial, como matéria-prima que revolucionaria as indústrias do Velho Mundo. A partir da goma elástica poderiam ser confeccionados diversos produtos, e em diferentes formas e modelos. Mas para que a borracha mantivesse a sua constituição maleável e que pudesse ser exportada, era necessário que ela fosse previamente coagulada. Contudo, em seu destino final, como matéria-prima na fabricação dos produtos, deveria ser realizado o

<sup>78</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 36.

<sup>79</sup> BATES, 1979, p.21.

<sup>80</sup> “Índios da tribo Tupi-guarani que habitavam a região do Solimões-Marañon, catequizados pelos jesuítas espanhóis em fins do século XVII [...] [que depois] passaram á missão portuguesa”. SANTOS, op. cit., p. 50.

<sup>81</sup> “Seringa, na linguagem amazônica, era uma bomba sem êmbolo, em forma de pêra oca, feita de borracha, com orifício na extremidade, no qual se adaptava uma cânula. Invenção dos índios, que tinham como hábito singular de utilizá-la, como limpeza de campo [...]. Chegando ao conhecimento dos portugueses tais objetos, saudados como úteis à civilização, o seu nome passou a ser também, o da árvore que jorra o leite. Árvore de seringa.” TOCANTINS, 1982, p.100.

<sup>82</sup> *Ibid*, p. 91.

processo inverso<sup>83</sup>. Em 1803, na Inglaterra, estabeleceu-se a primeira fábrica de borracha, que produzia ligaduras elásticas para suspensórios e ligas<sup>84</sup>. E no decorrer de 1820, foi inaugurada a terceira fábrica, esta com produtos manufaturados em larga escala.

Assim, o processo de coagulação do látex possibilitou a abertura de novas fábricas, que puderam atender as diversas necessidades de materiais industrializados, mas, acima de tudo, promoveu a criação de novas utilizações para o látex. Entretanto, a borracha apresentou alguns problemas em outros países, estes causados pelas variações climáticas. No calor, a borracha se tornava pegajosa, e no frio, dura e inflexível. Em 1839, este problema foi solucionado com o processo de vulcanização<sup>85</sup>, criado por Charles Goodyear, e com isso houve a intensificação do consumo da goma elástica, estimulando o surgimento de novas invenções e utilidades para a borracha. Este fato pode ser comprovado no aumento da importação da borracha pelos grandes centros mundiais, como a Inglaterra, que passou a importar de 23 ton em 1830, para 68 ton em 1845, 209 ton em 1850, e os Estados Unidos que triplicaram as suas importações de 1.000 ton em 1850, para 3.000 ton em 1865<sup>86</sup>.

O quadro estatístico das exportações amazônicas de goma elástica é por demais expressivo, e não carece de maiores justificações para traduzir uma idéia da subida espetacular das vendas brasileiras na Europa e nos Estados Unidos. Os números falam eloqüentemente. Em 1827, saíram do Pará 31 toneladas de borracha. Em 1850, aumentavam para 1.467. Vinte anos depois essas toneladas alcançaram o nível de 6.591. Em 1890, a região contribuía com 16.934 toneladas para as indústrias européias e norte-americanas. Em 1900, já eram 27.650. Daí por diante, a idade de ouro da borracha, os anos vão consignar em seguro ascencionismo, o que não quer dizer, entretanto, ausência de algumas crises de preços, como houve em 1900 e 1908, entre outras. Como anos de melhor produção: em 1909 a borracha amazônica atingiu 42.000 toneladas, em 1912 42.410 toneladas.<sup>87</sup>

Como podemos perceber, o processo de vulcanização da borracha aumentou o quadro de importações da goma elástica. Mas, é importante verificar como este quadro repercutiu na região que produzia a borracha, e quais os efeitos gerados no espaço urbano de Belém que até 1912, era a principal exportadora desse produto. Para responder a estas questões, é necessário compreender, em primeiro lugar, o sistema de produção e comercialização da borracha na Amazônia. Neste caso, este processo iniciava-se com a retirada de látex feita pelos seringueiros e seu trabalho se desenvolvia da seguinte forma:

Um seringueiro típico era responsável por “duas estradas” de seringueiras, em que trabalhava dias alternados.[...] A seguir, refazia o mesmo percurso para coletar o

<sup>83</sup> Processo introduzido por Fresnaeu que transformava o líquido leitoso em matéria-prima, no processo de descoagulação da borracha à liquefação com terebintina.

<sup>84</sup> SANTOS, op. cit., p. 45.

<sup>85</sup> Este processo consistia em misturar enxofre com a borracha em temperatura elevada (talvez a 140° a 0° C) durante certo número de horas”. SANTOS, 1979, p. 49.

<sup>86</sup> Ibid., p. 49.

<sup>87</sup> TOCANTINS, 1982, p.113.

líquido que se acumulava nas tigelas e retornava à cabana para iniciar a etapa final de seu trabalho diário – a coagulação do látex. À maneira índia tradicional, o seringueiro colocava as sementes de uricuri queimando sob um cone invertido aberto no alto; a seguir, na fumaça oleosa que saía aos borbotões pela abertura, coagulava pouco a pouco o látex, girando-o lentamente numa pá de madeira de cabo comprido. O resultado desse processo (utilizado durante séculos pelos nativos da Amazônia) era uma bola preta rija, ou “pele” de borracha.<sup>88</sup>

Assim, após o processo de defumação, os seringueiros procuravam os seringalistas - donos dos seringais, que em troca das bolas de borrachas lhes concediam algum tipo de mercadoria ou créditos em seus barracões. Esta rede de trocas ficou conhecida como aviamento<sup>89</sup>, e se tornou a força motriz de circulação comercial na região. Essas bolas de borracha defumadas eram vendidas aos aviadores, quantificadas pelo seu peso e separadas por um padrão de qualidade, dividida em três tipos de qualidade, da maior qualidade para a menor: *Pará fina*, *entrefina*, e o *cernambi*, que era o látex que ficava colado junto à seringueira e que continha inúmeros resíduos e impurezas. Posteriormente, essas bolas de borracha eram despachadas para as casas aviadoras e/ou de exportação em Belém ou Manaus, que as vendiam para os grandes centros industriais.

Esse modo, ainda que rudimentar, de comércio, foi o que justamente ajudou na manutenção desse negócio. A maioria dos seringueiros se dedicava, em grande parte a colheita do látex, o que não lhes rendia tempo na criação de animais ou pequenos roçados. Em muitos casos, tal fato decorria da proibição dos seringalistas, que acreditavam que a dedicação dos seringueiros a outros trabalhos alheios às estradas de seringueiras lhes causavam prejuízos, pois, neste caso, estes seringueiros não seriam capazes de extrair o máximo de látex possível. Contudo, na mata, somente havia o *mercado* dos senhores seringalistas, onde os preços eram extremamente abusivos, o que mantinha os trabalhadores, de certo modo, escravizados pelas dívidas quase que eternas nas tabernas locais. Havia também, o mercado informal criado pelos regatões<sup>90</sup>, onde a troca era exclusivamente realizada com bolas de borracha, longe das vistas dos senhores para evitar algum tipo de desentendimento.

---

<sup>88</sup> WEINSTEIN, 1993, p.31.

<sup>89</sup> “Essa modalidade financiamento ficou conhecida com o nome de aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro [fornecer mercadorias a crédito para pagamento com produtos em espécie]. Ela será o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha e que persiste em nossos dias, se bem que modificado e com importância atenuada”. SANTOS, 1979, p. 156.

<sup>90</sup> “Havia também inúmeros comerciantes itinerantes, os regatões, que se abasteciam em Belém e depois viajam de barco por todas as regiões do interior, até mesmo as mais isoladas, comprando borracha e vendendo farinha de mandioca, sal, roupas, [...] tudo mais quanto fosse necessário ao seringueiro e sua família.” (WEINSTEIN, 1993, p. 68). A venda direta aos regatões, ou, a inserção de impurezas para auferir no peso da borracha aumentando o seu ganho, eram algumas das formas que “o seringueiro dispunha, porém, de alguns meios de autodefesa.” (Ibid., p.36). Essas práticas ajudavam o seringueiro, de certa forma, a se manterem menos escravizados ou pressionados pelos seringalistas.

Nesse sentido, pode-se perceber que o processo de comercialização da indústria da borracha a transformou num bem patrimonioso. A riqueza da borracha, entretanto, era reduzida para aqueles que detinham as relações comerciais deste negócio. Assim, para aqueles que participavam dessa riqueza, tornou-se imprescindível que o *poder* sobre o comércio da borracha se mantivesse apenas nas mãos dos negociantes da região. Esses homens tinham receio de que a riqueza da borracha pudesse ir para mãos de estrangeiros, o que lhes causaria sérios prejuízos, inclusive para o Governo Imperial, que também participava do acúmulo de riquezas com a exportação da borracha. Neste caso, tornou-se essencial evitar qualquer tipo de domínio estrangeiro na Amazônia. Então, tornou-se necessário evitar que a região pudesse se tornar uma nova conquista imperialista, como foi o caso da China, que “foi sacrificada à dominação anglo-franco-americana”<sup>91</sup>. Para que isso não acontecesse, a região amazônica deveria se tornar um espaço mais ocupado e dinamizado.

A resposta para esta questão veio em duas frentes. Em primeiro, com a expansão e modernização dos transportes e comunicações. Neste período, o uso do navio a vapor na Amazônia, é de fundamental importância, não somente pela possibilidade da comercialização da borracha, mas por conseguir atingir lugares cada vez mais distantes, tornando o processo de povoamento, de certa forma, um pouco mais dinâmico. Assim, da navegação a vapor concedida a Mauá (1852) à abertura da navegação internacional do Amazonas (1867), também surgiram pelo processo de “interiorização os primeiros frutos, tanto materiais como os simbólicos, resultantes das trocas realizadas em torno da borracha entre a Amazônia, os Estados Unidos e a Europa.”<sup>92</sup>. Com isso, dos rios da região nasceram caminhos que serviram como estradas de escoamento da produção, e que levou à busca para lugares mais longínquos, onde houvessem seringueiras menos exploradas, povoando regiões nunca antes alcançadas<sup>93</sup>.

O processo imigratório, de forma induzida ou espontânea, tornou-se a segunda frente para o problema contra o domínio estrangeiro da região. Deste modo, a imigração também colaborou no crescimento de mão-de-obra, que se encontrava como um dos maiores problemas para a região. Assim, foi nesse sentido que o Governo de Montenegro (1908) incentivou a criação de colônias de migração européia induzida na Zona Bragantina. Esta produção agrícola deveria abastecer, em grande parte a capital paraense, chegando à cidade

---

<sup>91</sup> SANTOS, 1979, p. 54.

<sup>92</sup> COELHO, G., 2005, p. 203.

<sup>93</sup> “Saturada a capacidade de ocupação de terras, em virtude do alargamento excessivo dos latifúndios, a geografia da seringueira iria deslocar-se para outros rios, como o Jarí, o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Purus, o Juruá, atendendo à transmigração de populações do Nordeste, acossadas pelo fenômeno climático das secas. E por trás de tudo isso, a supervalorização do produto, em virtude dos apelos industriais da Europa e dos Estados Unidos.” TOCANTINS, 1982, p.105.

pela estrada de ferro Belém-Bragança, que teve sua obra iniciada em 1883. Entretanto, a região se mostrou inadequada e mal escolhida, que além dos problemas em relação à distância, dispunha de um solo pobre de nutrientes para o plantio.

Este tipo de colonização também apresentou outros problemas, em parte devido essas colônias serem compostas por colonos sem experiência ou qualquer tipo de treinamento para a agricultura. Assim, apesar do forte incentivo do Governo do Estado, a imigração induzida, não foi considerada bem sucedida, vários fatores além dos mencionados contribuíram para o repetido fracasso dessas colônias agrícolas. Em “face a tão decepcionantes resultados e ao volume de despesas para obtê-los, o Governo estadual desistiu de novas incursões no campo da imigração internacional dirigida”<sup>94</sup>. Muitos desses colonos acabaram preferindo abandonar as colônias, partindo para os seringais, ou apostaram num novo início de vida na capital paraense, como assim se deu pela migração espontânea européia e nordestina, e que contribuiu para a construção de uma *Belém moderna*.

Neste caso, podemos perceber que as mãos que ajudariam no desenvolvimento agrícola da região acabavam por optar pela *indústria* da borracha. O esforço pelo desenvolvimento agrícola da região se tornou efêmero, em grande parte pela falta de apoio da maioria de políticos e da própria população. Durante o período em questão, acreditava-se que a riqueza da borracha era suficiente para financiar a compra e/ou a importação de produtos agrícolas ou dos demais gêneros alimentícios. Além do que, os diversos artigos produzidos no exterior eram considerados superiores aos produtos nacionais. E sobre a exploração da borracha em detrimento ao desenvolvimento agrícola, podemos evidenciar que:

Se um paiz possui um producto em cuja exploração cada homem pôde auferir proveitos três, quatro ou mais vezes maiores do que qualquer dos ramos da agricultura, é de bom senso que elle prefira esse trabalho. Ora, o Pará possui na borracha esse producto e é racional que o maior numero possível de homens da província se occupem na exploração delle.[...] Mas se esses gêneros [os agrícolas] [...] porque todos elles são mais ou menos produzidos em outras províncias e paizes, cuja competencia em qualquer mercado consumidor muito naturalmente depreciaes-ia. [...] Cada povo deve explorar mais o trabalho que mais vantagens lhe der [no Pará, a borracha].<sup>95</sup>

.....  
Variadíssimos são os productos naturaes desta fertilissima região, o que, entretanto, mais entre todos avulta é a borracha, que incontestavelmente a principal fonte de riqueza da província e causa manifesta do seu tão espantoso desenvolvimento comercial ao qual o de nenhum paiz pôde ser comparado. É certo que, a medida que a industria extractiva da borracha se desenvolve, definha não só a agricultura como definham as indústrias; parece-nos, porém, que isto não é só um bem, mas uma grande bem, pois sempre nos pareceu muito exclusiva a opinião de que só agricultura continue a riqueza e felicidade dos povos.[...] Parece concludente que a

<sup>94</sup> SANTOS, 1979, p. 93.

<sup>95</sup> REVISTA DA SEMANA. *Jornal do Brasil*, Belém, domingo, 20 de setembro de 1908. Edição semanal ilustrada (texto do Governo Municipal de Belém). Anno XII, n. 436. não paginado.

sua preferência deve recair sempre no gênero de trabalho que lhe for mais lucrativo, porque será o que melhor preenche o fim que tem em vista. A extracção da borracha é incontestavelmente trabalho mais bem remunerado do que qualquer trabalho agrícola.<sup>96</sup>

No entanto, é necessário mencionar que nem todos os políticos ou estudiosos preconizavam a borracha como, digamos assim, o *eldorado* da Amazônia ou que estivessem de acordo com esse *enriquecimento abrupto*. Algumas autoridades e intelectuais chamavam atenção para a efemeridade da borracha, alertando os perigos dessa monocultura em virtude do desenvolvimento econômico da região como um todo. Um exemplo deste pensamento se fez em José Veríssimo:

No comércio da Amazônia se fazem fortunas numerosas e rápidas, grandes mesmo, mas na realidade não há ali riqueza acumulada, não há capital bastante às necessidades do já importantíssimo tráfego da região. E como esta vive exclusivamente de um único produto, está por isso mesmo sujeita às oscilações do valor comercial desse produto, às flutuações de seu preço, às suas crises que logo resultam nos da mesma região. É que sucederá em qualquer país cuja economia assente no comércio de um só produto.<sup>97</sup>

A partir do relato de Veríssimo, percebemos que ele estaria prevendo o futuro do colapso da borracha na Amazônia. E o revés dessa situação de tranqüilidade viria com a vertiginosa queda do preço da borracha, dentro as inúmeras crises. Santos explica que a crise 1900-02 representou um golpe quase mortal na economia amazônica, combinada pelos efeitos da depressão mundial e da chamada *crise dos bancos* brasileira. Já a crise de 1905-08, agravou-se pela pressão nas cotações da borracha e pela recessão de 1907, desarticulando-se de vez a partir de 1911<sup>98</sup>.

O colapso da borracha na Amazônia viria ironicamente das cultivadas seringueiras, que foram levadas do ambiente amazônico para a Ásia<sup>99</sup>, onde se dispunha de mão-de-obra abundante e mais barata, oferecendo assim maior produção de látex por menor preço. Este se tornou um dos principais motivos que levou a região amazônica a perder seu monopólio na produção e no domínio do mercado mundial do látex. Assim, podemos perceber que a economia da borracha se mostrou frágil, e em verdadeiros *ciclos*. Nem as inovações

<sup>96</sup> Ibid., não paginado.

<sup>97</sup> VERÍSSIMO apud TOCANTINS, 1982, p. 109.

<sup>98</sup> “Em 1910, quando o esgotamento dos estoques de borracha no mundo e a ação altista dos especuladores se articulam, os preços explodem, atingido a alturas sem precedentes e anormais. Foi o sinal histórico da iminência do colapso”. SANTOS, 1979, p. 235.

<sup>99</sup> Segundo Santos (Ibid., p. 229-231), o governo inglês resolveu proceder à agricultura de seringueiras. Para realizar tal façanha, em conjunto com a India Office, jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, e os Royal Botanic Garden, na Índia, coletou e enviou mudas para uma plantação experimental. O que não foi suficiente, assim, contrataram o inglês Henry Wickham para arregimentar o maior número de sementes possível para o jardim de Kew, posteriormente, já em forma de pequenas mudas, foram transplantadas para o Ceilão. Assim, se iniciou o programa de heveicultura na Ásia.

tecnológicas criadas pelo consumismo crescente de uma indústria, como a dos pneumáticos, da *mania das bicicletas*, e posteriormente, com a fabricação de automóveis, conseguiriam evitar a queda da borracha na Amazônia, muito menos minimizar os efeitos drásticos que repercutiriam na economia amazônica, nem evitar o período de estagnação que Belém passaria após o período em questão.

**- A sociedade da *Belém da borracha*.**

A riqueza da borracha não estimulou somente o desenvolvimento econômico da região, mas também foi capaz de financiar uma nova fisionomia urbana para os seus principais núcleos urbanos. Contudo, a construção da *nova urbe* da capital paraense, somente se realizou com a instauração da República. Neste caso, a constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, estabeleceu aos estados a arrecadação de impostos de exportação. “Assim, o estado do Pará viu-se, de repente, como único beneficiário dos 22% de tarifa imposta sobre toda a borracha vendida ao exterior. Em 1892, esta soma atingiria 6.139 contos (cerca de 1,5 milhão de dólares)”<sup>100</sup>.

A borracha tornou-se fonte de riquezas. Aliás, poucos eram aqueles que realmente participavam dessa prosperidade econômica<sup>101</sup>, o que compôs um novo tipo de elite, a gomífera. A grande atração desse legado de prosperidade, se é que podemos chamar assim, era a própria cidade. As capitais da borracha, como Belém e Manaus, encontravam-se muito mais próximas do ritmo de grandes centros, onde a circulação do capital proveniente desses recursos realmente pode se engendrar.

Os anos de expansão não só ampliaram enormemente as oportunidades de emprego e de investimento no negócio da borracha, como também deram origem a um grande número de novos empreendimentos públicos e privados - a maioria deles localizados em Belém - que podem ser considerados subprodutos da economia de exportação.<sup>102</sup>

Como podemos perceber, essas cidades acabaram sendo gerenciadas pela comercialização da borracha, e nelas estavam localizados os bancos, as casas aviadoras, os importadores, os estabelecimentos comerciais em geral, dentre outros. Assim, para o Poder Público era importante que Belém mantivesse sua urbanização atraente. Na prática, uma cidade *modernamente* bela era capaz de atrair mão-de-obra, financiamentos, lojas e comércios, entre outros interesses. Para este fim, seria necessário que o Poder Público

<sup>100</sup> WEINSTEIN, 1993, p.132.

<sup>101</sup>“Nem todos, porém participavam da generosidade dos anos de expansão. As vantagens que desfrutavam os vários segmentos da elite, como resultado da lucrativa atividade da borracha, raramente extravasam para as classes trabalhadoras e pequenos produtores. [...] Essas condições aguçavam o contraste entre a vida na cidade, tumultuada e moderna, e a rotina monótona e desumana no interior”. Ibid, p. 91.

<sup>102</sup> Ibid, p.104-5.

investisse em melhorias no espaço urbano de Belém, nas mais diversas obras públicas. A construção dessa nova paisagem urbana era projetada a partir da renovação e construção de equipamentos urbanos, calçamentos, prédios públicos. Mas, sobretudo, a capital paraense deveria oferecer aos seus habitantes serviços urbanos e de infra-estrutura, como os encontrados nos grandes centros urbanos da Europa.

Contudo, as primeiras etapas do crescimento ligado à exportação não estimulou uma urbanização rápida: o número real de habitantes na cidade portuária de Belém pouco cresceu durante as décadas de 1870-1880. Pode-se presumir que isso tenha sido devido à atração dos seringais e à migração rumo a oeste. [...] Na década de 1890, contudo, alterava-se o destino de Belém. A capital se tornara lugar de residência principal da elite da região [...].<sup>103</sup>

Assim, a capital paraense passou a dispor de vários serviços urbanos que ofereciam um melhor conforto citadino aos seus moradores. E por esses motivos as famílias dos seringalistas ou a *nova* elite gomífera, aquela que não era oriunda da região, passaram a se estabelecer em Belém. Neste caso, a própria expansão urbana favoreceu “a criação de novos bairros como Batista Campos, Marco, Nazaré, Umarizal, onde a elite pode construir suas confortáveis casas, [...] distantes do abafado centro comercial”<sup>104</sup>, bem como um novo estilo de vida. Assim, as transformações urbanas em Belém, não se deram apenas em sua esfera física, mas também se deu no comportamento social, em especial pelas exigências da elite gomífera no espaço urbano de Belém. O desenvolvimento econômico da região promovida pelo negócio da borracha provocou profundas alterações também em sua composição social, e por conseqüência no modo de vida, costumes e comportamento da população em geral.

Com efeito, o incremento das vendas do látex colocou a Amazônia e seus homens de negócio em contato mais constante com a economia, sociedade e a cultura dos países europeus assim como os Estados Unidos. Mudanças operaram-se na vida social e na sociabilidade do Pará que chegaria, iniciada a década de 1870, a um patamar mais complexo das relações instauradas entre seus grupos sociais proeminentes e os valores e práticas do mundo cultural erguido sobre os pilares do capitalismo industrial e da sua ideologia.<sup>105</sup>

Percebe-se, no entanto, que a riqueza da borracha também assegurou as extravagâncias e a opulência dessa elite. Os navios a vapor que vinham da Europa e Estados Unidos, traziam de seu destino, mercadorias e artigos de luxo que abasteciam as principais lojas de Belém. As importações variavam de artigos comestíveis, como manteiga, biscoitos, chás, a artigos mais luxuosos, como louças, tecidos, chapéus, e vestidos, vindos de lojas com o bom-gosto e refinamento dignos da capital francesa. Tais produtos eram vendidos em lojas como o Profeta, Paris n'América, Ville du Havre. Os nomes das lojas já serviam como uma

<sup>103</sup> WEINSTEIN, 1993, p.105.

<sup>104</sup> SARGES, 2002, p. 52.

<sup>105</sup> COELHO, G., 2005, p. 205.

espécie de *marketing* de caráter mais apelativo, tanto pelo afrancesamento de seu nome, quanto pela indicação da natureza de seu porto<sup>106</sup>. Este tipo de recurso também era utilizado em vários outros estabelecimentos. As extravagâncias da elite eram tão pitorescas que se ouviam histórias de que os senhores mandavam lavar suas camisas na Europa<sup>107</sup>.

A sociedade, assim como o espaço de Belém, aburguesava-se, desta forma, surgindo, além das lojas de diversos artigos importados, locais de entretenimento e diversão, como “o Café Chic, Café da Paz (local preferido de reuniões para discussão política), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche, este último considerado um dos principais centros da sociedade paraense<sup>108</sup>”. Esses locais reuniam “homens e mulheres que buscavam o teatro, os jogos e cafés, trajando-se à maneira européia, como que a *imitar* o comportamento social da Europa”<sup>109</sup>. A sociedade paraense acabava por se virar contra o seu passado colonial, pois era composta por uma elite dominante constituída pelas famílias ilustres de Belém e dos *novos ricos*<sup>110</sup>, que se mantinham da riqueza da borracha.

Contudo, deve-se levar em consideração que a nova composição social também se deu pela influência da migração espontânea européia. As famílias de origem estrangeira em muitos casos também vinham em busca de uma vida melhor na capital paraense, mas elas ajudavam manutenção da economia de Belém, pois, neste caso, estas famílias, por justamente atuarem em negócios indiretamente ligados à borracha, ofereciam, assim, maiores e melhores serviços à elite gomífera, como podemos ver no exemplo a seguir:

A obra dos ingleses no aparelhamento da região quanto à infra-estrutura, de portos, energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, etc; a de alemães, americanos, franceses e ainda ingleses, no setor da comercialização e do crédito; a dos hebraicos, inclusive judeu-espanhóis e norte-africanos, que remonta a meados do século XIX, nas práticas de escritório contabilidade comercial; a dos sírio-libaneses, no comércio de regatão; a dos portugueses, no comércio varejista e também no atacado.<sup>111</sup>

Entretanto, para a construção da nova paisagem urbana de Belém, Sarges explica que surgiria uma nova força de trabalho, composta por operários, serventes, ajudantes e construtores que ajudariam na construção e manutenção de obras públicas, e no desenvolvimento de outros ofícios propriamente urbanos, como alfaiates, sapateiros, relojoeiros, marceneiros, dentre outros profissionais, em grande parte de origem nordestina.

<sup>106</sup> Ibid, p. 208.

<sup>107</sup> WEINSTEIN, op. cit., p.107.

<sup>108</sup> SARGES, 2002, p.82-83.

<sup>109</sup> COELHO, G., 2005, p. 210.

<sup>110</sup> “A economia da borracha determinou alterações acentuadas na estrutura social de belenense. Surge, então, uma classe de homens e políticos e burocratas formada por nacionais; os comerciantes, basicamente portugueses; os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundos das universidades européias. Esta era a composição da elite dominante”. SARGES, op.cit, p. 86.

<sup>111</sup> SANTOS, 1979, p. 97.

Esta seria a nova estrutura social imposta pela riqueza da borracha, fazendo da *Belém da borracha*, um espaço de contradições urbanas, e que incomodaria esta elite gomífera. Assim, com o intuito de se reverter esta situação de contradições, Belém precisava ser transformada numa verdadeira capital soberana à riqueza da borracha, para que desta maneira pudesse seguir o rumo do progresso e da modernização. Mas, para alcançar este objetivo, o Poder Público e a elite gomífera não mediriam esforços para tornar a capital paraense uma *Belém moderna*, como deve ser discutido a seguir.

### **1.3 - A *Belém moderna*: a nova fisionomia urbana de Belém (1897-1910).**

No final do século XIX, Belém passou por um processo de reformulação de seu espaço urbano, pois era necessário que a capital paraense se tornasse uma cidade moderna – não uma cidade moderna qualquer, mas uma que pudesse assumir a condição de a “*Paris Tropical*”<sup>112</sup>. A *Belém moderna* nada mais foi do que um período específico de transformações urbanas exercidas pelo Poder Público, seguindo um projeto urbanístico de aformoseamento e embelezamento da paisagem urbana financiado pela Belém da borracha (1870-1910).

Se Belém havia crescido muito pouco nos duzentos anos anteriores, a partir de 1880 a cidade teve o seu crescimento acelerado, com a criação de novos bairros, muito deles burgueses. A inevitável expansão urbana da capital paraense levou a cidade para áreas mais afastadas do centro, ocupando, assim, as áreas periféricas, situadas em locais alagáveis e consideradas impróprias para a habitação. Desta forma, podemos perceber que esta *Belém moderna* evoluiu em meio às contradições sociais e urbanas<sup>113</sup> inerentes ao período de desenvolvimento econômico da região. Essas contradições urbanas cresceram paralelamente à sua expansão, em grande parte motivadas pela negligência do próprio Poder Público, que desenvolvia políticas e intervenções de forma desigual no espaço urbano da cidade.

Essas ações – melhorias e serviços de infra-estrutura – concentraram-se apenas no centro urbano, onde a elite gomífera dominasse ou as exigisse. Com a República houve a descentralização fiscal e uma maior autonomia administrativa do Poder Público, permitindo que a Intendência Municipal de Belém financiasse melhorias e intervenções em seu espaço público a partir das riquezas geradas pela exportação da borracha. E se esta Belém foi

<sup>112</sup> TOCANTINS, 1982, p. 128.

<sup>113</sup> “O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. [...] A ação destas agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”. CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993, p. 11.

transformada, revigorada, ou remodelada, como indicavam tantos outros sinônimos utilizados pelo Poder Público para caracterizar a construção da *Belém moderna*, afinal, o que era essa *Belém moderna*? E que transformações estariam sendo realizadas no espaço urbano para que se atingisse o padrão de modernidade estabelecido pelo Poder Público e pelas elites?

Para responder a estas questões, é imprescindível avançar-se no entendimento sobre o processo de transformação da paisagem urbana de Belém, de forma a avaliar o espaço urbano da cidade como um todo. Pois se a *Belém moderna* era um espaço de contradições urbanas, é preciso compreender também como se deu o processo de composição sócio-espacial da cidade, para assim revelar se as desigualdades urbanas exerceram ou não influência sobre o padrão de habitabilidade das formas de morar da capital paraense. Este tipo de análise não significa reconstituir a cidade apenas como mero desdobramento urbanístico; ao contrário, busca revelar a imagem da cidade, não somente quanto à sua formação plástica, mas também quanto à imagem proveniente do ideário político-social criado para a *Belém moderna*. Neste caso, convém elucidar alguns pontos que ajudem a compreender os princípios de modernidade que pautaram o processo de transformação da paisagem urbana da cidade, e como este processo se revelou na construção de seu patrimônio residencial edificado, visto as casas também tornaram-se um símbolo de modernidade, proporcionando um novo ar de requinte à cidade, como neste exemplo:

16.600 casas remodelam-se em elegantes construções, com a persistência das captaes onde se manifesta firme progresso. 15 belas praças e centenas de ruas guarnecidas com cerca de 30.000 árvores bem alinhadas e vastos jardins bem cuidados e elegantes, são hoje servidas por iluminação e viação electricas dignas de menção.<sup>114</sup>

Nesse sentido, *modernidade, civilização e progresso* – foi o grande lema utilizado para a construção da *Belém moderna*, com um ideário trazido do planejamento dos grandes centros urbanos – em especial, Paris e Londres – que também serviu de referência para as principais cidades brasileiras. É essencial analisar as políticas voltadas para a cidade moderna de Belém por meio das ações empreendidas pela esfera pública, e dos responsáveis ou representantes legais (engenheiros/arquitetos, médicos) que formalizavam e desempenhavam este plano urbanístico, nos diversos setores técnicos, como o que hoje seriam as Secretarias de Abastecimento de Água, Saneamento, Obras Públicas, entre outras melhorias e serviços. Aqui não se pretende apenas revelar a construção *física* da *Belém moderna*, mas entender como este ideário realmente foi aplicado à cidade, e como isto se refletiu nas relações sociais desempenhadas no espaço urbano. Assim, pretende-se entender como esta *nova* Belém,

---

<sup>114</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

repleta de contradições urbanas, construiu a real fisionomia urbana da cidade (1897-1910), apesar dos esforços do Poder Público e da elite gomífera de minimizar os efeitos dessas contradições no núcleo central.

**- O novo lema para a urbanização da capital do Pará: modernidade, progresso e civilização.**

Paris era um exemplo uma cidade moderna. Para tornar Belém um equivalente amazônico de Paris, era necessário modificar quase por completo o seu espaço urbano. Esta era uma cidade que precisava ser revigorada, ou melhor, transformada numa capital digna da riqueza da borracha. E a *Paris Tropical* deveria ser transformada tanto quanto à estrutura física como também com respeito a suas relações sociais, através da europeização de costumes: no espaço urbano da cidade, considerado de caráter coletivo, todos deveriam comportar-se segundo padrões respeitáveis ditados pela elite gomífera. Para atingir esse objetivo, Belém adotou no bojo de sua concepção o modelo de urbanização de Paris:

A idéia de progresso [que] se difundiu entre 1750 e 1900 - sua fase de apogeu - tornando-se uma das principais metas dos países do mundo ocidental. Ela era símbolo de uma época, quando as elites européias exaltavam os seus predicados, responsável pelo advento da “civilização”. Uma concepção otimista que orientou boa parcela da intelectualidade. Segundo os seus propagadores, a mobilidade para se atingir um “futuro melhor” era uma questão concreta e exequível para o homem.<sup>115</sup>

As reformas urbanas que ocorreram na Europa no século XIX tiveram a mesma intensidade e extensão das mudanças significativas decorrentes da nova vida industrial e do desenvolvimento da ciência e das comunicações<sup>116</sup>. Essas reformas urbanas traziam em seu cerne a ideologia liberal, que apresentava em sua filosofia política a idéia de liberdade, e em sua política social uma valorização dos interesses individuais sobre os coletivos. Estas filosofias viriam a influenciar a composição da legislação urbana na França, o que conduziu a uma aceitação de medidas visando à especulação imobiliária e à valorização do capital:

Não se pode prescindir na análise das reformas urbanas do século XIX e princípio do XX, da percepção que elas expressam, uma diferenciação interna imposta pela lógica capitalista que reorganizaria, dentro de um perímetro urbano alargado, a população por níveis de renda, sendo esta acomodação, exercida através de demolições e da valorização de áreas seletivas. [...] Dentro desta ótica Paris foi sem dúvida, o modelo formal e conceitualmente mais difundido. Os planos europeus de controle de crescimento urbano sofreram porém, adaptações devidas a tempos, locais e circunstâncias históricas diferentes. São muitos diversos o caso de Paris, onde foram conduzidas pelo seu prefeito o barão Hausmann com demolições extensivas e reorganização em moldes neoclássicos/barrocos, dos casos de Viena e Roma, para tomar outros exemplos muito conhecidos.<sup>117</sup>

<sup>115</sup> MACHADO, 1998, p.72.

<sup>116</sup> DERENJI, 1994, p. 265.

<sup>117</sup> Ibid., p. 265-6.

Este conjunto de idéias também acabou sendo absorvido pelas elites brasileiras, em sua maioria, mais evidentemente no campo urbanístico. Era necessário reordenar as cidades segundo este novo lema, a fim de que os espaços se tornassem verdadeiramente civilizados e aprazíveis. Segundo Machado, este era um discurso de repúdio ao atraso em defesa da modernização. Assim, verdadeiras intervenções cirúrgicas foram realizadas em algumas cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro, que inclusive teve o seu espaço urbano reformulado depois de Belém. Era um ordenamento que, apesar da justificativa de transformar o ambiente urbano em espaço prazeroso, implicava a criação e o estabelecimento de controles sobre a parcela mais humilde da população, excluindo-a das “benesses do progresso. Rasgar avenidas e construir praças sem estabelecer políticas públicas habitacionais consolida a exclusão e hierarquização na sociedade brasileira”<sup>118</sup>. Esse processo de transformação urbana não foi diferente em Belém.

Conforme explica Sarges, o conceito de modernidade em Belém estava intimamente ligado ao progresso expresso por meio do desenvolvimento urbano. Este se manifestava através das grandes obras públicas e serviços urbanos, atendendo às necessidades básicas da população e da construção de símbolos modernos como as ferrovias, intensificação das transações comerciais e a internacionalização de mercados. O processo de modernização de Belém ocorreu por estar associado à economia e demografia, mas em grande parte também para atender os valores estéticos exigidos pela elite, em virtude de uma melhor segurança e da acomodação de uma prática da idéia positivista de progresso, adotada pelo regime republicano. Foram “tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a realidade amazônica, além das tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente.”<sup>119</sup>

“Enriquecendo graças à borracha, muitos grupos exigiam essa modernização, sobretudo porque era na cidade que moravam os seringalistas, comerciantes e financistas<sup>120</sup>”. O Poder Público atendia mais as demandas da elite da borracha, realizando operações urbanas sob a ótica de civilização e modernização, o que levou à negação do meio-ambiente natural e cultural da cidade à custa do processo de europeização urbana.

---

<sup>118</sup> MACHADO, 1998, p.75.

<sup>119</sup> SARGES, 2002, p. 21.

<sup>120</sup> Ibid, p. 21.

Segundo o discurso elitista, para a cidade como um todo, o planejamento urbano<sup>121</sup> de Belém obedecia às teorias e métodos de organização espacial, cuja estética e saneamento estavam em primeiro lugar numa sociedade que buscava civilização e modernidade em padrões europeus. Essa transformação urbana retirava a paisagem natural amazônica e dava lugar a uma natureza exógena de parques e jardins ingleses, construindo-se uma paisagem urbana que nem de longe lembraria uma cidade típica da região, mas uma cidade muito mais próxima aos grandes centros europeus<sup>122</sup>. O planejamento urbano que construía a *Belém moderna* também promoveu a construção de uma cidade repleta de contradições sociais e urbanas – uma Belém que deveria se manter longe de seu núcleo central.

### **- A construção da *Belém moderna*: a reforma urbanística de Lemos.**

As mudanças *modernizadoras* ocorridas no espaço urbano de Belém, segundo Derenji começaram ainda em 1858, durante o governo do Presidente da Província Jerônimo Coelho, que propôs um padrão regular e pré-estabelecido para as áreas de expansão da cidade. Esse plano continha a abertura de vias e quarteirões de maiores dimensões que as existentes, pavimentação e arborização de ruas e praças. Este plano foi parcialmente aplicado em Belém até 1896<sup>123</sup>. Entretanto, o Intendente Municipal Antônio José Lemos<sup>124</sup>, que administrou a cidade de 1897 a 1911, continuou com projeto de expansão do plano, e assim tornou-se o principal responsável pela transformação urbana e pelo processo de embelezamento de Belém. Nem Pereira Passos, Intendente do Rio Janeiro, poupou elogios<sup>125</sup> aos empreendimentos de Lemos na capital paraense.

<sup>121</sup> Segundo Malta Campos este tipo de planejamento adotado seguiu os padrões de cunho técnico-setorial aplicado na Europa e nos Estados Unidos, que utiliza o instrumento na melhoria da racionalidade da organização do espaço urbano, além de suas qualidades estéticas, e que estavam acima da organização social edificada. Era um urbanismo sanitaria que também estava bastante preocupado com a densidade máxima permitida das áreas construídas em relação às áreas edificáveis, e sua proporção com as áreas verdes. CAMPOS, F. C. Malta. *Cidades Brasileiras seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1999, p. 5-6.

<sup>122</sup> “O Pará, mais próximo da Europa do que Rio de Janeiro, com os seus interesses mais ligados ao velho continente e a America do Norte do que ao Brasil de que faz parte, não é para extranhar ser mal apreciado por quem nada ou quase nada sabe dos seus homens e dos seus negocios, pelo pouco interesse immediato despertado por tão longiqua região”. REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>123</sup> DERENJI, 1994, p. 267.

<sup>124</sup> Antônio José Lemos nasceu no Maranhão, e veio para Belém com 24 anos, como secretário de Joaquim Raimundo Lamaré; mas foi no Pará que consolidou sua carreira política. Weinstein (1993) explica que Lemos, com a queda da monarquia, converteu-se ao republicanismo, o que lhe assegurou um posto no Senado Estadual. Em 1897, Lemos contava com grande apoio dos Intendentes de outros municípios do Pará. Com a saída de Paes de Carvalho da Presidência do Partido Republicano do Pará para assumir o Governo do Estado, ele se tornou seu substituto no partido. Deste modo, como líder partidário, foi eleito para a Intendência de Belém, um cargo público com prestígio apenas inferior ao do Governador – o que lhe proporcionou inúmeras oportunidades para distribuir ou retirar favores, consolidando gradativamente desta forma o domínio da máquina política local.

<sup>125</sup> “Em 1904, visitando a capital do país, [o Intendente Antônio Lemos] cumprimentou o prefeito Pereira Passos pela remodelação do Rio de Janeiro, ao que este respondeu: ‘começo a fazer na minha cidade o que V. Exa. já fez na sua’”. Id., 1987, p. 152.

A consagração política de Lemos na capital paraense se deu em grande parte por suas realizações e operações urbanas na construção da *Belém moderna*. Mas eram obras e políticas urbanas voltadas apenas para o centro da cidade. Contudo, é preciso pôr em discussão uma Belém que se estende do centro urbano às áreas mais periféricas, as quais ficavam à margem das grandes realizações referidas num discurso político envolvendo beleza, saneamento e progresso na capital paraense. Assim, as justificativas das reformas urbanas introduzidas por Lemos “faziam parte de uma atualização da estratégia de poder ocorrida no período republicano [...], da eliminação das diferenças de classe do período monárquico e da conseqüente necessidade de criar novas formas de organizar o espaço urbano<sup>126</sup>”. Na prática, esta organização espacial significou afastar aqueles que não participavam diretamente das riquezas da borracha, aqueles que enfeavam o centro urbano – ou seja, aqueles que *destruíam* a concepção da *Belém moderna*, como podemos verificar nas ações e medidas públicas introduzidas por Lemos:

O Intendente, um excepcional administrador, dedicou-se por 14 anos a “embelezar”, como ele mesmo dizia, a cidade. Remodelou o espaço urbanizado atuando em todos os níveis, alargou, calçou e multiplicou as ruas. A construção foi regulada desde a disposição no lote até a ornamentação de fachadas.

Arborizou ruas e deu uma nova feição aos parques e praças. Além de remodelar o espaço urbanizado retomou o tratamento urbanístico do bairro do Marco, que constituía a direção natural do crescimento da cidade e deveria ser um dos bairros mais bonitos e elegantes de Belém.<sup>127</sup>

O Intendente municipal foi o primeiro a realizar uma tentativa de planejamento urbano para a expansão da cidade, traçando ruas que atingiam até 44 metros de largura e transversais com 22 metros. Era um grande empreendimento, pois o plano seguia com a malha viária de Belém, em grandes quarteirões, e totalmente reticulado, considerado até visionário para época. O planejamento urbano adotado por Lemos optou pelo abandono do centro histórico e por uma remodelação da área adjacente ao porto, não coincidente com a área mais antiga da cidade<sup>128</sup>. Mas também resolveu ocupar áreas não utilizadas, consideradas enormes vazios no conjunto urbano de Belém. Essas áreas não utilizadas surgiram pela própria expansão urbana, e se estendiam por toda a cidade, facilitando sua integração com a estrutura viária já existente. Contudo, deve-se levar em consideração que o projeto urbanístico de Lemos, em primeiro lugar, atendia às exigências necessárias ao escoamento da produção, armazenamento e exportação da borracha. Assim, o porto tornou-se a atração principal do

---

<sup>126</sup> DERENJI, 1994, p. 267.

<sup>127</sup> Id., 1987, p. 151.

<sup>128</sup> Id., 1994, 267.

projeto de modernização urbana, e o traçado urbano obedecia aos requisitos básicos de planejamento, com ruas e avenidas longas e amplas para facilitar o escoamento dos produtos.

Com isso, a zona portuária tornou-se um local extremamente valorizado, visto sua localização funcional para os negócios da borracha. Além do que, as áreas próximas à Cidade Velha acabaram cedendo espaço para as funções comerciais ligadas à borracha, o que provocou um *efeito cascata*, forçando a migração de famílias ali residentes para bairros mais afastados. Isso deu “origem aos atuais bairros de Nazaré, Umarizal e Batista Campos, onde os lotes de terra ainda eram mais baratos”<sup>129</sup>. Já outras famílias de ainda menos posses foram obrigadas a morar em áreas bem mais afastadas, em bairros de periferia como a Pedreira, ou a construir novos bairros de trabalhadores, como Canudos. O porto seria apenas o ponto de partida das grandes realizações urbanas e de um plano maior para a construção da *Belém moderna*. Era necessário que Lemos colocasse a sua assinatura na *nova* fisionomia urbana de Belém, e para tanto seria necessário construir marcos visuais no período de sua administração em obras públicas e na modernização da infra-estrutura urbana de Belém.

**Figura 6 e 7: Alguns trechos da Estrada de Nazareth em ca. 1875 (esq.) e em ca. 1905 (dir.).**



Fonte (6): CRISPINO, 2006 p. 84; (7): PARÁ, 1998, p. 99.

“A transformação pela qual passou Belém, engendrada pela economia gomífera, significou a materialização da modernidade expressa através da construção de obras, [e de sua] urbanização”<sup>130</sup>. Nesse sentido, para a Intendência Municipal, o projeto para a construção da *Belém moderna* dividiu-se estrategicamente em três níveis: dois planos para a transformação física e urbana da cidade, no qual o Poder Público expressaria sua

<sup>129</sup> SARGES, 2002, p.84.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 53.

representatividade enquanto agente modernizador<sup>131</sup>, evidente nas obras e construções de edifícios públicos; e o outro, expresso pelo progresso introduzido em Belém na implantação de novas tecnologias de serviços urbanos, promovendo melhor conforto para as famílias belenenses. Contudo, houve também um terceiro projeto, de nível físico-social que se caracterizou pela manutenção da *Belém moderna*, que nada mais foi do que o próprio ordenamento urbano e das regras e posturas condizentes ao comportamento coletivo cidadão, em especial em regras para as construções das novas casas. Afinal, se Belém era moderna, precisaria também agir desta maneira, sobretudo como uma *nova* urbe de riquezas. De modo que este projeto serviria senão para demonstrar o grau de civilização e requinte da população paraense nos espaços públicos – em especial, nas praças e jardins construídos para o aformoseamento da paisagem urbana.

Para uma melhor compreensão sobre o processo de modernização da cidade, deve-se realizar, sobretudo, uma análise das transformações físicas realizadas na capital paraense a partir de suas obras e edifícios públicos, da implantação dos serviços urbanos, e do projeto paisagístico em vigor na cidade, em virtude da melhor compreensão acerca do projeto de modernização urbana de Lemos, além evidenciar seus efeitos no comportamento coletivo da população como um todo.

#### **- As grandes obras de Lemos em Belém: obras públicas e serviços de infra-estrutura.**

A construção da *Belém moderna* e seu processo de embelezamento urbano foi promovido durante toda a administração de Lemos. Assim, a capital paraense virou um gigantesco canteiro de obras, construindo-se ou reformando-se vários edifícios públicos, implantando-se serviços de infra-estrutura urbana – enfim, conferindo uma nova fisionomia urbana à cidade. O efeito dessas iniciativas pode ser percebido ainda hoje, constatando-se que a grande maioria das realizações de Lemos faz parte do nosso legado de bens e patrimônios históricos, imponentes e suntuosos no espaço urbano.

Lemos também demonstrou sua sagacidade política ao realizar o *Álbum de Belém* (1902) e ao obrigar a apresentação de relatórios da Intendência Municipal (1897/1902-1907). Estas obras tornaram-se um *golpe de marketing* em sua administração, por expressar, de forma gráfica, as realizações do projeto de construção da *Belém moderna*. Assim, estrangeiros – neste caso, empreendedores e comerciantes – e a população das demais cidades brasileiras

---

<sup>131</sup> “De 1901 a 1908 o entrosamento entre o Governo do Estado e poder municipal, resultado de uma indiscutível liderança política de Lemos, aliados dos amplos recursos financeiros disponíveis, fizeram de Belém a capital, uma das mais belas do país. Os serviços mais modernos, apoiados e equipamentos e técnicos estrangeiros, se implantaram com rapidez e eficiência”. DERENJI, 1987, p. 151.

poderiam ver as benesses do progresso aplicado em Belém. Conforme explica Derenji, esses relatórios foram divididos em sete volumes, enumerando as leis, obras e contratações de serviços, o que tornou Lemos um dos mais minuciosos cronistas do período compreendido entre 1897 e 1908<sup>132</sup>. Tendo como fonte essas publicações, e mais o número especial da Revista da Semana, distribuído com o Jornal do Brasil (1908), percebe-se que o Poder Público necessitava diagnosticar uma *Belém antiga* para melhor evidenciar as transformações urbanas rumo à *Belém Moderna*:

A capital da Província do Pará é a cidade que nestes últimos annos tem augmentado bastante e mudado consideravelmente de aspecto. Belém occupa uma área de 7.893.920 metros quadrados; tem quatro parochias, cinco districtos policiaes, cincoenta e nove travessas, nove estradas, dezenove praças e seis beccos. [Haviam sido edificadas até 1908]: cincoenta e tres ruas, cincoenta e duas travessas, onze avenidas e dois largos, raças e boulevards. A via pública mais extensa é a travessa de S. Matheus (atuais, Avenida dos Cabanos e Trav. Pe. Eutíquio), que mede quatro kilometros pouco mais ou menos e principia da rua do Imperador, junto á Bahia do Guajará, e termina á margem direita do rio do mesmo nome, depois de ter atravessado a cidade na direcção NO a SE, dividindo-a em duas partes deseguaes. A rua das Flores [Rua Lauro Sodré] é a que tem mais casa, que ahi são em numero pouco inferior a trezentas.<sup>133</sup>

Para colocar em prática o projeto da *Belém moderna*, Lemos percebeu a necessidade de modificar a estrutura política da Intendência Municipal. Desta forma, ao assumir o mandato, ele regulamentou e reorganizou as novas repartições e serviços prestados em várias entidades novas. Eis a lista de organismos municipais na época de Lemos:

Gabinete do Intendente; Secretaria da Intendencia; Escolas Municipaes; Instituto civico-juridico Paes de Carvalho; cobrança do imposto de décima urbana nas villas Pinheiro e Mosqueiro; cobrança do imposto de industrias e profissões; vistorias nas machinas a vapor e respectivas caldeiras; corpo Municipal de bombeiros; Secção de Obras; serviço sanitário; matadouro publico; mercado municipal; cemitérios; limpeza publica, arborisação dos jardins, praças e avenidas; conservação de vallas e avenidas dentro do perímetro urbano; codificação das leis, posturas, regulamentos e resoluções do Conselho; Código de Policia municipal; estudos sobre dócas; cocheira municipal; deposito para arrecadações; iluminação publica; desapropriações; estábulos; visitas domiciliars; necrotério; reposição de calçamento e passeios; matriculas de empregados em açougues, padarias, confeitarias, refinações de assucar, torrefações de café, restaurantes, hotéis, botequins e congeneres; policia municipal; matriculas de conductores, cocheiros bolieiros de vehiculos de praça e particulares, para conducção de passageiros e transporte de cargas, etc.<sup>134</sup>

Uma releitura permite, entretanto, distinguir as seguintes categorias de obras e edifícios públicos da cidade: praças e monumentos; edifícios e órgãos públicos; igrejas; edifícios particulares; segurança pública; instrução pública; serviços sanitários e de limpeza

<sup>132</sup> DERENJI, 1987, p. 154.

<sup>133</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>134</sup> LEMOS, Antônio. *O Município de Belém – 1897/1902*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1903, p. 7-8.

pública; e assistência social. Com o projeto de modernização em vigor, foram construídos vários edifícios públicos novos, e os já existentes seriam na maioria reformados e remodelados para atender o perfil de construções da *Belém moderna*.

A Revista da Semana listou os principais edifícios da capital paraense: o Palácio do Governo Estadual; o Palácio do Governo Municipal; o Teatro da Paz; a Catedral; o Instituto Lauro Sodré; os Asilos dos Alienados e da Mendicidade; o Quartel do Corpo Municipal de Bombeiros; a Usina de Incineração de Lixo e de Animais Mortos; o Orfanato Antonio Lemos (em construção); a Sucursal do Corpo Municipal de Bombeiros; o Instituto Gentil Bittencourt; o Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho; o Museu Goeldi; a Biblioteca e Arquivo Público; o Ginásio Paes de Carvalho, onde também funcionava o senado Estadual; o Mercado Municipal; o Mercado de Ferro; os grupos escolares José Veríssimo, Santa Luzia e Nazareth; a Santa Casa de Misericórdia; o Hospital Dom Luiz I, conhecido como Beneficência Portuguesa; o Necrotério; e o Porto de Belém. A esta lista poderíamos acrescentar também o Reservatório de Água Paes de Carvalho (1904) – forjado nas usinas metalúrgicas de Boudet, Donon & Cie., de Paris, de belíssimo projeto, mas que nunca funcionou, finalmente desativado em 1965 – e o Reservatório de São Braz, além de outros empreendimentos, como o Matadouro e o Cemitério de Santa Izabel.

Nesse sentido, sem aprofundar muito sobre cada um dos projetos, destacam-se aqui as principais obras construídas ou as obras antecedentes ao projeto de Lemos, que também foram apropriadas e reformadas durante a construção da *Belém moderna*:

Nesse conjunto, a vista e o estudo do visitante habilitado, destacam com prazer e com orgulho se é brasileiro: 41 grandes edifícios públicos architectonicos, públicos e particulares, 8 grandes estatuas, 1 teatro moderno de primeira ordem escrupulosamente cuidado e conservado, 1 conservatorio de musica 86 galerias de pintura, das quaes 21 publicas e 65 particulares. Dos 41 edificios notáveis, 4 são seculares, 7 têm mais de 10 annos e 30, os mais bellos, são os mais recentes. De outro ponto de vista, 3 são religiosos, 14 são próprios estaduaes e municipaes e 24 de domínio particular. [...] a capital moderna do Pará é obra do senador Antonio Lemos, auxiliado poderosamente pelo Dr. Montenegro e pelos seus munícipes[...].<sup>135</sup>

A preocupação sanitária concentrou os maiores esforços da administração de Lemos. Em 1898, para que Belém se mantivesse *em ordem e limpa*, foi criada a Repartição Sanitária Municipal, destinada aos serviços de fiscalização sanitária para prevenção de doenças e epidemias. Para isso, foram contratados novos funcionários que fiscalizariam os mercados, matadouros, estábulos, hotéis, restaurantes, necrotérios, cemitérios, inclusive

<sup>135</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

domicílios particulares – enfim, “todos os pontos onde a saúde pública pudesse perigar em face ao desleixo higiênico.”<sup>136</sup>

Com a mesma preocupação em virtude da saúde pública, também foi construído o Necrotério Público. O projeto de Olympio Leite Chermont foi um dos novos empreendimentos de Lemos. A obra, construída em 1899, era destinada para operações científicas no trabalho de autópsia, e ficava no lado ocidental da Doca do Ver-o-Peso. Essa localização ajudaria em se despejar no rio Guamá os líquidos usados nessas operações, ato considerado como reunindo as melhores condições higiênicas para a população; além disso, facilitaria o recebimento dos corpos procedentes dos navios e de áreas vizinhas. O necrotério era de modesto tamanho, mas sua arquitetura não era singela – tinha um projeto com um frontispício de mármore com uma rosácea em vitral no centro.

A Usina de Cremação foi outro projeto inovador, refletindo a preocupação com a higiene pública e o tratamento do lixo da população – questão ainda hoje descuidada nos grandes centros urbanos do Brasil. A incineração é apenas um destes tratamentos, mas que requer um cuidado constante, já que por outro lado também produz ao seu redor resíduos da queima do lixo no ar, o que pode prejudicar a saúde de quem mora em áreas adjacentes às usinas. Em sua construção, a Usina da Cremação encontrava-se afastada da cidade numa área então com poucas edificações, e que apesar ser de obra da Intendência, sua administração foi entregue para a Firma Pereira Pinto e Cia, mas devido ao crescimento da cidade, passou a ser uma área bastante habitada, e que por este motivo deu nome ao bairro da Cremação. Na década de 1960, devido ao forte apelo da população contra a poluição do ar e a poluição sonora, provenientes dos fornos crematórios, as usinas foram desativadas e, posteriormente, foi construída uma praça no seu lugar, sendo suas chaminés um marco visual no bairro.

Ainda quanto à higiene, a alimentação em Belém era uma dupla preocupação para a Intendência Municipal, pois era necessário aliar a qualidade dos produtos a um rigoroso padrão sanitário dos estabelecimentos do ramo. Assim, o Curro Público foi transferido para uma zona mais adequada, onde a saúde pública ficasse resguardada dos inconvenientes desta prática. Desta forma, a administração pública construiu um novo prédio afastado do centro urbano, e com um anexo onde os seus funcionários também pudessem morar. O estabelecimento, desta maneira, podia oferecer carne verde para a população com maior fiscalização e dentro dos procedimentos higiênicos em vigência.

---

<sup>136</sup> BELÉM. Intendente Municipal. (1898-1911: A. J. de Lemos). *Álbum de Belém*. 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902, p. 6.

Contudo, até 1908, Belém contava com apenas dois mercados de abastecimento: o Mercado Municipal, destinado à venda de carne verde, e o Mercado Municipal de Ferro<sup>137</sup>, destinado à venda de peixes, aves, farinha, frutos e outros produtos. Segundo Lemos, todos deveriam atender os preceitos de higiene pública e asseio, protegidos das ameaças nocivas e de doenças. Com a expansão de Belém, em 1911 seria construído mais um mercado, o de São Braz, para atender as novas áreas de Belém. Ainda assim, os dois mercados mais antigos são marcos da arquitetura de ferro no Pará, em especial o Mercado do Ver-o-peso, um dos maiores símbolos e patrimônio da cidade.

Outro aspecto relevante do governo de Lemos foi a adoção de políticas de assistência social. Nesse aspecto, o orfanato – chamado de Orphenilato Municipal – foi um dos projetos mais queridos de sua administração. O projeto nunca foi concluído, estando sujeito às flutuações financeiras e orçamentárias do negócio da borracha, mas permitia vislumbrar a sua qualidade ainda na fase de construção. A entrada do prédio abrigaria uma galeria de quadros, e na alcova, em vez de um leito, haveria um altar coberto de flores com um nicho dedicado a Nossa Senhora de Nazaré. Ao longo do corredor ficariam os gabinetes de aula e um pequeno ateliê, e nos fundos os dormitórios com 53 leitos para aos órfãos.

Ainda no campo da assistência social, foram criados dois asilos. No bairro do Marco, foi construído o Asylo dos Alienados. Um palacete de rica arquitetura e opulência, “rasgado em janellas para a alegria perenne das mattas, mal pensará que ali estejam encerradas dezenas de loucos e maníacos, uma multidão grotesca de desgraçados, indiferentes<sup>138</sup>”, escondidos pelo fausto deste edifício público, que hoje não permite mais ser apreciado, pois foi demolido para dar lugar ao campus de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Pará.

Já o Asylo da Mendicidade, era um prédio de planta retangular no bairro do Sousa, com uma arquitetura mais simples e austera, que reunia os mendigos e outros necessitados retirados do núcleo urbano de Belém. O interior do prédio era dividido em três seções longitudinais: a ala direita abrigava os homens e a enfermaria; a esquerda, destinada

---

<sup>137</sup> Nos ângulos deste edifício encontram-se quatro torres que margeiam os compartimentos externos destinados às pequenas casas comerciais, de modo que se pode adentrar para sua área central por quatro portas laterais. Quase toda a sua estrutura foi feita com materiais importados, destacando-se a inovação da utilização do ferro, que na época era apenas empregado no interior das estruturas de prédios. Outra novidade era o fato de ter sido erguida numa área de constantes alagamentos causados pela maré. O telhado era separado em seções distintas, sustentadas por tesouras inglesas de 21 metros de vão, que se apoiavam sobre os pilares, formando uma estrutura acima da qual ficava o lanternim do prédio, com cobertura de telha francesa e dezoito clarabóias de vidro. Na construção das torres utilizaram-se escamas de zinco, de sistema Vieille-Montaigne, com travejamento de ferro e madeira. O Mercado sempre necessitou de constantes cuidados, sendo a estrutura de ferro mais vulnerável à corrosão resultante do clima local.

<sup>138</sup> BELÉM, 1902, p. 7.

exclusivamente para as mulheres, e a parte central, onde estavam localizadas a capela, a farmácia, a recepção, o dormitório dos funcionários do serviço noturno, e o refeitório das irmãs que cuidavam do estabelecimento. Todas as janelas dos quartos dos abrigados abriam para um pátio situado na parte posterior para evitar qualquer contato com o mundo exterior. Para a Intendência, o asilo proporcionava a hospitalidade da caridade no silêncio de seu bosque, ficando “naquelle dezerto campal, à espera de mendigos errantes que lhe [procurassem] para repousar o farto seio consolador.”<sup>139</sup>

Em relação à segurança pública, um dos projetos prediletos de Lemos foi o Corpo Municipal de Bombeiros e sua sucursal também modernamente edificada. Fundado em 1882, o Corpo de Bombeiros dispunha, para o combate a incêndios, de máquinas e equipamentos considerados modernos para época, como, por exemplo, uma bomba a vapor com capacidade de 508 galões d’água por minuto, duas bombas manuais provenientes - uma de Viena e a outra da Inglaterra, um carro de condução de pessoal e materiais, com mangueiras de lona de 450 metros divididas em 15 seções; além de um *sauvateur* francês e um pára-quedas inglês.

O Corpo de Bombeiros estava amplamente qualificado para situações de emergência e era de extrema importância para a segurança pública da cidade. E como as demais obras da Intendência, também se destacou pela arquitetura e opulência de seus edifícios, fato que se estendia a outros prédios que visavam à segurança pública, como os Quartéis do 1º Batalhão de Cavalaria e do 1º Batalhão de Infantaria. Através de apresentações de bandas de música, marchas ou de calvagas, esses batalhões formalizavam, em dias de solenidade, a modernidade das ações na construção da Belém do Intendente Antonio de Lemos para a população, oferecendo-lhe distração e entretenimento – uma estratégia política ainda hoje com grande apelo populístico.

No âmbito da instrução pública, destaca-se o Instituto Lauro Sodré, mantido pelos recursos do Estado. Era uma escola profissional destinada a meninos órfãos. A idealização de um instituto de educação teórica e prática profissionalizante havia começado ainda em 1878, através do Presidente da Província, João Alfredo Corrêa de Oliveira. Nos anos seguintes o Instituto funcionou, ainda que de forma precária, em vários estabelecimentos. O novo edifício, localizado no bairro do Marco da Légua, área bem afastada do centro de Belém, foi finalizado somente em 1899, onde passou a funcionar num prédio imponente de arquitetura predominantemente neoclássica. O Instituto oferecia o curso elementar e complementar, além do curso completo de música e desenho, mas também se destacava por seu ateliê, que formava

---

<sup>139</sup> Ibid., p. 49.

vários profissionais, como serralheiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, tipógrafos, encadernadores, sapateiros e alfaiates. E também porque sua oficina oferecia “mobiliários para escolas e prédios públicos, a impressão e encadernação das publicações do governo estadual e grades de ferro forjado, que tinham sua qualidade comparada às importadas”<sup>140</sup>.

Como podemos perceber, várias obras foram construídas durante o governo de Lemos em Belém, além do que, para o Intendente a qualidade dessas obras era de grande importância, pois cada edifício público construía a *Belém moderna*. Nesse sentido, uma das repartições criadas pela a Intendência Municipal foi a *Secção de Obras*. Este departamento era responsável pelos serviços técnicos de engenharia, como organização e aprovação de plantas e orçamentos, manutenção e reformas dos edifícios e praças existentes, além da fiscalização e execução das novas obras, “destinada a colaborar eficazmente commigo [Lemos] no obstinado e grandioso plano de renovação d’esta capital”<sup>141</sup>. Em 1907, o diretor era João Antonio Luiz Coelho e o integravam o quadro na Secção de obras<sup>142</sup>:

- O engenheiro-ajudante Frederico Martin, responsável pela fiscalização das obras do orfanato, e pela fiscalização de novos prédios urbanos e dos serviços de empreitada, exames em depósitos de inflamáveis, e informações sobre as respectivas petições;

- O engenheiro-auxiliar Domingos Acatauassú Nunes, que além da fiscalização das diversas construções municipais, era responsável pela organização de orçamentos diversos, fiscalização de alguns serviços de empreitadas e informações as petições referentes à Companhia Pará-*Electric*;

- O engenheiro-auxiliar Joaquim de Moraes Novaes, responsável pela fiscalização dos serviços executados pela turma de trabalhadores, orçamentos de reposição e de outras obras, informações sobre plantas de edificação de prédios urbanos e sua respectiva fiscalização;

- O desenhista José Sidrim que trabalhava na cópia de serviços de detalhes da seção, além da organização da planta de esgotos da cidade.

Ainda na Secção de obras, trabalhava um agrimensor e um arruador (que não tiveram seus nomes mencionados), que além da elaboração de seus serviços, trabalhavam no levantamento de dados para a repartição.

Não bastava para uma *Belém moderna* ter apenas um patrimônio edificado nos moldes de uma *nova* arquitetura que denotasse essa modernidade. O projeto de modernização

---

<sup>140</sup> DERENJI, 1987, p. 155.

<sup>141</sup> LEMOS, A., 1897-1902, p.14.

<sup>142</sup> Id., 1907, p. 32-3.

da cidade compreendia também sua reestruturação para conferir melhores condições de vida à sua população. Na verdade, o padrão urbanístico adotado para Belém seguiu um conjunto de idéias aplicadas nos grandes centros urbanos europeus, que já tinham em seu espaço uma diversidade de inovações e tecnologias que garantiam as conquistas dos tempos modernos para seus habitantes. No caso de Belém seriam empreendimentos que, em grande parte, foram geridos ou concedidos sob forma de prestação de serviços em contrato com o Poder Público ou até mesmo, financiados pela elite gomífera<sup>143</sup>.

Ainda segundo Weinstein, o empreendimento local mais importante teria sido a Companhia de Águas do Grão-Pará, que norteou a construção, o funcionamento e a manutenção do abastecimento de água em Belém de 1881 a 1895. Os seus serviços até 1890 foram considerados de grande presteza e eficiência; porém, com o advento da República, o Poder Público do Pará decidiu que em Belém, por motivos sanitários, dever-se-ia eliminar os poços e fontes públicas. Esta medida acompanhava a própria expansão da cidade, que exigia uma maior capacidade operacional da Companhia. Sem os recursos necessários para novos investimentos, os diretores da empresa decidiram desativá-la, e em acordo com o Governo do Pará conseguiram desapropriá-la em condições muito favoráveis para as próprias empresas<sup>144</sup>.

As melhorias no serviço de abastecimento de água também se deram pela atenção do Poder Público em obras de instalação no Utinga, além da construção dos reservatórios de água na cidade<sup>145</sup>. Contudo, a existência de abastecimento de água na cidade também implicaria o despejo das águas servidas pela população. Até 1908, a cidade já utilizava uma galeria de esgotos que se estendia por vários pontos da cidade, concentrando-se no centro; mas nessa data, sendo o serviço sanitário uma prioridade da administração de Lemos, a Intendência organizou uma concessão para a Companhia de Esgotos.

---

<sup>143</sup> “Apesar de sua tendência em geral conservadora, os comerciantes do Pará demonstravam, à medida que progredia a expansão da borracha, uma inclinação cada vez maior a diversificar seus investimentos. Inúmeras obras públicas, por exemplo, não tiveram dificuldade em conseguir financiamento local. Linhas de bonde, abastecimento de água, iluminação pública e rede telefônica, tudo isso foi, até certo ponto, custeado e gerido por paraenses ou moradores do Pará. É verdade que, em sua maioria, esses empreendimentos viriam finalmente a fracassar e ser substituídos por empresas estrangeiras. Contudo, ainda assim é notável que – numa época em que os serviços públicos da América Latina eram, quase que exclusivamente, de propriedade e direção de empresas européias ou norte-americanas – as elites amazônicas, com capital local, os serviços públicos mais modernos”. WEINSTEIN, 1993, p. 109.

<sup>144</sup> WEINSTEIN, 1993, p. 109.

<sup>145</sup> “Feitos os estudos a que S. Ex. [Gov. Augusto Montenegro], mandou proceder com máxima urgência, iniciou-se a captação completa das águas de Utinga, do Boiussuquara e do Catú, cujas obras importantíssimas, bem como a instalação de poderosas máquinas, construção de reservatórios e de edifícios apropriados ao funcionamento dos aparelhos e máquinas, ficaram concluídas em 1904, e canalizada a água para toda a cidade, tendo os tubos da rede principal o m. 90 de diâmetro, dispondo imediatamente a cidade de 15.000.000 de litros de excelente água, na estações mais calmosas do ano.” [MONTENEGRO, Augusto]. Governador do Pará (1901-1909: A. Montenegro). *Album do Estado do Pará*. Paris: Chaponet, 1908, p. 264

No campo das comunicações, “a capital do Pará [correspondia-se] com todo o mundo civilisado pelas linhas submarinas da Western & Brazilian Telegraph Company, e da Compagnie Française des Cables Telegraphiques”<sup>146</sup>, além de se comunicar com o sul do País pelas linhas terrestres do Telegrapho Nacional, e com o interior do Estado e Manaus pelas linhas subfluviais da Amazon Telegraph Company Ltd. Mas, “foi em Belém a cidade onde primeiro se estabeleceu no Brasil o ‘Telegrapho sem fio’”<sup>147</sup>, condição que reflete o quanto a riqueza da borracha proporcionou novos empreendimentos na cidade. Além disso, ainda a Revista da Semana, Belém já possuía na época uma rede telefônica capaz de atender os extremos da cidade, ou seja, esta rede deveria chegar até o final da Avenida Independência (atual Avenida Magalhães Barata). Até a data do artigo, já havia 500 assinantes em Belém, sem contar os aparelhos das repartições públicas, quase todas dotadas do sistema telefônico.

As obras públicas realizadas na capital do Pará, em sua maioria, também tiveram participação de companhias privadas. Operavam em Belém duas empresas formadas por empresários de Belém e do Rio de Janeiro: a Empresa de Obras Públicas do Pará e a Empresa Industrial do Gram-Pará, ambas estabelecidas na década de 1890. Entretanto, estas firmas não conseguiram atingir suas metas globais, e mais tarde acabaram se tornando um fracasso no investimento de serviços públicos. Weinstein explica que a Empresa de Obras Públicas do Pará restringiu seus interesses em operações nas instalações portuárias e na navegação costeira. Já a Empresa Industrial do Gram-Pará, com uma administração composta majoritariamente por paraenses, geriu por pouco tempo a concessão de telefones, mas logo acabou desaparecendo do cenário financeiro local<sup>148</sup>.

Até a década de 1870, o transporte urbano era explorado por duas empresas, que utilizavam veículos coletivos de tração animal e, em menor escala, de motor a vapor. Mas nem a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, nem a Companhia de Bondes Paraense, estavam preparadas para o uso da eletricidade<sup>149</sup>. A empresa de estrada de ferro, que tinha em sua administração um corpo de estrangeiros, conseguiu manter-se ativa até 1890, e inclusive acabou por comprar a Companhia de Bondes. A Companhia Urbana procurou ainda desenvolver parcialmente o serviço elétrico no transporte urbano de Belém, o que posteriormente lhe rendeu também a concessão do fornecimento da iluminação pública. Contudo, os esforços da empresa não foram suficientes para atender de forma material e

---

<sup>146</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>147</sup> Ibid., não paginado.

<sup>148</sup> WEINSTEIN, 1993, p. 110-1.

<sup>149</sup> Ibid, p.110.

técnica a implantação do transporte público em Belém, pois mesmo passados dez anos de vigência de contrato, ainda não conseguiu inaugurar as linhas de bondes elétricos.

A ineficiência dessas duas companhias levaram-nas a serem consideradas empresas de uma *Belém mais antiga*, de forma que “o ultimo melhoramento de que foi dotada a capital do Pará, não é, de certo, o de menor importância, porquanto consistia uma aspiração do povo paraense – a viação urbana por tracção electrica”<sup>150</sup>. Assim, em dezembro de 1904, o Intendente Antonio Lemos passou as concessões do serviço de transporte urbanos e da iluminação pública para o nome da Pará Electric Railway and Lighting Company, firma constituída em Londres, sem pagar qualquer tipo de indenização aos detentores originais<sup>151</sup>. A implantação da nova empresa iria instalar vias de transporte por todo o conjunto urbano de Belém, em 13 linhas, inclusive servindo os bairros em expansão, como o Marco da Léguas e o Sousa, além de realizar paradas no Terminal da Estrada de Ferro Belém-Bragança, para aqueles que quisessem viajar para interior do Estado. No entanto, as linhas não conseguiram atender de forma eficiente as outras áreas mais periféricas de Belém, exceto algumas das ruas principais dessas áreas, como a Travessa São Mateus. Quanto ao serviço de iluminação pública, a companhia empregava “2.334 lampadas, sendo 2.154 pequenas e 180 grandes, de arco voltaicos”<sup>152</sup> na capital paraense.

Percebe-se que praticamente todo o serviço de implantação e oferecimento dos serviços urbanos foi realizado através da concessão do Poder Público a vários tipos de empresas privadas, como explica Weinstein:

A proliferação, no início da década de 1890, de companhias de serviços públicos de pequena duração, foi efeito tanto do ritmo acelerado de urbanização quanto da liberalidade do novo governo republicano. Principalmente devido a esta última, os investimentos nos serviços públicos urbanos, até mesmo os mais inovadores, acarretavam pequeno risco, uma vez que era praxe os governos municipal e estadual garantirem o rendimento e concordarem em ser fiadores de toda companhia que estivesse em dificuldades, o prestando serviços inadequados. E em quase todos os casos o êxito inicial da empresa dependia da magnanimidade da concessão governamental. A maioria das firmas, porém, logo se dava conta que os privilégios tributários e as garantias de rendimento não eram o bastante para superar a escassez de capital, ou a falta de experiência técnica. Com o aumento do número de empreendimentos fracassados, o investimento em obras públicas foi perdendo gradualmente sua atração local. Prova disso é que os governos estadual e municipal, que sempre tinham a alternativa de contratar firmas estrangeiras para esses serviços, começaram a ver com maus olhos a idéia de sobrecarregar seu orçamento para resolver problemas dos investidores locais.<sup>153</sup>

---

<sup>150</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>151</sup> WEINSTEIN, op. cit., p. 110.

<sup>152</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>153</sup> WEINSTEIN, 1993, p. 111.

Assim, a *Belém moderna* era construída para *todos* – todos aqueles que residiam no núcleo central, onde haviam sido realizadas novas melhorias e intervenções urbanas, como no caso da viação, telefonia, água encanada, luz elétrica, etc. Serviços urbanos que, em grande parte de caráter privado, eram condizentes com taxas que nem todos poderiam pagar, de modo que apenas as famílias mais abastadas acabavam podendo usufruir dessas novas melhorias, o que levou a população com menor poder aquisitivo a ter acesso restrito a essas benesses.

Pois, se Belém tinha quer ser moderna, alguém teria de financiar todas essas realizações. A Intendência Municipal, além de ter que suportar financeiramente os vários fracassos de algumas companhias urbanas, foi obrigada a ser a principal financiadora da construção da *Belém moderna*. Mas nem toda a riqueza da borracha foi suficiente para financiar todas essas iniciativas, e foi necessário contrair vários empréstimos para dar continuidade ao projeto de modernização<sup>154</sup>. No entanto, o Poder Público ainda amargaria, e muito, os efeitos desses empréstimos não quitados, com o posterior colapso da borracha – o que iria eventualmente quebrar os cofres públicos.

#### **- A nova paisagem urbana de Belém.**

Uma das maiores preocupações da administração de Lemos se referia ao processo de embelezamento e modernização da capital paraense. A natureza encontrada nos espaços públicos passou a ser empregada no projeto da *Belém moderna* como um sinônimo de paisagismo urbano – projeto que se preocupou com a vegetação, ajardinamento, arborização e calçamentos do espaço urbano de Belém. Esses eram elementos fundamentais de civilização, correspondentes aos princípios de embelezamento promovidos pelo conceito de modernidade. O processo de transformação da paisagem urbana de Belém se fez em grande parte a partir do remodelamento e construção de jardins e praças públicas. Era um planejamento paisagístico<sup>155</sup> que não media esforços, nem dispêndios orçamentários para transformar essas áreas

<sup>154</sup> “Não obstante, temos claro que uma série de melhoramentos foram realizados no espaço urbano de Belém, como pavimentação das ruas, construção de praças e jardins, usinas de incineração de lixo, limpeza urbana, tudo isso controlado por um código de posturas, baseado em idéias liberais, entretanto, todo esse ‘progresso’ era localizado e dirigido à área central da cidade, onde habitava a elite local e parte da classe média nascente. [...] Contudo, não podemos esquecer que a concretização dessas reformas foi respaldada pelos empréstimos que o intendente fez no país e no exterior. Aqui, no Brasil, contraiu dívidas de mais de 20 mil réis e mais tarde para resgatá-las, fez dois empréstimos externos, sendo que do Ethelburg Syndicate (Londres) emprestou 1 milhão e 60 mil libras esterlinas, quando a receita anual da Intendência não atingia a 7 mil contos de réis”. SARGES, 2002, p. 142-3.

<sup>155</sup> “Para os defensores do melhoramento rural da Inglaterra, o paisagismo correspondia, na arte, à ideologia burguesa do melhoramento e à investigação da natureza e das modalidades de percepção. Agora que o homem produzia sua própria natureza, por meios físicos de melhoramento quer pela compreensão das leis físicas da luz e das perspectivas e pontos de vistas artificiais, fatalmente teria de modificar-se a decoração, de um simbolismo e iconografia limitados convencionais, da terra imediatamente visível.” WILLIAMS, 1989, p. 70 apud SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP / Nobel, 1996, p. 28.

consideradas inoperantes, e até mesmo marginalizadas, em grandes áreas de lazer para uma população civilizada, como tinha a da capital do Pará.

Assim, o projeto paisagístico de Belém se tornou, em parte, o próprio processo de transformação da paisagem urbana de Belém<sup>156</sup>. A derivação de *paisagismo* vem de paisagem, conceito em que se visa o arbóreo como parte integrante desse quadro/pintura<sup>157</sup> como representação estática de um momento ou lugar, cuja aparência de modernidade e civilização era intimamente ligado aos ideários de um ambiente europeu. Por isso havia a constante preocupação da manutenção do aspecto higiênico e salubre do espaço urbano.

O preclaro intendente [Antonio Lemos], que trabalha de acordo, no larguissimo plano de saneamento, com o venerado governador do Estado [Paes de Carvalho], está dando a Belém as vivas côres de uma terra essencialemnte moderna, como urge e convem seja. Esse projecto, que vae em execução, consigna uma remodelação dos defeituosos esgotos, aterro de pantanos, nivelamento e alinhamento das ruas, construcção de caes acostaveis, etc. Transformará *de fond en comble* [completamente] a historica Santa Maria di Belém.<sup>158</sup>

A paisagem natural local – ou melhor, a natureza nativa – não representava os padrões de beleza a serem seguidos. Um padrão importado de outros ambientes naturais era o exemplo de civilização procurado, e, portanto, a *paisagem não-organizada* deveria ser extinta, ou no mínimo disfarçada para relevar o *status* da cidade perante as demais capitais brasileiras. Não se deve pensar que as plantas amazônicas não fossem utilizadas, mas o que prevalecia era o ordenamento e organização da natureza *selvagem*, uma espécie de domesticação no ambiente construído<sup>159</sup>, inspirado nos jardins europeus.

O remodelamento do espaço urbano de Belém a partir de uma profunda admiração pelos jardins ingleses, que apresentavam formas e linhas orgânicas. Mas era um estilo que buscava a domesticação da paisagem selvagem, removendo uma ameaça e um obstáculo à civilidade. Afinal, as florestas da Inglaterra, em meados do século XVII, ainda eram lugar de bárbaros e seres selvagens. O rumo ao progresso tornaria a natureza como espetáculo do

<sup>156</sup> “A organização da paisagem no espaço deve ser entendida como resultado de toda a atividade sensorial do homem. A paisagem representa a mediação vital entre o homem e o ambiente. Representa o trâmite entre o homem e o ambiente natural, ao longo de muitos séculos de história. Fica, assim, criada a paisagem como instrumento e linguagem pelos quais uma cultura se expressa. A paisagem é, assim, o receptáculo de mudanças, como o de um ser vivo que transcende a própria vida do homem que o cria”. ROMERO, Marta. *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: UNB, 2001, p. 102.

<sup>157</sup> “Do ancestral temor pelo natural transformar-se num culto religioso estético; da aquisição de uma sensibilidade visual – introduzida pela pintura – que elevou a apreciação da paisagem à condição de sublime”. SEGAWA, 1996, p. 14.

<sup>158</sup> CACCAVONI, Arthur. *Álbum descritivo Amazônico*. Gênova: F. Armanino, 1898, p. 34.

<sup>159</sup> “[...] o olhar do europeu sobre a natureza, apesar de procurar o novo – planta ou animais desconhecidos -, realiza-se na enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências européias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies”. SILVA, 1991, p. 22-3 apud SEGAWA, 1996, p. 52.

homem consagrado ao divino, e então o homem tinha passado a produzir sua própria natureza. A Inglaterra, ainda entre suas fronteiras agrícola e industrial, trazia em seus anseios estéticos a sensação de campo ao meio urbano, atendendo aos defensores do melhoramento rural. Assim, o paisagismo “correspondia, na arte, à ideologia burguesa do melhoramento e à investigação da natureza e as modalidades percepção”<sup>160</sup>. Tratava-se da construção da paisagem, lançando mão de métodos como a terraplanagem, drenagem, irrigação, entre outras tecnologias decorrentes para as melhorias físicas da paisagem.

A partir desse processo paisagístico, várias praças, parques, e ajardinamentos públicos de Belém foram construídos e/ou remodelados sob a administração de Lemos. Eram projetos que tiveram traçados modificados e reordenados em caminhos e coretos quase sempre margeados por pequenos corpos d’água, de acordo com o estilo paisagístico em vigor.

Cidade plana, está quasi toda calçada e, em grande parte, arborizada nas principaes Avenidas, como sejam: - Nazareth, Índio do Brasil (ver), S. Jeronymo (Av. Gov. José Malcher), Generalissimo Deodoro, Independencia (Av. Magalhães Barata), Dezesseis de Novembro e Boulevard da Republica e ajardinada nas praças mais importantes: - Trindade, Sant’Anna, Visconde do Rio Branco, D. frei Caetano Brandão e republica; nos parques Baptista Campos e Affonso Penna; merecendo ainda atenção o esplendido bosque Rodrigues Alves, no Marco da légua, e Horto Municipal.<sup>161</sup>

.....  
 Duas frondosas avenidas delimitam a praça [da República] longitudinalmente. Uma chama-se Indio do Brasil [atual] e outra Liberdade [atual]. [...] Essas duas avenidas são ponto de rendez-vous de toda a população. Isso tem contribuído para a instalação de cafés, restaurantes e estabelecimentos de diversão em toda a Praça da Republica. Sendo grande a concorrência de pessoas que freqüentam a praça, as habitações que ahi se encontram, para corresponderem tem de elegância que lhe imprime um publico selecto, são todas de construcção moderna, o que dá uma feição dinsticta ao aspecto conjunto.<sup>162</sup>

Derenji explica que até o advento da República, os parques e praças de Belém eram áreas descampadas ou pouco ajardinadas<sup>163</sup>. A inovação trazida por Lemos também incluiu a retirada de cercas e gradis nos limites das áreas verdes, pois ele acreditava que a população de Belém, estando num certo patamar de civilização, prescindia de resguardar plantas e flores da depredação. “Os jardins não tinham ‘portas’, mas ‘entradas arquitetonicamente definidas’, obedecendo ao moderno plano civilizador dos jardins sem grade, concebido e posto em prática”<sup>164</sup>, como se verifica num dos relatórios da Intendência:

<sup>160</sup> Ibid., p. 28.

<sup>161</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>162</sup> LEMOS, A., 1902, p. 18.

<sup>163</sup> DERENJI, 1987, p. 160.

<sup>164</sup> SEGAWA, 1996, p. 199-200.

Devo, contudo, proclamar para honra da população, que esta, durante o ano recém-findo, manteve em alto grau as suas tradições de educada. Com efeito, nossas praças, inteiramente abertas, acessíveis a toda hora do dia ou da noite, possuem canteiros ornatos de inúmeras plantas, desde os humildes arbustos silvestres até as mais delicadas e valiosas roseiras; no entanto, os transeuntes respeitam essas plantas – ninguém toca numa flor. E não possuímos, em parte alguma, uma só tabuleta com a declaração de ser proibido colher flores ou danificar as árvores! Eu sinto um grande orgulho verificando estas provas das boas tendências dos meus caros concidadãos e munícipes.<sup>165</sup>

Assim, Lemos optou por celebrar um plano cujo método e regularidade pudesse modificar as áreas verdes de Belém. O tratamento destinado aos parques e praças filiava-se ao pitoresco, utilizando a assimetria dos jardins ingleses, associada a elementos ecléticos da arquitetura da época. O resultado dessa composição se manifestava desde a formação de bosques com grandes árvores até a construção de pavilhões, em sua maioria de ferro, além de “caramanchões, colunatas, bancos e mesas em alvenaria [que imitavam] troncos rústicos [...] riachos com ilhas artificiais e pontes, torres, cascatas, grutas em alvenaria imitando pedra<sup>166</sup>”. Para a aplicação do projeto de arborização, a Intendência reaparelhou o Horto Municipal<sup>167</sup>, que serviria para fornecer as mudas de plantas e árvores para a capital paraense, cujo responsável era o jardinista alemão Eduard Hass.

As principais áreas verdes encontradas na capital paraense eram as praças Batista Campos, República, Frei Caetano Brandão, Trindade, Carmo, Justo Chermont, Visconde do Rio Branco, Santa Luzia e Sant’Ana, e o Bosque Municipal. Dessas, é preciso destacar os projetos anteriores à administração Lemos, como a Praça da República, de Batista Campos e o Bosque Municipal, que foram incluídos no plano de remodelamento urbano da Intendência.

Em 1878, no Largo da Pólvora, hoje Praça da República, tinha sido inaugurado o Teatro da Paz. Com a queda da Monarquia e o maior influxo de capital proveniente da descentralização fiscal, adotou-se no centro do Largo o monumento que destaca o advento da República. A praça foi rebatizada, mas não apresentava-se condizente com os novos projetos republicanos: assim, durante o governo de Lemos, o seu traçado foi modificado, reordenando-

<sup>165</sup> LEMOS, A. *O Município de Belém – 1903*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1904, p. 170.

<sup>166</sup> DERENJI, 1987, p. 160.

<sup>167</sup> “Aléias sempre curvas e maciços de vegetação arbustiva, feitas com samambaias e outras folhagens tropicais, não deixam de ser incluídos. Ondulações de terreno pedras artificiais são constantes criadas pela necessidade de adequar uma topografia plana, da região amazônica, a projetos de inspiração romântica.[...] O ajardinamento das praças continha muitas vezes flores européias, inclusive rosas e azaléias, sem que isso caracterizasse um abandono da vegetação nativa. Ao contrário, nos relatórios da Intendência percebe-se a intenção de explorar as possibilidades locais. A cidade empregava mungubeiras, tamarindos, sapotilheiras, bacuris, touceiras de açaí e de outras palmeiras. A mangueira era porém a árvore mais utilizada na arborização das ruas.[...] O Horto Botânico fundado ainda no séc. XVIII, sob a condução do imigrado francês Monsieur Grenouiller, serviu de modelo aos de outras capitais no período Imperial e aclimatou espécies das Antilhas e Índias”. Ibid, p. 160-1.

se os caminhos e coretos. Uma das obras mais célebres implantadas na nova Praça da República é o Pavilhão Euterpe, com sua estrutura de ferro trabalhado, produzido pela firma Guillot Pelletier, de Orleans. Havia também outro pavilhão em estilo francês, com uma gruta em alvenaria, com repuxos d'água, rochas artificiais, luzes e vidros coloridos.

A Praça Batista Campos também passou pelo projeto de modernização de Lemos, reaberta ao público em fevereiro de 1904. Nessa ocasião, a estrutura da praça revelava um projeto sofisticado e opulento, de forma que o usuário pudesse adentrar-se em canteiros margeados por pequenos riachos e ilhas. Com equipamentos importados da Europa, na forma de canteiros, chafarizes, pontes rústicas, pedras, e inclusive um *château d'eau* – uma reprodução de um pequeno castelo que escondia a caixa d'água.

**Figura 8: Vista geral da Praça Batista Campos.**



Fonte: BELÉM, 1902.

Mas, um dos maiores empreendimentos de Lemos, foi o Bosque Municipal. Localizado no Marco da Légua, área afastada do centro da cidade que figurava como uma pequena reserva florestal daquele período (hoje completamente tomado por uma densa área urbana). Apesar do bosque ter sido construído em 1870, devido à falta de reparos constantes, o Intendente mais uma vez abraçou o novo projeto do bosque, dando-lhe maior requinte e idílicos pontos de lazer, reabrindo-o em 1903. Neste espaço haviam sido construídas grutas, ilhas, cascatas, pedras, além de outras construções como o quiosque chinês, a cabana de Peri e Ceci, a barraca de Robinson Crusoe. Havia também um plano para a construção de mais de vinte bosques semelhantes, e que teria envolvido Belém numa enorme área verde.

Através dos projetos destas obras, pode-se perceber o poder da Intendência Municipal na construção e remodelamento dos espaços públicos. As alterações tinham o propósito de atender às necessidades específicas do conceito paisagístico e do elemento de paisagem em questão. Era uma preocupação que se coadunava com a organização espacial, e principalmente que diferia muito do projeto de uma paisagem tipicamente regional. Esses conceitos de paisagem urbana também iriam modificar a relação das casas com o seu entorno, e principalmente em relação à sua posição no lote. Eram espaços de convivência que tinham em seus lagos outras cores – nenhuma das quais próximas das cores naturais de um rio –, coretos inspirados em estilo preponderantemente europeu, além dos próprios materiais e elementos importados. Até havia nomes e lugares inspirados na literatura internacional, ou em outros centros brasileiros. Aparentemente, os *nossos Peris* não eram válidos por estes lados, pois Belém precisava ser *moderne* – e os parques e as praças modernas, como locais destinados ao lazer e entretenimento da população, deveriam ser um espaço para o desfile da nova elite, a gomífera, como aponta Sarges:

As praças, lugares públicos de lazer e lugar onde todos querem ir para serem vistos. Ser visto é hobby da nova elite. A praça, o lugar onde com o vestuário se identifica a que classe cada um pertence. [...] há uma “ânsia de ascensão em dignidade ou o desejo de usa roupas que dão o sinal, no Ocidente, da mais ínfima promoção social”. É como se distinguem burgueses e gente do povo.<sup>168</sup>

A importância do tratamento dado às praças estendia-se também aos seus entornos: afinal, era preciso dar uniformidade estética à paisagem urbana. Para este fim, seriam criadas medidas políticas voltadas para regulamentar o ambiente, um controle das casas junto às áreas verdes de Belém condizente com o plano da nova ordem social. Isso resultou na “expulsão de ‘quem não tinha dinheiro para edificar dignamente’, [através da venda de] seu terreno.”<sup>169</sup>

**Figura 9, 10 e 11: Alguns trechos da Travessa São Mateus (atual Av. Pe. Eutíquio) em ca. 1875, em 1898 e em ca. 1905.**



<sup>168</sup> SARGES, 2002, p. 170.

<sup>169</sup> Ibid., p. 170.

Fonte (9): Fundação Biblioteca Nacional ([www.fbn.com.br](http://www.fbn.com.br)); (10): CACCAVONI, 1898; (11): PARÁ, 1998, p.130.

Esta seria a estratégia global para o plano de modernização da paisagem urbana vista pela composição das formas de morar encontradas em Belém. As casas não seriam mais vista como simples habitações, mas um dos principais símbolos de modernidade da *Belém da belle-époque*, por isso, tornou-se importante para o Poder Público retirar do núcleo central urbano, tudo aquilo que pudesse contradizer com o seu projeto de modernização. De um modo geral, isto significou, a retirada de casas que não correspondesse com a nova estrutura urbana, camuflada pelo discurso de comprometimento com o bem-estar de todos, visto a falta de higiene e de salubridade encontradas nas casas populares. Assim, para que se compreenda a construção da *nova* Belém:

o mais importante a ser mostrado sobre a vida na metrópole da Amazônia no fin-de-siècle é sua realidade concreta, onde as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista a floravam muito mais, visto que o desenvolvimento econômico capitalista trazia em seu bojo o paradoxo do progresso, da modernidade, onde convivem a miséria, a prostituição e toda uma gama enorme de desgraças sociais com o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado.<sup>170</sup>

## CAPÍTULO II

### (Re)construindo as formas de morar na *Belém da belle-époque*.

#### 2.1 - A casa é um documento.

As casas novas estão mais mortas que as velhas, porque seus muros são de pedra ou de aço, mas não humana. Uma casa vem ao mundo, não quando a acabam de edificar, mas quando começam a habitá-la. Uma casa vive unicamente de homens...<sup>171</sup>

Como podemos perceber, a casa só existe quando ela é habitada. Assim, o debate acerca da definição sobre morar é um outro grande desafio. Mas, saber defini-lo, torna-se uma ferramenta importante para determinação da condição de vida, ou, até mesmo, do enquadramento social de uma determinada população. Mais do que uma precisão de terminologia, entre palavras e sinônimos para sua unidade, a morada/moradia, deve-se incluir a discussão sobre suas respectivas qualidades. Mas, afinal, que é morar? Ou melhor, que é morar em Belém durante o período de 1870 a 1910?

Para este fim, faz-se necessário, primeiramente, *desconstruir* a representação aplicada à *casa*. Ainda mais quando inserida no recorte temporal definido, pois a experiência

<sup>170</sup> Ibid., p. 142.

<sup>171</sup> VALLEJO, 1975, p. 155 apud PONCE, Alfonso. *Pensar e habitar*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos>. Acesso em: 03 nov.2006.

de morar hoje<sup>172</sup> apresenta tecnologias e referenciais diferentes daquelas encontradas durante o período em questão. Além do que, a imagem construída para o conceito de *casa*, no imaginário coletivo urbano atual, revela uma estrutura de paredes de tijolos com um telhado. Nesse sentido, não se pretende *desconstruir* a imagem em si, porém, de certa forma, *reconstruí-la* no imaginário definido por um *senso comum* no temporal (1870-1910), quase sempre associado a palacetes e casarios. Mas, enriquecer a imagem da *casa* trata-se, sim, de *desconstruir* a noção de casa burguesa, *reconstruindo-se a Belém da belle-époque* na pluralidade das formas de (se) morar.

Morar hoje ou ontem, a casa ainda contempla um sentido universal de abrigo, o que está acima do debate entre o habitar e o residir, onde se inserem não somente seus moradores, porém, interesses, questões e posicionamentos, culminando na relação de bem-estar familiar. Afinal, *no senso comum*, esse é o desejo principal do querer bem, mas expressas pelas diferentes condições e recursos que o construtor pode oferecer à sua família. Por este motivo, o testemunho das casas construídas durante o período em questão nos leva a não mais olhar a História como um encadeamento mecânico do passado, como se todos os moradores se manifestassem da mesma forma. Neste caso, saber interpretar o testemunho de uma casa, significa saber utilizá-la como um documento que nos permite compreender o cenário em que ela estava sendo construída<sup>173</sup>. A grande questão: o que estava acontecendo em Belém durante esse período? E como isto pode afetar na construção dessas casas.

Como visto anteriormente, estes questionamentos foram o cerne central do primeiro capítulo desta dissertação, e sem tais referenciais seria difícil compreendermos o cenário político-social pelo qual Belém passava durante o ciclo da borracha. Por isso mesmo, a compreensão sobre as formas de morar ficaria incompleta, ou, até mesmo, comprometida. Contudo, cabe nos seguintes capítulos revelar se o desenvolvimento dos processos histórico-sociais realmente interferiu nas construções das casas e em seu espaço privado.

Desta maneira, devemos apresentar outras tipologias habitacionais que desafiam o princípio da imagem aplicada à casa, e que vão além de uma simples relação de

---

<sup>172</sup> “‘Cabanos, domus, castelos, villas, palazzos’, são denominações históricas do espaço unifamiliar. São representativas da arquitetura mais elementar, mais próxima e utilizável pelo ser humano, considerada a sua real terceira pele, logo após a epiderme e a roupa que o protege do meio ambiente onde vive. Entretanto, haverá uma palavra que, independente das classes sociais, sintetizará toda noção de habitação privada: a casa MIGUEL, Jorge. Casa e lar: a essência da arquitetura. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos>. Acesso em: 03 nov.2006.

<sup>173</sup> Temos, hoje, o conceito casa como um edifício ou parte dele destinado à habitação humana. Estar destinado representa aqui um objeto construído à espera de um uso familiar em que as relações do plano físico e a troca emotiva de seus moradores, possam fazer da casa um lar. [...] Assim a casa apresenta-se como um espaço/forma que busca estar adequada e ser resposta correta ao modo de vida de seus moradores e às características climáticas da paisagem onde se instala. MIGUEL, 2006.

sobrevivência: são as casas daqueles que transformam o seu ambiente num lar, no bem-estar de sua família, cujo padrão de habitabilidade é determinado pelos seus recursos em pagar por um projeto, materiais e manutenção de sua casa. A forma de (se) morar é o seu reflexo, logo, a casa nada mais é que a própria extensão de seu morador.

A arquitetura pode surgir do conhecimento e da interpretação dos condicionantes impostos pela vida cotidiana. Quando entendida assim, resulta mais circunstancial e menos ideal. Nesse sentido, cada projeto é um ato único, que deve incorporar as contradições específicas surgidas do embate entre seus condicionantes. A forma é portanto algo que resulta deste embate, e é mais relevante quando evita os gestos retóricos que procuram, por um lado, a determinação de uma linguagem a priori e, por outro lado, a caracterização de um discurso sobre algum dos aspectos envolvidos na sua realização.<sup>174</sup>

Para este fim, torna-se necessário, então, analisarmos a casa como reflexo de seu construtor<sup>175</sup>, e como ele foi capaz de incorporar a influência dos fatores externos<sup>176</sup> em sua construção. Neste caso, a fachada torna-se um elo importante entre o mundo privado e o público, e, justamente por este motivo, fundamental para a análise do testemunho de uma casa. A fachada reflete também quais seriam os valores que o morador queria transmitir para os demais habitantes de cidade. Isto pode ser facilmente percebido pelos detalhes, ornamentos e elementos construtivos incorporados à sua construção.

Além disso, uma casa construída no centro, muito provavelmente, deveria representar a condição de *status* e a importância na estratificação social da elite extrativista. Enquanto que, para outros moradores, que estivessem fora dessa esfera, a importância da casa estaria associada à constituição de um abrigo, cuja estética não era primordial. Por isso mesmo, essas casas mais modestas eram consideradas atrasadas, portanto, não condizentes com a *Belém moderna*, e até mesmo, seriam culpadas por *enfear* ou *adoecer* uma cidade.

Assim, o que se viu, então, foi a “Paris Tropical”<sup>177</sup> contra a “Paris Tapiocana”<sup>178</sup>. “As várias cidades [ou as várias Belém] existentes dentro de uma única cidade convivem no

<sup>174</sup> MACIEL, Carlos Alberto. *Arquitetura, projeto e conceito*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos>. Acesso em: 03 nov.2006.

<sup>175</sup> A utilização do termo construtor serve não somente para abranger toda classe da construção civil, como engenheiros e arquitetos, mas, também, no sentido, daqueles que construíram as suas próprias casas ou que idealizaram sua moradia, como os próprios moradores.

<sup>176</sup> “Cada edifício caracteriza-se por uma pluralidade de valores: econômicos, sociais, técnicos, funcionais, artísticos, espaciais e decorativos, e cada um tem a liberdade de escrever histórias econômicas da arquitetura, histórias sociais, técnicas e volumétricas. [...] Mas a realidade do edifício é consequência de todos esses fatores, e uma sua história válida não pode esquecer nenhum deles”. ZEVI, 2002, p. 26.

<sup>177</sup> “Os objetivos que direcionaram a transformação estética da cidade se entrelaçavam com as propostas políticas, ideológicas e até mesmo com o gosto dos novos grupos econômicos da região. Embora Lemos não tenha destruído as marcas de uma cidade colonial portuguesa, a configuração de uma nova estética pautou-se pelos símbolos que identificavam uma ‘cidade civilizada’, ao mesmo tempo que criava significados que seriam cristalizados na memória dos habitantes da pretensa ‘Paris Tropical’”.(SARGES, 2002, p. 174). Neste caso, a construção de uma Belém mais aburguesada e moderna, ambicionada pela elite gomífera e pelo Poder Público.

mesmo espaço e podem ser percebidas pela forma como os habitantes utilizam-se desses espaços e de sua percepção dos mesmos”<sup>179</sup>. E entre esses dois extremos, encontravam-se as diversas formas de morar na *Belém da belle-époque*.

E, se o padrão estético e o *bem-estar social*, onde entende-se pelo bem-estar da elite gomífera, tornaram-se motivo de preocupação urbana perante o Poder Público. Que decisões nas políticas públicas foram capazes de afetar o padrão construtivo? Por este motivo, deve-se examinar a legislação municipal como principal agente das transformações estético-higienizadoras. E, que feições as novas casas, nesse conjunto europeizador, deveriam apresentar? O que mudou? Essas questões não me cabem responder neste momento, porém, as casas testemunharam as transformações desta cidade amazônica, e nelas podem estar contidas algumas das respostas as perguntas aqui formuladas.

## **2.2 - O morar na *Belém moderna*: linguagem cultural e representação social.**

Nesse sentido, saber o que era morar em Belém pode nos levar a diferentes significados. Se a casa, enquanto documento, nos leva a compreender um dado momento histórico, a sua localização pode implicar um questionamento ainda maior. Isto, se levarmos em consideração não o seu padrão de habitabilidade, mas a sua referida localização na *estratificação social (status)* da cidade. Assim, uma casa em determinada área pode adquirir, ou no caso, melhorar a própria representação ou condição social de seu morador perante a sociedade. Por outro lado, a moradia num bairro popular pode apresentar um significado mais simplório ou até mesmo degradante. Contudo, se dissermos que a mesma casa encontra-se localizada num bairro mais privilegiado, ou melhor, dizendo socialmente elevado, é certo que a situação social seja completamente interpretada de uma outra maneira, tornando-se bem-vista para os demais moradores com localização menos privilegiada.

A partir deste exemplo, podemos perceber, de forma sucinta, os diferentes significados que podem ser aplicado a uma mesma casa em diferentes localizações. Mas, deve-se esclarecer que não se pretende realizar uma profunda análise dos bairros de Belém, no caso, apenas, revelar, de uma forma sintética, as diferentes características sócio-urbanas referentes à localização das casas. Contudo, esta era uma visão mais direcionada aos moradores de classes mais baixas, pois para a elite, e, em especial, para o Poder Público as

---

<sup>178</sup> “A conquista do Acre e muito mais o fastígio da borracha, ao tempo chamada ‘ouro negro’, deram a Manaus e Belém, com preponderância desta em veleidades de Paris tapiocana, os dias, ou melhor dito, as noites famosas de caricatural ‘Belle Époque’”. DE CAMPOS RIBEIRO, José Sampaio. *Gostosa Belém de Outrora*. Belém: SECULT, 2005, p. 85. Em alusão a uma Belém construída mais tradicionalmente com características regionais pela classe popular.

<sup>179</sup> SILVA, 1999, p. 61.

casas localizadas nas áreas centrais que não se apresentassem condizentes deveriam ser *deslocadas* para outras áreas da cidade.

Ainda sim, para termos uma melhor leitura sobre as condições sócio-culturais dominantes na formação espacial de Belém durante o período em questão, tornou-se importante acompanhar as diferentes composições sociais dos bairros. Desta forma, e de uma maneira esclarecedora, poderíamos *pegar carona* com Theodoro Braga em seu passeio realizado pelas *tramways* no seu livro *Guia de Belém*<sup>180</sup>, onde poderíamos conhecer as *várias Belém* existentes nos bairros da *Belém moderna*.

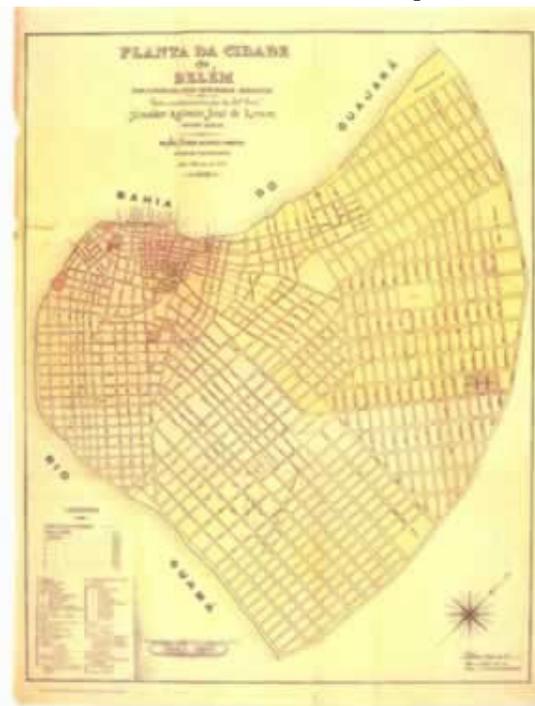
Para Theodoro Braga, “a cidade do Pará em seu título de nobreza: pela sua situação é a rainha do Amazonas<sup>181</sup>”. Uma cidade que, segundo o autor, trabalhou para si mesma, que se desenvolveu e que progrediu. Assim, o propósito de breve passeio, além dos comentários, é poder ver como alguém que vivenciou esta determinada época, via e sentia a cidade de Belém: a *Belém moderna*. Por isso mesmo, é válido lembrar que a cidade foi vista por um homem de vida intelectualizada, e de certo modo, com uma situação de posses e privilegiada. O que também nos ajuda a ver pelos olhos de uma classe elitizada a própria diversidade espacial de Belém. Nesse sentido, visando-se enriquecer ainda mais os comentários do autor, utilizaremos passagens de alguns livros de autores paraenses, como Dalcídio Jurandir e João Marques de Carvalho, para que se tenha uma melhor compreensão sobre a formação dos bairros de Belém.

---

<sup>180</sup> BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916.

<sup>181</sup> *Ibid.*, p. 30.

**Figura 12: Planta da Cidade de Belém executada por José Sidrim em 1905.**



Fonte: PARÁ, 1998, p. 28.

A nossa *excursão* partiria do *Port of Pará*. E, em nossa primeira parada, assinalada pelo poste pintado de vermelho e com uma larga faixa em branco, subiríamos o *bond* e passearíamos por toda a zona comercial de Belém, inclusive de onde poderíamos ver os principais armazéns da borracha. Logo após a curva da doca do Ver-o-peso, veríamos o comércio feito em canoas que chegavam do interior Estado, onde eram vendidos diversos produtos. Além deste ponto, também avistaríamos a Rua Conselheiro João Alfredo, considerada a principal e elegante artéria do comércio, e o Parque Affonso Penna (atual Praça D. Pedro II), onde poderíamos parar e pegar a próxima *tramway*.

Viva maré de março visitando o Mercado de Ferro, lojas e botequins, refletindo junto ao balcão os violões desencordoados nas prateleiras. Os bondes, ao fazer a curva no trecho inundado, navegavam. As canoas no porto veleiro, em cima da enchente, a o nível da rua, de velas içadas, pareciam prontas a velejar cidade adentro, amarrando os seus cabos nas torres do Carmo, da Sé, de Santo Alexandre e nas sumaumeiras do arraial do Nazaré.<sup>182</sup>

Nessas linhas poderíamos passear pelos bairros do Comércio e da Cidade Velha, onde estavam localizadas as principais casas comerciais e de exportação, além de ser o núcleo inicial da cidade, por isso, onde estava localizada a maior parte das Igrejas e de edifícios públicos. Deste ponto, seguiríamos pelo *boulevard* exterior de Belém, a chamada linha

<sup>182</sup> JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA, 2004, p. 133.

circular externa que passava pelas ruas que envolviam o entorno da cidade, uma espécie de cercadura, ou melhor, de limite da área urbana da cidade.

[...] esquecida do menino, Libânia acompanhou com o olhar o bonde que se danava pela João Alfredo, aos trambolhões pela Santo Antônio, como se fosse invadir a casa dos chapéus, a vitrine dos perfumes, aquelas quinquilharias. Agora os caixeiros, entre as peças suspensas à porta das lojas, entre rendas sujas e fitas roçando o chão, chamavam a Libânia. Nos vestidos de lamê e nas brilhosas meias de seda, os olhos dela se esqueciam. Também aos domingos ia Ver-o-peso, ainda madrugada, para trazer às costas o saco de açaí comprado pelo seu Alcântara na beira da praia junto ao mercado de Ferro. O gordo vinha de bonde pela Conselheiro, com os embrulhos menores. Ela seguia o mesmo itinerário a pé, descalça, açaí às costas marcadas, doídas de caroço de açaí. À frente dos bondes e das carrocinhas de elite, roçava pelos cestos quentes de pão, desviando-se dos homens que voltavam das festas a juntar mangas e mulheres nas esquinas. Curva e silenciosa, seguia tão rápida e atenta, como se voltasse do roçado.<sup>183</sup>

Nas diversas linhas de *tramways*, podemos perceber que as principais e a maioria das linhas se delimitavam ao núcleo central. Uma dessas linhas realizava um passeio, que em seu início, passava pelos principais pontos da vida social de Belém. Essa linha tinha sua parada no Teatro da Paz, em frente a Pharmácia Dermol (considerada a mais bela e importante da cidade pelo autor), passando pela elegante casa de modas *Madame Rousseau*, o cinematógrafo Rio Branco e o Café da Paz. Além, é claro, de avistarmos à direita o Grande Hotel, e ao seu lado, o cinematógrafo Olympia, que era o cinema da “high-life, club de diversões<sup>184</sup>” do gênero. A linha seguia por toda Avenida Nazaré e Independência, passando pela Praça Floriano Peixoto (onde está situado o Mercado de São Brás), situada próxima ao bairro de Canudos, o que o autor afirma ser um bairro habitado por trabalhadores.

Esta *tramway* seguia, ainda, por toda Avenida Tito Franco (atual Almirante Barroso), atravessando dois bairros: o Marco da Léguas, que definia o limite da 1ª léguas patrimonial, e o do Sousa. Nestes bairros, estavam localizadas várias vivendas, conhecidas como rocinhas, além dos novos edifícios públicos. Se a *Belém moderna* encontrava-se, em grande parte no núcleo central, seria de se estranhar a localização destes novos prédios. Contudo, a localização distante à área central era proposital, visto que estes edifícios públicos não deveriam se construídos na parte mais nobre da cidade, pois eles representavam um lado mais degradante da *Belém moderna*, como o Asilo dos Alienados e Asilo de Mendicidade. A linha retornava ao centro da cidade, e chegava em seu destino final no Palacete Municipal.

Foram depois até a estação da Companhia Urbana, onde, justamente, como estavam para ser 7 horas, um trem preparava-se a fim de seguir para o Marco-da-léguas. Tomaram assento em um dos carros e bem depressa eram transportados pela estrada da Independência, ladeada de frondentes rocinhas, de onde capitalistas saíam, encardados em longas sobrecasacas, para o matinal passeio do domingo. Agora, às

<sup>183</sup> JURANDIR, 2004, p. 134-138.

<sup>184</sup> BRAGA, 1916, p. 43.

portas das chácaras, grupo as alegres e palradores apareciam, porventura, fitando curioso o trem, cochichando com interesse, porventura a respeito de dois ingleses que nele iam no segundo banco, vestidos de casemira xadrez graúdo e empunhando grandes redes de cambraia apropriadas ao aprisionamento das borboletas.[...] Enquanto o trem, muito veloz, seguia pela estrada do Marco ladeando os matagais do bosque municipal.<sup>185</sup>

Segundo Theodoro Braga, havia também uma outra linha, de onde veríamos as mais belas residências de Belém. Neste caso, partindo-se do Palacete Bolonha e de seu conjunto de 11 casas, situado na Avenida São Jerônimo (atual Avenida Gov. José Malcher), seguiríamos pelo bairro de Nazaré, o que ele considerava o bairro mais aristocrático de Belém. Para o autor, das copas das frondosas mangueiras, erguiam-se as residências de personalidades envolvidas com a política, comércio, advocacia e magistratura. Destas casas, ele destacava os palacetes do Dr. José Malcher, do deputado estadual José Julio de Andrade, o Palacete Sampaio, pertencente a Alfredo Souza, e o do Dr. Augusto Montenegro.

Punha a vista naquela fachada velhusca e baixa, platibanda, três janelas embora sem persianas, a raiz do mato entranhando-se na parede descascada.

Sim, na Estrada de Nazaré, entre a Benjamim Constant e quase-quase à esquina da Doutor Moraes, já para desembocar na Largo da Pólvora; meu Deus, pertinho do Olímpia, do terraço do Grande Hotel, da melhor farmácia, dos passeios em torno da estátua da República, da Assembléia e do Teatro da Paz.<sup>186</sup>

[...] Emília arranjou uma casa. Conseguiu o “habite-se”, oitenta por mês, sem a água, vamos mudar pra semana e é na Estrada de Nazaré.

Disse “Estrada de Nazaré”, sem carrega no nome, como se fosse a Travessa Francisco Caldeira Castelo Branco, a Apinajés, ou qualquer rua mais escondidinha lá pelo Marco da Légua...<sup>187</sup>

Afinal, minha filha, não queres morar na Estrada de Nazaré nem que seja debaixo de um pardieiro? [...] – Afinal, os sapos, os nossos sapos daqui [referindo-se à sua casa, situada na Av. Gentil Bittencourt, 160] não são nenhuma orquestra. Mas a banda dos bombeiros tocando no Lago da Pólvora tão pertinho das três janelas. Ai, meu Deus! Arruma teu encosto em Nazaré. Minha filha. Enfim! Arrisca e petisca. Vamos encolher as barrigas e mostrar nossos sorrisos fartos na três janelas. Em cima, no peito, na cara, a aposição social. Embaixo, no bucho, o ronco da necessidade. Mas ajusta tudo, minha filha. As aparências nos chamam, filhinha...<sup>188</sup>

Em seguida, poderíamos seguir a *tramway* da Cremação, que atravessava o bairro mais populoso, onde moravam operários e jornaleiros (onde entende-se empregados diaristas). Um bairro, que ao meu ver, rendeu poucos comentários, assim como, outros bairros periféricos que seguiam próximos à Estrada de Nazaré e de sua continuação a Estrada da Independência. Sobre estes bairros, conseguimos obter mais informações, nos livros *Gostosa Belém de Outrora* (2005) e *Hortência* (1989), como podemos ver nos seguintes trechos:

<sup>185</sup> CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 107-108.

<sup>186</sup> JURANDIR, 2004, p. 245.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 289.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 286-287.

Com a queda do velho Lemos, no Pará, os Alcântaras se mudaram da Vinte e Dois de Junho para uma das três casas iguais, a do meio, de porta e duas janelas, nº 160, na Gentil Bittencourt. Era no trecho que passava o trem, atrás do quartel do 26 caçadores. [...] Basta o ar desta baixa, o origã do lixo e da lama aí dos fundos. Este mormaço que vem das baixas? Nem as águas termais, que é que vocês estão pensando? Que mais desejam, seus Alcântaras, depois desta Avenida Gentil Bittencourt, 160? Avenida! Avenida! Pra endereço de carta, minha senhora Inácia, é de se lamber o selo duas vezes e usar sinete de fidalguia. Ai matai-me, marido, matai-me, que eu a morte mereci.<sup>189</sup>

.....  
 No seu desassossego, escancaravam-se as três janelas. Naquela noite, mais do que nunca, como se aborrecia daquele “ermo” lá na Gentil. E os sapos da baixa e os apitos do trem e a corneta do quartel em que a mãe só via conspiração e revolta?<sup>190</sup>

.....  
 Vindo de uma família de retirantes do Ceará, enraizada na Estrada de Ferro de Bragança, onde fora buscar Virgílio Alcântara, Inácia não perdeu tempo quando se viu à porta do lemismo. Eram as festas em Palácio, pagas regaladamente com a borracha e os empréstimos do Estado no estrangeiro, as cerimônias cívicas e escolares do Bosque e do Parque Batista Campos, em que se cobria de flores, discursos e mulheres, o Senador [Lemos].<sup>191</sup>

.....  
 Hortência seguiu pelo corredor e logo achou-se fora de casa, no meio da estrada da Constituição.[...] Às margens da estrada, em grandes trechos de terrenos desprovidos de construções, cobertos de baixos e úmidos matagais, [...] os poucos prédios da estrada, do lado fronteiro àquele por onde seguia Hortência, estavam todos banhados de sol, apresentavam festiva aparência alegre, davam conforto e animação àquele formoso firmamento de verão livre de nuvens [...].<sup>192</sup>

Nesse sentido, Theodoro Braga pouco nos informa sobre as demais linhas que passavam por áreas menos formosas, como, por exemplo, a linha do Curro Municipal e a linha que cortava a travessa do Jurunas, o que ele considerava bairros exclusivamente populares. Ainda assim, o autor nos informa que a Avenida São Mateus (atual Avenida dos Cabanos e Travessa Pe. Eutíquio), que estava em fase de construção, viria a ter a linha mais extensa da companhia de *tramways*, atravessando os extremos da cidade do rio Guamá até a baía do Guajará. Contudo, havia linhas de *tramways* mais curtas e que passavam por várias ruas da cidade em seu núcleo central. As linhas mais periféricas apenas percorriam as avenidas e/ou artérias principais, o que deixava os bairros populosos menos assistidos, levando os passageiros, ou no caso, os trabalhadores a longas caminhadas rumo às suas casas.

Assim chegou ao largo de Sant’Ana, em cuja pequena área rumorejavam as ramas de três árvores raquíticas, pouco altas. Um interminável arruído de rodas de carros subia da baixa, do bairro comercial. Era a exalação vital da humanidade operosa, incessantemente movimentada, no afanoso labutar da vida.<sup>193</sup>

---

<sup>189</sup> JURANDIR, 2004, p. 45-46.

<sup>190</sup> Ibid., p. 246.

<sup>191</sup> Ibid., p. 58.

<sup>192</sup> CARVALHO, 1989, p. 45-46.

<sup>193</sup> CARVALHO, 1989, p. 51.

A Alfredo lhe pareceu mais um bando do Guamá que um pequeno doméstico do 161 com o santo nas mãos, como uma arma.<sup>194</sup>

A partir dos comentários de alguns autores paraenses, pudemos realizar um breve *passeio* pelas *várias Belém*, onde muitos moradores sonhavam em se mudar para as nobres ruas da *high-society* paraense, e não mais ver as *baixas* de Belém em meio a alagados, casebres e muita lama nos dias de chuva. Assim, podemos perceber o quanto Belém era moderna em seus bairros centrais, e que ainda deixava muito a desejar para os demais moradores da periferia de Belém. Contudo, percebe-se que a malha viária da capital paraense já se encontrava bastante ampla, o que demonstra a própria expansão da cidade, e que a partir do crescimento físico espacial da capital paraense, podemos revelar que a localização tornou-se um referencial de *status* para a construção das formas de (se) morar. Ainda assim, a análise a ser realizada nesta dissertação para as casas encontradas em Belém, não deverá se deter a sua localização, mas, sim à sua construção. De fato, apenas quisemos esclarecer que a localização também era uma questão importante para os moradores de Belém.

Percebe-se, no entanto, que essa *decisão* sócio-espacial também se deu, em grande parte, devido ao espantoso crescimento demográfico, pois a *Belém moderna* tornou-se um lugar considerado para muitos de *prosperidade*, e que, até mesmo que possibilitaria um enriquecimento repentino, em grande parte devido ao fausto de sua transformação urbana<sup>195</sup>. Assim, “a expansão comercial constante, associada aos múltiplos projetos de construção e à disponibilidade de serviços urbanos básicos, deu origem a um período de espantoso crescimento da população”.<sup>196</sup> De 1890 a 1907, a taxa anual de crescimento foi de 25%; em 1900 a população era de 95.560 habitantes<sup>197</sup>, e já em 1908, de 150 a 200 mil almas.<sup>198</sup>

Nesse sentido, este crescimento demográfico desordenado repercutiu no setor habitacional, no qual os que mais sofreram com essa situação foram aqueles da camada mais pobre da população. A maioria dessas famílias era constituída pelos trabalhadores que ajudavam a construir a moderna cidade de Belém, ou em grande parte eram os nordestinos<sup>199</sup>,

<sup>194</sup> JURANDIR, 2004, p. 272.

<sup>195</sup> A rica paisagem urbana de modernidade criava uma falsa noção de esperança riqueza rápida para os migrantes, em geral de nordestinos, “que foram atraídos pelo grande ‘fausto’, esperando melhorar de vida [...] que se dedica às mais diferentes atividades de trabalhos”. DIAS, Edinea Mascarenhas. *Ilusão do Fausto*, Manaus 1890-1920, Manaus: Ed. Valer, 1999, p. 49.

<sup>196</sup> WEINSTEIN, 1993, p. 105.

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>198</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>199</sup> A migração nordestina se deu, em primeira instância, para os seringais localizados na região amazônica. Posteriormente, a população nordestina também passou a se estabelecer em Belém, em grande parte, devido às melhorias urbanas implementadas na cidade pelo Governo de Antônio Lemos. “Devemos considerar que a preocupação com a ordenação do espaço público se intensificou com o fluxo de imigrantes nordestinos que se dirigiu ao Pará, contribuindo para uma alteração de natureza demográfica na capital da Província. [A questão da

fugindo das secas que assolavam a região e migrando de forma espontânea para a capital do Pará. A *nova* população teria que escolher um local destinado à sua moradia. Aqueles que tinham maiores recursos decidiram em residir nas áreas centrais. Já a outra parte da população, com menor poder aquisitivo, teve que *optar* pelas áreas mais periféricas e adjacentes de Belém. E foi esta população que impulsionou o crescimento físico da cidade, criando novos bairros, aqueles considerados por Theodoro Braga, bairros populares e populosos. Ainda assim, é válido lembrar que o núcleo central ou a periferia da capital paraense não se constituía apenas com moradores de uma única classe social, mas, evidentemente, os bairros populares ou nobres, apresentavam uma uniformidade das classes dominantes em cada tipo de bairro.

A crescente demanda habitacional rendeu novas oportunidades de negócio no mercado imobiliário de Belém. Segundo Weinstein, até meados da década de 1880, não havia em Belém nenhuma empresa no ramo da construção civil, o que levou a elite paraense, que detinha inúmeros prédios, a se beneficiar da escassez habitacional, agravada por esta crescente demanda. Além do que, isto se tornou um negócio altamente rentável para esta elite, pois as propriedades passaram a ser considerada a parte sólida de seus investimentos. O que, ainda afirma a autora, também se tornou um grande investimento para comerciantes ricos que começaram a comprar várias residências, prédios comerciais, e, até mesmo, terrenos em áreas não desenvolvidas. Deste modo, a expansão no mercado imobiliário ocasionou “implicações negativas que foram muito além do alto custo das moradias.”<sup>200</sup>

A especulação imobiliária e o monopólio de habitações localizadas em áreas centrais, onde havia infra-estrutura e serviços urbanos, em especial, nas áreas consideradas nobres, fizeram com que os preços das casas e dos aluguéis subissem vertiginosamente em Belém. Ainda segundo Weinstein, a especulação imobiliária acabou por privar o crescimento de outros setores econômicos, e essa atividade de caráter não-produtivo, apesar de promover o desenvolvimento de obras públicas e de melhorias urbanas, acabou por determinar a subsistência no sistema de extração e de comércio na borracha, e que se constituiu na base de todas as outras atividades econômicas da região.

Essa situação pode ser facilmente percebida pelo quadro habitacional da capital paraense. Ainda na fase de prosperidade econômica da borracha, de 1870 até 1880, podemos

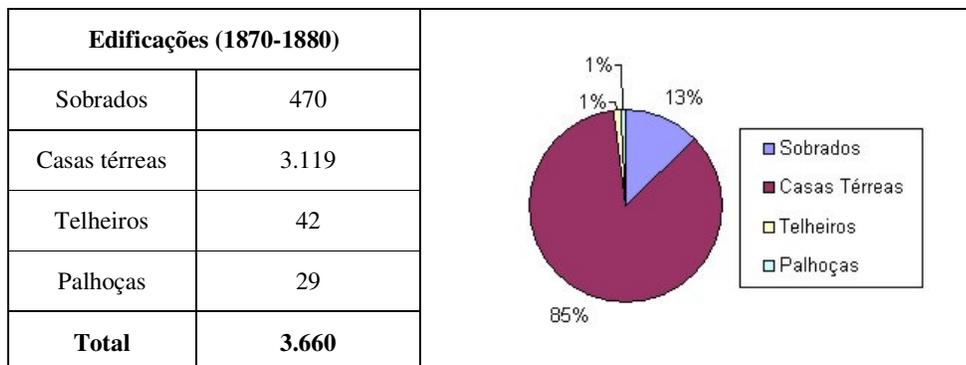
---

seca e] da necessidade de mão-de-obra provocou um êxodo de nordestinos, engrossando o contingente de pessoas que por razões diversas não seguiam para os seringais concorrendo, desta forma, para um elevado número de subempregados na capital do Pará”. SARGES, 2000, p. 135.

<sup>200</sup> WEINSTEIN, 1993, p. 106.

perceber pela pesquisa (em anexo) realizada por Ernesto Cruz<sup>201</sup> nos livros de registros municipais, que haviam sido construídos em Belém:

**Tabela 1: Edificações de 1870-1880**



Fonte: CRUZ, 1971, p. 213-288 (gráfico adicionado pela autora).

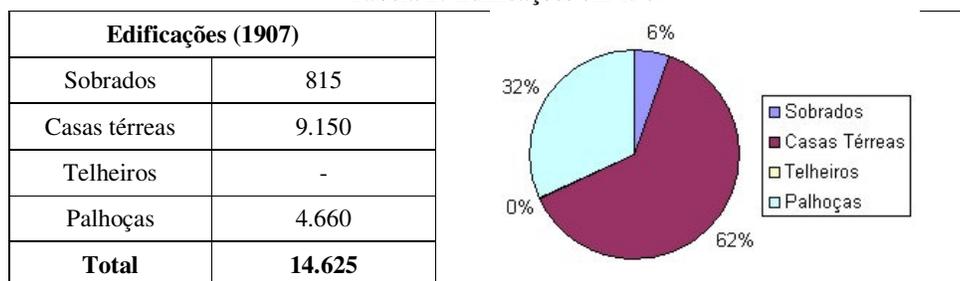
Nesta tabela, verificamos que, provavelmente, o livro de registro se referia apenas à área urbana de Belém, pois na pesquisa não havia o registro das ruas situadas em áreas mais periféricas, como a estrada da Independência (atual Avenida Magalhães Barata), onde se localizavam algumas moradias, como a rocinha de Bento José da Silva Santos, que também aparece como dono de outras propriedades na área central. Ele construiu a sua rocinha na Estrada da Independência, no período de 1876-79, além de possuir mais outras sete propriedades na mesma cercania<sup>202</sup>.

Outra questão acerca desta tabela reside sobre o que seriam os telheiros e as palhoças, pois o próprio autor afirma que grande maioria das casas térreas seriam aquelas casas descritas por Wallace e Bates no primeiro capítulo desta dissertação, e no caso, a maioria dos telhados dessas casas seriam cobertas com palhas. Nesse sentido, pelo que o autor escreveu, percebe-se que os telheiros seriam provavelmente apenas os lotes com algum tipo de cobertura, o que conferia a posse de propriedade ao seu dono, e as palhoças seriam as casas mais modestas, sem algum tipo de acabamento ou construção formal, como as casas de pau-a-pique ou taipa de pilão.

Em contrapartida, no Relatório Municipal de 1907, podemos verificar indicadores do crescimento habitacional abrupto na capital paraense:

<sup>201</sup> CRUZ, Ernesto. *As edificações de Belém (1783-1911)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

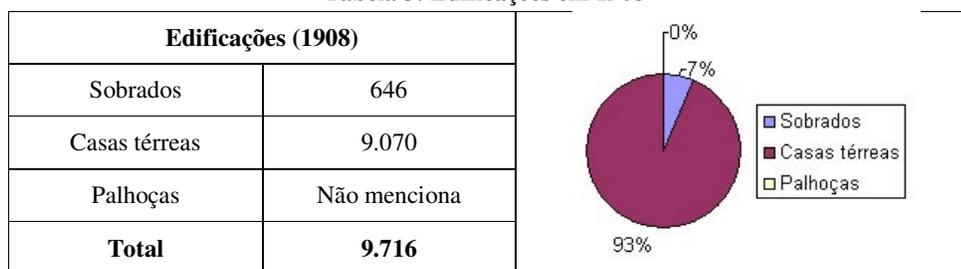
<sup>202</sup> Neste caso, a rocinha em questão, tornou-se o prédio central do Museu Paraense Emílio Goeldi, que além da referida rocinha, adquiriu várias propriedades localizadas na cercania, inclusive as sete propriedades de Bento José da Silva Santos.

**Tabela 2: Edificações em 1907**

Fonte: CRUZ, 1971, p. 147 (gráfico adicionado pela autora).

Se realizarmos a comparação entre os dois quadros habitacionais de Belém, podemos perceber que o número de sobrados ou de casas com mais de um pavimento, em geral construídas por uma parte da pequena elite paraense em alguns anos, apenas dobrou. Já o número de casas térreas, em grande parte, destinada às moradias da classe média e alta triplicou. Enquanto que o número de palhoças, espantosamente, elevou em 160 vezes! O que nos motiva ainda mais a procurar pelas diferentes formas de se morar em Belém durante este período, ainda mais que estas *palhoças*, foram as casa esquecidas como *testemunhos* da *belle-époque* na capital paraense.

Ainda podemos averiguar a falta de interesse sobre esta parte da população, na Revista da Semana. A publicação especial financiada pelo Poder Público apresenta dados divergentes em relação ao Relatório Municipal de 1907:

**Tabela 3: Edificações em 1908**

Fonte: Revista da Semana, 1908 (gráfico adicionado pela autora).

Neste caso, podemos observar que apesar dos dados serem divergentes em relação a número de sobrados, o número de casas térreas apresenta-se de forma bastante semelhante aos dos dados da Intendência Municipal. Contudo, o dado mais perturbador disponível nesta revista, encontra-se no total de números de casas que estavam sendo remodeladas, a na própria fonte registra o total 16.600 casas. Isto nos leva a acreditar que, no tocante aos números, não foram contabilizados os prédios públicos e de serviços, ou até mesmo as casas comerciais. De certa forma, com este elevado número de casas a serem remodeladas, muito provavelmente essas casas eram as *palhoças* que enfeavam a cidade, e que não deveriam

participar diretamente de uma estatística que trazia, em seu cerne, provas cabais para a construção da *Belém moderna*. Ainda sim, uma outra prova citada na mesma fonte, se referia ao crescimento da construção civil na capital paraense. Em Belém, eram construídas cerca de 735 edificações ao ano, o que contabilizava a construção de duas casas por dia.

**Figura 13: Estrada de Nazareth, área nobre de Belém.**

Nota-se as casas modernizadas em contraste com uma casa popular em ruínas.



Fonte: PARÁ, 1998, p. 93.

Assim, podemos perceber que a crescente demanda habitacional em Belém, promoveu um crescimento abrupto na construção de edificações urbanas, o que repercutiu numa nova organização sócio-espacial da capital paraense. Por este motivo, deve-se avaliar como o Poder Público, no caso, a Intendência Municipal direcionou sua administração na construção da *nova* Belém, mas, em especial no que diz respeito ao tratamento de políticas públicas voltadas para o embelezamento urbano, onde as casas tornaram-se parte integrante do seu projeto de modernização, por isso mesmo, criando medidas que assegurassem a estética urbana de Belém. O que, na prática, significou retirar as casas que não estivessem condizentes com este novo ideário urbano, onde entende-se, retirar as casas populares *ditas* insalubres e anti-higiênicas que enfeavam a *Belém moderna*.

#### **- A estética urbana: algumas regras para as edificações na *Belém moderna*.**

Como já foi dito anteriormente, a administração de Lemos estava voltada para a modernização da capital paraense. Para colocar este projeto de urbanização em prática, tornou-se necessário criar uma cidade esteticamente salubre – limpa das “imoralidades nocivas e imundas” que pudessem denegrir esta imagem da *nova* Belém. Nesse sentido, a

política pública da Intendência Municipal estava associada à “uma lógica de modernização das estruturas urbanas – com a codificação de uma disciplina específica: o urbanismo<sup>203</sup>”.

No século XIX, o urbanismo, neste caso, significava remodelar a cidade para atender projetos que visassem a modernização do espaço urbano das áreas mais centralizadas, onde eram realizados a comercialização da borracha, mas, em especial, a área destinada à moradia destes homens ligados à elite gomífera. Deste modo, podemos perceber que:

[...] a remodelação do tecido urbano colonial da cidade. Foi uma iniciativa de saneamento físico e social e de “embelezamento” (termo corrente na época) da cidade – [...]. Conciliar a erradicação das epidemias que varreram a cidade ao longo do século XIX, afastar a população pobre de setores estratégicos para expansão urbana e urbana e conferir a paisagem uma estética arquitetônica de padrão europeu caracterizavam as iniciativas para a modelagem de um Brasil condizente com o figurino de uma nação “civilizada”.<sup>204</sup>

Assim, a estética urbana tornou-se muito mais que uma simples preocupação para o Poder Público<sup>205</sup> e para a elite gomífera. Ela se tornou uma ferramenta capaz de equacionar a degradação urbana, mas, acima de tudo foi de fundamental importância no tratamento estético das unidades residenciais – as casas davam coesão à modernização de Belém. Desta forma, a casa passou a ser considerada como a extensão das políticas de saúde:

A idéia do meio como principal responsável pela formação do corpo físico e do estado moral do pobre conduziu à noção de que o combate à doença e aos comportamentos julgados anti-sociais deveria passar por uma modificação do meio. Pensava-se que, se a cidade é um meio corrupto, favorável à perversão dos costumes e à difusão de doenças, ela poderia ser transformada em um meio corretor; se a casa degrada o indivíduo, alterada de acordo com os preceitos da higiene e da disciplina, ela poderia converter-se em elemento que corrige, em meio gerador de pessoas saudáveis e regradas.<sup>206</sup>

Correia explica que a habitação das classes mais baixas era entendida como uma ameaça tanto à saúde quanto à moralidade e à produção. Por estes motivos, as casas insalubres não eram consideradas um ambiente acolhedor, *jogando* seus moradores às ruas, aos bares e aos bordéis, expostos ao vício, à devassidão e ao ócio<sup>207</sup>. Assim, a casa foi considerada *culpada* por não permitir que seus moradores permanecessem em seu lar, sem que um trabalhador pudesse ter uma perfeita reposição de energia para o trabalho, por isso mesmo, um dos motivos indicados para a própria precariedade econômica dos trabalhadores.

Para o Poder Público, as casas insalubres seriam um foco de *doenças* e que acabavam por afetar o bem-estar de todos. Este pensamento se revelaria num modo *científico*

<sup>203</sup> SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 19.

<sup>204</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>205</sup> Em todos os sete relatórios apresentados pela Intendência Municipal, podemos perceber que a preocupação estética com a *Belém moderna* foi sem dúvida alguma uma das principais preocupações do governo de Lemos.

<sup>206</sup> CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004, p. 21.

<sup>207</sup> *Ibid.*, p. 1.

e *moderno* de eliminar as habitações *doentes*. Assim, a higiene da moradia tornou-se um assunto de extrema importância para especialistas de diversas áreas, dentre os quais destacamos médicos, engenheiros e demais profissionais ligados à saúde pública. Com esta finalidade, foram criadas regras e condutas de higiene, que abrangiam não somente as casas em si, mas os diversos campos da higiene, entre elas: **individual, coletiva, pública**, pois, se não houvesse uma cooperação entre estes campos, que encadeava a *noção de higiene*, isso poderia influenciar na higiene pública de toda a população. Afinal, um sujeito que não estivesse aseado de acordo com os preceitos da higiene, não velaria pela saúde da sua casa, por fim, essa casa se transformaria num foco de imundices, causando doenças e alastrando epidemias para a população como um todo.

Isto nos levar a considerar que as transformações urbanas deste período não estavam ligadas a uma simples preocupação dos padrões higiênico-sanitaristas<sup>208</sup>. A cidade deveria ter seu espaço público *higienizado*, retirando todos os elementos que pudessem contrapor esse princípio de *higiene*, o que, na prática, significava retirar as casas não condizentes com este preceito. Assim, o corpo administrativo e os sanitaristas acabavam por criar condições e decisões que acabavam por modificar a estrutura sócio-espacial na capital paraense, criando novos contornos à cidade, o que nada mais revelaria do que uma segregação espacial dos pobres rumo às áreas mais periféricas da cidade, não de uma forma mecânica, mas visto pela própria dinâmica inerente à apropriação de propriedades, terrenos e moradias.

Essa nova organização sócio-espacial também foi motivada pela nova distribuição de valores imobiliários nos diferentes bairros de Belém, que aumentava significativamente nas áreas mais centrais, algumas consideradas nobres. Esses valores imobiliários se alteravam conforme o projeto de reformulação urbana e, nesta frente, havia duas classes distintas:

como disciplinador da ocupação do espaço, o poder público, viu-se diante de cobranças que à medida que feria interesses de pequenos proprietários que exploravam o mercado de locação imobiliária; outro pólo de tensão dava-se com os sanitaristas, que criticavam alteração irregular da paisagem de forma a propiciar o aparecimento de doenças. Esses eram os dois segmentos como poder de voz e de interferência na gestão urbana.<sup>209</sup>

Segundo Costa, o ato de morar mais salubre, em conjunto com a modernização dos equipamentos e serviços urbanos indicaria um centro não só moderno, mas também se

<sup>208</sup> “Essas preocupações com a higiene e salubridade nos centros urbanos, que desde o século XVIII afligiram a Europa, começaram a circular no Brasil no início do século XIX – principalmente a partir da vinda da Família Real Portuguesa. O Brasil absorveu o modelo de medicalização da cidade denominado medicina urbana [...] que tinha como suporte a urbanização. Desta maneira, as Posturas Municipais elaboradas no Brasil, [...] incorporam tais preocupações à realidade de suas vilas e cidade, passando a temê-las e combatê-las da maneira mais eficaz possível”. CAMPOS, Americo. *Noções geraes de hygiene*. [Belém]: P. de Oliveira, 1912, p. 87.

<sup>209</sup> COSTA, Francisca. *Quando viver ameaça a ordem urbana – Manaus 1900-1915*. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. Série Pesquisa em História 1. São Paulo: Editora Olho d’água, 1999, p. 89.

tornaria um local super valorizado com metros quadrados que valiam muito para o mercado imobiliário. Na verdade, o gasto com a modernização urbana também se converteria entre as maiores receitas do poder Público como o tributo do imposto predial<sup>210</sup> das áreas mais valorizadas, ou seja, grande parte dos gastos com o projeto de embelezamento de Lemos voltava em forma de tributos para a própria administração pública.

Algumas ações foram criadas nesse sentido, como as Leis e Posturas Municipais (1892-1897) e o Código de Polícia Municipal (1900), dentre outras medidas. Segundo Derenji, essas reformulações urbanas afetaram profundamente a estrutura da cidade, inclusive afetou as edificações interna e externamente:

As mudanças tipológicas ocorridas na arquitetura do período foram estimuladas por essa legislação urbana, progressivamente cerceadora e excludente, na medida em que impôs normas para a edificação que uma parcela da população não poderia atender. A substituição da planta “monótona”, das “fachadas inexpressivas”, induzidas por essas medidas reflete – mais que preocupações higiênicas e estéticas – as radicais modificações socioeconômicas ocorridas nas metrópoles amazônicas, em especial a ascensão e enriquecimento de alguns segmentos da sociedade ligados à economia da borracha. A arquitetura tornava-se, assim, uma das linguagens da construção de uma identidade social para esses segmentos da sociedade nortista.<sup>211</sup>

O Código de Polícia Municipal foi instituído pela Lei n. 276 de 03 de julho de 1900, pelo intendente municipal. Contudo, este código apresentava diversos títulos, e era considerado bastante rigoroso<sup>212</sup>. Nesse sentido, visando-se à compreensão das formas de morar nos aprofundaremos apenas ao Título IV: da cidade, seu embelezamento e decoração, que trata justamente das obrigações dos construtores para que, desta forma, seja possível saber se esta regulamentação foi seguida e apropriada pelos moradores na construção de suas casas.

<sup>210</sup> A Lei n. 343, de 20 de setembro, instituiu a nova regulamentação do lançamento e cobrança do imposto predial e dos foros dos terrenos. O imposto predial, mais conhecido como a décima urbana, era uma das receitas do erário municipal, cuja arrecadação era realizada anualmente pela *Collectoria Municipal*, órgão criado em 1891. A taxa era de 10% para locatário e de 6% para que as casas ocupadas pelos próprios donos. O cálculo do imposto também levava em consideração o valor locativo, além da localização, estado, valor, construção e o fim a que se destinava às habitações, como: casas, chácaras, chalés, quiosques, telheiros, barracas e outros estabelecimentos de qualquer denominação, forma, construção e cobertura, que não pudessem ser transferido de lugar sem se destruírem, estando isentos os prédios em ruínas, em obras ou aqueles que não puderam ser habitados por mais de três meses num semestre, além de donos de barracas, reconhecidamente pobres. Todos os demais imóveis encontravam-se obrigados a pagar, mesmo que estivessem ocupando terrenos alheios. Em 1906, a isenção das barracas somente ocorria se elas fossem habitadas por pessoas reconhecidamente indigentes e as aquelas construídas em lugares não povoados, por onde não se tenha estendido edificação regular. BELÉM. Lei n. 343, de 20 de setembro de 1902. Regulamento para a cobrança e lançamento das décimas urbanas na capital e cobrança dos foros dos terrenos patrimoniais da Intendência Municipal. *Lex: Leis e Resoluções Municipais e Actos do Executivo*, Belém, p. 29-36. 1902.

<sup>211</sup> DERENJI, Jussara. *Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX*. Manaus: SEC, 1998, p. 109.

<sup>212</sup> Dizia artigo 1º: “constitui infração toda ação ou omissão voluntária contra as disposições deste Código. Ainda mais que as infrações eram revertidas em forma de multa ou prisão de 10 dias. Caso a multa não fosse paga, ocorreria imediatamente a prisão. Todas as penas poderiam ser repassadas aos pais – pelos filhos, tutores e curadores – pelos tutelados e curatelados, e até mesmo patrões, no caso, de caixeiros, fâmulos, criados ou pessoas a seu serviço”. Mas, nestes dois últimos casos, os tutores e patrões poderiam ser indenizados pelo confisco de bens e salários. BELÉM. Lei n. 276, de 03 de julho de 1900. Institui o Código de Polícia Municipal. *Lex: Leis e Resoluções Municipais e Actos do Executivo*, Belém, p. 18-70. 1900.

Para Derenji, o Código de Polícia Municipal era orientado por dois princípios formais: os de higiene e o das normas estéticas que, na prática, eram comumente associados. As medidas técnicas da construção davam a esta regulamentação um caráter autoritário e segregacionista, posto que, obrigava o seu construtor a seguir um conjunto de regras que, em suma, serviam para a obstrução da construção de casas não condizentes com o projeto de modernização urbana de Belém, o que provocava uma redistribuição da população no meio urbano, assim como ocorria em nível mundial e nacional. Esta lei ainda revelava uma precocidade nortista ao tratamento de reformas urbanas em relação ao restante do país.

Lemos conseguiria, nos anos seguintes e com o apoio político de um governador indicado por ele, Augusto Montenegro, o progressivo enquadramento de todas as construções existentes ou por construir, no perímetro urbano às disposições posturais que modificariam a estrutura da cidade durante o seu governo. Não só quem tinha dinheiro para reedificar e enquadrar-se nos parâmetros de embelezamento/saneamento era excluído, já que o ajuste fiscal, com o aumento de impostos sobre as áreas beneficiadas, completava o conjunto de medidas elitizantes reacomodando as diversas camadas sociais segundo os padrões de renda.<sup>213</sup>

A adoção das medidas e regulamentações municipais – mesmo que de forma compulsória – eram mais seguidas nas áreas centrais de Belém. Mas, no âmbito geral, podemos observar nos relatórios da Intendência Municipal que nem todas essas medidas eram cumpridas, como é o caso da Lei n. 429 de 15 de março de 1906, que estabelecia o prazo de 18 meses para a construção de platibandas, frontões ou qualquer tipo de ornamentação arquitetônica em prédios com beirais. O próprio relatório de 1907 informa que apenas 600 das casas tiveram os seus projetos modificados, o que obrigou a Intendência Municipal a aumentar o prazo por mais um ano, ainda assim, no ano seguinte apenas 119 remodelaram-se.

Contudo, para que a legislação municipal fosse cumprida, foram criados departamentos próprios para esta fiscalização que através de visitas domiciliares verificava se o código e as leis complementares estavam sendo seguidos ou implementados<sup>214</sup>. Derenji esclarece que essas visitas foram aceitas com muita dificuldade pelos munícipes, que as consideravam como uma interferência em sua privacidade, mas, uma atuação que era indispensável à política de controle. Para a autora, esta legislação atingia todos os níveis da relação entre público e o privado, de forma a ser um ajuste compulsório dos interesses privados determinado pelo Poder Público<sup>215</sup>.

---

<sup>213</sup> DERENJI, 1998, p. 110.

<sup>214</sup> “No ano de 1907 foram visitados e considerados em boas condições de higiene 690 prédios; 667 foram examinados e considerados em condições de ser de novo habitados; foram julgados de necessidade de melhoramentos 475, num total de 1.832 prédios”. CRUZ, 1971, p. 148.

<sup>215</sup> DERENJI, op. cit., p. 110-1.

Para o intendente era necessário que as edificações urbanas acompanhassem as mesmas transformações da *Belém moderna*. E, neste caso, a diversidade das (más) moradias interferia diretamente no seu plano de embelezamento, revelando, desta forma, que Belém, não era tão moderna assim. Então, se essa diversidade não poderia ser totalmente suprimida, tornou-se necessário que as leis municipais pudessem, ao menos, *forjar* o núcleo central para que se apresentasse com todo o bom gosto e refinamento da *Belém moderna*. Uma Belém de verdade em meio de seus palacetes burgueses e das barracas dos trabalhadores.

A capital reformada pelos moldes mais novos e práticos das admiráveis cidades americanas, é a grande valvula de expansão das riquezas e das forças vivas do Estado. As velhas, tortuosas viellas e esconsas de outr'ora são, hoje, largas ou boas ruas onde se ostentam edifícios públicos monumentaes, prédios e chácaras particulares de fino **bom gosto artístico**.<sup>216</sup>

Assim, era propagada a *Belém moderna* em que toda a arquitetura com bom gosto artístico deveria ser exaltada. Nesse sentido, a imprensa se tornou o principal veículo de combate das moradias não-condizentes com a *nova* paisagem urbana adotada para Belém, para que, desta forma, houvesse uma melhor uma aceitação popular das novas medidas estético-higienizadoras, impostas pelas ações e medidas da Intendência Municipal.

Uma das primeiras medidas adotadas por Lemos contra as casas de grande fealdade foi a Lei n. 275 de 30 de junho de 1900 que proibiu a construção de barracas de telha ou zinco na avenida Tito Franco entre a praça Floriano Peixoto e o Marco da Légua. Até então, as barracas tinham sido construídas na Estrada de Bragança, um cercado de matagal com poucas chácaras, grande parte apenas como residências de veraneio. Mas, com a renovação desta estrada numa avenida moderna, portanto, as casas deveriam apresentar-se em conformidade com o novo projeto de modernização urbana. No caso, as barracas localizadas nesta área somente poderiam ser construídas seguindo as novas regras, como, por exemplo, o espaço entre dois prédios não poderia ser inferior a 2m, e que nenhum de seus vigamentos fosse menor que 1 m de altura. Ainda, deveriam dispor de uma ordem de ventiladores na linha da cornija, entre o forro e parte superior do telhado, além de aberturas comunicantes com o ar dos aposentos no interior do forro, dentre outras regras. Todos aqueles que não seguissem as novas ordens em prazo estipulado teriam as barracas removidas da referida avenida.

Na verdade, o incentivo municipal para a melhoria estética ou habitacional das casas de Belém não viria por leis voltadas à construção desse tipo de edificações *modernas*, mas, sim, por medidas de coibição contra a construção das demais edificações que não estivessem condizente com o projeto de modernização de Belém, como podemos verificar:

---

<sup>216</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908, grifo nosso.

Cidade nova com o senso artístico pouco desenvolvido, Belém ressentia-se, nas suas edificações, da falta de uma diretriz criteriosa para delinear-las, de acordo com a calidez do nosso clima e sem prejuízo da elegância arquitetônica. Orlam as suas ruas da capital espalhando-se aqui e ali, pelos subúrbios, prédios que – parte restritas exceções – não dispõem das condições a que acima aludi e que são rigorosamente indispensáveis. Penso que o meio de evitar esta falta de comodidade, e até mesmo higiene das futuras edificações, corrigindo simultaneamente a falta de gosto que as afeiasse porventura, seria adotar a municipalidade enérgicas medidas fiscalizadoras das construções desse gênero, fazendo-os observar obrigatoriamente.<sup>217</sup>

Isto se deve, em grande parte pela pequena representatividade numérica de casas modernas, ou ainda, motivada pela construção de casas que *enfeavam* o núcleo central por onde já havia se iniciado a construção da *Belém moderna*. Por este motivo, tornou-se necessário a criação de regras que também elevasse o bom gosto artístico das casas belenenses. Mas, principalmente, porque Lemos ao assumir a Intendência Municipal em 1897, apontou como um dos maiores descuidos que se encontrava a capital paraense, o atrasado sistema de edificações, fruto do próprio capitalista que pouco se importava com a aparência dos prédios, do mestre de obras ou o construtor que eram “de uma ignorância palmar, até a primeira regra de arquitetura, ou somemos interesse liga à questão da fachada.”<sup>218</sup>

O repúdio do intendente se dava em relação às características das casas, em especial pelas casas de puxada<sup>219</sup>, vista por ele como o tipo de casa mais feia e anti-higiênica encontrada em Belém. Ainda que os moradores seguissem a legislação municipal, em conformidade com as regras arquitetônicas, Lemos continuou com seu repúdio por essas casas, em virtude, dessas casas continuarem a ser construídas por toda a cidade, inclusive nas áreas mais elegantes, em contraste com as residências que seguiam um bom gosto artístico.

Para as edificações urbanas, o intendente acreditava que os moradores deveriam seguir com uma *primazia* estética, o que não significava o excesso de ornamentos. Por isso mesmo, uma de suas reclamações era contra os proprietários que remodelavam a fachada com excesso decorativo nas platibandas. Assim, para Lemos era necessário eliminar este excesso que causava, além de um sobrecarregamento da estrutura, com ornatos, louças ou estatuetas, um aspecto *grotesco* nas fachadas. A platibanda, para o poder Público, significava uma questão de higiene e da comodidade do lar, e não “uma estapafúrdia de exibição policrômica do mais genuíno bom gosto.”<sup>220</sup>

<sup>217</sup> RELATÓRIO MUNICIPAL, 1903 apud CRUZ, 1971, p. 96.

<sup>218</sup> LEMOS, A., 1903, p. 165.

<sup>219</sup> “As puxadas construídas principalmente nos subúrbios, como esclarece o Intendente Antônio Lemos neste seu primeiro Relatório, era uma casa ampla, comum corredor largo construído de um lados, bons e cômodos, e geralmente com extenso quintal plantado de árvores frutíferas. Podia esse sistema de habitação ter os defeitos que o sr. Lemos aponta. Mas era confortável, daí a preferência dos moradores e modicidade dos aluguéis.” CRUZ, 1971, p. 92.

<sup>220</sup> RELATÓRIO MUNICIPAL, 1905 apud CRUZ, 1971, p. 121.

Com esta finalidade, foram criadas leis que reprimissem a construção de edificações fora do padrão de embelezamento. Nesse sentido, a Intendência regulamentou que todas as plantas dos projetos de novas edificações deveriam ser aprovadas e devidamente carimbadas pela fiscalização, de modo que, uma das vias deveria permanecer no local da obra. Essa medida evitaria a utilização de projetos não-aprovados, e, caso a fiscalização municipal encontrasse algum desacordo no local, isto incidiria em multa, como previsto em lei<sup>221</sup>.

Assim, todas e quaisquer obras, quer fossem de construções, reparos ou acréscimos de prédios estariam dependentes de licenças<sup>222</sup> concedidas pela Intendência Municipal. Com a aprovação da obra, as plantas deveriam seguir para o local da construção para que, no decorrer de sua execução, os funcionários municipais pudessem examiná-las, pois toda e qualquer mudança, sem a devida licença municipal, eram proibidas e propensas a multas. Além de toda essa burocracia administrativa destinada às construções, o construtor ainda era obrigado a seguir uma série de regras, previamente estipuladas em lei.

Contudo, foram criadas regras ainda mais rígidas para a construção de casas em Belém. A Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904 reformula, de forma contundente os capítulos XVI e XVII do Código de Polícia Municipal que regulam a construção e reconstrução de prédios urbanos<sup>223</sup>. Neste caso, vejamos algumas das recomendações desta lei sobre a construção das casas e que será melhor detalhada no desenvolvimento desta dissertação.

Em Belém, as casas não poderiam ser construídas com as paredes externas em estuque ou madeira, sendo sua espessura regulada tanto pelas exigências estéticas, quanto pela solidez, sendo as paredes divisórias de prédios vizinhos elevadas em 50 cm acima dos telhados. Caso o prédio fosse construído separado da parede do vizinho, seria necessário haver uma distância mínima de 1,5m entre os dois prédios.

---

<sup>221</sup> Na resolução de 28 de dezembro de 1903, encontramos a seguinte advertência: “[...] devem os fiscaes e seus ajudantes exercer a máxima vigilancia em ordem a embargarem, em seu inicio, qualquer obra que não haja sido previamente licenciada, impondo desde logo multa para o caso comminada e trazendo o facto ao conhecimento da Intendência, para os effectos legais. Nestes termos, chamo attenção dos referidos agentes da fiscalizaçao municipal para o que preceituam os citados artigos do Código de Policia, certos de que qualquer negligencia nesse serviço importará em immediata responsabilidade, attenta a importância do caso”. BELÉM. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1903. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1903.

<sup>222</sup> Os proprietários deveriam requerer sua licença indicando o endereço do imóvel, com os seguintes documentos: o projeto da obra, contendo a planta de todos os pavimentos, elevação principal, as secções transversais e longitudinais, bem como os projetos das dependências a serem construídas, além da indicação exata da via pública, onde estava localizada a fachada principal da futura edificação. Todas as pranchas deveriam seguir em duplicatas em folhas nas escalas 1/100 ou 1/50, contendo as assinaturas do proprietário e do respectivo autor do projeto, por fim, todas as folhas deveriam receber os selos do funcionário municipal a exercer e exame das plantas e a fiscalização, isto se o projeto fosse aprovado.

<sup>223</sup> BELÉM. Lei n. 378, de 16 de janeiro de 1904. Reforma os Capítulos XVI e XVII do Código de Polícia Municipal, que regulam a construção e reconstrução de prédios urbanos. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 18-27. 1904.

Em relação às fachadas, não seriam permitidas casas com altura inferior a 3m, nem qualquer saliência superior a 15 cm, além do que, era proibida a construção de degraus fora do eixo do alinhamento imposto pela Intendência. Ainda era necessário, obedecer as exigências estéticas e higiênicas para a composição de suas respectivas aberturas, cuja superfície de aeração não poderia ser inferior que 1/5 da área do aposento a iluminar e arejar, de modo que, as sacadas deveriam ser construídas com uma altura superior a 5m. Mas, todo e qualquer edifício deveria seguir devidas proporções do estilo arquitetônico, em observância às regras de arte, por isso, deveria haver um máximo de cuidado com as dimensões dos componentes da construção, como, por exemplo, pilastras, cornijas e platibandas.

No espaço privado, os cômodos não poderiam apresentar uma área menor que 12 m<sup>2</sup>, excetuando-se o banheiro, latrina, despensa ou vestíbulo, mas, todos deveriam dispor de aberturas diretas para o exterior – rua, quintal, pátio, área ou varanda. Caso algum corredor excedesse o comprimento de 10m, deveria receber nos extremos ou nas laterais, iluminação direta. Nos quintais, era proibida a criação de porcos, coelhos, entre outros animais dentro do perímetro da cidade, exceto com a devida autorização especial, concedida, desde que a casa apresentasse condições de que seus proprietários pudessem prevenir qualquer tipo de incômodo ou contágio de moléstias.

Nesta lei, ainda havia regras estabelecidas e requisitos exigidos para o exercício da profissão de empreiteiro ou mestre de obras. Nenhum indivíduo poderia exercer essas profissões sem a habilitação com um título de aprovação da Intendência. Para obter este título, seria preciso que o candidato provasse perante o Departamento de Obras Municipais a sua profissão. A regulamentação desse título ficaria a cargo de uma taxa, bem como qualquer outro taxa referente à construção e reformas de habitações.

Além da regras gerais de construções, para as casas de habitação foram criados seis artigos específicos e criteriosos que deveriam ser fielmente seguidos. Era indiscutível que todas as casas tivessem porões, variando apenas entre 1,5m a 3m de altura, com aberturas para o arejamento e a ventilação, mas, deveriam ser revestidos de argamassa, cuja espessura não fosse inferior a 20cm. Os porões poderiam dispor de divisórias, mas, somente, se as paredes tivessem 2,5m de distância e que os cômodos apresentassem 45m<sup>3</sup>, além de janelas ou óculos.

Em relação às fachadas, ficou estabelecido que portas ou janelas que abrissem para o pavimento térreo, situados no alinhamento do logradouro público, teriam que abrir para o interior da edificação. Neste caso, era obrigação do proprietário manter a pintura e os reparos de emboços e rebocos do prédio em boas condições. Por medo do apodrecimento de certos materiais, ficou proibido o uso de madeira em nesgas, ombreiras, em geral no quadro

das fachadas situadas em vias públicas, mesmo em fachadas que estivessem recuadas do alinhamento público. Em nenhum caso seria permitida a construção de beirais com telhas, exceto quando houvesse um projeto de arquitetura especial, ainda assim sujeita à aprovação.

Nenhum prédio poderia exceder a altura de 20m, exceto templos ou palácios, ou qualquer tipo de edificação que exercesse importância arquitetônica. Deste modo, adotaram-se ainda as medidas referentes ao pé-direito<sup>224</sup> dos prédios: térreos ou o 1º pavimento até 5m, o 2º pavimento 4,5m, e o 3º em diante com 3m de altura. Os cômodos, como banheiros, latrinas, copas, despensas ou depósitos não poderiam ter um pé-direito inferior a 4m de altura.

Na referida lei havia também regras para habitação coletiva. A designação de *habitações coletivas* correspondia para estabelecimentos, como, por exemplo, hotéis, hospedarias, casas de pensão, asilos, creches, colégios, internatos, hospitais, casas de saúde, maternidade, sanatório, quartéis e postos de guardas, todos sujeitos às visitas e inspeções da fiscalização municipal. Neste caso, permitiu-se a construção de casas coletivas que abrigassem diversas famílias, porém, com economias independentes. Entretanto, estava proibida, a divisão de casas com vastas dimensões de madeira ou tabique, que abrigassem diversas famílias na mesma casa. Nestas habitações, para cada grupo de 20 pessoas deveria haver mictório, latrina e banheiro higiênicos, o que significava a adoção de revestimentos de ladrilhos em cimento ou mármore, com uma altura de 2m. Já as cozinhas deveriam ter seu solo revestido de ladrilhos com a parede revestida até 1,6m de altura.

Não obstante, a Lei n. 379 de 16 de janeiro de 1904 estabelecia as regras da comissão denominada Inspetoria de edificações, responsável pela fiscalização nas edificações urbanas de Belém<sup>225</sup>. Para que não houvesse algum tipo de transgressão à lei, esta comissão era composta por pelo menos um profissional de aptidões especiais para a arquitetura, e os demais poderiam ser engenheiros ou profissionais que tivessem conhecidas aptidões artísticas.

Assim, podemos observar que as novas leis compulsoriamente determinavam padrões muito mais estéticos do que propriamente de higiene, com a criação regras

<sup>224</sup> A altura do pé-direito seria tomada a partir das soleiras da porta até o forro.

<sup>225</sup> Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, Art. 2º - o Intendente regulamentará as atribuições e deveres da Inspetoria, a qual competirá:

- Emitir parecer sobre todos os projectos de construção, plantas ou planos de qualquer edifício publico ou prédio particular que tenha ser erigido nesta capital;
- Visar as referidas plantas ou planos, quando tiverem aprovação do intendente;
- Modificar e desenhar de novo as plantas e planos apresentados pelos particulares, quando não obedecerem aos preceitos estabelecidos pelas regras da boa construção e da estehtica; não estejam de accôrdo com a importância do local onde tenham de ser erigidos; não preencham condições de hygiene, ou de qualquer forma se afastem das disposições da lei a que tenham de circumscrever-se, uma vez que não prefiram os interessados encarregar da reforma a outros profissionaes. No caso de ser a Inspectoria incubida do trabalho, ser-lhe-á abonada pelos mesmos interessados uma gratificação, consoante a tabella que acompanhar o Regulamento presente em lei. BELÉM, 1904, p. 18.

construtivas e arquitetônicas. Por este motivo, essas leis acabavam por administrar os princípios do *bom gosto* e de *harmonia*, mas que acima de tudo, restringiam diretamente a construção das casas, evidente nas leis municipais, como o Código de Polícia Municipal (1900) e sua atualização em 1904. Contudo, apesar de todo o rigor dessa legislação, isto não impediu a construção das formas populares de morar na *Belém da belle-époque*.

### 2.3 - A casa belenense: da burguesa à popular.

A casa belenense. O que tornaria tão especial a arquitetura residencial nas casas belenenses em relação às demais casas brasileiras, ainda mais se levarmos em conta que as casas no Brasil não apresentavam diferenças cruciais em seu partido arquitetônico? Mas, então, por que dizermos *a casa belenense*?

A resposta torna-se, ao mesmo tempo, bastante simples, quanto complexa. Simples, porque em Belém as casas apresentavam uma arquitetura *internacionalizada*, devido ao contato próximo de grandes centros mundiais promovido pela riqueza da borracha, o que também se revelou em São Paulo com o café ou em Minas Gerais com o minério, para citarmos alguns exemplos dos *ciclos* de desenvolvimento econômico de outras cidades brasileiras, aproximadamente no mesmo período.

Contudo, a arquitetura de Belém se torna especial, porque essa arquitetura internacionalizada aprendeu a se expressar de uma forma *tapiocana*<sup>226</sup>, daí a sua complexidade, o que, aliás, torna as casas das demais cidades também especiais, porém, cada uma com sua especificidade local ou regional. As casas belenenses, além de se apresentarem, enquanto vanguarda da arquitetura neoclássica e também eclética no Brasil, os projetos destas casas não foram uma simples cópia de sua matriz-européia, pois a arquitetura como um todo incorpora a *linguagem* de seu morador e de seu lugar, com isso, nenhuma casa se expressa da mesma forma.

Em Belém, assim como em qualquer outro lugar, essas casas sofreram as influências de fatores externos, como da própria história do lugar – um caso ímpar é o ciclo da borracha na Amazônia, que interferiria tanto direta, quanto indiretamente na composição sócio-econômica de seus moradores, e com isso, provocaria casas economicamente diferenciadas. Também devemos levar em consideração as legislações urbanas, em especial aquelas que regulamentavam o partido arquitetônico e a volumetria da casa, e que pudessem interferir na composição das fachadas; as políticas públicas, que incidiriam sobre a paisagem urbana ou sobre a higienização do espaço urbano, entre as várias decisões e ações impostas

<sup>226</sup> Expressão adotada por Campos Ribeiro (2005) ao se referir a Belém *regionalizada* pela classe popular.

pela administração municipal; mas, acima de tudo, a influência dos próprios construtores, que executavam um projeto em que as casas tornavam-se *únicas*, não em modelos, mas em referências projetuais, condicionando a construção da casa em características próprias. Além, é claro, do próprio gosto e da personalização da casa pelo seu morador.

As novas formas arquitetônicas apresentavam um significado simbólico diferenciado. Elas representavam a condição social de seus moradores através do local e da habitação em que estes residiam, diferenciando-se profundamente e propositalmente das superposições comuns das casas coloniais. As transformações sócio-econômicas alteram o imaginário social, a temática urbana passa a dominar os anseios e desejos da população.<sup>227</sup>

Neste caso, aqueles que se beneficiaram da riqueza da borracha, construíram as formas burguesas de morar, pois expressavam a moradia de uma classe abastada. Este termo muito difere dos *burgos franceses*, e não encontrando um conceito melhor, o utilizaremos para se classificar as diferentes classes que compunham a sociedade paraense. Os burgueses em questão eram aqueles que expressavam a riqueza e o fausto inspirado na capital francesa, por isso mesmo, essas casas seguiam um projeto arquitetônico formal ou uma maneira erudita de se expressar. Ou, talvez, os burgueses apenas tenham encontrado um modo de se morar à francesa em Belém, evidente nesta arquitetura do fim-de-século:

As novas tipologias que surgem no período mostram a radicalização entre as formas tradicionais de viver e construir e a busca os padrões construtivos e técnicos capazes de estabelecer uma imagem desejada de modernidade.<sup>228</sup>

Contudo, também existiram as casas belenenses que nunca deixaram de ser *tapiocanas*, posto que a casa tradicionalmente belenense perdurou o período colonial brasileiro, e continuava basicamente utilizando-se de soluções e técnicas regionais na construção de suas casas. Deste modo, em contraponto às casas burguesas, conheceremos no desenvolvimento desta dissertação as casas populares belenenses.

Por estes motivos, a casa belenense, assim como as casas de outras regiões do país, tornaram-se especiais, pois cada uma delas seguiu a especificidade local e a tradição de sua população, mesmo quando a arquitetura “moderna alienígena”<sup>229</sup> chegava às cidades. Portanto, cada casa é especial, porque em todas elas houve uma história, ou melhor, teve a construção de vida de seu morador ligada aos acontecimentos históricos de sua cidade, e porque não, da própria influência da história mundial.

<sup>227</sup> FUNDAÇÃO MÁRIO COVAS. *Uma casa chamada CRE*. Disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2004, p. 1.

<sup>228</sup> DERENJI, 1994, p. 268.

<sup>229</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 47.

Nesse sentido, visando-se uma melhor compreensão sobre as diversas formas de (se) morar, utilizaremos duas distinções sócio-econômicas – a burguesa e a popular – para exemplificar a arquitetura residencial no Brasil, e mais especificadamente em Belém. Esta distinção será utilizada, em grande parte, devido à arquitetura burguesa pertencer às famílias com maior poder aquisitivo, e, por isso mesmo, apresentar maior influência dos grandes centros europeus, visto não somente pela importação de estilos, mas ainda pela aquisição de produtos e materiais importados; e a arquitetura popular, que mantinha as tradições locais construtivas, além da utilização de materiais disponíveis e abundantes na região.

Contudo, é necessário esclarecer que, apesar dessa divisão em classes sociais para a classificação da casa, isto não quer dizer que as casas burguesas ou populares estejam totalmente desvinculadas uma das outras. Neste caso, optamos por esta classificação para que se observe de forma mais evidente as suas características arquitetônicas díspares. Um exemplo disso é a utilização do barro na construção de casas em diversas classes sociais. Este material era amplamente utilizado nas décadas anteriores a esta renovação arquitetônica do final do século XIX, e que ainda continuava sendo utilizado na construção de casas populares, o que não seria de estranhar, pois este era um material largamente encontrado na região amazônica, por isso mesmo, de fácil acesso. Apesar disso, o mesmo barro popular ainda servia na construção de paredes de vedação das casas burguesas, de forma menos aparente que as demais casas populares. O barro estava presente na tradição colonial de se construir, e que perdurava na modernidade da *Belém da belle-époque*. Nos dias atuais este material ainda pode ser encontrado em diversas casas no interior de várias regiões do Brasil.

Por outro lado, a capital paraense vivia seu momento de opulência, proporcionada pela riqueza da borracha, e que tornou possível a construção das novas formas burguesas de (se) morar. Estas residências se estenderam pelos novos bairros, considerados bairros mais nobres e aristocráticos de Belém. Nesta cidade moderna, podemos destacar as residências que já eram reconhecidas como os belos exemplos de elegância e requinte arquitetônico:

Entre as habitações particulares destacam-se: o palacete do Dr. Augusto Montenegro, o Dr. Virgílio Sampaio, o do Major Carlos Brício da Costa, o do Dr. João Coelho, à Avenida São Jerônimo; a do Senador Marques Braga, à Avenida Nazareth; o “Miraselvas” do Deputado Antonio de Carvalho, no Marco da Légua, e uma infinidade de modernas construções que alastram pelo perímetro urbano e suburbano, accentuando o gosto architectonico, dia a dia mais desenvolvido.<sup>230</sup>

Mas, essa *renovação* arquitetônica não aconteceu na cidade como um todo. Algumas soluções e técnicas consideradas coloniais e ultrapassadas permaneceram na *Belém moderna*, ainda que muitas delas estivessem escondidas no interior do espaço privado das

<sup>230</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

casas. A maior evidência sobre a popularização da arquitetura burguesa seria vista na modernização, em grande parte apenas nas fachadas das casas de classe média. As casas ecléticas dessas famílias apresentavam soluções mais modestas inspiradas nas construções burguesas, criando, desta forma, um cenário híbrido na paisagem urbana da capital paraense. Por este motivo, torna-se mais fácil compreendê-las a partir dos modelos burgueses de se construir, e, por isso, mesmo, considerá-las formas *popularmente* burguesas de (se) morar.

Já as casas populares continuaram a utilizar o padrão construtivo colonial português, quase que inalteradamente, com os mesmo métodos e materiais regionais descritos por vários naturalistas e viajantes que passaram pela região. Neste caso, visando-se melhor compreender estas moradias, deveremos acima de tudo estabelecer um parâmetro sobre o que verdadeiramente se trata a uma arquitetura popular em Belém e, com isso, investigar a influência de europeus, negros e índios na construção dessas moradias.

Assim, se também adotamos essa distinção entre as casas belenenses, isto se deve ao fato de, por muito tempo, somente as casas burguesas eram aquelas que deveriam ser consideradas como modelos e exemplos de arquitetura da capital paraense. Por isso mesmo, as casas que não estavam condizentes com o novo ideário de modernidade deveriam ser aquelas combatidas e *retiradas* da paisagem urbana da *Belém da belle-époque*.

**Figura 14: Uma vista do porto de Belém, 1908.**

No detalhe, nota-se casas com uma arquitetura importada (casas ecléticas de porão alto e edificações em estilo neoclássico) em contraste com as casas de beirais salientes e/ou cobertas com palha.



Fonte: MONTENEGRO, 1908, p. 39.

Nesse sentido, por muito tempo os livros de arquitetura negaram os exemplos de casas populares no Brasil como um todo, como se elas não fizessem parte da arquitetura local, ou ainda, formal. Apesar destas duas distinções, veremos que a diversidade da arquitetura das

casas belenenses excede uma mera classificação. Por estes motivos, trataremos as casas belenenses como uma arquitetura não somente construída por uma arquitetura formal burguesa, mas também como uma arquitetura que também tem suas características próprias, de certo, modestas, mas nem, por isso, menos importantes como parte integrante do cenário da arquitetura residencial belenense.

### **2.3.1 - O morador faz o seu estilo.**

Se partirmos do princípio de que a casa é um discurso, portanto, uma linguagem, isto significa que podemos analisar e reconhecer uma moradia pelo seu estilo ou pelo seu partido arquitetônico<sup>231</sup>. Então, podemos acreditar que a casa assume o papel de *testemunha* de um determinado momento histórico. Assim, por meio dos vestígios presentes nas edificações, podemos recompor os motivos que levaram à sua construção segundo uma determinada forma. E, a partir desse testemunho que, para o *senso comum*, encontra-se mudo, podemos procurar vestígios que nos levem aos valores contidos em sua construção, verificando-se como os fatores externos e a linguagem social determinaram o seu padrão construtivo.

Assim, deve-se avaliar o quanto realmente as políticas públicas e urbanas modificaram, ou não, compulsoriamente a estética das casas, ou se acabavam por regularizar um padrão já adotado pelos próprios moradores. Para isso, faz-se necessário um estudo mais profundo da arquitetura, no sentido da avaliação das soluções técnicas para que se possa examinar o partido arquitetônico das casas belenenses, no que se refere à linguagem cultural e ao enquadramento social (revelação do status) dos moradores. Neste caso, torna-se necessário reconhecermos os estilos arquitetônicos eruditos, ou melhor, europeus, que estavam sendo utilizados na capital paraense, mas, em especial, devemos também revelar as tradições construtivas local, para que assim seja possível reconhecer as diversas formas de (se) morar.

#### **- A arquitetura residencial burguesa: neoclássico x ecletismo.**

No século XIX, a casa no Brasil passaria por profundas transformações, reveladas em novos programas arquitetônicos, mas, em especial, pela utilização de inovações tecnológicas no processo de suas construções. Esta renovação arquitetônica no Brasil se deve, em grande parte, à transferência da Corte portuguesa em 1808 para a capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>231</sup> “Todo movimento criativo traz consigo não só obras de arte, mas um gosto, uma poética, uma escola, um ‘modo de ver’ que o crítico ou o historiador apreende e no qual se baseia em definitivo, sua apreciação mesmo para o que diz respeito à produção do passado”. ZEVI, 2002, p. 197.

Para Carlos Lemos, a transferência da família real não trouxe apenas novos hábitos fidalgos para o Brasil, pois com a Corte também vieram as novidades provenientes da Revolução Industrial na Europa<sup>232</sup>. Assim, a casa brasileira no século XIX teria o seu partido arquitetônico definido pela adoção de novos materiais na construção civil, como, por exemplo, o ferro e o vidro, além de novas soluções técnicas, como a alvenaria e o cimento.

Assim, as inovações tecnológicas possibilitaram as novas e diferentes formas de morar, mas, acima de tudo, marcou um período de transição arquitetônica no país. As antigas casas e sobrados coloniais remodelavam-se em novos conceitos urbanos. O que marcaria a transformação da cidade “de taipa para a cidade de tijolos, além de toda uma série de transformações na maneira de morar, de construir as casas e de viverem nelas<sup>233</sup>”. Mas, de certa forma, este período marcou na verdade a transição das casas coloniais para as formas burguesas de se morar, e são nelas as mudanças arquitetônicas mais perceptíveis.

A renovação urbana ocorrida no período que vai de 1870/1912 se dá obedecendo às novas regulamentações e sob o impulso econômico que privilegia as classes ligadas à exportação da borracha. Evolui-se da simples casa de porão alto, de planta repetitiva, pra uma enorme variedade de gostos e estilos, ‘palacetes de gosto e elegância, *villinos* e *chalets*, residências de um belo cunho arquitetônico. [...] Nelas começam a mudar as técnicas construtivas e também a implantação. Inicialmente, um tímido jardim ao lado e um quintal de frutíferas e no fim do período, a casa apalacetada toda afastada da rua, cercada de jardins.<sup>234</sup>

Esta nova fase na arquitetura brasileira não mudou a paisagem urbana da maioria das capitais do país como um todo. Pelo contrário, a paisagem harmônica colonial ficaria para trás, visto que as novas casas ajudavam a construir um cenário urbano em que as contradições sócio-econômicas tornavam-se mais evidentes<sup>235</sup>. Nesse sentido, a Missão Francesa<sup>236</sup> seria de grande importância para a renovação da arquitetura brasileira, pois é a partir deste movimento artístico que o neoclássico europeu tornou-se o estilo oficial da Corte Portuguesa – o classicismo imperial. Apesar disso, a introdução do neoclássico não se deve à Missão Francesa, pois o neoclássico já havia sido adotado em algumas cidades brasileiras, antes

<sup>232</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 44.

<sup>233</sup> FUNDAÇÃO MÁRIO COVAS, 2004, p. 1.

<sup>234</sup> DERENJI, 1987, p. 163.

<sup>235</sup> Tendência pendente dos ricos e podemos dizer que, mais ou menos a partir da metade do século, qualquer uma das cidades brasileiras passou a conhecer duas modalidades de residência: a ‘local’, isto é, aquela ainda ligada à tradição construtiva regional à modesta economia; e a ‘moderna’ alienígena, própria da prosperidade recente. Quanto mais rica a sociedade, mais rápida a alteração da paisagem urbana e as cidades pobres por isso mesmo continuaram a guardar seus antigos visuais. LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979, p. 108.

<sup>236</sup> Constituída em 1816, a Missão Artística Francesa foi mais um dos frutos da transferência da família real portuguesa, que tinha em seu bojo trazer “pessoas habilitadas e de alto valor que pudessem vir e ensinar aos brasileiros todas as novas manifestações artísticas e, principalmente, as recentes técnicas e decorrentes aperfeiçoamentos de mão-de-obra”. *Ibid.*, p. 108.

mesmo da introdução deste movimento no Brasil, como é o caso do Pará. O neoclássico tornou-se conhecido em Belém por meio das obras do arquiteto italiano Antônio Landi, chamado pelos viajantes que passaram por Belém em meados de 1800, de estilo italiano.

Em meados do século XIX, os principais centros urbanos do país, além do Rio de Janeiro e de Recife, eram Salvador, Belém, Porto Alegre e Fortaleza. Como hoje, essas cidades constituíam pólos culturais e econômicos que comandavam regiões compreendidas dentro de seu raio de influência, só que as relações entre elas e a capital do império eram então relativamente tênues, o que favorecia a existência de uma maior individualidade regional. Em Belém, que destacou-se como um dos principais núcleos de produção da nova arquitetura classicista, a repercussão do trabalho de Montigny pouco se fez sentir, como informa a pesquisadora Jussara Derenji: “A Missão Francesa ... pouca influência viria a ter na região. Aliás, nesse período, as ligações de Belém com a Corte eram muito esparsas”.<sup>237</sup>

Contudo, Sousa explica que a primazia do Rio de Janeiro em relação ao neoclássico se deve à sua inegável contribuição para o desencadeamento do classicismo no Brasil *oitocentista*. A Missão Francesa tornou-se de grande importância para arquitetura brasileira, em especial pela criação do primeiro curso de Arquitetura no país, na Academia Imperial de Belas-Artes, inaugurada em 1826, onde se instalou oficialmente.

No que se refere à capital paraense, podemos perceber que as casas, ainda no início do ciclo da borracha, seguiam uma produção estilística mais colonial. O estilo neoclássico em Belém era mais utilizado em edifícios públicos e oficiais, que dispunham de maiores recursos financeiros para investir numa nova arquitetura<sup>238</sup>, como é o caso do Teatro da Paz e do Palácio Antônio Lemos (que atualmente é sede da Prefeitura de Belém e do Museu de Arte Belém). O estilo neoclássico no Brasil não se constituiu numa simples importação estilística, devido à continuação da tradição construtiva luso-brasileira na forma de se construir, portanto, as principais características arquitetônicas seguiram uma:

clareza construtiva e simplicidade de formas. Apenas alguns elementos construtivos como cornijas e platibandas eram explorados como recursos formais. Em geral, as linhas básicas da composição eram marcadas por pilastras, sobre as quais, nas platibandas, dispunham-se objetos de louça do Porto, como compoteiras ou figuras representando as quatro estações do ano, os continentes, as virtudes etc. as paredes de pedra ou de tijolo, eram revestidas e pintadas de cores suaves, como branco, rosa, amarelo ou azul-pastel e sobre esse fundo se destacavam janelas e portas, enquadradas em pedra aparelhada e arrematadas em arco pleno, em cujas bandeiras dispunham-se de rosáceas mais ou menos complicadas, com vidros coloridos.

<sup>237</sup> SOUSA, 1994, p. 38-39.

<sup>238</sup> “Os projetistas do nosso classicismo imperial encontraram, portanto, no novo território da arquitetura civil – liberta das limitações da vida colonial e com limites, objetivos e preocupações bastante ampliados – um campo propício à criação arquitetônica, e nele se deram muito bem, ali desenvolvendo a maior e melhor parte de sua produção. Assim, os melhores edifícios classicistas do Império seriam teatros, hospitais, palácios, residências e outros prédios civis, e não igrejas. E a produção elaborada e diversificada que eles representam não tem paralelo na arquitetura civil colonial”. (Ibid., p. 72-73). Mas, torna-se válido esclarecer que esta visão do autor se concentra no classicismo do século XIX, visto que em Belém, os projetos das igrejas ou das reformas propostas de Landi, em especial, seguiam o estilo neoclássico.

Os corpos de entrada, salientes, compunham-se de escadarias, colunatas e frontões de pedra aparente, formando conjuntos, cujas linhas severas evidenciavam um rigoroso atendimento às normas vitruvianas. Nesses pontos, sobretudo, é que se aplicava com esmero a imaginação dos arquitetos, na utilização dos ensinamentos acadêmicos, com o objetivo de marcar as obras em termo de estilo.<sup>239</sup>

Com a riqueza da borracha, mais precisamente no final do século XIX, a capital paraense era modernamente construída seguindo um novo comportamento social, dito civilizado-europeu. Neste caso, a maior proximidade dos grandes centros europeus, promovida pela intensa transição de produtos, importou – para a classe mais rica – construindo um novo *estilo* de morar, o Eclétismo. Este estilo arquitetônico foi considerado muito mais que uma simples manifestação artística: ele era o símbolo de modernidade, considerado o progresso e a nova visão de conforto.

Segundo Carlos Lemos, o conceito do eclétismo filosófico tolerava a coexistência de modos de pensar diferentes, o que desta forma, acabava por conciliar diferentes correntes e comportamentos, mas, a arquitetura brasileira não acompanhou este princípio. Para o autor, o eclétismo nos estilos chegou na arquitetura sem uma definição exata e aplicada sem maiores especulações – uma convivência que partia do neoclássico ao neogótico – assim, percebemos que o neoclássico não desapareceria por completo.

Em muitos casos, o eclétismo na arquitetura se deu pelo uso de elementos e características arquitetônicas, desmembradas para atender o gosto do construtor ou do projetista - que buscava inspirações em manifestações artísticas correntes na Europa. A escolha de um simples elemento, como o caso das vergas das esquadrias, poderia variar pela utilização do arco pleno (clássico) ao ogival (gótico). Desta forma, a arquitetura eclética era construída não mais na coerência de um conceito, mas no aglomerado de estilos, e, na prática, isto significou para alguns construtores, a adoção de vários e arranjos construtivos de vários estilos arquitetônicos numa só moradia<sup>240</sup>.

Como podemos perceber, o exame sobre as características de um projeto eclético ficaria difícil, pois o estilo não apresenta características únicas. Contudo, o partido arquitetônico eclético era, basicamente, composto da casa de porão alto, quase sempre habitável, coroada por platibandas. A maioria dessas casas quase sempre era adornada com detalhes decorativos, como, por exemplo, iniciais ou monogramas nas cimalkas ou nos portões. Além do que, as casas que nos séculos anteriores apresentavam uma fachada estreita,

---

<sup>239</sup> REIS FILHO, 2000, p. 117.

<sup>240</sup> Na verdade, somente se aliou essa miscelânea estilística, que invadiu nossas cidades a partir do último quartel do século XIX, com o progresso, a abundância, com a liberdade de escolha, como se a obediência a um só estilo fosse sinal de atraso próprio de outras épocas. Agora, tudo era uma questão de imaginação. LEMOS, C., 1979, p. 116.

e, por isso mesmo, forçavam o seu construtor a realizar o alongamento da construção, as principais transformações nas casas ecléticas se deram em sua implantação.

A partir de 1850, as casas ecléticas aumentariam o recuo lateral em relação ao lote, repercutindo apenas na transferência da porta principal, que abria diretamente para a rua, para a lateral da casa, em geral por um alpendre. Este novo tipo de implantação permitiu a saída dos moradores pelos jardins ecléticos, construídos em canteiros e arbustos, todos estes protegidos por muretas. Este processo, em geral tratava-se de recuar pelo menos um dos lados do edifício, conservando o alinhamento com a via pública em vista da criação do jardim, o que concedia ao ambiente uma maior ventilação e melhor arejamento dos cômodos, determinante na construção de casas mais salubres.

Contudo, no final do século XIX, visando-se a libertação das construções em relação aos limites do lote, as casas ecléticas também passaram a ser recuadas do alinhamento da rua, criando, desta forma, os jardins frontais, recebendo o mesmo procedimento formal eclético, com adoção de estátuas, chafarizes e outros ornamentos, tornando-se, assim, parte integrante da elegância no conjunto estético das residências, o que se revelava numa espécie de *cartão de visitas* do morador, como uma extensão de seu *status* para um domínio público.

Esta relação não necessariamente prevalecia nos quintais, de caráter muito mais privado. O quintal era o ambiente familiar, onde o contato com a natureza era diferenciado, principalmente em relação às diferentes classes sociais. Nas famílias com menos recursos, em que as casas eram construídas próximas ao alinhamento em vista do melhor aproveitamento do lote, *perdia-se* a área destinada aos jardins. Desta forma, o quintal tornou-se uma extensão da casa, pois a sua localização nos fundos das casas, permitia maior privacidade ao morador, por isso, era o local destinado às tarefas domésticas.

Desta forma, podemos perceber que as transformações na paisagem urbana seriam mais evidentes entre as formas de morar nas diferentes classes sociais e de forma qualitativa, ao contrário da arquitetura colonial, cujas diferenças sócio-econômicas eram mais perceptíveis pelas dimensões das casas<sup>241</sup>, posto que as casas coloniais praticamente seguiam as mesmas soluções projetuais e construtivas. No período colonial, “era muito natural que o rico simplesmente ostentasse seu poder fazendo apenas maior número de dependências em suas casas e aumentando desmesuradamente os tamanhos dos compartimentos”<sup>242</sup>, mas, sem alterar significativamente o partido arquitetônico da casa, o que ajudava a criar uma paisagem urbana mais homogênea nas cidades.

---

<sup>241</sup> REIS FILHO, 2000, p. 154.

<sup>242</sup> LEMOS, C., 1979, p. 104.

As casas que se apresentavam condizentes ao projeto de modernização de Belém, eram as residências construídas a partir do conceito de modernidade, e, por isso mesmo, eram aquelas com as características ecléticas. Essas casas tinham os seus projetos ou totalmente importados, ou amplamente inspirados em projetos europeus. Contudo, as verdadeiras casas ecléticas construídas na forma de palacetes, não tinham uma grande representatividade numérica no espaço urbano da capital paraense. Mas, para a elite burguesa e para o Poder Público, a construção dessas casas era vista como um sinal de progresso na *Belém moderna*, expresso pela arte e arquitetura, como podemos ver nos trechos de uma publicação da época:

A proximidade da Europa facilita o contacto com a cultura occidental e não raro, a última palavra em sciencia e em arte chega ao Pará antes de chegar mesmo o Rio de Janeiro [em referência à capital do país].<sup>243</sup>

Um Estado onde os elementos da civilização moderna e a arte têm tal acolhimento só pode se um Estado adiantado e em franca via de progresso.<sup>244</sup>

É ainda cedo para dizer o padrão a que obedecerá a futura cidade. Por ora nella domina, como em todo o Brasil, a confusão das ordens e estylos e o rebuscamento do effeito deslumbrante. Parece, entretanto, que dessa ancia de novidade nascerão as construcções adequadas ao meio e ao clima.<sup>245</sup>

**Figura 15: A *Belém moderna*: exemplos de casas ecléticas de famílias burguesas.**

Palacete do Gov. Montenegro (esq) e Palacete Bibi Costa, também conhecido como Palacete José Julio de Andrade (dir).



<sup>243</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>244</sup> Ibid., não paginado.

<sup>245</sup> Ibid., não paginado.

Fonte: Revista da Semana, 1908.

Desta forma, Carlos Lemos esclarece que o ecletismo se deu em duas categorias: uma destinada às famílias ricas que contratavam arquitetos brasileiros, oriundos da única escola nacional (neoclássica), ou ainda, porque essas famílias optavam em adquirir projetos completos de arquitetos estrangeiros<sup>246</sup>. Neste caso, estes arquitetos foram os responsáveis pelo modo se projetar em *estilos múltiplos*, pois:

O ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto. Foi a clientela burguesa que exigiu (e obteve) os grandes progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa, na sua distribuição interna, que solicitou uma evolução rápida das tipologias nos grandes hotéis, nos balneários, nas grandes lojas, nos escritórios, nas bolsas, nos teatros e nos bancos, que soube encontrar o tom exato de autocelebração nas estruturas – obtendo a aglutinação de todas as expressões formais em torno do mito do progresso [...].<sup>247</sup>

Assim, na capital paraense, a residência eclética se revelou como a própria expressão de modernidade dos seus moradores, o que indicava a sua condição social. Por este motivo, a construção de casas neste estilo se tornou uma prática comum para a nova e rica burguesia da borracha. Mas, os verdadeiros palacetes *faustosos* do ecletismo, mantiveram-se em menor quantidade, em geral essas residências eram *batizadas* com o nome do proprietário ou da família, o que revelava uma auto-afirmação da condição burguesa destas famílias em relação aos demais moradores. Com isso, também podemos perceber que a riqueza da borracha permanecia em poucas mãos, apenas compartilhada entre a elite gomífera.

Limites entre épocas ou períodos arquitetônicos são, habitualmente, difíceis de precisar. Estabelecer balizas para fases de transição torna-se ainda mais complexo. O ecletismo arquitetônico que se instala na região norte no fim do século XIX, seguindo o movimento europeu com uma distância de quase cem anos, é uma dessas fases. Como filosofia, e em sua matriz, européia, o ecletismo não aceitava a predominância de um sistema, em qualquer área de conhecimento, sobre os demais. Especificadamente na arquitetura, isso produziria projetos nos quais não se podia identificar um princípio ou um valor que pudesse ser considerado universal. Na prática, e de forma simplificada, o ecletismo arquitetônico pode ser visto como a possibilidade de reunir vários estilos em uma única construção, ou a de escolher qualquer estilo do passado para novos projetos. Na região norte brasileira, o ecletismo torna-se, essencialmente, a expressão arquitetônica de uma sociedade em busca de afirmação, de reconhecimento de sua ascensão econômica pela adoção de signos ou exteriorizações da estética do passado europeu.<sup>248</sup>

Entretanto, a segunda categoria das casas ecléticas antes referida se deu no modo mais *popularizado*. Ainda assim, este popular não se estende ao conceito de uma classe social mais baixa ou de uma classe popular, que continuava a seguir com a tradição regional de

<sup>246</sup> LEMOS, C., 1979, p. 117-8.

<sup>247</sup> PATTETA, Luciano. *Considerações sobre o Ecletismo na Europa*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, p.13.

<sup>248</sup> DERENJI, Jussara. *Ilusão e cor: pintura de interiores na arquitetura de Belém*. Belém: SECULT, 2004, p. 27.

construir. Neste caso, o termo popular se deve à própria *popularização* em virtude da maior representatividade numérica de casas construídas ou adaptadas pelas famílias de classe média, que se inspiravam no estilo eclético, o que torna essas casas *popularmente* burguesas – um modo de aburguesar as suas casas com técnicas ou soluções ecléticas mais modestas.

Em grande parte, essa renovação das casas *popularmente* burguesas se deu pela *eclétização* das fachadas, uma solução mais rápida para se tornar *moderno*. E, com isto, houve uma intensa importação e adoção de objetos decorativos, adornos, ornamentos e estátuas nas fachadas das casas. De modo que, esta solução revelou, em muitos casos, uma composição de *ajuntamento* de estilos arquitetônicos, e que o próprio Intendente Municipal reclamava como *exagero* de adornos em certas residências por não acompanharem um bom gosto artístico, comprometendo o seu projeto de modernização urbana.

Apesar das adaptações realizadas nas fachadas, isto não significou a alteração do programa da casas. Essas casas nada mais refletiam do que um desejo da população da classe média em se adequar à nobreza da sociedade gomífera, e que na maioria das vezes, tratava-se apenas da *modernização* de sua fachada, o que demonstra esta ânsia de *fazer parte* das famílias burguesas paraenses. Nesse sentido, Carlos Lemos retrata um pouco do que seriam essas casas ditas ecléticas:

De um modo geral, as nossas ruas desse tempo passaram a receber construções em correnteza, ainda ligadas à tradição antiga do gregarismo, as casas nos alinhamentos e poucos jardins laterais – somente passagens descobertas favorecendo ar e luz aos cômodos medianos. Fachadas ornamentadas com relevos em estuque. Ornatos, alguns compostos no local, mas a grande maioria comprada já pré-moldada. Aí é que entrava a imaginação: compor e harmonizar entre si os relevos de modo a se obter uma sinfonia que levasse os olhos do espectador a vagarosamente ir percorrendo aquela superposição rica de ressaltos.<sup>249</sup>

#### Já para Derenji,

A arquitetura privada, assim como a pública, tem um enorme desenvolvimento no período que vai do fim do século XIX aos primeiros 10 anos do século XX. Fala-se em 14.400 novas construções no ano de 1909, quando a cidade tinha 200.000 habitantes. Nem todas as construções podiam, no entanto, ser renovadas, apesar do incentivo às novas construções que a Intendência Municipal promoveria, especialmente no governo de Antônio Lemos (1897-1911). Procura-se, então, a solução paliativa de reformular a parte exterior dos prédios. A eclétização de fachadas é fato conhecido, ainda que pouco estudado em sua especificidade, e é a responsável pela ornamentação carregada em estuques, transbordando nos frontões dos edifícios que conservavam, em sua grande maioria, interiores bem mais discretos e modestos. Se a arquitetura manteve despojada, o mesmo não pode se dizer da decoração dos ambientes internos que adotaria os padrões europeus de gosto, o prazer da acumulação e da ostentação, que são característicos do período. As cidades nortistas utilizaram principalmente os frontões trabalhados e outras formas de ornatos exteriores: leões águias, flores, vasos e cariátides. Ainda que alguns desses ornamentos possam ter origem estrangeira, a execução da maioria

<sup>249</sup> LEMOS, C., 1979, p. 116.

deles denuncia a mão de obra local, muitas vezes pouco habilitada, produzindo figuras atarracadas ou deformadas.<sup>250</sup>

Assim, podemos observar que o ecletismo não foi uma arquitetura propriamente brasileira, visto a importação não só de materiais e elementos pré-moldados, o que impulsionou a construção civil no país. Assim, o ecletismo no Brasil, em grande parte se deu pela simples importação de seu projeto formal, visto pela falta criatividade, no sentido de adaptabilidade climática ou construtiva local nos projetos produzidos para as cidades brasileiras como um todo. Contudo, a arquitetura eclética foi amplamente consumida pela elite dominante nas cidades brasileiras, traduzindo-se, ou melhor, simbolizando a forma burguesa de se morar.

#### - Os arquitetos e engenheiros da casa belenense.

O crescimento urbano de Belém promovido pela riqueza da borracha, deu à nova elite gomífera poder econômico e comercial, além do controle imobiliário sobre terrenos e propriedades prediais, que até então tinham um baixo valor no mercado imobiliário. Com isto, a especulação imobiliária se multiplicou, pois era necessário a execução de novos empreendimentos urbanos. Para Bruand, a expansão urbana nas cidades em desenvolvimento econômico, como foi o caso do Pará com a borracha, foi decisivo para ampliar a gama de oportunidades oferecidas aos arquitetos (construtores). Mas, em especial, nos projetos das residências dos *novos* burgueses:

Assim é que a residência particular de alto padrão e mesmo a de luxo, conserva uma clientela considerável; como todo o conforto moderno associado à abundância de empregadas domésticas - em função da qual elas são concebidas -, essas habitações permitem aos arquitetos dar asas à imaginação, sem se preocuparem com problemas de espaço e de recursos financeiros no mesmo grau que seus colegas europeus. Sob esse aspecto, os arquitetos possuem grande liberdade, apesar da existência de leis municipais, denominadas “Códigos de Obras”, que não raro conservam os vestígios de um passado relativamente recente.<sup>251</sup>

E, se nas casas coloniais raramente se tinha conhecimento sobre seu arquiteto-construtor, as casas, deste momento ganhavam *uma assinatura*. As casas do século XIX ganharam um estilo, ou até vários estilos numa só casa. Mas, tudo isto somente se tornou possível pelos desenhos do projeto arquitetônico de um arquiteto. Assim, a riqueza da borracha financiava tudo aquilo que os novos burgueses sonhavam: um modo *moderno e civilizado* de morar, expresso pelo luxo e pela ostentação de suas residências.

A situação que se configura na Amazônia no fim do século XIX apresenta populações enriquecidas que anseiam por usar novos recursos técnicos e novos estilos de construções que se adaptem às rápidas mudanças, aos hábitos europeus e

<sup>250</sup> DERENJI, 2004, p. 27.

<sup>251</sup> BRUAND, 1981, p. 20.

até mesmo a uma ingênua necessidade de demonstrar a liberdade de escolha, a euforia que a riqueza da borracha lhes permitia.<sup>252</sup>

Contudo, a sociedade burguesa precisava de profissionais que lhe ajudassem *a dar asas* à sua imaginação na construção de suas formas de morar, espelhada numa arquitetura de modernidade, ou melhor, européia. E, neste caso, isto não seria difícil, pois a própria formação profissional<sup>253</sup> dos arquitetos e engenheiros estava intimamente ligada à Europa, seja pelos seus estudos em terras estrangeiras, seja pela influência de seus professores e mestres, e por isso mesmo, a fonte de inspiração de seus trabalhos.

Conforme explica Rocha-Peixoto, a formação dos profissionais da construção civil na Europa se dava em duas vertentes de universidades, de origem francesa: a da academia e a da engenharia. A *Académie Royale d'Architecture* foi criada em 1671, e tinha o seu aprendizado fundamentado na prática e no corporativo, o que tornava a arquitetura um ofício que se aprendia no canteiro de obras e com a experiência dos mestres. Mais tarde, a *Académie* seria transformada por Napoleão para a *Ecole Nationale Supérieure des Beaux-Arts*. Já a universidade de engenharia somente seria fundada em 1750, a *Ecole des Ponts et Chaussées*, transformada em 1793 em *Ecole Polytechnique*.

Se, atualmente, para muitos, o papel do engenheiro e do arquiteto não é muito bem definido, a diferença entre estes profissionais durante o século XIX seria mais evidente. A arquitetura acadêmica da *Beaux-Arts*, considerada tradicionalista, fundamentava-se no conceito de arte, por isso mesmo, a arquitetura deveria seguir princípios inspirados na pintura e na escultura, como: simetria, composição e proporção. Uma das principais características da academia era o historicismo que buscava imitar os estilos do passado. De modo que, o historicismo acadêmico se dividia em dois repertórios: o neoclássico e o ecletismo, conforme o estilo ao qual se pretendia imitar.

Assim, os arquitetos academicistas seguiram princípios diferenciados em seus projetos arquitetônicos, e que são de extrema importância para o reconhecimento do partido arquitetônico, como podemos observar:

O neoclassicismo formou seu repertório a partir da chamada arquitetura clássica, que dizer, de um certo recorte da arquitetura da Antiguidade greco-romana. Já a atitude eclética, como se viu, corresponde à acomodação de várias referências no tempo. Variando ou mesmo mesclando “tempos” históricos diferentes, procurava-se produzir uma arquitetura “fora do tempo”. Entretanto há mais diferença entre o neoclassicismo e ecletismo que o estilo: a arquitetura neoclássica é expressão de

<sup>252</sup> DERENJI, 1987, p. 155.

<sup>253</sup> A Escola de Engenharia do Pará somente seria criada em sete de abril de 1931, porém, o reconhecimento do curso somente seria aprovado depois de dez anos pelo Conselho Regional de Educação. E, em 1957, se tornou uma nova unidade da Universidade Federal do Pará. Já, o curso de Arquitetura somente seria fundado em 1964.

**ordem, disciplina, contenção, equilíbrio, razão, nobreza.** À eclética corresponde **dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção, exuberância.**<sup>254</sup>

Contudo, “a engenharia aparece como solução de problemas espaciais e arquitetônicos no último quartel do século XVIII; cresce continuamente de importância ao longo do século XIX”<sup>255</sup>, adotando o método matemático como resposta. Os seus projetos tinham características predominantes, como: função, estrutura e economia. Mas, se a cidade se tornou o grande centro da modernização, os engenheiros “colocavam-se como agentes dessa modernização – era a corporação que apostava na ciência e na técnica como instrumentos de progresso material para o país, nos moldes do desenvolvimento do velho mundo”<sup>256</sup>, e para eles a industrialização seria um objetivo nacional a ser alcançado.

Neste caso, o papel do engenheiro não estava voltado ao projeto da casa, mas à sua execução. Contudo, eles foram os responsáveis pela execução de projetos de construção e manutenção da infra-estrutura urbana, como saneamento e esgotos, pavimentação, pontes, entre outros trabalhos. Deste modo, podemos perceber que esses profissionais não somente desempenhavam as atividades ligadas à construção civil, mas também ajudavam a criar o cenário de modernidade que a cidade no século XIX precisava se apresentar. E, com isso, alguns engenheiros também se tornaram agentes ou fiscais municipais, e que desta forma ajudavam na construção e na manutenção da cidade assepticamente bela, aplicando os preceitos previstos na legislação urbana de higiene dentro e fora da casa.

No caso de Belém, segundo Derenji, os engenheiros tinham praticamente a mesma formação pela escola politécnica do Rio de Janeiro. A maioria destes profissionais por exercerem funções que ajudavam à execução do projeto de modernização de Belém, acabou atuando como empreiteiros de obras públicas, ou, como funcionários públicos<sup>257</sup>.

Este fato também se refletiu na Administração Estadual, na repartição de Obras Públicas, chefiada por Henrique Américo Santa Rosa. Em 1893, esta repartição seria transformada na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, onde trabalhavam engenheiros, agrimensores e desenhistas, sob a direção de Victor Maria da Silva. Ainda trabalhou na Secretaria Raimundo Tavares Vianna, que em projeto particular com Bento de Miranda, foram os responsáveis pela construção do Mercado do Ver-o-peso. E João Palma Muniz, que além de seu ofício na repartição pública, desenvolveu uma série de estudos e livros sobre as terras dos municípios paraenses, além de ter produzido uma coleção de mapas,

<sup>254</sup> ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *O eclétismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro*. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arq. e Urbanismo, 2000, p. 7, grifo do autor.

<sup>255</sup> ROCHA-PEIXOTO, 2000, p. 7.

<sup>256</sup> SEGAWA, 1999, p. 19.

<sup>257</sup> DERENJI, 1987, p.155.

como o mapa do Estado do Pará com suas divisões municipais, as cartas geográficas do Município de Belém, entre outros trabalhos.

Em relação aos arquitetos, Derenji esclarece que pouco se sabe sobre a sua formação, informando que durante o período de 1890-1900 apenas três arquitetos haviam sido diplomados pela escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Sobre os arquitetos estrangeiros que passaram por Belém somente se tem comprovação do arquiteto italiano Filinto Santoro. Por estes motivos, na capital paraense, considera-se que a maioria das obras acabou sendo executada por engenheiros locais e por uma larga utilização de importação de materiais construtivos e decorativos<sup>258</sup>. Mas, nem por isso podemos deixar de destacar alguns destes profissionais que ajudaram na construção da *Belém moderna*, como, por exemplo: Francisco Bolonha, Palma Muniz, Domingos Acatauassú Nunes, Joaquim Lalor, Camilo de Amorim, Victor Maria Silva, dentre outros.

E, se Belém estava sendo (re)construída para se tornar uma cidade moderna, seria necessário que houvesse uma mínima estrutura de serviços e de materiais destinados à construção das casas. Neste caso, era necessário que houvesse a criação de lojas especializadas para atender à construção civil. Contudo, grande parte das estruturas construtivas dos edifícios, além de materiais e elementos decorativos, eram importados da Europa, principalmente da Inglaterra e da França. Outra opção para atender o gosto especial e refinado de seus clientes foi a utilização de catálogos, que facilitavam a escolha dos materiais. Tornou-se possível escolher não só projeto, mas importar uma casa inteiramente pré-fabricada, como foi o caso dos *chalets* de ferro e que será tratado posteriormente.

Em 1908, a *Revista da Semana* destacou as principais empresas, fábricas e casas de serviço. Neste pequeno guia, podemos encontrar algumas das empresas ligadas direta ou indiretamente à construção civil e decoração, como por exemplo: 17 agências de móveis, 12 armazéns e casas de vender louças de barro, vidro e cristal, 17 armazéns de ferragens, 9 armadores e decoradores, 26 casas de amostras, **5 empreiteiros de obras** (que destacaremos no desenvolvimento desta dissertação), 1 fábrica de mosaicos, 11 importadores de ferragens, 2 importadores de cal, 1 mercador de objetos de eletricidade, 7 negociadores de mármore, 6 olarias, 19 oficinas de ferreiro, 31 oficinas de marceneiro, 4 oficinas de carpinteiros, 4 vidraceiros, 2 vendedores de louças de barro.

A partir desta fonte, conseguimos identificar alguns dos empreiteiros de obras que atuavam em Belém. Uma dessas firmas de empreiteiro de grande porte era Salvador Mesquita

---

<sup>258</sup> DERENJI, 1987, p. 155-6.

& Cia. A firma foi responsável pela construção de algumas obras, em grande parte, estabelecimentos comerciais localizados no bairro do comércio, mas em especial, podemos destacar uma de suas mais importantes obras, a construção do Cine Olympia, que nos dias atuais apresenta a sua fachada completamente descaracterizada.

Uma das maiores firmas de empreiteiros era a Officina de carpintaria e serraria a vapor, de Manoel Caniceiro da Costa<sup>259</sup>, localizada na rua da Indústria, nº 124. Esta empresa era considerada uma das grandes indústrias em ascensão e uma das mais antigas atuando no Pará, sendo fundada em 1870. Foi uma das empresas que participou da Exposição Geral Italiana de Torino, em 1898. Neste estabelecimento eram oferecidos diversos serviços, como serraria, carpintaria, marcenaria, ferraria e estaleiro, especializados tanto em obras de construção civil, quanto naval. Nos depósitos era possível se adquirir materiais utilizados na construção civil, como, por exemplo, terra, areia, pedra, cal, tijolos, telhas, mosaicos, azulejos, ferragens, além de madeiras nobres com qualidade exportação.

Outra empresa de grande porte era a Freitas Dias, de J. S. Freitas & Cia. Esta empresa era proprietária de um dos maiores armazéns e fábricas da cidade, e que ocupava quase um quarteirão na Travessa Benjamim Constant. Além dos serviços de construir e reformar prédios, nela era possível importar materiais nacionais e estrangeiros para a construção civil.

Havia também a Empresa Edificadora, de Manoel Pedro & Cia, situada na rua Bragança (Travessa Avertano Rocha), com grandes oficinas de carpintaria, serraria e marcenaria. A empresa trabalhava como empreiteira e construtora, oferecendo ainda os serviços de projetos e orçamentos. Nesta empresa também era possível adquirir alguns materiais e artigos de construção, como, por exemplo: madeiras, telhas e tijolos, cimentos, ferragens, materiais para a pintura das casas (tintas, óleos, vernizes), materiais hidráulicos, além de revestimentos refinados, como mosaicos italianos, azulejos franceses, ou ainda, importar outras pedras, madeiras de lei e cerâmicas diretamente de empresas européias.

No ano de 1911, foi criada a empresa Brasil Seguradora e Edificadora. A sede da empresa estava localizada na rua 15 de Novembro, nº 81 (sobrado). A diretoria da empresa era composta por Francisco Antônio de Abreu, Turiano Lins Meira de Vasconcelos, Antônio Faciola e José Carvalho de Lima. A seção de edificações da empresa somente construía sob contrato pelo qual a empresa se responsabilizava em construir casas de qualquer valor, com

---

<sup>259</sup> O Sr Manoel Caniceiro da Costa, e seus dignos companheiros de trabalhos e auxiliares tem instalada no seu estabelecimento, uma seção de construção civil. Levantam-se plantas, organisam-se orçamentos e construe-se elegantes e sólidos prédios urbanos, chalets, pontes metálicas e trapiches, dispondo de avultados capitães e pessoal habilitadissimo. CACCAVONI, Arthur. *O Pará comercial na Exposição de Paris*. [S.l.:s.n.], 1900, p. 18.

prestações mensais acessíveis, num prazo que variava de 5 a 20 anos. O valor das prestações deveria corresponder com o aluguel da habitação adquirida, de modo que a casa logo pudesse ser ocupada pelo morador.<sup>260</sup>

Contudo, se a capital paraense era muito bem atendida com materiais importados, era necessário que a mão-de-obra local também apresentasse boa qualidade. Com este intuito, foi criado o Instituto Lauro Sodré, uma escola profissional gratuita para meninos órfãos. O atelier formava profissionais especializados em serralheria, marcenaria, carpintaria, além de ferreiros, encadernadores e gráficos. E, de forma que grande parte dos trabalhos produzidos no instituto era utilizada nas próprias obras públicas.

Assim, a obra e o empenho destes profissionais devem ser melhor traduzido, com o desenvolvimento desta dissertação, quando se trabalharem o partido arquitetônico e os projetos das casas burguesas. A maioria dessas edificações são representantes do patrimônio histórico atual, e cujos profissionais acabaram por edificar o seu tempo nestas construções, e são nelas que encontraremos algumas das respostas para este trabalho.

### **2.3.2 - A casa popular belenense: influências e contribuições arquitetônicas do europeu, do negro e do índio.**

A arquitetura das famílias de classe média não seguiu as mesmas tendências estilísticas da arquitetura burguesa como um todo. Isto se deu pela própria dificuldade de domínio ou de conhecimento de uma arquitetura mais *culta*, evidenciam uma falta de acesso de informação sobre a renovação arquitetônica que estaria ocorrendo na Europa, justamente a principal fonte de referência da arquitetura *letrada-burguesa*. Neste caso, como já dito anteriormente, essas casas *popularmente* burguesas tentavam se assemelhar às casas burguesas ainda que somente nas fachadas, reveladas pelos projetos mais eruditos, já que em seu espaço privado mantinham-se na tradição mais colonial de se construir e de utilizar o espaço interno da casa.

Ao contrário das famílias mais pobres que construía as suas casas seguindo uma tradição construtiva colonial, pois sem recursos não teriam condições de construir as moradias ditas *modernas*, ainda que tivessem domínio sobre uma arquitetura mais erudita, como se deu pelas famílias de classe média. Afinal, era mais importante para estas famílias construir suas casas consideradas *atrasadas ou pestilentas* do jeito que sabiam construir, com os materiais que lhes estivessem disponíveis, a não ter local nenhum a morar. No entanto, podemos observar que a população mais pobre continuou a construir suas casas seguindo as técnicas

---

<sup>260</sup> CRUZ, 1971, p. 186.

construtivas que lhes foram passadas pelo saber popular ou tradicional, que se deu na arquitetura colonial brasileira como um todo. E, por estes motivos, essas casas *populares* denotavam um atraso quanto ao processo de modernização que se deu na capital paraense, e razão pela qual elas deveriam ser retiradas do núcleo central.

Assim, para melhor se compreender a arquitetura popular, torna-se de grande importância reconhecer as contribuições do negro, do índio e do português, que são a base da formação cultural brasileira, e que edificaram em suas construções a sua tradição construtiva, sendo que esta base “triíbrida”<sup>261</sup> revela as raízes da arquitetura brasileira. Desta forma, utilizaremos como referências as principais influências e contribuições do índio, do negro e do colonizador português para arquitetura popular belenense.

Acima de tudo, é importante levarmos em consideração, o porquê de enfatizarmos o termo arquitetura popular, ao contrário, de vernacular. Segundo Weimer, tornou-se comum dentro da arquitetura chamar as manifestações construtivas do povo como arquitetura vernacular. Para ele, este termo nada mais é que um neologismo acerca do vocábulo vernáculo, com sua origem do latim e que designa o escravo nascido na casa do senhor. Ainda segundo o autor, atualmente, este termo é aplicado com o significado de língua ou costumes próprios de um país ou região, e que por estes motivos, não consegue serve para a melhor designação para a arquitetura popular, pois a arquitetura não se deve restringir a uma apreciação de qualidade plástica, ou ainda, designar as manifestações de características construtivas. Nesse sentido, o melhor termo para se aplicar a arquitetura construtiva do povo, é popular, como podemos observar em suas palavras:

O termo mais apropriado em nosso entender é o popular, que em sua origem latina, *populus*, designava o conjunto de cidadãos que excluía, por um lado, os mais privilegiados, os patrícios a quem estava reservada a representação no senado, e, por outro lado os menos afortunados, a plebe, dos despossuídos. Portanto, em seu sentido mais direto, significa aquilo que é próprio das camadas intermediárias da população. Essa definição parece ser externamente atual e muito feliz: exclui em que, modernamente, se tem usado favela e outros termos semelhantes.

É bem verdade que, ao longo do tempo, o termo popular recebeu um espectro bastante amplo de significados, que podem ir desde o lado positivo, ou seja, do que é agrado do povo ou merecedor de suas simpatias, até o oposto, daquilo que é vulgar, ordinário ou trivial. Desprezando esses extremos, parece que a forma mais correta de nos referirmos ao saber do povo é, efetivamente, a terminologia arquitetura popular: aquela que é própria do povo e por ele é realizada. [...] terminologia corrente nas mais diversas línguas – com destaque para os países ibéricos.<sup>262</sup>

<sup>261</sup> Termo utilizado por Weimer (2005) ao considerar as três grandes influências: do negro, do índio e do colonizador português, como base da arquitetura popular brasileira. Ver WEIMER, G. *Arquitetura Popular Brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>262</sup> *Ibid.*, XL-XLI.

Para Weimer, podemos encontrar, de forma sintética, quatro características na arquitetura popular. A primeira é a **simplicidade** que é resultante da utilização dos materiais fornecidos pelo meio ambiente, mas, sobretudo, pelas próprias limitações econômicas do morador e que tende a se afastar dos elementos naturais quando se aumentam os recursos econômicos disponíveis para a sua construção. E, por este motivo, proporciona a segunda característica que é **adaptabilidade**, revelada nas técnicas tradicionais e nos modos de edificar em relação às circunstâncias locais, em geral, às climáticas.

Uma outra característica é a **criatividade**, que vem da imaginação formal, ou melhor, de soluções técnicas aplicadas ao seu ambiente e recurso com emprego de materiais construtivos. Para o autor, se na arquitetura formal reside uma intenção plástica, na arquitetura popular observa-se o seu reverso. Deste modo, a **forma plástica** da arquitetura popular é o resultado das técnicas e dos materiais empregados, o que a torna evidente por si própria, e quando isso não acontece se dá pelo resultado de imitações da arquitetura erudita, e por isso mesmo, não se torna autêntica.

Neste caso, esta última característica é a principal forma pela qual poderemos reconhecer as moradias populares na *Belém da belle-époque*. Ainda assim, é importante frisarmos que arquitetura popular, em especial, durante o período estabelecido, era sinônimo de uma má arquitetura, por isso mesmo, deveriam ser retiradas do núcleo mais nobre da capital paraense. Por estes motivos, além do estudo sobre a arquitetura popular ter sido renegada por muito tempo, sofremos com a pouca disponibilidade de material acerca destas moradias. Contudo, este fato nos dá motivo para que, a partir deste modesto material, seja possível introduzirmos um estudo sobre estas formas populares de se morar.

No estudo formal da arquitetura, durante muito tempo se estudou a arquitetura *palaciana*, e, em alguns casos, uma arquitetura palaciana européia como se apenas houvesse *um tipo* de arquitetura correta, e que merecia servir como corrente ou um modelo para as demais arquiteturas locais de outros países não-europeus. A arquitetura brasileira tem suas raízes ligadas à Europa por Portugal, sua mãe-pátria, por isso, mesmo, as raízes de nossa arquitetura estão ligadas a uma arquitetura portuguesa colonizadora, e, posteriormente, colonizada, de se construir.

Assim, sem dúvida nenhuma, no Brasil, como em diversas outras colônias, a contribuição local foi importante para a construção de sua identidade, refletida em sua arquitetura. Mas, antes de qualquer contribuição exógena, é necessário enfatizar que no *descobrimento* do Brasil já existiam os primeiros *brasileiros* vivendo neste país, como na Amazônia, viviam índios de diversas etnias e culturas. Os índios eram considerados selvagens

atrasados, mas eram eles que apresentavam maior integração e sabedoria com o seu ambiente, e que pode ser comprovado pelas suas habitações. Ao se falar sobre a contribuição indígena é necessário esclarecer que todas as culturas indígenas são formadas por uma ou mais tribos, e cada uma delas tem a sua própria construção. Nas tribos não existe a interferência de outras culturas, e, por isso mesmo, cada etnia apresenta uma distribuição espacial de morar.

Sobre a contribuição indígena, Weimer esclarece que no Brasil colonial “da porta para fora a sociedade se regia pelas regras lusitanas, e da porta para dentro pelas nativas”, o que refletiu a construção das casas segundo as técnicas e métodos construtivos portugueses, como dimensões e formas das esquadrias e dos beirados, inclinação dos telhados e largura do lote. Assim, além das soleiras das casas havia certa liberdade de morar. Por estes motivos, os costumes indígenas eram mais aceitos, como, por exemplo, o cultivo e o consumo de frutos da terra, os banhos diários e a rede. Por essas razões, na arquitetura o colonizador pouco absorveu do conhecimento construtivo indígena, e em grande parte, os termos indígenas eram utilizados pelos portugueses de forma pejorativa:

Biboca (casa pequena), caiçara (palhoça), capuaba (casa de roça), cope (cabana de palha), copiar (varanda), favela (casa miserável cujo significado indígena é urtiga), jirau, (armação para guardar apetrechos, cama de varas), maloca (o mesmo que favela; em tupi quer dizer casa grande), oca (cabana; em tupi significa casa), poperi (abrigo provisório), taba (aldeia indígena), tapiri (choça), tijupá ou tijupara (cabana de índio), urupema (peneira: por extensão, tramado semelhante usado na vedação de portas janelas e forros). Quando os termos não são pejorativos da cultura indígena, trata-se de construções que o colonizador adotou da cultura indígena (carijó, barbaquá: instalações para a produção da erva-mate) ou são de origem das culturas inca ou asteca (cancha, chácara, galpão, tambo - hospedaria, hoje transformada em abrigo de gado).<sup>263</sup>

Contudo, se nas casas indígenas são empregadas diversos tipos de materiais vegetais, isto pode levar a uma conclusão mais apressada: algumas pessoas podem identificar as casas com este tipo de material como fruto de influência indígena, o que nem sempre pode ser considerado como verdade. Deste modo, é necessário que se realize um exame mais profundo sobre a construção, além de verificar a própria etnia do ocupante, e sua possível influência no modo de se construir, pois assim como os índios, os africanos também construía suas moradias com materiais vegetais.

Para o autor, algumas das influências indígenas podem ser encontradas, em especial nos barracões de seringueiros do período estudado. Nesse caso, podemos verificar a influência indígena pelo próprio nome utilizado para definir a casa dos seringueiros, conhecido, como tapiri, e o local de defumação de látex, de poperi. A maioria dessas casas era

---

<sup>263</sup> WEIMER, 2005, p. 58.

construída com madeira de paxiúba, fendida em sarrafos. Deste modo, uma parte da madeira, em sarrafo, era utilizada na cobertura do entrepiso, o que servia para atenuar as eventuais irregularidades e promover um contato mais suave com o chão. No caso, a outra parte do sarrafo era fendida em ripas para formarem a parede da construção. Para a construção da cobertura, utilizava-se a palha seca, disposta em diversas camadas, variando entre 10-20 cm. Com isto, a parte interna das casas não sofria com a ação da chuva, além de que os seus interstícios permitiam uma melhor aeração, funcionando como um isolante térmico.

**Figura 16: A casa de um seringueiro.**



Fonte: WEIMER, 2005, p. 60.

As casas dos seringueiros que ficavam localizadas em áreas mais centrais na floresta, geralmente eram construídas com um amplo avarandado, que servia como uma forma de proteção contra a chuva, permitia a ampla ventilação e um local de descanso, onde se atavam as redes. A planta dessas moradias era constituída com apenas um corredor com dois compartimentos, sendo uma cozinha, de onde se tinha acesso para o outro cômodo, que era o quarto. A cozinha era o local destinado às tarefas domésticas, com pouco e modesto mobiliário – um fogão de barro com chapa de ferro fundido e um banco, sendo as refeições realizadas no chão. Na cozinha também havia uma janela que dava para o jirau da casa, onde eram realizadas as atividades de preparação dos alimentos.

O arquiteto afirma que se não existem maiores contribuições indígenas na arquitetura popular, isto reside no fato de que alguns índios e seus descendentes se deixaram influenciar pela arquitetura e pelas técnicas de construção de paredes de madeira e de taipa. Mas, devemos levar em consideração que alguns arquitetos contemporâneos, preocupados também com um melhor conforto térmico das moradias e com a preservação da natureza, conseguiram formar um novo repertório arquitetônico que apresenta uma influência da arquitetura indígena. Assim, percebemos que esta influência se deu por meio da utilização de

um saber construtivo mais adaptado à região, como a utilização do beiral ou do quebra-sol, além do respeito com o ambiente na construção de sua casa.

Com relação à influência dos negros, devemos levar em consideração que ela pouco se refletiu diretamente nas construções na arquitetura popular. Isto se deve, em primeiro lugar, pela lógica do sistema de escravatura que retirava os africanos de seu lugar de origem, impondo-lhes um novo lugar de *moradia*. E, se é que podemos chamar as senzalas de moradia, pois elas se tratavam de construções precárias de sobrevivência, onde os negros sem poder contar com o seu direito de liberdade, eram perenemente obrigados a servir o seu senhor. Com isto, para que este sistema funcionasse sem a ocorrência de rebeliões e/ou tumultos, era necessário que desde a arregimentação dos negros na África, eles fossem agrupados de forma heterogênea, em diferentes culturas, o que assim evitaria a comunicação entre eles. E, ao chegar a seu destino, eram novamente redistribuídos, para que deste jeito a formação de sua tribo ou cultura fosse dispersa, ou até mesmo, perdida.

Em 1888, com a abolição da escravatura, os negros conseguiriam o direito de liberdade, mas eles ainda continuariam a ser discriminados por sua cor. Assim, os ex-escravos eram colocados à mercê de sua própria liberdade. Neste caso, alguns deles foram *jogados* na cidade, sem grandes chances de arranjar empregos, e muito menos, de moradia. Deste modo, eram obrigados a construir suas casas com os materiais que estivessem ao seu alcance e com as tradições passadas pela sua cultura africana, muitas vezes adaptadas ao padrão construtivo colonizadora. Muito deles permaneceriam servindo os seus senhores, tornando-se *assalariados*, mas recebendo muito pouco por seu trabalho, além de permanecerem morando nas residências de seu patrão na área de serviço, ou até mesmo, nos porões das casas.

Na arquitetura popular brasileira, a influência dos negros se deu pela construção das casas de mocambo, reveladas por sua simplicidade, com o telhado de folhas ou fibras, com a cumeeira em duas águas, em alguns casos, também construídas em quatro águas. A cumeeira era fixada em duas formas: transversal ou longitudinal, sendo esta a mais utilizada, pois criava uma entrada protegida contra a chuva, além de promover o melhor escoamento das águas pluviais. A maior característica destas casas é a ausência de janelas, de modo que a própria senzala seria uma versão das *sanzalas* encontradas em Angola, mas com pequenas alterações do próprio sistema de escravatura, para que os negros não fugissem, e muito menos cometessem o suicídio, o que seria uma grande perda financeira para o seu dono.

A forma mais simples de mocambo é a casa isolada, apenas com um compartimento e uma porta. Mais comumente, são encontradas as casas de um compartimento com a existência de uma porta frontal, utilizada pelos homens, e com portas laterais,

destinadas às mulheres. Já a forma mais complexa é a casa com duas portas. Em todas estas casas, existe a tradição de se colocar a porta à esquerda de quem entra, junto do pilar que sustenta a cumeeira. A introdução de janelas neste tipo de casa deve-se, em grande parte, à influência do colonizador português.

**Figura 17 e 18: Exemplos de casas de negros.**



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional ([www.fbn.com.br](http://www.fbn.com.br))

Em relação à divisão interna dos mocambos, existia uma grande variação no esquema de planta. A forma mais simples era a divisão transversal no meio da casa, o que permitia a separação dos usos na casa em sala e dormitório, e, nos fundos, a cozinha. Em alguns casos, a cozinha era construída no lado de fora, e, com isso, na parte dos fundos ficava o quarto. Ainda havia um outro esquema de planta, em que a casa era dividida em sala, cozinha ou comedor, e quarto, sendo todos eles interligados por um corredor lateral.

Apesar da casa de mocambo apresentar um esquema bastante similar à casa de porta-e-janela, Weimer explica que ela não segue a cultura portuguesa, em especial porque os quartos não tinham a forma de alcova, pois contavam com a presença de janelas, além de que as portas não eram colocadas abrindo para o corredor, como nas casas portuguesas. No caso de famílias com mais posses, ainda era possível encontrar o mesmo esquema de separação interna apenas com um maior número de quartos.

Ainda assim, é necessário levarmos em consideração que a variação do esquema de plantas das casas de mocambo tem a influência das diversas culturas africanas, e que eram adaptadas conforme a origem do seu morador, e, por isso mesmo, apresentam inúmeras formas africanas de se morar. Assim, optamos apenas em revelar as principais características que podemos encontrar na arquitetura popular belenense na *belle-époque*. Mas, sobretudo, é válido lembrar que muito desses negros durante o próprio período de escravidão conseguiram

fugir, construindo longe da capital o seu modo de viver em comunidades quilombolas, mostrando o saber construtivo de suas raízes africanas.

Contudo, a maior contribuição para arquitetura brasileira se deu, é claro, pela influência da colonização portuguesa no Brasil. Para Portugal era de fundamental importância se fixar nas suas colônias para evitar invasões por outros impérios, como por exemplo, França, Holanda e Inglaterra. Com isto, os lusitanos levaram para as suas colônias, como foi o caso, do Brasil, as formas portuguesas de (se) morar. Entretanto, se a arquitetura portuguesa influenciou a arquitetura brasileira, devemos levar em consideração a formação da arquitetura popular portuguesa e que se deve à própria história de ocupação em Portugal. Nesse sentido, Weimer dividiu a influência da arquitetura portuguesa em quatro grandes grupos: romana, germânica, islâmica e açoriana. E, a partir destas influências sobre a arquitetura portuguesa, devemos somente destacar a contribuição destas culturas nas formas de morar determinantes na arquitetura popular belenense.

A influência romana pode ser constatada pela variedade de inovações introduzidas nas construções portuguesas pelos romanos, reveladas na composição dos programas arquitetônicos que refletiam as novas técnicas e formas. E, possivelmente, foram os romanos que do Oriente levaram a técnica de taipa e de adobe para as casas portuguesas e também a técnica de produção de cerâmicas, como telhas e tijolos. Além, da influência dos romanos na forma de implantação das cidades, que eram dispostas com um traçado regular das ruas.

A influência romana também pode ser constatada por meio da própria linguagem aplicada na arquitetura, evidente por sua origem latina. Com isto, a arquitetura e o urbanismo se tornaram uma forma de conhecimento de um público letrado e aplicação deste conhecimento criou uma forma *erudita* de se construir. Em Portugal, a popularização das técnicas construtivas se deu pela tentativa da população com menos posses em seguir ou *imitar* a arquitetura *erudita* na construção de suas casas. No Brasil, essa influência entre o erudito e popular também se deu expresso no próprio processo de colonização, e que pode ser melhor examinado na arquitetura colonial, revelada pelas tentativas de aplicação da linguagem arquitetônica da mãe-pátria, Portugal.

Em relação aos germânicos, podemos considerar que esta cultura teve uma influência menos preponderante que a dos romanos. A sua maior contribuição se deu pela introdução das estruturas de enxaimel em Portugal. Esta estrutura é feita pela construção com paredes independentes, e que são contidas por um requadro de madeira formado por dois cunhais e um frechal, fixados em cima de um baldrame. Já o enxaimel ibérico se caracteriza por deixar a estrutura de madeira dos requadros aparente e que por onde se prolonga os

cunhais. Neste caso, para proporcionar maior solidez à construção, os cunhais deste tipo de construção precisavam receber uma cobertura isolante para serem enterrados. No Brasil, esta estrutura sofreu algumas alterações, e pode ser encontrada em todas as regiões do país. Contudo, pela sua aparência, em alguns casos, o enxaimel construído de forma mais simples, muitas vezes pode ser confundido com estruturas utilizadas em construções indígenas, e, por isso mesmo, deve-se levar em consideração a formação cultural do local da moradia.

No caso da influência islâmica, esta teve uma representação restrita na arquitetura portuguesa, e que ainda pode ser subdividida em duas culturas distintas: a luso-árabe e a lusoberbere. As influências árabes são provenientes do esquema de plantas das casas encontradas em Marrocos. Estas moradias apresentavam uma construção próxima de um quadrado, com um pátio central, por onde se abriam todos os compartimentos, recebendo luz e ventilação. No seu exterior, apenas havia a porta de entrada. O grande diferencial desta casa era o seu compartimento disfarçado – o *mejzen*, que era destinado às mulheres da casa, que deveriam se recolher ao chegarem visitas de homens não pertencentes à família. O *mejzen* também era chamado pelos árabes de *al qubba*, que significa *a abóboda*, e de onde, provavelmente, se originou a palavra alcova. No Brasil - colônia, esse tipo tratamento concedido às mulheres também pode ser visto pelo seu recolhimento em suas casas, onde deveriam apenas realizar os serviços domésticos. Contudo, a influência dos árabes se deu de forma mais evidente nos elementos arquitetônicos incorporados na arquitetura portuguesa, e conseqüentemente, na brasileira. E, neste contexto, podemos destacar os seguintes elementos encontrados em construções brasileiras: adobe, adufa, alicerce alisa, alpendre alvenaria, andaime, azulejo, baldrame, chafariz, muxarabi, saguão, sarrafo, tabique, taipa e seus derivados, entre outros.

Em contrapartida, os berberes que dominaram por maior tempo todo o território português, deixaram marcas mais significativas que os árabes nas construções em Portugal. Neste caso, a maior influência na construção das casas berberes se deu pelas tribos de Rif que habitavam as terras férteis ao longo do Mediterrâneo, casas que têm uma implantação peculiar, por isso, sua principal característica. As casas são construídas de forma geminada para combater o clima severo da região, e a partir de sua disposição conseguem proteger o espaço público do vento quente e seco. No caso de não haver alguma construção que impeça a ação dos ventos, deve-se construir um muro alto que compense a inexistência de casas.

A composição das casas berberes varia de acordo cada tribo, mas, grande parte delas segue o esquema de sala, na frente, cozinha, no meio, e dormitório, por último. E, segundo o autor, talvez devido à influência islâmica, as casas apresentam apenas a porta de entrada em sua fachada, e em alguns casos, apresentam portas nos fundos que davam acesso a

um pátio, onde se armazenava a água da chuva num tipo de poço. Entretanto, as casas berberes, quando alinhadas à rua, tinham o esquema de planta modificado, com isso, a posição do quarto era alterada para o meio da casa e a cozinha para os fundos. Este tipo de casa ficou conhecido em Portugal, como *casa de pescadores*, e no Brasil, era a conhecida *casa de porta e janela*, amplamente construída no Brasil - colônia<sup>264</sup>.

**Figura 19: Exemplos de casas de porta-e-janela encontradas no Brasil.**



Fonte: WEIMER, 2005, p.197.

No caso da influência luso-açoriana, esta se deu pela migração de portugueses do sul para a região de Açores, que até o seu descobrimento encontrava-se despovoada. Com o isolamento de Portugal e sem qualquer tradição local construtiva, esses portugueses tiveram que adaptar suas tradições de construir às novas condições climáticas e de grandes relevos topográficos, onde havia a presença de formações vulcânicas. No Brasil, essas casas berberes ficaram conhecidas como as casas açorianas, pois tinham um esquema de planta bastante característico. Nestas moradias, a sala ficava situada na parte central da casa, de um lado, ficava a cozinha e do outro o quarto. As paredes eram feitas com pedra seca de basalto e as divisões internas construídas com madeira eram aparentes, já o seu piso era feito com terra batida. O quarto tinha o seu chão recoberto com um sobrado de madeira e a parte de cima era coberta com um forro, onde estava localizado um sótão ou uma *falsa* que era alcançada por uma escada de parede. Na cozinha, havia uma chaminé e um forno, sendo os alimentos preparados no lado de fora, aproveitando-se a luz externa, onde havia também uma amassadeira para o preparo do pão. Com a migração dos luso-açorianos para o Brasil também surgiu uma nova forma de se morar no país, e que é mais evidente no sul do país.

<sup>264</sup> Neste caso, como já dito no capítulo anterior, essas casas tinham duas variações: as casas térreas e os sobrados, sendo estes sinônimos de nobreza.

Devemos enfatizar que o estudo de Weimer sobre a contribuição e as diversas influências étnicas na arquitetura popular brasileira tornou possível a melhor compreensão sobre as raízes históricas que permeiam a construção dos tipos de casas encontradas na *Belém da belle-époque*. Essas influências mantiveram as suas tradições construtivas nas moradias populares, e com poucas alterações, e uma prática que ainda pode ser evidenciada nos dias atuais.

Será a partir destas tradições construtivas que podemos examinar as formas populares de se morar na capital paraense durante o período em questão, pois estas casas são aquelas que deveriam ser condenadas pelo Poder Público no núcleo central de Belém. E, de certo, essas casas representam uma forma de repúdio às tradições coloniais, e, por isso mesmo, elas eram consideradas um sinônimo de atraso, contrárias ao avanço do progresso e daquilo que era tido como moderno. Na verdade, elas iam de encontro à forma burguesa de se morar e com os padrões *européus* de moradia.

Ainda assim, devemos levar em consideração que a abertura dos portos proporcionou a chegada ao Brasil de outros imigrantes, como os italianos, japoneses, sírios, alemães, dentre outros, também proporcionaram novas influências nas formas de se morar e que foram de grande importância para a renovação da arquitetura brasileira no século XIX como um todo. Justamente por essa diversidade cultural que forma não só o nosso país, como também a arquitetura das casas brasileiras, seria necessário um estudo mais profundo sobre contribuição dessas famílias de *novos brasileiros* em suas formas de morar. Por estes motivos, não cabe a nós desenvolver um estudo mais específico, sem antes a compreensão sobre as formas de morar na *Belém da belle-époque*, que é o cerne central desta dissertação.

#### **2.4 – A casa e as suas formas.**

Como já foi dito anteriormente, tornou-se necessário *desconstruir* toda e qualquer imagem ligada à imagem de uma casa para que, deste modo, fosse ampliada a noção sobre as *formas de morar*. Nesse sentido, durante o desenvolvimento deste capítulo, optou-se em realizarmos o processo inverso, reconstruindo-se *fisicamente* as formas de morar. Assim, o projeto, ou melhor, a idealização da construção é fase inicial de qualquer obra em construção. Com esta finalidade, foi necessário, primeiramente, compreender o estilo e a arquitetura adotada para a construção das casas, em geral, uma linguagem arquitetônica que seguia em conformidade com os recursos de seu construtor.

Ainda assim, para que uma casa seja *totalmente* construída, deve-se levar em consideração a escolha de materiais e de soluções projetuais que formam o conjunto da casa,

assegurando a forma física da casa pela qual ela é passível de ser reconhecida por seu estilo. Além do que, isto nos permite examinar a linguagem e os fatores externos que o construtor inseriu na construção do partido arquitetônico de sua casa, o que promove a diversidade das formas de morar. Por este motivo, torna-se de fundamental importância examinar os principais materiais, técnicas e sistemas construtivos utilizados na construção das casas, durante o período em questão, posto que alguns deles não são mais utilizados vistas as novas soluções na construção civil atual.

Neste caso, também examinaremos os principais elementos arquitetônicos que compõem ou deveriam compor as casas modernas, pois esta análise nos permite compreender os motivos estéticos-higienizadores que levaram a negação das casas não-condizentes com o projeto de modernização de Lemos. Desta forma, será possível compreender como essas casas poderiam adequar-se ao conceito da casa idealizada para a *Belém moderna*.

#### **2.4.1 - A construção das formas: algumas referências sobre materiais, técnicas e sistemas construtivos.**

Na capital paraense, durante o período em questão, de uma forma geral identificamos duas formas *dísparas* de se morar: as casas populares, que mantiveram as tradições coloniais de edificar; e as casas burguesas ou ecléticas, que negavam o passado colonial construtivo, consumindo novos estilos e materiais importados. Contudo, havia também as casas de famílias de classe média que buscavam soluções arquitetônicas e/ou projetuais que pudessem *aburguesar* a sua construção, na tentativa de morar numa casa *moderna*. Por este motivo, nestas casas, os materiais nobres, geralmente eram utilizados, apenas nas fachadas. Com isso, os moradores continuaram utilizando-se de alguns materiais e técnicas regionais de forma mais *mascadara*.

Contudo, seria difícil classificarmos o uso de materiais ou técnicas construtivas conforme a estratificação social de seu morador. As casas, em geral, por terem se tornado uma miscelânea decorativa-construtiva, dificulta que se realize uma análise dos materiais conforme a classe social do morador, pois a forma de aplicação de materiais na casa variava de acordo com o poder aquisitivo do construtor. Neste caso, um mesmo material poderia ser utilizado em diferentes usos e aplicações nas diferentes classes sociais.

Assim, como já foi dito anteriormente, a melhor forma de se compreender as diferentes aplicações de um mesmo material e técnica, a partir do exemplo do barro. Nas casas populares, o barro era bastante utilizado em sua construção, utilizando-se diversas técnicas e de forma totalmente aparente. Já nas casas com um padrão intermediário, o barro

era usado na construção de paredes internas e até mesmo em paredes estruturais que, posteriormente, eram rebocadas e pintadas, camuflando a sua utilização. Nas casas de famílias mais ricas, até a introdução do cimento, o barro foi utilizado no revestimento ou na construção das paredes. O barro servia, ainda, para a fabricação de diversos outros materiais utilizados na casa, encontrados nos revestimentos e produtos cerâmicos, como, por exemplo, pisos, louças e telhas, dentre outros.

A partir deste exemplo, podemos compreender a complexidade que um material pode exercer na construção de diferentes formas de morar as várias estratificações sociais. Assim, torna-se mais esclarecedor revelar os principais materiais utilizados nas construções das casas. Por isso, destacaremos, de uma forma mais generalizada, os principais sistemas e materiais utilizados na construção das casas em Belém no período em questão.

#### **- Pedra**

Em Belém, como já foi dito anteriormente, não havia boas jazidas de pedrana região. Por este motivo, a utilização da pedra nas construções era bastante rara, em grande parte disposta de forma mais aparente somente em espaços ou edifícios mais nobres, como igrejas e edifícios públicos. Ainda assim, podemos encontrar o uso de pedras menos nobres nas paredes estruturais<sup>265</sup> e nos alicerces de algumas casas. Apesar da facilidade de importação de materiais, as pedras nobres, como, por exemplo, o mármore e o granito, ainda eram consideradas muito caras, por isso mais comumente usadas nas casas de famílias mais ricas, em forma de pisos em placas ou pastilhas. Já a pedra de lioz, devido à larga utilização dessas pedras usadas como lastros dos navios que vinham de Lisboa, tornou-se mais acessível, quase sempre utilizadas nas escadarias externas das casas. Uma outra opção também se tornou comum, era a prática de se *imitar* o mármore com pinturas especiais em materiais com qualidade inferior.

#### **- Barro**

Este era o principal material construtivo utilizado na construção das casas durante o período em questão, também presente na composição de diversos outros materiais usados na arquitetura, como na argamassa, na fabricação de tijolos e cerâmicas, dentre outros. Mas, nos sistemas construtivos, o barro era usado em diversas técnicas, onde se destacam o adobe e as variações de taipa, como, de pilão, mão, sebe e sopapo. As técnicas de taipa variavam de nome conforme a região ou por alguma particularidade construtiva. Devemos, ainda, destacar

---

<sup>265</sup> A construção com blocos de pedras era feita, basicamente, com dois tipos de sistemas: a pedra argamassada, colocadas de forma justaposta, assentada com aglutinante de cal ou barro. O segundo sistema era composto de pedras dispostas em junta seca, onde os blocos eram assentados um do lado do outro de uma forma que fossem sustentados pelo seu próprio peso, por isso mesmo, sem a necessidade de aglutinantes.

o estuque, que é uma técnica mista de barro e madeira, apenas utilizado em áreas internas. Nesta estrutura, utilizam-se ripas de madeira, onde são afixadas telas de arame trançada, que servem para segurar a argamassa de barro, permitindo a construção de uma parede maciça.

Já o adobe é a composição mais antiga e rudimentar, em que o barro é utilizado na construção de paredes estruturais. Os tijolos são feitos em blocos de barro crus, em geral com a dimensão de 20x20x40cm, e que depois de assentados e emboçados com barro, podem ser rebocados. O método de fabricação consiste na compactação de barro em fôrmas de madeira, sendo primeiramente secos à sombra por alguns dias, e posteriormente, ao sol. Mas, para que o bloco de barro apresente maior consistência, deve-se acrescentar uma quantidade de argila ou areia, ou ainda fibras vegetais ou estrume.

No uso de taipa, destacamos a taipa de mão e de pilão. A taipa de pilão consiste na construção de paredes com barro socado e apilado em camadas com aproximadamente 20cm de altura. As paredes são erguidas com a ajuda de um taipal – dois tabuados laterais, amarrados entre si, por onde o barro é socado. Já a taipa de mão é um sistema misto do barro socado, com estruturas de varas amarradas de madeira, o que confere maior solidez à sua estrutura, podendo ser revestida com argamassa de barro.

Em muitas regiões, a taipa de mão também é conhecida como pau-a-pique, taipa de sebe ou sopapo, mas, estes sistemas apresentam pequenas diferenças no modo de construção ou de materiais em sua composição. Contudo, no *senso comum*, costuma-se referir a todos esses sistemas como taipa de mão ou pau-a-pique. Na estrutura de pau-a-pique, apenas utilizam-se galhos, mas quando o barro é usado para o fechamento das frestas nessas casas, o sistema também *é* ou *pode ser* chamado de taipa de mão, daí, o nome do sistema poder variar conforme a região onde a casa foi construída.

Para a construção de taipa de sebe, utilizam-se requadros de galhos que, primeiramente, têm os galhos verticais fincados no chão, onde depois amarram-se os galhos horizontais. Após a fixação dos requadros, o sistema recebe, ao mesmo tempo, uma dupla camada de barro - uma por dentro e outra por fora, com a mão ou com a ajuda de uma placa de madeira. A diferença para a taipa de sopapo se dá apenas pela aplicação do barro, que deve ser arremessado em forma de bolas, promovendo uma melhor ligação entre as duas camadas.

Desta forma, podemos perceber que o barro era empregado em diversos sistemas e usos, pois era largamente encontrado na região, e, por isso, tornou-se um dos principais materiais utilizados na construção de casas populares. Contudo, o barro não apresenta propriedades sólidas e nem mais higiênicas que as casas construídas em alvenaria. Mas, apesar dessas casas oferecerem um melhor conforto térmico, em contrapartida, apresentam

menor solidez, além de acumularem maior umidade nas paredes. Essas casas também podem oferecer risco à saúde de seus moradores, pois nestas estruturas existe maior probabilidade de abrigar o inseto barbeiro, que provocam a doença de Chagas.

#### - Madeira

A madeira era (e ainda é) um material amplamente disponível na região amazônica, onde podemos encontrar diversos tipos e uso de madeiras na construção civil<sup>266</sup>. Como, durante o período em questão, havia uma extrema preocupação com a higiene pública e a madeira, por ser um material considerado frágil e bastante perecível, teve o seu uso proibido na construção de casas, ainda que no emprego de nergas e nos arremates das esquadrias. Ainda assim, algumas casas tinham as suas divisões internas feitas com parede de tabique - uma parede delgada de tábuas-, estuque, ou ainda, com paredes de pau-a-pique.

Nas casas mais ricas, a madeira era amplamente aceita e utilizada na construção de alguns elementos arquitetônicos, quase sempre internos, como, por exemplo, esquadrias, escadas, corrimãos, forros e pisos, mas somente deveriam ser utilizadas as madeiras consideradas nobres e *de lei*<sup>267</sup>. Além do que, a madeira era o principal material utilizado na confecção de quase todo o mobiliário da casa.

As madeiras empregadas na construção [onde entende-se elementos construtivos] das novas casas são melhores do que as que se pode obter em qualquer parte do mundo. O Acapú e o pau amarello, o louro vermelho, o cedro e outras madeiras de lei são as que empregamos commummente. Para janellas, e portas, é geralmente empregado o cedro e o louro, para os humbraes é o acapú, conjuntamente, o que lhes dá, a par de extraordinária durabilidade, uma certa belleza e nas casas de luxo fazem dessas duas madeiras e ás vezes de mais outras duas ou três qualidades, lindissimos mosaicos. Mesmo só com as duas especies, acapú e pau amarello, visto o primeiro ser de côr quasi negra, e á segundo de côr amarella, os soalhos são de lindo effeito. Para os forros das edificações são empregadas a Úcuúba, a quaruba e a marupaúba. Nas casas mais modestas tambem se fazem soalhos com a cupiuba, que é tambem uma excellente madeira.<sup>268</sup>

Apesar da grande variedade de espécies nativas, alguns tipos de madeira eram recomendados conforme o seu uso. Nos pisos das casas, a grande *sensação* era a utilização de acapú e pau-amarelo, criando-se, a partir de suas diferentes tonalidades, vários tipos de

<sup>266</sup> As principais madeiras de lei comercializadas, neste caso, durante este período na construção civil e de mobiliário eram: “acapú, páu amarello, andiroba, cupiúba, louro amarello, louro vermelho, louro canella, louro pimenta, louro faia, matamatá, tamanqueira, marupá, cedro vermelho, cedro branco, massaranduba, jarana, frei jorge, piquiá, quaruba, ucuúba, mandioqueira, páu roxo e sicopira. (MONTENEGRO, 1908, p. 241-2). A Officina de Carpintaria e Serraria a vapor de Manoel Caniceiro da Costa (CACCAVONNI, 1900, p. 25-6), comercializava mais de 67 tipos de madeira, num universo com mais de 202 espécies, de madeiras locais e que 86 eram de primeira qualidade como bem proferiu o Gov. Montenegro em seu Álbum de Governo (1908). As madeiras amazônicas também eram importadas para o exterior, para a confecção de pisos e de mobiliários.

<sup>267</sup> As principais serrarias a vapor encontradas em Belém eram: Manoel Pedro e Cia, J. S. de Freitas e Cia, Manoel Caniceiro da Costa, Beires da Costa, Gomes de Souza, Azevedo e Portella, B. da Cunha Mendes e Cia, M. Teixeira dos Santos, M. da Costa e Cia, Aliverti e Cia, M. Pereira Duarte, Fulgencio e Cia, Amorim e Cia, Augusto Moreira e Cia, Ferreira e Cia e Manoel Alves. MONTENEGRO, op. cit., p. 240-1.

<sup>268</sup> Ibid., p. 329-331.

desenhos, assentados em tábua corrida ou em talhos menores, os *parquets*. De modo, que o piso do pavimento superior era afixado pelo sistema de macho-e-fêmea em cima das vigas de madeira dos pilares do porão, chamados de barrotes. Para os forros, recomendava-se o pinho-de-riga ou pinho-sueco, importado da Suécia, resistente à flexão e à ação danosa dos cupins. Já para as esquadrias e ombreiras, utilizava-se, em geral, o cedro e o louro.

Contudo, a população mais pobre valia-se de materiais locais que fossem extremamente disponíveis. Por isso, algumas famílias iam mato à dentro nas redondezas de Belém para arranjar o material necessário para a construção de suas casas. A madeira mais utilizada neste período era a paxiúba, facilmente encontrada em locais alagados. Para construção das casas, a palmeira era sarrafeada<sup>269</sup>, tirando-se as ripas necessárias para a confecção dos soalhos e das paredes. Já nos telhados ou esteios, em geral utilizava-se o pau d'arco roliço, também conhecido, como ipê. Assim, de uma forma geral, as casas eram construídas com madeira branca - um tipo de classificação na construção civil para as madeiras menos nobres e mais difíceis de serem trabalhadas.

A casa de madeira era construída, basicamente, seguindo duas técnicas construtivas. Nas construções com madeira em tábuas, apóia-se a estrutura sobre uma base que garanta a estabilidade da casa e, depois, deve-se montar uma triangulação provisória para fixar as peças verticais, essas depois são retiradas, mas que ainda podem ser utilizadas na construção. Já o sistema de pau-a-pique utilizava troncos ou galhos de madeiras retos, sendo a parte inferior desta estrutura fixada no chão e a parte de cima num suporte horizontal, em geral a viga de sustentação da casa. De um modo geral, essas paredes não recebem nenhum tipo de vedação, mas as frestas podem ser vedadas com galhos, folhas, colocados de forma entrelaçada ou preenchendo o vão entre as frestas. Se estas frestas fossem vedadas com barro, este sistema também pode ser conhecido como taipa de mão.

O termo alvenaria explica a disposição de materiais, como pedras, tijolos, com argamassa ou não, que entram na composição de paredes e muros. Contudo, no *sensu comum*, este termo designa-se a construção de paredes com tijolos. Em Belém, até meados do século XIX, não eram produzidos os tijolos de barro cozidos, mas, posteriormente, o uso do tijolo promoveu um processo de substituição das casas de taipas coloniais para as casas de tijolos burgueses. Assim, as casas passaram a ser construídas com um método mais moderno, o que

---

<sup>269</sup> “A utilização da paxiúba em construções ocorre da seguinte maneira: a palmeira, depois de derrubada, é batida com uma marreta até rachar de ponta a ponta. Retirando o miolo, a madeira se abre sem quebrar. Uma só palmeira dá pra fazer facilmente 80 cm de assoalho. Do tronco da palmeira, só se aproveita a parte da barriga para baixo. Com quatro ou cinco [palmeiras] se assoalha a casa toda.” THIÉBLOT, Marcel Jules. *Rondônia, um folclore de luta*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. Coleção Folclore, 6. Disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br/agosto/pa12080c.htm>. Acesso em 06 de nov. 2007.

também permitiu a adoção de novas soluções e arranjos arquitetônicos, que até então não era possível somente com o emprego do barro.

Na construção das casas, eram utilizados os tijolos de 6 ou 8 furos<sup>270</sup>, que poderiam ser retangulares ou com formato em *L*, o que permitia uma melhor fixação da estrutura. As paredes, em geral, eram construídas com fiadas duplas de tijolos, criando paredes com grandes dimensões. Mas, a utilização de alvenaria na construção das casas permitiu que as paredes internas fossem construídas com uma espessura menor do que as paredes coloniais, excetuando-se a fachada que continuava com uma espessura maior, aproximadamente de 30cm, devido ao sobrepeso exercido pela cobertura, platibanda e ornatos.

As olarias de Belém<sup>271</sup> fabricavam tijolos, telhas, tubos de encanamento, estátuas, tachos e outros trabalhos em cerâmicas. Uma das fábricas locais era a Olaria Noguez, localizada na ilha das Onças. A fábrica importou várias máquinas e equipamentos para a fabricação de diversos tipos de telha, tijolos retangulares e angulares, e tijolos para canteiros de jardins, dentre outros produtos. Esta olaria introduziu no Pará a fabricação de telhas chatas pelo sistema de Marselha. A sua fabricação diária era de 30.000 tijolos e 25.000 telhas<sup>272</sup>.

#### - Argamassa

A argamassa de barro, uma técnica mais colonial, era o principal aglutinante utilizado na região para o reboco e o assentamento das paredes. O revestimento das paredes era feito com três demãos, sendo a primeira demão, anteriormente, feita com esterco animal e areia. Já as seguintes demãos eram feitas com areia e cal, retirada de conchas e mariscos ou do óleo de peixe, em geral de gorijuba. Já a argamassa moderna somente foi possível com a utilização de cimento como aglutinante. O cimento *Portland*<sup>273</sup> foi uma das inovações tecnológicas da Revolução Industrial, introduzido no Brasil por meio de importações no final do século XIX, substituindo o uso do barro na construção de paredes. Mas, com a mistura de argamassa de gesso, cal, areia fina de pó de mármore e água era possível moldar os elementos decorativos da fachada, chamados de estuque.

<sup>270</sup> O tijolo angular, com 6 e 8 furos cada um, é o mais empregado, não só pelo tamanho e forma, que diminua a mão de obra, como também porque pela sua manufatura já com os referidos tubos de ar, são os mais apropriados aos rigores do nosso clima. MONTENEGRO, 1908, p. 329-331.

<sup>271</sup> Em Belém havia as olarias: Landi e Santa Rosa de Caetano Landi, Arapiranga de Silva e Santos, Cerâmica de M. L. Souza, Una de João Lobo, Una de Moreira e Ribeiro, Redemptor de Manoel Caetano, Itacuam de Barthol e Guerreiro, Itacuam-miry de Francisco Miranda, Olinda de Gama e Silva, e Val de Cães de J. Araújo. *Ibid.*, p. 239.

<sup>272</sup> CACCAVONI, 1900, p. 27-8.

<sup>273</sup> Este tipo de cimento é resultante da queima de pedras calcárias e argila que se transforma num pó fino e que não se dissolve na água. Ao secar, a mistura, tornava-se tão dura quanto as pedras empregadas nas construções. A mistura foi patenteada em 1824 pelo construtor inglês Joseph Aspdin. A mistura recebeu esse nome por apresentar cor e propriedades de durabilidade e solidez semelhantes às rochas da ilha britânica de Portland.

### - Azulejos e ladrilhos

Embora, desde o século XVIII, já se utilizasse azulejos nas fachadas das casas belenenses, os azulejos encontrados no período em questão representam uma evolução na qualidade desses produtos. A maioria dos *novos* azulejos era de origem portuguesa e de fabricação industrial, mas também se importava, menos freqüentemente, azulejos da França, da Alemanha e da Espanha<sup>274</sup>. Esses azulejos eram fabricados em diversas técnicas, as mais utilizadas eram a estampilha<sup>275</sup>, o relevo e a decalcomania<sup>276</sup>, como podemos verificar:

De um modo geral analisa-se que em Belém, os azulejos brancos eram usados em túmulos, em banheiros e em áreas de serviço e os azulejos coloridos usados na decoração de fachadas e pátios residenciais. Em Belém no bairro da cidade velha ainda encontram-se belíssimos azulejos em algumas fachadas de casas e sobrados. Os azulejos encontrados são do tipo mais comum de forma quadrada, com dimensões de 13 x 13 e 14 x 14cm, sendo que as técnicas encontradas foram a de estampilha, decalcomania e relevo.<sup>277</sup>

O azulejo era considerado um produto altamente higiênico por ser lavável e bastante durável, sendo aconselhado para o revestimento de ambientes que oferecessem risco à saúde familiar, como os banheiros e as cozinhas. A utilização do azulejo nas fachadas também ajudava na manutenção da casa, pois as tintas esmaeciam com as chuvas.

Já os ladrilhos, ao contrário dos azulejos, eram considerados menos resistentes, pois não recebiam a aplicação de um esmalte protetor. Por este motivo, os ladrilhos eram destinados à parte externa da casa, utilizados em locais como varandas e pátios, ou ainda nos vestíbulos, área da casa onde entrava a poeira da rua. Os ladrilhos, em geral, tinham o formato quadrangular com dimensões de 20x20cm, com desenhos decorativos em duas tonalidades de cinza, devido o uso de cimento em sua fabricação. Mais tarde, com a adição de corantes na sua fabricação, isto permitiu a aplicação de mais cores em seus desenhos.

### - Folhas e fibras

A *exuberante* flora da região amazônica permitia a utilização de folhas e de fibras naturais na construção de casas pelos seus habitantes. O material mais utilizado era a

<sup>274</sup> “De acordo com a pesquisa feita em documentos fornecidos pelo IPHAN (1992) a mais antiga de importação de azulejos para Belém que foi encontrada é do ano de 1855, pelo navio ‘Augustine’ para a firma Almeida Irmão e Cia Ltda. A mesma pesquisa registra também, em anúncio na ‘Província do Pará’ de 21/01/1911, a Oficina de S. João de Manuel Pedro e Cia, estas oficinas colocavam à venda entre outros materiais de construção, azulejos franceses e portugueses”. AMARAL, Carmen. *Azulejaria portuguesa em Belém-PA: história, estética e significado*. Monografia (conclusão de Curso de Graduação em Educação Artística). Universidade da Amazônia. Belém, 2002, p. 35.

<sup>275</sup> A estampilha é um processo semi-industrial que consiste na colocação sobre o azulejo de uma máscara recortada (em papel ou placa metálica) com o desenho a reproduzir. O motivo era pintado à trincha e o número de cores variava conforme o número de máscaras. Em muitos casos, podemos identificar esta técnica através dos vestígios da trincha no azulejo.

<sup>276</sup> A decalcomania é um tipo de azulejo estampado, cuja decoração da superfície é vidrada através da utilização de uma estampa ou de decalque. Uma técnica também utilizada em louças.

<sup>277</sup> AMARAL, op. cit., p. 34.

palha<sup>278</sup> - folha seca retirada de diversas palmeiras, em especial a de paxiúba, de buçu, de açai e de babaçu, dentre outras, sendo que sua maior utilização era na construção de coberturas, e mais raramente utilizada como parede de vedação na construção das casas. Para a confecção das coberturas, as palhas eram trançadas e depois amarradas em esteios de madeira ou nas próprias raques (nervuras) das folhas de palmeiras, servindo como ripas. Em alguns casos, utilizava-se a envira ou embira, como se fosse uma corda para amarrá-las. Com a ampla utilização deste tipo de cobertura nas casas populares, essas casas foram comumente chamadas de palhoças. Neste caso, a palha, um material frágil e perecível, teve a sua utilização totalmente proibida pela legislação municipal de Lemos.

### - Tintas e pinturas

Conforme explica Castro, a base das tintas continuaram sendo as mesmas que as tintas utilizadas nas casas coloniais: a água e a cal, mas, foram introduzidos pigmentos vegetais em sua composição, o que permitia o uso de novas cores. Para a fabricação de tintas e vernizes eram extraídas algumas substâncias de madeiras da região amazônica, como é o caso da goma retirada do jatobá, usada na composição de vernizes. A pintura das casas era feita com aplicação direta das tintas nas paredes. Nas fachadas, utilizavam-se diferentes cores gradativas, sendo as cores mais fortes utilizadas no barramento e as mais claras no coroamento da casa. Também se usavam diferentes cores para as esquadrias e para alguns detalhes arquitetônicos. Já nos gradis, utilizavam-se cores mais sóbrias, como o cinza-platina ou o chumbo. As madeiras também poderiam ser caiadas, mas, em geral, eram pintadas à cola, têmpera ou óleo, como o de mamona, de peixe ou de linhaça<sup>279</sup>. Contudo, a pintura da casa esmaecia com a ação da chuva, e, por isso deveria ser quase sempre renovada em virtude do cumprimento da legislação municipal<sup>280</sup>.

Mas, no interior das casas, o morador com mais recursos poderia optar em utilizar papéis de paredes, com vários motivos, mas em especial os motivos orgânicos e florais, influenciados pelo *art-nouveau*. Ou ainda optar pela aplicação de pinturas especiais nas paredes de desenhos pintados à mão ou técnicas que imitavam o mármore, como, a

<sup>278</sup> “A palha, para ser boa, deve ser retirada do olho da palmeira. A tala é aberta com a mão e cada folha da palma ligeiramente cortada, para cair, na perpendicular. Cada palma de babaçu é colocada na horizontal, diretamente nos caibros, dispensando as ripas, e amarrada com embira. O telhado de babaçu resiste de quatro a seis anos, mas tem o inconveniente de pegar facilmente fogo.” THIÉBLOT, 1977.

<sup>279</sup> CASTRO, Márcia. *Eclitismo em Manaus*. Disponível em [http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie\\_memoria/47\\_eclitismo1.php](http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/47_eclitismo1.php). Acesso em: 10 jul. 2006.

<sup>280</sup> Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, Art. 28.º — Os proprietários têm obrigação de manter em bom estado as fachadas dos prédios, quer em relação ao emboço e reboco, quer quanto às pinturas, podendo ser intimados pela Intendencia a executar os reparos de que as mesmas carecerem. BELÉM. 1904, p. 23.

escaiola<sup>281</sup>. Uma outra opção era a aplicação de roda-teto com motivos decorativos, pintados à mão ou com ajuda de moldes e gabaritos, cuja técnica era chamada de *stêncil*.

#### - Telhas cerâmicas e de fibrocimento.

A produção de cerâmicas nas olarias de Belém introduziu a utilização de telhas cerâmicas nas coberturas das casas burguesas. Segundo Derenji, a fabricação de telhas seguia vários modelos, como, por exemplo, as de Marselha ou francesa e canal. A compra destas telhas poderia ser feita por meio de importação de países da Europa, como Portugal e França. Algumas das olarias locais vendiam as telhas para outras cidades brasileiras, como é o caso do Ceará, que chamava as telhas francesas de telhas do Pará.<sup>282</sup> Uma outra opção era a inovação das telhas planas de fibrocimento, da marca Eternit, importadas ao Pará a partir de 1903<sup>283</sup>. A utilização dessas telhas também poderia formar mosaicos com a ardósia, sendo utilizadas mais em prédios públicos e palacetes.

#### - Ferro

O uso do ferro na arquitetura somente foi possível com as inovações tecnológicas introduzidas pela Revolução Industrial, e que permitiu sua larga produção, assim, promovendo o barateamento deste produto<sup>284</sup>. Já na metade do século XIX, com a indústria do ferro consolidada, a sua aplicação se daria em diferentes escalas de projetos. Contudo, este material permanecia escondido nas estruturas das construções ou apenas utilizado em elementos mais discretos, como ferrolhos, maçanetas, dentre outros artefatos.

\* \* \*

Neste caso, ao destacarmos os principais materiais e técnicas utilizados na *Belém da belle-époque*, podemos observar que talvez o Governador Montenegro<sup>285</sup> estivesse correto em dizer que o *grosso* da construção das casas - no sentido de se edificar em Belém - era feito

<sup>281</sup> Técnica de marmorização com pintura especial em gesso e cola.

<sup>282</sup> CASTRO, 1987, p. 240 apud DERENJI, 1998, p. 115.

<sup>283</sup> “Nas coberturas das casas emprega-se vulgarmente a telha convexa comum ou a telha chata denominada ‘telha francesa’ ou de Marselha. Já está sendo introduzida de 3 anos a esta parte, uma telha completamente chata, muito elegante e que exige armações menos solidas e pesadas: é a telha chamada ‘fibrociment’. O telhado coberto com essa telha é econômico e vistoso, porque são de 2 cores, branca e vermelha, e colocados alternadamente, como mosaico, é de lindo aspecto”. MONTENEGRO, 1908, p. 329-331.

<sup>284</sup> “[...] A novidade consistia na quantidade que agora era oferecida no mercado, graças ao barateamento do custo de sua produção. Sua utilização na fabricação dos mais diversos utensílios e máquinas fez despertar a especulação em torno de suas potencialidades estruturais e sobre sua capacidade de substituir, com vantagem, outros materiais até então utilizados [...]. A industrialização acelerou o processo de urbanização. Com isso, a construção de edifícios para abrigar funções novas e tradicionais foi uma atividade que recebeu grande impulso, a partir de fins do século XVIII, e se acelerou por todo o século seguinte. DA SILVA, Geraldo. *Arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 13.

<sup>285</sup> As construções de casas no Pará, sobretudo na cidade de Belém, Capital do Estado, são feitas geralmente de pedra e cal. [...] Qualquer casa por pequena que seja, os seus alicerces são invariavelmente feitos de pedra e cimento, e as paredes geralmente são feitas de tijolo. A não ser o cimento e certa ferragem, nada importamos para a construção de nossas habitações ou edifícios. MONTENEGRO, op. cit., p. 329-331.

com maior parte materiais locais, como o barro, o tijolo e a argamassa, excetuando-se o cimento e os produtos em ferro. Mas, talvez, o correto seria afirmar que esses materiais também eram fabricados no Pará, visto que eles não eram a primeira opção dos construtores das casas burguesas. Nesse sentido, sempre houve uma maior preferência dos construtores pelos produtos importados, em especial materiais de acabamento<sup>286</sup>, e, por isso, tornou-se necessária a ampla importação de materiais, como azulejos, ornatos, dentre outros produtos, tornando a capital paraense uma ávida importadora de materiais de construções. Além do que, a própria Intendência Municipal, almejando a dinamização de seu projeto de modernização urbana, *consumiu* vários materiais importados, além de bens em ferro, como os quiosques e os postes de iluminação, sendo o ferro também amplamente utilizado na construção de prédios públicos, o que revela uma prática comum de aquisição de produtos importados para a construção civil em Belém.

#### **2.4.2 - Os elementos formam o conjunto: algumas referências sobre os principais elementos arquitetônicos na construção da casa moderna.**

As principais interlocutoras entre o espaço público e o privado<sup>287</sup> são as fachadas que compõem a volumetria das moradias. Nesse sentido, podemos perceber, por meio da construção das fachadas o quê os moradores queriam deixar passar do seu mundo privado para o espaço público, revelando uma relação de *dentro para fora*. Ao mesmo tempo, o Poder Público *invadia* o espaço privado dos moradores, introduzindo uma série de regras e medidas no espaço privado da casa, segundo uma teoria do bem estar *coletivo*, pois a saúde da casa e de seus moradores era capaz de interferir na saúde pública como um todo – uma ação de *fora para dentro*. “Assim, através da janela, a casa e a rua, o público e o privado interpenetram-se

<sup>286</sup> “Certamente, grande parte dos materiais ditos de ‘acabamento’ foi durante muitos e muitos anos importada, como os vidros, lisos lapidados, fosqueados, coloridos ou espelhados; como os vitrais de igrejas e palacetes; como as ferragens em geral; chapas de cobre para confecção de calhas e condutores; chapas de zinco, de ferro zincado, lisas ou onduladas; papéis de parede, lisos ou decorados em relevo estampado; telhas cerâmicas vindas de Marselha; arames e pregos galvanizados; cimento em barricas; ornatos e moldes de gessos [e louças]; tintas a óleo, ingredientes vários para a composição de massas de revestimento, de betumes para impermeabilização; manilhas vidradas; mármore variados, especialmente os de Carrara; mosaicos, ladrilhos e azulejos, brancos, decorados; aparelhos sanitários; tubos e canos para as instalações hidráulicas; peças, grimpas, grades, guarda-corpos, colunas de ferro forjado ou fundido e, incrível, madeira, mormente chamado de pinho-de-riga”. LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989b, p.36.

<sup>287</sup> “Os conceitos, sentidos e práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis. O processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem a um ocultamento de uma tensão e indefinição entre esses aspectos”. MATOS, Maria Izilda. *Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo*. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História*, Projeto História, São Paulo, n.13, jun. 1996, p. 130.

por meio de trocas permanentes”<sup>288</sup>. Para o Poder Público, essas intervenções eram necessárias em virtude de retirar aquilo que não estivesse condizente com a *Belém moderna*. Mas, se uma casa, para manter-se no núcleo central, tinha que se apresentar condizente com o projeto de modernização urbana. Então, o que era uma *casa moderna*?

Assim, com o propósito de se compreender os elementos que compõem ou deveriam compor volumetricamente uma casa *modernamente* idealizada, podemos, então, buscar a legislação municipal para verificar quais seriam os elementos que uma casa moderna deveria possuir. Nesse sentido, para que seja possível evidenciar esses elementos, podemos dividir a casa basicamente em três partes: o embasamento (a parte inferior), o corpo (a parte mediana) e o coroamento (a parte superior). Em cada parte desse conjunto, existem vários elementos arquitetônicos determinantes para a construção de sua forma física. Justamente são estes elementos que, ao mesmo tempo dão coerência ao partido arquitetônico, são capazes de promover algumas particularidades estéticas. Contudo, dentro de um conjunto geral, essas particularidades estéticas não interferem na *leitura* da unidade estilística da casa, daí, a casa permanecer passível de ser reconhecida dentro de um grupo, estilo ou tipologia arquitetônica.

Desta forma, destacaremos as principais partes que compõem a casa, mas em especial devemos ressaltar alguns artigos e/ou parágrafos que compõe Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904 que regula a construção e reconstrução de prédios urbanos - uma atualização do Código de Polícia Municipal. Assim, uma melhor compreensão sobre a noção de casa moderna prevista por esta lei nos permite analisar as casas que não estivessem condizentes com o projeto de modernização para que, dessa forma, possamos avaliar, no desenvolvimento desta dissertação, o quanto esta legislação municipal pode ter interferido ou não na construção das casas em Belém durante o período em questão.

#### a) Embasamento

Para se construir uma casa, antes de tudo, é necessário que se reconheça o tipo de solo do local da obra, pois ele influenciará na base da construção. A fundação pode ser superficial ou profunda, mas, durante o período em questão utilizavam-se apenas os alicerces superficiais, visto que as fundações profundas são soluções mais recentes. O alicerce, geralmente é construído em casas de alvenaria, devido à grande carga de sua estrutura no solo, e, de um modo geral, não são visíveis na fachada. A sua construção era executada com concreto ciclópico em baldrame, feito com pedras e barro (mais raramente, eram utilizados argamassa de cal). Após a construção do alicerce, levantam-se as paredes estruturais da obra.

---

<sup>288</sup> Ibid., p. 134.

Art. 14.º — O lado superior dos alicerces terá uma camada de alvenaria de pedra, com argamassa de uma parte de cimento e duas de areia.

§ Unico. — Não poderá ser inferior a 0m, 25 a espessura dos referidos alicerces n' aquella parte, que será emboçada.

Art. 9.º — Todos os edificios, qualquer que seja a sua natureza, devem satisfazer ás seguintes condições :

- a) — As paredes externas nunca poderão ser de estuque ou madeira e terão a espessura regulada pelas exigencias estheticas e de solidez da construcção;
- b) — A espessura das paredes projectadas poderá ser augmentada sempre que os funcionarios technicos da Municipalidade julgarem compromettida a solidez do edificio em construcção ;
- c) — As paredes divisorias entre um predio e outro terão a elevação de 0m,50 acima dos telhados;
- d) — São prohibidos os degraus de qualquer natureza fóra do alinhamento dado pela Intendencia.

Ainda na parte inferior da casa, em virtude da melhor aeração do imóvel, deveriam ser construídos os porões com aberturas de ventilação<sup>289</sup>, obedecendo as seguintes regras:

Art. 26.º — Todas as casas destinadas a moradia devem ter um porão, cuja altura poderá varia de 1m,50 a 3m, e que será munido de aberturas para o arejamento e ventilação, observando-se ainda o seguinte:

— Os porões, qualquer que seja a sua altura, terão um revestimento feito de argamassa, composta — ou de cimento e areia, ou só de areia, ou de pedra e areia, — podendo também ser de asphalto o mesmo revestimento, comtanto que a sua espessura não seja inferior a 0m,20;

Só poderá permittir-se a divisão dos porões em commodos se o pé direito fôr de 2m,50, no minimo, ficando entendido que a cubagem de ar de cada commodo deve ser, pelo menos, de 45 metros cubicos. Cada commodo disporá de janellas ou oculos, cujas áreas parciaes sommadas sejam eguaes á quinta parte da área do commodo a arejar;

A localização dos pilares do porão dependia da planta do nível superior, sendo a altura dos pilares variável entre 1,5 a 3m. Contudo, a Lei n. 362 de 10 de junho de 1903 seria mais determinante para a classificação de grupos de casas, pois regulamentava as respectivas alturas dos porões das edificações. Pelo Art. 1º da referida lei, a classificação dos prédios com porões com alturas seguintes eram de: 0,20 a 0,80m em térreos; 0,80 a 1,50m em meio-assobradados; 1,50 a 2,20m em assobradados; e os sobrados acima de 2,50m. Além do que, esta classificação serviria apenas para a cobrança da 10ª urbana.

As casas que tinham as paredes estruturais com materiais mais leves, como, por exemplo, a taipa e a madeira, e que não exerciam grande carga no solo, não tinham a necessidade a necessidade da construcção de alicerce. Essas casas apresentam o chão batido para promover maior estabilidade para a construcção. Em alguns casos, a base destas casas era

<sup>289</sup> Essas aberturas podem apresentar vários formatos. O mais comum são os óculos, formas circulares ou ovais ou seteiras com forma mais retangulares e com vários tipos de vergas.

construída com soalhos de madeira ou com um baldrame mais raso de alvenaria. Nestes casos, devido às paredes serem construídas direta ou praticamente no chão, não havia espaço para a construção de porões, muito menos dispunham de aberturas destinadas à aeração da casa.

b) Corpo da casa

Esta é a parte mediana da construção e que se refere aos pavimentos que podem compor uma edificação, além das esquadrias e do revestimento principal da casa. Neste caso, os pavimentos das casas tinham a sua altura estipulada em:

Art. 11.º — Os prédios poderão ser de um único pavimento térreo, assobradados ou com diversos pavimentos, conforme os desejos do proprietário, contanto que satisfaçam todas as exigências estéticas e higiénicas estatuídas n' esta lei.

Art. 13.º — Os diversos pavimentos dos prédios terão as seguintes alturas mínimas:  
Pavimento térreo ou 1.º pavimento, 5m;

2.º pavimento 4m,50;

Do 3.º pavimento para cima, 4m;

§ 1.º — Estas alturas serão tomadas entre a soleiras das portas e os forros.

§ 2.º — As partes do prédio destinadas a banheiro, copa, despensa, latrina e depósito, não poderão ter menos de 4 metros de altura.

As casas populares, em geral, não eram construídas seguindo as alturas do pé-direito estipuladas em lei. No caso, apresentavam um pé-direito variável, porém, não superior a 3m. Além do que, raramente tinham um segundo pavimento.

Já para as esquadrias existiam as seguintes recomendações:

Art. 9.º — Todos os edifícios, qualquer que seja a sua natureza, devem satisfazer às seguintes condições :

§ 1.º — Não são permitidas na fachada principal do edifício, até a altura de 3 metros, saliências superiores a 0m,15. Nenhuma sacada pôde ser construída com altura inferior a 5 metros.

§ 2.º — As aberturas das fachadas, seja qual fôr a sua natureza, guardarão as devidas proporções architectônicas.

§ 3.º — Em casos especiais, ou por exigências estéticas, poder-se-á prescindir da regra geral estabelecida no § anterior, contanto que a superfície de aeração não seja inferior a um quinto (1/5) da área do aposento a arejar e a illuminar.

Art. 27.º — Nenhuma porta ou janella, no pavimento térreo dos prédios e muros situados nos alinhamentos dos logradouros públicos, poderá abrir para estes seus batentes, vidraças, caixilhos, venezianas, cancellas, etc

Art. 29.º — Não será permitido:

– O uso de madeira nas neças, hobreiras e, em geral, no quadro da fachada de prédios que derem para a via pública, embora sejam estes recuados de alinhamento;

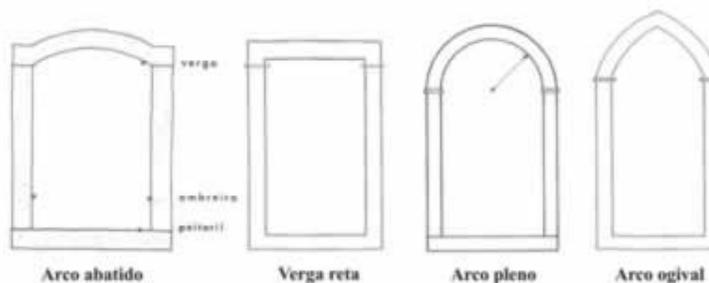
Construir meias águas na linha da rua; Empregar o pinho na construção de prédios;

Construir beiral de telhas, quer no alinhamento, quer fóra do alinhamento, exceptuado o caso da architectura especial de certos edifícios, ficando o projecto respectivo sujeito á especial aprovação da Intendencia.

Além dessas recomendações, as esquadrias das casas burguesas normalmente eram construídas com madeira e depois pintadas. De um modo geral, as portas eram de *abrir*

com duas folhas, e as janelas eram de dupla guarnição, sendo uma externa do tipo *abrir* em duas folhas, e as internas, em geral dobráveis de duas, três ou quatro folhas. Todas as esquadrias apresentavam diversas composições, ornamentações, podendo ser lisas, almofadadas, com venezianas, que melhor promoviam a aeração da casa e/ou vidros, que asseguravam uma melhor iluminação natural para a casa. Na maioria das casas, acima da porta principal havia uma abertura, chamada de bandeira, algumas apenas vedadas com gradis de ferro, destinada à aeração da casa, e outras envidraçadas para a iluminação do vestíbulo.

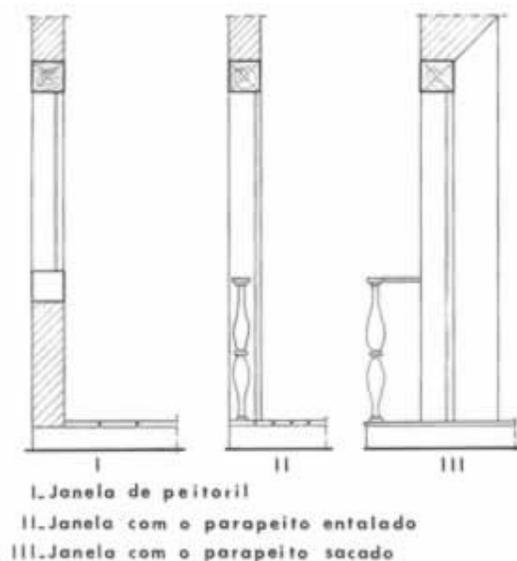
**Figura 20: Alguns exemplos de vergas.**



Fonte: VASCONCELLOS, 1979, p.111 (com adição de desenhos).

No caso, todas as janelas rasgadas eram protegidas por guarda-corpos construídos em diversos vários materiais, porém, o mais comum era a utilização de um gradil de ferro fundido ou guarda-corpo de pedra, com peitoril de ferro ou madeira. Nas janelas, onde o guarda-corpo aproveitava a própria estrutura da esquadria, tinha esse arranjo conhecido como sacada entalada. Em outros casos, onde os guarda-corpos eram *projetados* para fora da construção, são chamados de sacadas. Mais raramente, as casas belenenses tinham sacadas na fachada, em geral apenas localizadas no segundo pavimento. Não podemos afirmar ao certo, mas, talvez isto revele uma prática não muito comum em respeito à legislação municipal.

Figura 21: Exemplos de janelas. (II) e(III) janelas rasgadas.



Fonte: VASCONCELLOS, 1979, p. 31.

As esquadrias das casas populares não apresentavam um tamanho padrão, mas, praticamente seguiam as dimensões das casas de porta-e-janela. De um modo geral, podiam ser cobertas por um pano ou de ripas madeira, chamadas de janelas de escuro ou tampão. Mas, nenhuma janela, apresentava-se de forma *rasgada*, por isso, sem a presença de sacadas. As portas de madeira eram feitas de tabuado por travessas emalhetadas ou embutidas. Também não apresentavam a utilização de bandeira acima das esquadrias.

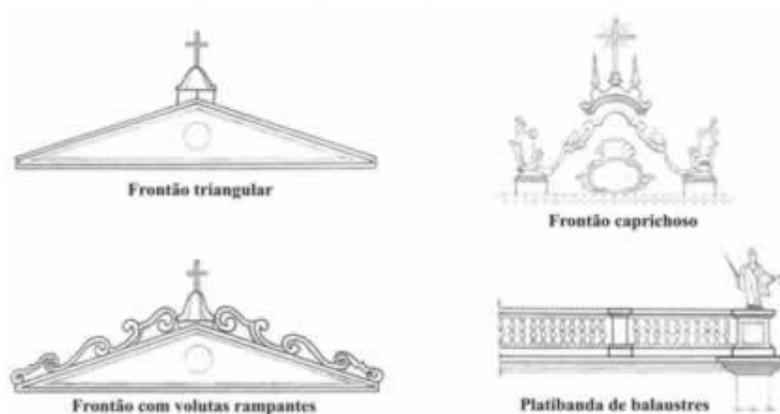
c) coroamento

Parte que é composta pelo conjunto da platibanda e/ou frontões, cobertura e cimalha. A construção de platibandas era uma obrigação estabelecida pela legislação municipal<sup>290</sup>, que tinha a função de evitar que as águas pluviais caíssem diretamente nas calçadas, além de não deixar o telhado à vista:

Art. 21.º — É completamente arbitrario o estylo architectural, uma vez observadas as regras d'arte, havendo o maximo cuidado em estabelecer as proporções das diversas partes componentes da construcção, isto é, as pilastras, cornijas, platibandas, etc.

<sup>290</sup> O Art. 76 do Código de Polícia Municipal determinava a construção de platibandas não casas que ainda não a tivessem construído (BELÉM, 1900, p. 45). Já a Lei n. 320 de 24 de março de 1902 prorrogava um novo prazo para a construção das platibandas (Id., 1902, p. 9-10). Mas devido à cidade ainda apresentar casas com beirais, a Intendência Municipal decretou a Lei n. 429 de 15 de março de 1906 que determinava um novo prazo para a construção de platibandas, frontões ou qualquer tipo de ornamentação arquitetônica em prédios com beirais. (Id., 1906, p.6-7.)

**Figura 22: Alguns exemplos de coroamento.**



Fonte: VASCONCELLOS, 1979, p. 65-6.

Mas, as platibandas, muito mais que um elemento de proteção, tornaram-se um elemento arquitetônico decorativo, e, por isso mesmo, podemos encontrar vários tipos de desenhos e formas. Nas casas mais modestas, era muito comum que a platibanda fosse construída com balaústres, quase sempre seguindo o prumo das pilastras da fachada. Ao contrário das casas mais suntuosas que, além dos desenhos e dos diferentes formatos da platibanda, colocavam em cima deste elemento conjuntos de vasos, pinhos, estátuas, louças e dentre outros elementos decorativos. Em outros projetos, como os dos chalés, respeitando-se o estilo europeu, onde não se utiliza platibanda, o acabamento da cobertura era feito com o uso de lambrequins - uma placa de madeira rendilhada. Mas, o lambrequim também servia para esconder a cobertura de outros componentes da casa, como, por exemplo, o alpendre. Nesse sentido, os beirados salientes e não protegidos (por platibandas) remetiam-se a uma tradição colonial, e, por isso mesmo, atrasada. O uso de materiais perecíveis na cobertura, como palha e madeira prejudicavam a salubridade da casa.

**Figura 23: Alguns exemplos de lambrequins.**



Fonte: VASCONCELLOS, 1979, p. 159.

Nesse sentido, o uso ou a falta de elementos ou soluções arquitetônicas foram determinantes para a diversidade, além das variações projetuais das formas de morar. Com isso, não podemos (nem pretendíamos) apresentar nenhum desenho ou imagem aplicada à *casa moderna*. A legislação municipal, em especial a Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, permitia diversas leituras para a construção da casa moderna, e, por isso mesmo, os construtores adequaram ou construíram as suas casas segundo seu *ideal* de moderno.

Assim, as diferentes leituras sobre uma mesma lei (ou sobre toda uma legislação municipal) possibilitaram que as casas apresentassem diferentes linguagens arquitetônicas. Por este motivo, podemos perceber que a *casa moderna* ou *casa ideal* tornou-se aquilo que seu morador conseguiu construir, por isso, a casa expressa *fisicamente*<sup>291</sup> a influência de todos os fatores externos (econômicos, sociais, técnicos, culturais, políticas públicas, artísticos, espaciais, entre outros) em sua construção, o que resultou em diferentes de morar, como veremos a seguir.

### CAPÍTULO III

#### *As formas de morar na Belém da belle-époque.*

##### **3.1 - As principais formas de (se) morar.**

Na *Belém da belle-époque*, evidenciamos que as casas passaram por uma grande transformação físico-construtiva, reveladas nas diferentes formas de morar. A casa é um documento, onde podemos ler os *fatores externos* expressos fisicamente em sua linguagem

<sup>291</sup> “Porque o espaço, se não pode determinar por si só a apreciação sobre o valor lírico, exprime, contudo, todos os fatores que intervêm na arquitetura, as tendências sentimentais, morais, sociais e intelectuais, e representa por isso aquele momento analítico da arquitetura que é matéria da história. O espaço está para a arquitetura concebida como arte, como a literatura está para a poesia; constitui prosa e lhe dá caracterização. [...] Principalmente porque no espaço coincidem vida e cultura, interesses espirituais e responsabilidade sociais. Porque o espaço não é só cavidade vazia, ‘negação de solidez’: é vivo e positivo. Não apenas um fato visual: é, em todos os sentidos, e, sobretudo, num sentido humano e integrado uma realidade vivida”. ZEVI, 2002, p. 217.

arquitetônica, e, por isso mesmo, passíveis de serem reconhecidas por seu partido arquitetônico ou estilo. Isto significa que elas também podem ser agrupadas por suas características arquitetônicas particulares ou específicas.

Assim, a partir deste princípio, dividimos as casas segundo suas características gerais. Levou-se em consideração, contudo, agrupá-las de acordo com os recursos de seu construtor em virtude das casas representaram, praticamente as mesmas condições físico-construtivas e sócio-econômicas, o que permite que as casas apresentem uma linguagem arquitetônica semelhante. Com isso, podemos *(re)construir* historicamente as formas de morar para que se revelem as características arquitetônicas e projetuais que compõem a diversidade habitacional em Belém no período de 1870 a 1910. Deste modo, dentro de cada grupo, analisaremos algumas das principais formas de morar, onde também devemos apresentar alguns estudos de caso para que seja possível uma melhor compreensão sobre as diferentes formas de morar.

Ainda assim, primeiramente, deve-se compreender de forma breve, mas esclarecedora, o modo pelo qual os moradores se apropriavam do espaço interno de sua casa. Grande parte das transformações nas formas de morar foi proporcionada ou motivada pela necessidade da introdução de novos hábitos modernos, e, por isso mesmo, as casas *aburguesadas* tiveram que se adaptar a esta modernidade, enquanto as casas populares continuaram a seguir as tradições mais *tapiocanas*.<sup>292</sup>

### **- O morador e a moradia: as necessidades básicas e as novas necessidades burguesas dentro da casa.**

A modernização das casas não significou apenas sua transformação arquitetônica externa, pois também ela significou a introdução de novos hábitos dentro da casa. Nesse sentido, alguns desses novos hábitos ou necessidades não estavam relacionados às necessidades básicas de uma moradia - isto se levarmos em consideração a casa como função de abrigo. As casas passaram a ser construídas internamente para desempenhar funções voltadas ao novo comportamento burguês, e, por isso, destacaremos o comportamento de famílias burguesas ou daquelas que tentavam aburguesar-se e que incorporaram esse novo comportamento em sua casa. Assim, os *novos* programas de necessidades<sup>293</sup> modificaram o espaço interno da casa para abrigar uma casa *reconhecidamente* moderna.

<sup>292</sup> Como já foi dito anteriormente, utilizamos este termo para designar as tradições regionalizadas das classes populares. Termo utilizado por Campos Ribeiro (2005).

<sup>293</sup> “De maneira tradicional o programa limitava-se a listagem dos ambientes e dos espaços, que integrados formariam a edificação. Com o processo de evolução metodológica o programa de necessidades passou a ser não

Neste caso, as transformações ocorridas no espaço interno da casa se deram, em primeiro plano, com a Revolução Industrial, que proporcionou a inclusão de novos materiais na construção das casas, como é o caso do vidro. A utilização desse material permitiu uma melhor iluminação natural para o interior da casa, e, com isso, o morador aproveitava o máximo de sua vida cotidiana com a luz diurna. Além do que, posteriormente, a luz a gás e a luz elétrica passaram a iluminar dentro da casa, o que também permitiu a criação de novos hábitos familiares. Segundo Carlos Lemos, a luz noturna propiciou aos familiares, após o término de uma refeição reunirem-se em volta da mesa da casa para conversar, costurar ou ler.

Assim, o próprio programa de necessidades alterou-se porque já se manifestava uma certa “civilidade” moderna que permitia o acesso de estranhos a essas reuniões já não mais íntimas. A verdade é que a luz abriu as salas de jantar, as “varandas” às visitas – os jantares sociais tornando-se moda a partir daí.<sup>294</sup>

Ainda assim, podemos observar que os novos hábitos *modernos e civilizados*, em suma burgueses, passaram a interferir no espaço privado do morador. Neste caso, a preocupação com a salubridade da casa, ou melhor, de uma casa *saudável*, fez com que o espaço privado da casa fosse *invadido* por regras e resoluções que afetariam na construção e na manutenção das casas como um todo, o que determinou:

As alterações na planta e no programa das casas dirigem-se no sentido de compatibilizá-las com os preceitos de salubridade e com a busca de privacidade. De um modo geral, a planta e o programa tendem a se alterar pela criação de áreas internas, recuos laterais e jardins, que permitam a abertura de janelas nos diversos cômodos e que separem a casa da rua e do vizinho. No Brasil na segunda metade do século XIX, foram aos poucos se difundido os recuos laterais –que, ampliando-se, foram aos poucos se convertendo em jardins – e o recuo frontal. Uma outra alteração importante da planta ocorrida no Brasil – embora limitada praticamente às casas de classe média e alta – diz respeito à introdução de porões.<sup>295</sup>

Nesse sentido, as casas passaram a incorporar novos cômodos e elementos, como, por exemplo, o porão, pavimento destinado à melhor aeração da casa. As *primeiras* casas de porão alto apresentavam uma altura suficiente apenas para prover a circulação de ar na edificação. Posteriormente, com a adoção de novas regras de altura, os porões puderam ser habitados, e em especial serviriam para a introdução de novos ambientes, como os quartos dos serviçais, mas também, destinado à área de serviço.

A prática de higiene corporal também interferiu no espaço interno da casa, pois era considerada de caráter público. Assim, as *casinhas* e *casas de banho* que, de costume

---

só a enumeração das dependências, mas também ‘o inventário de todos os requisitos materiais ou imateriais referentes ao âmbito instrumental e afetivo, em seus aspectos fisiológicos, psicológicos, sócio-culturais etc’”. LIMA, José Júlio; OLIVEIRA, Ana Cristina; PENNA, Cristina Maria. *O ecletismo na arquitetura residencial de Belém*. Monografia (conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará. Belém, 1986, p. 141-2.

<sup>294</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 45.

<sup>295</sup> CORREIA, 2004, p. 28.

estavam localizadas nos fundos da casa, passaram a ser incorporadas ao interior das casas como um só ambiente, devido ao alto custo dos materiais hidráulicos. Essa inovação *entrou* na casa seguindo uma série de recomendações construtiva-higiênicas para evitar a proliferação de doenças. O banheiro, em geral passou a ser localizado do lado da cozinha, próximo às áreas de lavagem de louças, onde se aproveitava a tubulação do reservatório familiar que armazenava a água da rede pública, diminuindo, desta forma, as despesas com o encanamento.

Ainda assim, grande parte das alterações introduzidas nas casas se deu pela incorporação de *novos* hábitos da elite gomífera para tornar a sua casa *moderna*. Isto significou, na prática, a introdução de uma parafernália de novos equipamentos, utensílios e objetos decorativos, nos vários cômodos. Para a cozinha, eram importados jogos de louças, chaleiras, bandejas, enquanto na sala poderíamos ver relógios de parede, cristaleiras, quadros, móveis e até mesmo pianos. Assim, a casa passou a seguir um excesso decorativo “próprios de uma nova qualificação social. Alguém mesmo chegou a dizer que naquele tempo trocou-se o ‘útil elo fútil’”<sup>296</sup>.

Neste caso, podemos dizer que a relação de cômodos e objetos estava diretamente ligada à noção de riqueza desta sociedade. Esta prática se refletiu no programa de necessidades, como consequência da espacialização das atividades das novas necessidades burguesas, como podemos evidenciar:

A programação de necessidades certamente não se reduz a uma simples lista de dependências solicitadas ou oferecidas ao usuário, cujas expectativas deseja-se satisfazer. Há de se entender como essas acomodações devem se justapor e quais as características de cada uma delas. Nisso, estão subentendidos critérios de circulação interna.[...] Os condicionantes culturais antigos,[...] talvez remotamente ligados aos costumes mouros, determinavam uma segregação dos aposentos familiares, não só das camarinhas de dormir, mas de toda a zona de estar íntima, livrando-as dos olhares e convívio de estranhos, a quem destinavam-se somente as salas da frente.<sup>297</sup>

A nova organização das casas seguia uma setorização dos espaços, divididas em área: social, íntima e de serviços. Com isso, a circulação interna da casa se definiu, basicamente em duas áreas: um corredor na área social e outro mais familiar. Na área íntima, porém, ambos tinham o seu começo ou fim determinados pela varanda. Nas casas de famílias mais ricas e que apresentavam maior número de cômodos, a circulação nestas casas tornou-se muito mais especializada, propiciando a criação de novos ambientes para a casa, pois:

A outra novidade programática trazida pelos arquitetos eruditos do ecletismo foi a definição de novos critérios de circulação dentro da casa. Agora, a residência de gente fina havia de proporcionar total independência entre as três zonas da casa: as

<sup>296</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 46.

<sup>297</sup> Ibid., p. 77.

áreas de estar, de repouso e a do serviço deveriam estar distribuídas de tal maneira que se pudesse ir uma delas à outra sem que fosse necessário passar pela terceira. Essa exigência fez surgir uma nova dependência na casa burguesa o vestíbulo, distribuidor dos passos. Através dele ia-se diretamente aos dormitórios sem que a sala ou demais dependências servissem de passagem. E a casa seria realmente bem planejada se, além dessa distribuição, houvesse também uma comunicação direta entre a sala de jantar e a zona da cozinha.<sup>298</sup>

Como podemos observar, a setorização da casa foi determinante para a organização e a distribuição espacial interna das casas. Mas, deve-se levar em consideração que, nas casas das famílias mais ricas, os projetos das casas se ajustavam às *novas* necessidades de seu morador, e, por isso mesmo, apresentavam soluções projetuais mais complexas. Além do que, essas casas já apresentam uma *medicalização*<sup>299</sup> em seu espaço privado, o que revela uma íntima ligação com a arquitetura erudita que já aplicava os *modernos* preceitos de higiene. Nesse sentido, as casas de famílias com menos posses tinham projetos mais simplificados, refletindo um programa de necessidades mais *básico*, porém, seguindo características aburguesadas com a introdução de hábitos modernos. Assim, podemos percebermos que:

As exigências de caráter social foram definidas anteriormente como as necessidades do grupo social a qual pertence. As exigências de caráter pessoal devem satisfazer as necessidades e aspirações de cada indivíduo, que determinam o tipo de atividade que será desenvolvida em cada ambiente. Estarão estabelecidas [desta forma] as reações entre o usuário e o espaço arquitetônico criado para desenvolver suas atividades. No período da borracha surge com o ecletismo um novo zoneamento das atividades na habitação, trazendo novos hábitos, mas descontraídos e informais.<sup>300</sup>

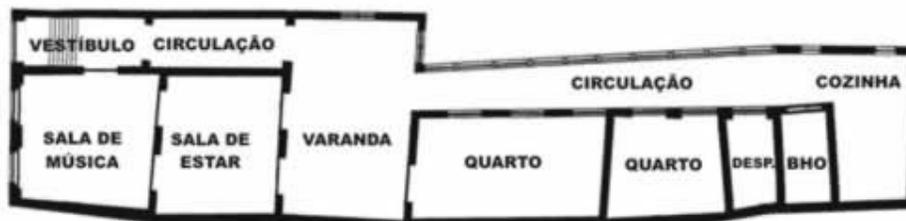
As casas com características *aburguesadas*, as quais nos referimos anteriormente, são conhecidas como *puxadas*, cujo projeto denota uma tentativa da construção de uma casa *ecleticamente* burguesa. Neste caso, para melhor evidenciar a setorização e a distribuição espacial dos cômodos das casas aburguesadas, utilizaremos como exemplo o esquema projetual das *puxadas*, pois essas casas representam as características essenciais de que uma casa burguesa deveria dispor. Essas casas apresentam um projeto mais uniforme, o que permite uma melhor compreensão sobre o programa de necessidades dessas famílias que passaram a incorporar os novos hábitos modernos dentro de sua casa.

<sup>298</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 52.

<sup>299</sup> “Neste movimento, o interior da casa foi medicalizado e penetrado por uma racionalidade nova, que modifica seu projeto e uso, separando e classificando funções, ordenando clareando, iluminando e arejando ambientes. A intervenção da casa dá-se através de redefinição da planta o programa, da introdução de novos materiais e técnicas construtivas, da difusão de utensílios e mobiliário inéditos, da ligação das residências às recém-construídas redes públicas de abastecimento de água e esgotos.” CORREIA, 2004, p. 28.

<sup>300</sup> LIMA et al., 1986, 141-2.

**Figura 24: Planta esquemática de puxada.**  
Residência localizada na Trav Alenquer, 168.



Fonte: HANDALS et al., 2002.

A área social da casa, localizada na parte da frente do imóvel, era composta pelos ambientes que denotavam maior circulação e integração da casa, como o vestíbulo, as salas e a varanda. O vestíbulo, uma inovação moderna, era o compartimento por onde os moradores adentravam em sua residência e que estava localizado entre a porta principal e a escadaria que dava acesso ao corredor da casa, promovendo a melhor circulação interna da casa.

As casas ecléticas apresentavam diversas salas com diferentes funções, pois, algumas delas apresentavam-se bastante especializadas, em especial as casas das famílias mais abastadas, visto que o maior número de dependências, significava a ampliação das novas necessidades da família burguesa, o que, para eles, era um sinônimo de riqueza. As salas imprescindíveis no projeto de uma casa eclética eram as salas de estar e jantar, ou ainda, a sala de música. Mas, a sala de estar, localizada próxima ao vestíbulo, era a única sala que tinha acesso direto à rua por meios de sacadas ou janelas, e, por onde, a família costumava se *apresentar* à sociedade.

Emília logo calculou que duas janelas cabiam à sala de visitas, a terceira ao gabinete, onde ficaria o piano e os seus pensamentos de moça quando desejasse estar bem só, sem perder a distração da rua. Três janelas para a Estrada de Nazaré. Uma para cada Alcântara. Três janelas para os muitos bondes, pois por ali passava de ida e volta o trânsito grande da cidade, Cremação, Santa Isabel, Guamá, São Brás, Marco, o Sousa, as travessas, o Covões. Três janelas para os automóveis, o Círio de Nazaré, a parada militar, o Carnaval, os cortejos de casamento e funerais. Defronte da porta, a mangueirona solapava, com suas raízes, a calçada de lajes largas, enquanto jogava as mangas no telhado.<sup>301</sup>

A sala de estar tinha como função principal receber visitas, por isso, também era conhecida como *sala de viver* ou *de visitas*. Esta sala era o local da casa mais arrumado e decorado, pois era necessário que a família *mostrasse* o seu requinte às visitas. Desta forma, podemos perceber que sala de estar tornou-se o ambiente da casa que funcionava como o eixo entre o mundo público e o privado da família, como podemos observar:

É possível propor a idéia que a sala da frente – a que se poderia chamar **sala de visitas** ou **sala de receber** – compunha, em conjunto com a fachada da rua, a “vitrine” da casa e, assim, não poderia ser espaço de qualquer desordem, sujeira ou

<sup>301</sup> JURANDIR, 2004, p. 245.

feíura. Dessa maneira, de portas e janelas abertas, o proprietário de uma casa apresentava à cidade o seu lar e podia exhibir algumas de suas posses, dentre as quais a sua própria família. [...] Não havia, entretanto, apenas a vista lançada de fora para dentro da casa, essa que procurava receber o conteúdo da tal **vitrine**. Havia também o olhar lançado de dentro para fora, que, tal qual rua, observava enquanto deixava-se observar. Não era por menos que a sala de receber era o principal espaço físico de encontro entre a casa e a rua. Com efeito, o uso da sala, em sua condição de **vitrine**, era enriquecido por essa duplicidade olhares.<sup>302</sup>

Em contrapartida, as demais salas eram mais reclusas e destinadas à família, a não ser em ocasiões especiais, onde todas as salas eram abertas. As salas, por serem comunicantes entre si, permitia que a casa ganhasse um grande salão. Dessa maneira, a sala de jantar mais afastada dos olhares públicos, era o local destinado às refeições da noite, e, em geral apenas utilizada pelos familiares em ocasiões especiais.

As salas de jantar [...] ocupam toda a largura do prédio, com janellas para ambos os lados, o que as torna excessivamente frescas; o ar circula livremente e as refeições são feitas por isso em logar extremamente aprasível, embora ao sol, o calor seja muito forte.<sup>303</sup>

Nas casas onde havia a sala de música, estava localizado o piano da família. Por isso mesmo, este ambiente tornou-se o local destinado a se ouvir música e à realização de pequenos saraus. O piano era um instrumento musical bastante apreciado, pois era considerado um símbolo de modernidade e sofisticação.

Realmente, a mudança foi muito cedo, com extrema precaução, para que a Estrada de Nazaré não ficasse a par do verdadeiro estado social da família Alcântara. Só uma coisa foi tarde, pelas cinco: o piano. [...] A entrada na casa foi triunfal era, de fato, um piano de marca alemã, raro, nem mesmo visto nos leilões. E quando entrava, Emília aparecia na janela, com a displicente, até meio distraída, olhando para outros lados, como quem diz “ora, o piano...”. Mas espiou o movimento das janelas, seu jogo produzia efeito, o piano deu a qualidade da família que ali se instalava.<sup>304</sup>

Contudo, algumas casas não apresentavam uma sala separada para o jantar, e, assim, a varanda era o espaço destinado às refeições diárias. Mas, acima de tudo, a varanda era o espaço onde havia maior integração familiar, pois neste local a família se reunia para se distrair, conversar, em suma, para realizar atividades de lazer. Por isso mesmo, a varanda era o espaço mais utilizado pela família<sup>305</sup>. Se observarmos o local destinado à varanda, podemos perceber que a sua localização é estratégica, visto ser o ambiente que mais se integrava com as circulações internas da casa. Entretanto, as casas das famílias mais ricas tinham as plantas

<sup>302</sup> COELHO, André de Barros. *Moradia burguesa belenense no período da borracha*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura)-Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, p. 29, grifo do autor.

<sup>303</sup> MONTENEGRO, 1908, p. 331.

<sup>304</sup> JURANDIR, 2004, p. 310.

<sup>305</sup> “No meio da varanda, que dois candeieiros pendentes do teto alumiam, erguia-se a mesa, já preparada para o bródio [refeição], rescendente a refogados gostosos, entre ramos de flores fincados em pequenos jarros de louça ordinária, sobre a grossa toalha cuidadosamente lavada”. CARVALHO, 1989, p. 107.

mais especializadas e, raramente, tinham esse compartimento com esta função específica na residência.

Na parte mais reservada da casa, havia uma outra circulação interna que integrava os espaços mais íntimos da casa com a área de serviço. Em casas geminadas, os corredores das duas casas ficavam paralelos ao corredor vizinho para que, desta forma, fosse aumentado a área de ventilação e iluminação das casas. Esses corredores eram separados por muros com uma altura que impedisse os olhares dos vizinhos sobre a vida domiciliar. E, este tipo de circulação também foi uma das inovações adotadas no projeto da casa, como podemos ver no trecho a seguir:

O corredor, partindo da sala e levando aos fundos, dava entrada para os vários quartos, a cozinha e o banheiro, que constituía, ainda nesse tempo, verdadeira inovação. A iluminação e o arejamento das casas eram feitos por meio de pátios e corredores laterais estreitos, geralmente com um metro de largura, apenas suficientes para permitir o movimento das folhas externas das janelas e o avanço dos beirais. Esses corredores e pátios constituíam também novidades e sua introdução era possível graças aos recursos técnicos disponíveis – aos quais já tivemos oportunidade de nos referir – tanto para a organização dos telhados, muito mais amplos e a custo acessíveis, como para a condução das águas e esgotos para a rede coletora.<sup>306</sup>

No setor íntimo da casa, estavam localizados os quartos e/ou alcovas. Os quartos poderiam apresentar diferentes usos, destinados para dormir, costurar, vestir, dentre outros. Em muitos casos, as famílias chamavam os quartos de dormir também de alcova. Mas, em geral, as famílias costumavam se referir aos aposentos para dormir que tinham janelas de quartos, e os aposentos, em grande parte sem nenhum tipo de abertura de alcova<sup>307</sup>. Outra diferença apontada André Coelho, era que as alcovas, em geral, estavam localizadas na parte da frente da casa entre as salas de estar e jantar, na área social da casa. As alcovas eram destinadas ao chefe da família, ao contrário dos quartos, que serviam para outros familiares<sup>308</sup>. Isto demonstra a posição privilegiada da alcova que ficava localizada próxima à varanda. Além de preservar o controle da casa, da alcova era possível se enxergar quase todos os cômodos da casa, filtrando aqueles que adentravam a residência.

Entre a área íntima e a de serviços, ficava localizado o banheiro. Este cômodo era um espaço que deveria seguir severamente as condições de higiene e limpeza para que não

<sup>306</sup> REIS FILHO, 2000, p. 170.

<sup>307</sup> “A idéia da necessidade de ventilação dos ambientes conduzia críticas à alcova e à recomendação de sua substituição por quartos com janelas, que permitissem a renovação do ar, mesmo quando fechadas. Aconselhavam-se, neste sentido, medidas como a reforma das casas pela abertura de pátios descobertos junto aos quartos e o uso de venezianas e de um pequeno vão gradeado sobre as janelas. Outros recursos técnicos então difundidos para garantir o arejamento foram o uso de tubos de ventilação, de respiradouros, de forros perfurados, de paredes ocas e de saídas de ar no telhado, através de lanternas, chaminés e clarabóias”. CORREIA, 2004, p. 29.

<sup>308</sup> “Surpreendeu-o aquela conversação entre as quatro mulheres na alcova, sentadas na cama do casal”. JURANDIR, 2004, p. 31.

prejudicasse a saúde dos moradores<sup>309</sup>. Para isso, era necessário que fossem revestidos com cerâmicas, além de ter aberturas para o arejamento do ambiente, evitando-se, assim, a umidade. Em algumas casas também existiam lavabos, que, na verdade, nada mais eram que apenas lavatórios, e grande parte deles estava localizado na varanda ou no corredor da casa.

Já na parte dos fundos da casa estava localizada a área de serviço, onde também ficavam as despensas e os depósitos. A cozinha era o espaço destinado à preparação das refeições, e, por isso, deveria ser um ambiente bastante arejado e iluminado. A sua localização na parte mais afastada da casa, era para evitar que o fogão liberasse calor ou fumaça para dentro. Em alguns casos, a cozinha e área de serviço estavam localizadas no porão da casa, onde se encontravam as dependências dos criados, retirando-se, desta forma, o setor de serviços do pavimento principal da casa. Esse novo jeito de preparação das refeições era realizado da seguinte forma:

A comida seria levada à sala de jantar por meio de monta-carga ou através de estreita escada que ia desembocar em uma salinha pedantemente denominada, em francês, de *service*. Seria uma ante-sala se serviço de onde seriam oferecidas as refeições. Essa moda não pegou. Logo apareceram casas com duas cozinhas – a do porão e a superior.<sup>310</sup>

Algumas dessas casas tinham o quarto de empregada, na maioria das vezes localizado nos porões, visto que, dentro da casa, somente os criados mais antigos, que dispunham da confiança dos patrões, possuíam quartos próximos às dependências dos patrões para que, desta forma, estivessem mais disponíveis para servir.

Nos fundos da casa, encontrava-se o quintal. Para a população das classes média e baixa, o quintal era o local destinado à realização de algumas das tarefas domésticas, como lavar e estender roupas, ou ainda, em alguns casos, onde também estavam localizados os fogões ou fogareiros mais rústicos. Além do que, por estarem próximos das cozinhas, era comum que houvesse uma janela comunicante entre esses ambientes, por onde eram passadas as louças lavadas para um jirau e por onde também era jogada a água utilizada na cozinha, devido à inexistência de tubulações de esgotos.

O quintal era um local bastante arborizado, em geral com árvores frutíferas, e que, para André Coelho, também se tornou um espaço de convivência da vizinhança, pois nele as

---

<sup>309</sup> Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, Art. 31.º - Todos os predios serão providos de latrinas, situadas em logar apropriado, dentro dos mesmos, a juízo da auctoridade sanitaria municipal. § Unico. – As sentinas possuirão os requisitos infra: – Cobertura em nível diferente dos demais commodos, se fôrem construidas fóra do predio; - Canalização perfeita, com as juntas hermeticamente fechadas; - Chaminé para o escapamento de gazes, partindo da corôa do syphão, com o diametro minimo de 0m,30 e abrindo acima do telhado, sem prejuizo ou perigo para os habitantesdo predio vizinho; - Syphão hydraulico e caixas automaticas de duas descargas por hora, afôra a lavagem permanente. BELÉM, 1904, p. 23.

<sup>310</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 52.

donas-de-casa conversavam com as outras mulheres, além de ser um local para as crianças brincarem. Mas, o quintal também se tornou o local da criação de animais e do cultivo de pequenos roçados e hortaliças para a alimentação da família, devido a distância do mercado. Conjugada a antigos hábitos de morar, como, por exemplo, a criação de galináceos, porcos e o cultivo de hortas, roçados e frutas para consumo próprio, permitia que essa população buscasse alternativas de sobrevivência, não só pela distância, mas também pela possibilidade de ganho com esse abastecimento informal e localizado. Mas, “Isso só era possível, porque a mercantilização do espaço urbano e suburbano viabilizava uma ocupação espacial horizontal onde os quintais tinham presença marcante. Ele não era só um complemento a casa. ‘Fazia parte dela.’”<sup>311</sup>, como podemos observar nos registros seguintes:

Uma grande chuva de luz solar deslizava pelo espaço, caía naquele modesto quintal de casa de família da mais extrema pobreza. As largas folhas de alguns mamãozeiros ali plantados rumorejavam surdamente, embatidas pelo vento fresco do meio-dia. Vozes de vendedeiras de açaí erguiam-se da estrada, encontravam-se no ar com os cantos melancólicos dos galos, fazendo ao longe um agradável contraponto. Borboletas doidas vagueavam pelo ar, pairando sobre a cerca de acapu, onde grandes e redondas teias de aranhas cintilavam com várias cores fortes, ao transmitirem a luz do sol através dos seus tênues filamentos cendrados. E, apesar disso, um silêncio de tumba parecia ir empolgando toda a natureza, reduzindo-a pouco a pouco à tranqüila inação de um sono pesadíssimo. Era a aproximação dessas pacíficas horas de sesta, em que as estradas paraenses embrenham-se na mais profunda pacificação, no mais absoluto repouso.<sup>312</sup>

.....  
O abacateiro entanguido, a velha goiabeira e as varas de secar roupa enchiam o quintal escasso e atolado nas baixas do fundo.<sup>313</sup>

.....  
No quintal, as frutas apodreciam ou alguma caindo na rua, já podres, serviam de bolas para as crianças. O quarteirão vivia cheirando de goiaba, manga, abacate e sapotilha.<sup>314</sup>

Todavia, nos quintais, o morador também deveria seguir regras impostas pela legislação municipal:

Lei n. 378, Art. 19.º— Não é permitido dentro do perimetro da cidade, nas casas de habitação, ter criação de porcos, coelhos, etc., salvo autorização especial da Intendencia, estabelecendo as condições a que os proprietarios se devem sujeitar para impedir incommodo ou contagio de molestias aos vizinhos.<sup>315</sup>

.....  
[...] outrossim que continua a pratica abusiva de serem constituídos em coradoiros de roupas lavadas diversos trêchos de ruas e praças publicas e, finalmente, que grande numero de proprietarios de predios e terrenos deixam de trazer convenientemente assejadas as frentes ou passeios de suas propriedades, chamo para semelhantes infrações a atenção dos agentes da fiscalização municipal, certos de que lhes cabe

---

<sup>311</sup> COSTA, 1999, p. 115.

<sup>312</sup> CARVALHO, 1989, p. 59.

<sup>313</sup> JURANDIR, 2004, p. 45.

<sup>314</sup> Ibid., p. 150.

<sup>315</sup> BELÈM, 1904, p. 18-27.

grande responsabilidade, deixando de aplicar as penas que a lei comina para taes casos.<sup>316</sup>

Desta forma, podemos perceber que os novos hábitos modificaram o planejamento interno da casa. Contudo, os moradores mais ricos utilizaram-se do preceito de modernidade para ampliar e especializar os cômodos da casa, definindo claramente a setorização e organização de suas necessidades. Enquanto os moradores com menos recursos construíam as suas casas com uma setorização mais tradicional, em geral, viam-se obrigados a obedecer aos novos padrões de modernidade em conformidade com a legislação municipal. “A casa e suas novas formas de acomodação doméstica tornaram-se prova das condições sócio econômicas de seus moradores.”<sup>317</sup>

Neste ponto, devemos concluir que, a partir do último quartel do século XIX, as casas brasileiras do ecletismo, principalmente as urbanas, tenderam a uma digamos “homogeneização” estilística “moderna”, com o total esquecimento dos partidos ditos tradicionais. No entanto, fosse qual fosse o figurino, os programas continuaram se definindo em dois grupos, aquele que mantinha vivos os velhos critérios de circulação da casa colonial e aquele outro que se distinguiu socialmente, adotando a circulação “francesa”, baseada no isolamento de cada uma das zonas da habitação. O primeiro grupo ficou mais atrelado à casse média baixa conservadora, ao proletariado. Segundo, à classe média ascendente e aos ricos.<sup>318</sup>

Assim, a partir de um melhor conhecimento sobre o funcionamento e as necessidades do morador, e, que se modificavam conforme sua estratificação social, podemos compreender mais facilmente como a organização da casa e as necessidades de cunho privado puderam influenciar na composição arquitetônica, visto pelas formas do morador em se apropriar do seu espaço privado e daquilo que ele queria tornar público por meio dos valores inseridos na construção das fachadas de sua casa.

### **3.2 - As formas burguesas de morar.**

As casas burguesas eram o próprio símbolo de modernidade. Aliás, nem casas elas eram chamadas, pois para as formas burguesas de se morar existiam diversas nomenclaturas que variavam conforme a utilização e o padrão da edificação. Para o lazer dos finais de semana, elas eram rocinhas, casas de veraneio, chácaras ou *chalets*. Na capital paraense, as casas burguesas apresentavam-se em casas assobradadas e/ou *apalecetadas*, mas também, algumas delas eram chamadas de *chalets*. Contudo, as casas burguesas mais preponderantes na paisagem urbana de Belém eram os palacetes. Estas residências tinham *nome próprio*, pois

<sup>316</sup> Rigorosa observância do Código de Polícia Municipal. 08 de agosto de 1\*\*\*. Fonte não identificada, p. 159 apud COELHO, A. 2006, p. 187.

<sup>317</sup> FUNDAÇÃO MÁRIO COVAS, 2004, p. 6.

<sup>318</sup> LEMOS, C., 1989a, p. 52.

eram *batizadas* com o nome de seu proprietário ou de sua família, e consideradas o orgulho da *Belém moderna*.

Destoando da regra geral, começam a surgir agora alguns poucos prédios, dos quaes salientarei um á avenida Independencia, junto ao edificio, em construçãõ, do instituto gentil Bittencourt e alguns outros á avenida São Jeronymo, entre Quintino Bocayuva e Generalissimo Deodoro. São poucos os encomios para os proprietarios e construtores d'esses prédios, que poderão servir, se não de modelo, ao menos de incentivo aos nossos bisonhos capitalistas e proprietarios.<sup>319</sup>

.....  
 Affirmar que os constructores dos prédios recém-edificados em Belém conseguiram divorciar-se da rotina seria ir muito além da verdade. Basta assignalar a notavel melhora, em materia de edificação urbana e os sensiveis esforços dos proprietarios e empreiteiros por acompanharem quanto possivel os desmarcados progressos da edificação estadual e municipal. Sob este ponto de vista de novo externo o meu justo orgulho, pois não hesito de classificar o evidente progresso da construcção urbana de effeito directo da propaganda por mim feita, annualmente. [...] Cuidar da bella, attrahente apparencia das fachadas dos prédios é, certo, uma preocupação merecedora de encomios, denota um bom-gosto evidente, que merece louvado.<sup>320</sup>

Neste caso, se havia uma diversidade na nomenclatura das casas burguesas, isto significa que essas casas revelavam uma complexidade projetual específica, mas, acima de tudo, estética. Com isso, podemos perceber que dentro da classificação das casas burguesas existiam casas com padrões construtivos variados, determinados pelos dos recursos do morador, o que se tornou determinante para a nomenclatura das casas burguesas urbanas.

Uma outra condição para tornar uma casa burguesa estava intimamente ligada à sua localização privilegiada nos bairros mais aristocráticos da capital paraense. Entretanto, as casas que ainda não apresentassem o luxo dos palacetes, mas que estavam localizadas nas áreas mais nobres, já eram consideradas com um *status* mais elevado. Essas casas eram construídas, em especial nas grandes e modernas avenidas, como por exemplo, Avenida Nazaré ou Avenida José Malcher, como podemos verificar:

Alfredo não confiava na mudança. Mas via nos olhos de D. Emília um tal desejo de mudar, uma tal esperança na casa! A gorda queria debruçar-se nas janelas da Estrada de Nazaré. Também ele numa das janelas, não faria o seu papel de morar, acima das suas posses, na Estrada de Nazaré?<sup>321</sup>

Para Emília, secretamente, aquela mudança era uma volta, sem cor política, do ostracismo. Era tomar contato com a sociedade, não mais por meio de um baile de cadetes, mas morando na Estrada de Nazaré. Era respirar aquele ar das ruas finas, Nazaré e São Jerônimo, fincar os cotovelos na almofada de forro bordadinho.<sup>322</sup>

O partido arquitetônico da casa burguesa *abusava* da utilização de produtos importados, mas tudo devidamente arranjado segundo os bons preceitos artísticos, e, por isso,

<sup>319</sup> LEMOS, A., 1903, p. 150.

<sup>320</sup> Id., *O Município de Belém – 1907*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1907 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908, p. 91.

<sup>321</sup> JURANDIR, 2004, p. 249.

<sup>322</sup> JURANDIR, 2004, p. 251.

havia um excesso *cuidadosamente* arrumado. Além do que, no espaço privado, eram seguidos *naturalmente* os preceitos de higiene<sup>323</sup>, visto o domínio das regras estético-sanitárias da arquitetura erudita européia. Neste caso, isto significou a difusão de novos hábitos de morar no interior da casa, o que promoveu um programa de necessidades mais complexo, especializando a casa em diversas funções com a introdução de novos ambientes, que pudessem denotar a estratificação social do morador, como é o caso da adoção de inúmeras salas, em especial, a de música.

Ainda assim, na capital paraense existiam residências com padrões burgueses que adotavam as inovações tecnológico-construtivas, além dos novos tipos de implantação, justamente, refletindo o desejo dos moradores de classe média alta em *fazer parte* da alta sociedade gomífera, inspiradas nos palacetes da *high-society* paraense. Essas residências eram casas assobradadas ou *apalacetadas*, o que revelava a transição entre as casas de porão alto e os palacetes, ou ainda, a *ecletização* dos sobrados coloniais, mais propriamente em referência às dimensões da edificação do que às suas características (que não eram nada) coloniais. Assim, optou-se em examinar, de forma sucinta, alguns exemplos de casas que evidenciem o *novo* morar burguês.

### 3.2.1 - Palacetes

As residências particulares em forma de palacetes, eram o maior símbolo de modernidade da riqueza da borracha. Em Belém, ainda se encontram vários exemplares de residências conhecidos pelo nome da família, mas, apenas uma parte dessas residências era conhecida como palacetes. Mas, então, o que faz essas residências palacetes?

Nesse sentido, podemos perceber que essas residências se assemelhavam ao próprio conceito que lhes batizava: um diminutivo de palácio. Afinal, essas residências eram muito mais do que *simples* casas burguesas. Os palacetes eram as casas almeçadas para enobrecer o projeto de modernização urbana de Belém, pois eram construídos com um altíssimo padrão de luxo. Mas, acima de tudo, essas casas eram pertencentes às famílias da elite paraense que contratavam um arquiteto para atender os seus novos *anseios* na construção de uma casa *modernamente* bela, o que significou a introdução não só tecnológicas no espaço interno da casa, mas, também, o consumo de um novo estilo de morar, inspirados em formas européias burguesas de (se) morar.

---

<sup>323</sup> “Graças à Isaura, contrataram dois portugueses para lavar a casa, tal qual como se fazia em Nazaré, em São Jerônimo, na Doutor Moraes, na Vila Bolonha. Era num sábado toda Belém, principalmente no Centro, se lavava, dava banho nos assoalhos. Nas casas ricas e arremediadas, eram portugueses que ensaboavam, esfrega, lava e enxuga as peças”. Ibid., p. 298.

As inovações tecnológicas invadiram essas casas, sobretudo no espaço privado, onde elas apresentavam projetos mais complexos e especializados, pois era *chique* que a casa tivesse um lugar para cada função. Era uma *nova* forma de morar, que expressava a riqueza do morar burguês:

Os palacetes eram a novidade rica, raramente térrea, propiciando quase sempre o “o morar à francesa” e procurando, sobretudo, uma quantidade muito grande de acomodações de modo que fossem evitadas, sempre que possível superposições de atividades e daí, o surgimento da “sala da senhora”, de “fumoir”, da sala de música, da biblioteca conjugada ao gabinete, do quarto de hóspedes no térreo, da sala de bilhar, da sala de almoço, do quarto da governanta e da cocheira ou da garagem; sobre as soluções mistas, reuniram todas as soluções arquitetônicas envolvendo habitações unidas a locais de comércio.<sup>324</sup>

Além do que, os palacetes tornaram-se a expressão máxima da arquitetura burguesa, tornando-se uma referência de riqueza e requinte para as classes menos afortunadas. Para o Poder Público, os palacetes eram um exemplo artístico do bom gosto e da higiene. E, para este tipo de residência que seguia todos esses preceitos, não era necessário cumprir *rigidamente* todas as exigências da legislação municipal. Afinal, os projetos seguiam um modelo europeu, e, por isso mesmo, era necessário respeitar as regras arquitetônicas do estilo adotado, não interferindo em sua arquitetura erudita. Um desses exemplos pode ser visto no acabamento nos telhados de vários palacetes que não apresentavam platibanda. Neste caso, algumas dessas coberturas eram inspiradas nos *chalets*, e caso houvesse alguma modificação projetual, isto comprometeria a arquitetura da residência. Mas, apesar disso, essas residências apresentavam algumas soluções mais adaptadas ao clima da região, como a utilização de varandas.

Na construção dessas casas, em geral, devido ao seu altíssimo padrão construtivo, utilizavam-se materiais importados de diversas origens. Viam-se, então, azulejos portugueses, alemães, em geral pintados à mão, além da ampla utilização de elementos arquitetônicos em ferro fundido, e, até mesmo, alguns detalhes banhados a ouro, utilizavam-se de pedras nobres, como o mármore e o granito, ou ainda, peças que recebiam uma pintura especial marmorizada, dentre muito outros produtos importados. Mas, também, via-se a utilização de alguns materiais regionais, com ampla utilização de acapu e pau-amarelo na confecção de pisos, formando vários tipos de desenhos.

Assim, dentre os exemplares construídos em Belém, optamos em escolher quatro exemplares que apresentassem diferentes soluções e arranjos arquitetônicos, e, sobretudo, que tivessem sido construídos em diferentes períodos. Desta forma, seria possível realizar

---

<sup>324</sup> FUNDAÇÃO MÁRIO COVAS, 2004, p. 5.

uma breve discussão sobre a evolução dessas casas que representavam a *Belém moderna*. Neste caso, é válido ressaltar que a representação numérica incluída nesta dissertação não condiz com o verdadeiro esplendor dos palacetes em Belém, responsáveis pela construção imagética da *Belém da belle-époque*. Por este motivo, não podemos deixar de destacar outros palacetes, não menos importantes, que também fazem parte deste cenário *idílico* cultural, como, os palacetes Virgílio Sampaio, Zaira Passarinho, Enéas Martins, Dr. José Malcher, José Júlio de Andrade e Miranda Corrêa, (ambos em estado de abandono), dentre outros.

**- Palacete Facióla. Avenida Nazaré n. 166, esquina com Dr. Moraes.**

Se a capital paraense conheceu o luxo e a riqueza, este palacete é um dos maiores expoentes do período de fausto da *belle-époque*. Além de toda a exuberância de ornamentação e decoração desta residência pertencente à Família Facióla, este palacete ilustra muito bem a vida das famílias burguesas no período em questão<sup>325</sup>.

Antônio Facióla era formado no Conservatório de Milão, casou-se com Servita Facióla e tiveram três filhos Oscar, Inah e Edgard. Em Belém, tornou-se professor do Conservatório de Música, abriu a livraria Maranhense, pois sua família materna era dona de uma das maiores livrarias do Maranhão, além de ter sido eleito Senador. Mas, ele também atuava no campo empresarial, sendo sócio e acionista do Banco do Pará e da Companhia de Cervejaria Paraense, dentre outros empreendimentos. Em 1929, tornou-se, por um período de um ano, Intendente de Belém, realizando trabalhos no alargamento das avenidas Presidente Vargas e Serzedelo Corrêa, além de ter adquirido o relógio que ornamenta a praça, conhecida como Praça do Relógio.

A residência da família foi construída em 1895 pelo arquiteto José Castro Figueiredo<sup>326</sup>. Em aproximadamente 1903, o palacete teve sua fachada *eclétizada*, sofrendo algumas alterações na ornamentação da platibanda, além da introdução de um frontão na fachada principal com o monograma SF, em homenagem à esposa de Facióla. O palacete foi

---

<sup>325</sup> [Antônio Facióla] “era provido abundantemente de dinheiro, cultura e poder. Levava uma vida de lorde e até confundido como um príncipe russo em Viena ele foi. Figura aristocrática como essa não há mais em Belém. Desde 1936 não se vê um Antônio Facióla com aqueles absurdos quatro anéis de brilhante no dedo anelar da mão direita sentado ao banco de trás do seu Rolls-Royce que sempre era conduzido por um garboso chauffeur com boné de aba transparente”. BALEIXE, Haroldo. *Um burro olhando para o Palacete Faciola*. Disponível em [http://haroldobaleixe.blogspot.com/2008\\_05\\_01\\_archive.html](http://haroldobaleixe.blogspot.com/2008_05_01_archive.html) Acesso em: 01 abr. 2008.

<sup>326</sup> “O autor do projeto foi José Castro Figueiredo, paraense, um dos primeiros, senão o primeiro engenheiro arquiteto na região. Formou-se pela Real Academia de Turim onde tinha estudado com bolsa do governo do Pará. Voltando da Itália foi arquiteto da Secretaria de Obras da Intendência de Belém. É de sua autoria o prédio do Instituto Lauro Sodré na avenida Almirante Barroso, sem dúvida um dos edifícios mais significativos da importância dada, no fim do século passado, no Pará, ao ensino profissionalizante.” DERENJI, Jussara. *As faces da cidade*. Belém: Mídia.com, 2001, p. 62.

revestido externamente com azulejos decorados em tons verdes, sendo o barramento do porão revestido com azulejo em tons bege.

O projeto do palacete (em anexo) tem sua fachada principal alinhada à rua, de modo que o seu lote de esquina permitiu que houvesse um afastamento lateral, onde também havia uma outra entrada social para a casa feita por um alpendre com lambrequins de madeira e guarda-corpo em ferro. A implantação da casa revela uma prática não totalmente desvincilhada das tradições portuguesas, mas, a utilização do afastamento lateral representa uma inovação mais moderna.

**Figura 25: Palacete Facióla em ca. 1900.**  
Fachada anterior ao seu projeto de ecletização.



Fonte: CARVALHO, 1899, p. 154.

O palacete tem apenas dois pavimentos, sendo o primeiro destinado à área social, com as variadíssimas salas (saleta e sala de estar, saleta nobre, sala de jantar e sala de café), gabinete, varanda, quartos (provavelmente de hóspedes) inclusive com banheiro, e onde também estavam localizados a área de serviços, a cozinha, os quartos de empregada e os banheiros. O segundo pavimento era totalmente íntimo, onde estavam localizados os seis quartos da família, que se integravam através de portas, formando um grande salão, além do oratório, escritório e banheiro. O corpo central do segundo pavimento era adornado por uma sacada corrida.

A maior exuberância do palacete não se encontrava na fachada, mas em seu interior. O requinte de sua decoração sempre foi um dos principais atrativos DO palacete,

onde tudo apresentava-se em estado *hiperbólico*, pois em cada cômodo estavam dispostos móveis, louças, ornamentos num criterioso lugar, segundo o bom-gosto e refinamento das famílias burguesas. Praticamente toda a decoração foi feita com produtos importados da Europa. Para Derenji, o Palacete Facióla:

a casa [que] abrigava a maior coleção de vidros Gallé da cidade e a decoração era luxuosa: forros pintados e assinados, papéis de parede, lustres Gallé e de outras assinaturas consagradas, azulejos art-nouveau. As banheiras eram de mármore escavado em peças únicas e cada peça da casa (não só os banheiros) possuía um lavatório de louça inglesa decorada [Twifords e Maple, de Londres]. A cozinha tinha uma chaminé em cobre, o fogão era europeu e as pias, moldadas, uma novidade para a época.<sup>327</sup>

Além da decoração supracitada, a residência ainda dispunha de esculturas, louças, cristais, móveis e ornamentos de marcas consagradas, como Charpentier e Larroux. O interior da casa tinha o piso em acapu e pau-amarelo, formando diferentes desenhos, assim como o forro em madeira, belamente trabalhado. Em muitas dependências da residência da casa observa-se o apreço do proprietário pelos motivos em art-nouveau, como, por exemplo, no pavimento térreo, onde foram assentados azulejos de origem alemã com motivos florais e de pássaros na parte inferior das grades de ferro das janelas, além dos demais azulejos encontrados nos banheiros da casa<sup>328</sup>.

#### **- Palacete Pinho. Avenida Dr. Assis, 586.**

O Comendador Antônio Pinho era um dos comerciantes ricos da *belle-époque*. O seu prestígio como político na capital paraense, permitia que ele fizesse parte das famílias dos novos ricos que se apresentavam à sociedade local abrindo sua casa para grandes eventos sociais. Mas, o comendador também fazia parte das famílias burguesas que lucravam com a construção de casas para alugar, pois era proprietário de uma vila de casas<sup>329</sup>, localizada próxima ao seu palacete, na Travessa Alenquer.

O Palacete Pinho foi construído em 1897 no bairro da Cidade Velha e seu projeto é de autoria de Camilo de Amorim. A sua localização já representa uma escolha diferenciada, pois o bairro não era considerado tão nobre quanto os novos bairros burgueses, como Nazaré. A implantação da residência em formato em *U* também apresenta uma certa inovação, pois, apesar das extremidades da casa seguirem o alinhamento da rua, a entrada principal encontra-se resguardada por um afastamento frontal, onde estão localizadas três escadarias, permitindo

<sup>327</sup> DERENJI, 1998, p. 165.

<sup>328</sup> Id., 1987, p. 167.

<sup>329</sup> HANDALS et al., 2002.

a entrada em cada ala do palacete. Este tipo de implantação permitiu a criação de jardins, além de oferecer maior privacidade ao morador.

A planta do palacete revela uma nítida preocupação ainda não totalmente descaracterizada do padrão colonial, onde a riqueza era medida pelo tamanho da casa. Mas, também, reflete as inovações ecléticas, pois o palacete apresenta um programa de necessidades bastante complexo, além de uma preocupação com a especialização das atividades, o que denota uma preocupação de caráter social, visto expressar uma melhor posição no estrato social da sociedade burguesa paraense.

**Figura 26: Palacete Pinho (em restauro).**



Autor: Karol Gillet, 2008.

A residência apresenta-se em três pavimentos, além de um porão habitável que, provavelmente servia para abrigar os criados, pois tem uma entrada independente no térreo. O palacete sofreu algumas alterações nas décadas posteriores. Por isso, sem saber precisar o projeto original, analisaremos a planta atual do prédio (em anexo). No primeiro pavimento, tem-se acesso a um grande salão, onde provavelmente eram realizadas as festas sociais da Família Pinho. Em cada ala lateral existem dois salões, que também se integravam com o salão principal. Estas salas abrigavam as diversas funções da casa moderna, de modo que elas serviam como sala de música, de jogos e de biblioteca. Na parte posterior, mas, seguindo a projeção de umas das alas, estavam localizadas as áreas de serviço, com dimensões parcas em relação ao corpo central do palacete. O segundo pavimento com maior número de cômodos, localizava-se o setor íntimo da casa, onde estavam dispostos os quartos e os banheiros. O terceiro pavimento, restringe-se apenas no volume do corpo central do palacete, onde estavam

localizados dois compartimentos que, provavelmente serviam apenas com mirante ou como espaço que oferecesse maior tranquilidade.

O palacete destaca-se pela sua volumetria numa área residencial, onde havia maior harmonia colonial de casas térreas. Além do que, a sua fachada apresenta-se como um dos mais belos exemplares de azulejaria encontrada na capital paraense, com azulejos em tons verdes e alaranjados, formando desenhos com motivos, basicamente florais. A sacada do segundo pavimento, sustentada por colunas de ferro fundido, serve como proteção para a entrada principal. A platibanda do palacete segue apenas o coroamento do segundo pavimento, formado por um desenho retilíneo, intercalado por grupos de balaústres. O terceiro pavimento, coroando o corpo central do palacete, apresenta um telhado em duas águas, escondido por lambrequins de madeira.

#### **- Palacete Augusto Montenegro. Avenida José Malcher, 1192.**

Este palacete foi construído para ser a residência da família de Augusto Montenegro, Governador do Pará de 1901 até 1909. Ele era casado com Beatriz Baltar Montenegro e tiveram apenas um filho, Armando Baltar Montenegro. Para Montenegro, era necessário que sua casa também pudesse atender os serviços da administração pública, pois, durante o período em questão, não existia residência oficial para o governador. Assim, a sua residência deveria dispor de um projeto que pudesse atender alguns trabalhos de sua vida política, além de reuniões oficiais, inclusive bailes e banquetes de Estado.

Em 1903, a residência do governador foi construída em área nobre, localizada na Avenida São Jerônimo (atual Avenida José Malcher) que, ainda, é um dos principais corredores de Belém, e onde estavam localizados outros palacetes da *Belém moderna*. O projeto do palacete (em anexo) é de autoria do italiano Filinto Santoro<sup>330</sup>, engenheiro de formação, que obteve seu título pela Real Academia de Nápoles<sup>331</sup>, mas, a sua atuação profissional se concentrou na arquitetura.

A implantação do prédio seguiu as condições do seu terreno em L. Ainda assim, o prédio foi distribuído de forma que houvesse afastamentos em todas as suas fachadas, sendo

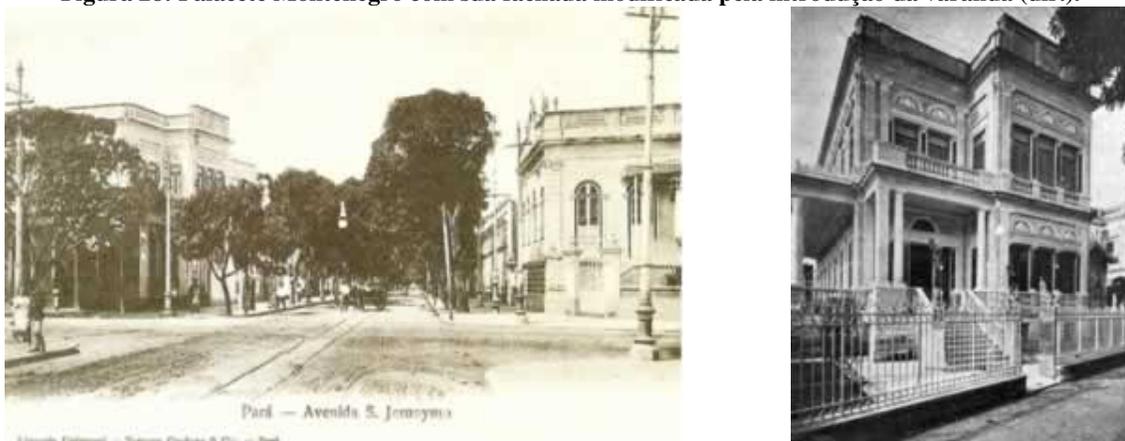
---

<sup>330</sup> “Em Belém [...] sua capacidade de articulação com a classe dirigente se fez sentir, em dez anos de permanência, Santoro projetou e construiu a residência do governador do Estado, de políticos proeminentes, prédios públicos variados e a sede do maior jornal da região A Província do Pará, pertencente ao poder político do Pará Antônio Lemos. Nesses projetos as características de seus trabalhos se repetiram o que poder ser exemplificado na construção do Mercado de São Braz (1910-1911).” DERENJI, 1998, p. 146.

<sup>331</sup> Talvez, a sua maior obra tenha permanecido apenas no projeto, o novo Palácio Municipal, cujas linhas excederiam sua linguagem predominantemente neoclássica-acadêmica. O novo projeto tinha um partido arquitetônico mais pesado e com um excesso de elementos decorativos - uma espécie de neoclássico mais teatral - o que era muito diferente de seus trabalhos anteriores, porém, o projeto não foi executado.

os recuos laterais dispostos de forma simétrica, mas, o arquiteto optou em dar maior tratamento à área frontal, que apresentava um recuo maior. Contudo, com o posterior acréscimo de um terreno adjacente, o lote obteve formato retangular, conferindo maior destaque ao prédio que passou a ser localizado na esquina da Avenida Generalíssimo Deodoro, o que permitiu algumas alterações na fachada do palacete, além de receber um novo tratamento paisagístico ao ganhar um amplo recuo lateral.

**Figura 27: Av. José Malcher, nota-se à esquerda o Palacete Montenegro, antes de sua reforma (esq.).**  
**Figura 28: Palacete Montenegro com sua fachada modificada pela introdução da varanda (dir.).**



Fonte (27): PARÁ, 1998, p. 104; (28): MONTENEGRO, 1908, p.329.

O primeiro pavimento do palacete foi destinado a abrigar o trabalho administrativo, a área social e de serviço, onde foram dispostos pátio, vestíbulo, salão principal, sala de estar de jantar, gabinete, escada, em local mais recluso, comedor, quarto de empregada, *service*, copa e banheiro. O pavimento superior era totalmente destinado à família, onde estavam localizados os dormitórios, os quartos de vestir, os banheiros, a antecâmara, a escada e o balcão, além de mais um dormitório, provavelmente para a criada mais íntima ou para hóspedes. Ainda utilizou-se o porão, totalmente destinado à área de serviço com um vestíbulo próprio, cozinha, sala de estar da empregada, quarto, área de serviço, banheiro e despensa.

O palacete até poderia ser considerado com proporções modestas para a época. Contudo, a decoração do prédio apresenta um padrão de altíssima qualidade. Nesta residência, podemos encontrar diversos tipos de materiais, geralmente importados, de origem européia. O piso da casa acompanha diversos tipos de materiais. No pátio da entrada, encontramos mosaico de pastilhas italianas em diversas cores, compondo motivos florais, e, em outros lugares da casa também encontramos ladrilhos hidráulicos com motivos diversificados, além da utilização de mármore de Verona. Mas, na maioria dos cômodos os pisos são feitos em

tábua corrida ou em *parquets* de acapu e pau-amarelo, mas, cada cômodo apresenta um desenho diferente. Os forros na maioria são de madeira, no sistema de saia e camisa, pintados na cor branca, exceto nas salas mais importantes, onde os forros são de estuque decorado, onde há elementos em baixo relevo ou de painéis de ferro fundido, pintados na cor branca. A residência era amplamente revestida de pinturas especiais<sup>332</sup> que imitavam o mármore, além de papéis de parede, quase sempre com motivos de flor de lis, em referência ao símbolo da monarquia francesa que inspirava o proprietário.

O palacete apresenta uma fachada marcada por várias pilastras e alguns pilares com capitéis, e antefixos nas platibandas que denotam a inspiração neoclássica do arquiteto, além de uma influência italiana tanto na fachada quanto na decoração da residência, sendo externamente decorada com diversos motivos, onde se destaca a utilização de putti<sup>333</sup> e folhagens. Segundo Derenji a influência italiana neste projeto também se deu pelo mestre-de-obras Luigi Bisi e pela utilização de materiais importados diretamente da Itália, pela firma genovesa de F. Frisoni<sup>334</sup>. Os dois pavimentos do palacete recebem um tratamento estético diferenciado, visto que o primeiro apresenta uma composição entre cheio e vazios, onde a varanda torna-se um elemento marcante com um volume proeminente, por ser um elemento construído posteriormente, onde foi necessário readequar o projeto original. Com isso, foi necessário construir uma cobertura independente para a varanda, cuidadosamente escondida por uma pequena platibanda. Entre o limite dos pavimentos, podemos perceber uma linha de dentículos marcando a transição entre os espaços, porém, o pavimento superior apresenta maior ornamentação nos detalhes arquitetônicos. Na entrada principal, destaca-se o monograma em ferro de Augusto Montenegro.

Em 1909, Montenegro decidiu morar na Europa. Com isso, a casa foi vendida, passando o prédio à residência de algumas famílias de posses de Belém, como, por exemplo, a família Cardoso e a Chamié. Entre os anos de 1962 a 1983, o prédio passou a ser a sede da reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), e, posteriormente, tornou-se o museu de

---

<sup>332</sup> “Não se deve pensar que a simples imitação de mármore, como as que foram feitas no térreo do Palácio e em outros locais, diminua a qualidade do trabalho ou demonstre menor capacidade do artista que a fez. Pelo contrário, o trabalho de imitar um material natural constituía um desafio respondido brilhantemente em vários exemplos remanescentes. O caso da antiga residência do Governador Augusto Montenegro é, nesse aspecto, o exemplo mais importante. A casa exibe em seus vários ambientes o mais requintado e elaborado exemplo de pinturas de mármore variados, de vermelho a verdes, passando por efeito de lápis-lazúli [...] [devido] a qualidade excepcional da execução faz supor que havia uma mesma equipe de pintores e artesões ocupando dessas pinturas [...]. DERENJI, 2004, p. 35.

<sup>333</sup> Do italiano, significa miúdos. Em geral, esta palavra é utilizada para designar os anjinhos querubins que se apresentam de forma rechonchuda.

<sup>334</sup> DERENJI, 1998, p. 161.

artes dessa Instituição, o que possibilitou o seu projeto de restauração. O museu está aberto à visita pública.

**- Palacete Bolonha. Avenida José Malcher, 295.**

O palacete recebeu o nome da família de seu proprietário e construtor, Francisco Bolonha<sup>335</sup>. Esta residência foi um presente de casamento para sua esposa, a pianista Alice Tem-brink. Mais tarde, eles adotaram sua sobrinha Elza de Campos Soares, filha de sua irmã Julieta, e Nair Cordeiro, filha de uma de suas empregadas. Depois de longo período de abandono, o prédio foi totalmente recuperado pela Prefeitura Municipal de Belém, e, atualmente, encontra-se aberto à visita pública, funcionando como Museu da *Belle-époque*, com ambientação de mobiliários da época, onde são realizadas visitas didáticas monitoradas.

Assim, muito mais que um presente, este palacete representa a criatividade de seu projetista. Bolonha estudou engenharia na Politécnica do Rio de Janeiro. Mais tarde, ele viajaria para França, onde conheceu os novos estilos europeus, criando, desta forma, um repertório arquitetônico bastante requintado, conhecendo novas técnicas e materiais que, posteriormente, seriam utilizados em suas obras. Ainda na Europa, cursou a Escola de Arquitetura de Nice e de Paris, além de ter se especializado em hidráulica na Holanda e na Inglaterra, onde adquiriu a experiência sobre sistema de água encanada, reservatórios e adutoras.

Em Belém, ele foi responsável por serviços de drenagem e aterramento de áreas no Ver-o-peso. Também aceitou o desafio de construir em áreas alagadas, que apresentavam menor solidez, onde, até então, não era possível erigir edificações com cargas mais expressivas. Assim, utilizando-se de métodos de drenagem e de aterro, trabalhou no terreno localizado na Avenida José Malcher com a esquina da Dr. Moraes, que, posteriormente, tornou-se o local de sua residência, e, que posteriormente, tornou-se uma das áreas nobres de Belém, onde também construiu um complexo de casas, conhecido como Vila Bolonha. A localização do palacete em esquina lhe dá um destaque na paisagem urbana de Belém, devido à topografia acentuada do local da construção.

Francisco Bolonha atuou na administração pública, com o cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas. Mas, podemos destacar alguns exemplos de seu trabalho

---

<sup>335</sup> “Pennafort [referindo-se à Bolonha] dono da fábrica de gelo, servindo na Port of, tinha uma ‘vila’ de casas em “estilo normando” na São Jerônimo, à frente da qual mandou erguer a sua residência branca e alta como uma torre, com maçanetas douradas no portão negro e formosas criadas portuguesas que atendiam à campanha. Era conhecido por sua sagacidade como engenheiro”. JURANDIR, 2004, p. 236.

diversificado entre a esfera pública à privada, como por exemplo, o Mercado de Carne, o edifício da Folha do Norte, o complexo de fornecimento de água do Utinga, que tem o seu nome, a Caixa d'água Paes de Carvalho (já demolida) e os quiosques urbanos de Lemos. Foi, ainda, um dos fundadores e diretor do curso de Engenharia do Pará e dono da fábrica de gelo Bolonha. Contudo, ele projetou apenas dois prédios residenciais, ambos seguindo as mesmas características projetuais de verticalidade e com proporções de volume do corpo do prédio diferenciadas, além de uma implantação semelhante, seguindo o alinhamento da rua, mas com um pequeno recuo na entrada. Estes eram o Palacete José Júlio de Andrade e o seu Palacete.

O exercício eclético da obra desse construtor possibilitava que procurasse conciliar elementos da arquitetura inglesa, mais ligados à sua formação profissional, com um uso do ferro que persegue a leveza dos projetos de Eiffel e o decorativismo do Art-nouveau. [...] Com ele começam as novas soluções de programas de técnicas refletindo a exploração consciente das possibilidades plásticas dos elementos industriais.<sup>336</sup>

A construção da casa foi iniciada no ano de 1905, e somente finalizada dez anos depois. No projeto da residência, podemos observar que a verticalidade foi um dos seus condicionantes, seguindo um projeto onde a casa foi criada de dentro para fora, com isso, criando diferentes volumes no corpo da edificação, em geral proeminente. O palacete era composto por cinco pavimentos, com um programa de necessidades bastante complexo e especializado, apresentando uma hierarquia vertical segundo a função a qual se destinavam.

**Figura 29: Palacete Bolonha.**



Autor: Karol Gillet, 2008.

O térreo exercia uma dupla função, além de promover a aeração da casa. Foi totalmente projetado para atender às áreas de serviço e dos empregados da casa, por onde

<sup>336</sup> DERENJI, 1987, p. 158.

também tinha um acesso próprio com *hall* de entrada, funcionado como vestíbulo. Nesta área, podemos encontrar a barbearia, copa, despensa, sala de almoço dos empregados, cozinha, lavanderia, depósito, banheiro e quartos para os empregados, o que demonstra um projeto especializado. O primeiro pavimento era destinado à área social, onde estavam localizados o hall de entrada e o vestíbulo, as salas de jantar, de música e de almoço, e a parte posterior era destinada à área de serviço com o *service* para atender o serviço de refeições, além do banheiro e do lavabo. O segundo pavimento era totalmente íntimo, servindo apenas à família, onde estavam localizados os quartos de dormir e de vestir, e o banheiro. Já o terceiro pavimento foi projetado para atender às áreas de repouso e de tranquilidade, onde encontramos o escritório e a capela, além de quartos, banheiro e terraço. O último pavimento era o ponto mais alto da casa e servia também como mirante.

A entrada da residência é marcada por um jogo de escadarias que se desenvolve a partir de sua localização de esquina, onde, no primeiro pavimento, marca-se a entrada com duas estatuetas nos nichos da parede. Outro elemento de destaque são os estuques encontrados por toda a fachada, em especial nas arcadas das esquadrias. O estilo da casa reflete uma inspiração em *art-nouveau*, nitidamente percebida nos detalhes arquitetônicos do prédio como um todo. O pavimento térreo e o primeiro pavimento integram-se pela utilização de materiais de características mais rústicas e elementos mais modestos, ao contrário dos demais pavimentos, onde existem elementos mais trabalhados que valorizam a edificação. No volume do prédio destaca-se a mansarda, inspirada com uma marcação de detalhes mais decorativos, expressando a inspiração de Bolonha nos estilos franceses, além da torre do mirante que apresenta uma cobertura bastante íngreme, uma característica do arquiteto.

Os materiais utilizados na construção do prédio, grande parte deles importados, revelam toda a riqueza e o requinte na composição da residência do projetista, o que demonstra uma preocupação com o padrão de qualidade de seu palacete, revelando o comportamento eclético-burguês de se morar na *Belém moderna*. Assim, no interior do prédio, podemos encontrar pisos compostos em diversos materiais, inclusive em áreas menos nobres, como no porão, onde foram dispostos pisos de ladrilhos hidráulicos coloridos, com motivos orgânicos e florais. A luxuosa decoração seguia até nas áreas de serviço áreas, em geral desprovidas de decoração, como, por exemplo, um painel e de azulejos brancos, alguns personalizados com monograma de Bolonha em ouro.

O palacete era mais luxuosamente decorado em sua área social. Ainda no patamar da escada de entrada, existe um mosaico com pastilhas em azul, amarelo e branco que compõe um desenho com motivos florais, em cujo centro encontra-se também em pastilha, o

monograma de Bolonha. No interior do primeiro pavimento, no hall, encontramos um outro painel no piso em pastilha com o desenho figurativo de um cachorro, onde está escrito *cave canem*. Na sala de jantar, o mosaico do piso, com desenhos florais, foi assentado com angulações mais orgânicas. Já o seu revestimento foi feito com azulejos brancos, alguns também com o monograma de Bolonha, e forro com painéis de flandres que apresentam ornamentos dourados intercalados por frisos brancos. A sala de música é composta por piso de *parquet* e de tábua corrida, as paredes apresentam desenhos em estuque, sendo o forro também de estuque com desenhos em baixo relevo. Neste pavimento ainda podemos destacar o uso de peças de vidros utilizados como piso, e no seu encontram-se paredes com desenhos em estuque com diversos motivos, e ainda painéis de madeira em preto e amarelo com frisos dourados. Os forros são de estuque com ornamento em baixo relevo, mas também de madeira delimitados com frisos dourados, ou ainda painéis de flandres com ornamentos dourados intercalados por frisos brancos.

Contudo, os demais pavimentos – o segundo, o terceiro e o último, apresentam uma decoração mais modesta em relação aos pavimentos com caráter mais social. A modéstia dos demais pavimentos fica evidente pelo uso de materiais, como, por exemplo, ladrilhos hidráulicos, forros em painéis de madeira com frisos dourados ou em estuque com desenhos em baixo relevo. Nas áreas molhadas, o piso é de mármore branco e mármore preto, formando um mosaico geométrico, com o revestimento em azulejo branco e forro de madeira com frisos dourados. Os demais compartimentos apenas variavam no uso de ladrilho hidráulico, pintura à base d'água e forro de madeira.

\* \* \*

De uma forma geral, podemos perceber que todos esses palacetes apresentam uma distinta hierarquização na setorização dos ambientes, e dispõem de um projeto com maior complexidade projetual, em virtude do maior número de cômodos, o que revela a introdução de novos hábitos modernos. Neste caso, também podemos perceber que o luxo e a ostentação são as principais características, como não poderia deixar ser, sendo dignas de um pequeno palácio. Utilizam-se excessivamente materiais importados, e, por isso mesmo, o palacete tornou-se uma forma do morador ostentar sua riqueza. Apesar das similaridades projetuais, cada um desses palacetes apresenta um partido arquitetônico diferenciado, o que denota uma inspiração na arquitetura erudita européia, além da influência cronológica eclética, vista pelo diferentes tipos de implantação da construção, mas também, da utilização de materiais e tecnologias construtivas. Acima de tudo, os palacetes, demonstram a personalidade estética de seu projetista, revelando-se em projetos únicos, cada um, em seu estilo burguês de morar.

### 3.2.2 - Casas assobradadas (ou *apalacetadas*).

Ainda na arquitetura burguesa, encontramos uma diversidade de casas que apresentavam diferentes padrões construtivos. Assim, sem um melhor termo que pudesse definir as suas características em relação às posses de seu morador, consideramos casas assobradadas aquelas que refletem uma transição construtiva entre as casas de porão alto e os palacetes. Algumas dessas casas assobradadas poderiam apresentar maiores dimensões ou proporções, mas sem que estas características lhe dessem a condição de palacete. Contudo, apesar dessas casas pertencerem às famílias paraenses mais tradicionais, ou, na maioria, aos novos ricos, essas casas não se estabelecerem conhecidas no imaginário ou no *sensu comum* dos palacetes da *belle-époque*, previamente descritos no desenvolvimento desta dissertação.

Para a legislação municipal, as casas eram classificadas em conformidade com a respectiva altura do porão<sup>337</sup>, o que, no caso, diferenciava os prédios assobradados dos sobrados. Contudo, algumas casas burguesas refletiam a *ecletização* dos sobrados coloniais, mas isto não quer dizer que essas casas seguissem o esquema projetual ou características coloniais. Pelo contrário, essas casas representavam uma nova forma evolutiva destes casarões devido às suas proporções arquitetônicas, por isso, considerá-las uma casa assobradada ou ainda *apalacetadas*, em virtude das características inspiradas nos palacetes, mas, sem que esta definição, interfira no reconhecimento destas casas burguesas, pois, ambas as definições referem-se às suas características transitórias entre as casa de porão alto e os palacetes.

Um outro motivo para não considerá-las como palacetes, deve-se ao fato que grande parte delas eram de uma família classe média alta ou até mesmo da classe alta da sociedade gomífera. Ainda assim, essas casas não representavam a opulência e o luxo encontrados nos demais palacetes. Em relação ao espaço privado, as casas assobradadas apresentavam uma forma híbrida de planta de puxada ou ainda, um programa de necessidades não tão especializado. Algumas dessas casas foram projetadas por arquitetos ilustres, mas isto não significou, na prática, a condição de outra classificação como os dos palacetes. Em geral, essas residências eram chamadas pelo nome da família, sem qualquer outra referência sobre outra tipologia adotada para as casas durante o período em questão, como, por exemplo, *chalets*, palacetes, sobrados.

---

<sup>337</sup> Art. 2º - Os prédios, segundo a classificação do art. 1º, serão providos de porões com as alturas seguintes: - prédios térreos de 0m,20 a 0m,80; idem meio-assobradados - 0m,80 a 1m,50; idem assobradados - 1m,50 a 2m,20; sobrados - de 2m,50 no mínimo. BELÉM. Lei n. 362, de 10 de junho de 1903. Classifica os prédios a edificar na légua patrimonial da Intendência e precisa a altura dos respectivos porões. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 18-27. 1903.

Assim, dentro do conceito adotado para as casas assobradadas, podemos perceber que dentre elas havia uma variedade referente ao seu partido arquitetônico, o que também reflete a condição sócio-econômica de seu morador. Nesse sentido, podemos encontrar casas com vários padrões construtivos, umas mais requintadas, outras mais modestas. Mas, no âmbito geral, podemos considerar que as casas assobradadas apresentam-se segundo um mesmo repertório arquitetônico, visto que essas casas, em geral, consomem a arquitetura européia de uma forma mais natural que as casas de classe média ou popular, o que as difere das casas *popularmente* burguesas.

Nesse sentido, as principais características das casas assobradadas podem ser vistas por sua maior dimensão volumétrica, além das inovações da casa moderna, o que, na prática, significou mudanças significativas na implantação da casa no lote, revelando uma segunda fase das casas ecléticas. Já no espaço privado, aparecem novas soluções arquitetônicas referentes a um programa de necessidades melhor espacializado, em geral, diferentes das casas de puxada, por isso mesmo, melhor aceito pelo Poder Público, que era contra os arranjos monótonos da cidade, ainda que no interior da casa. Por este motivo, essas casas, sem dúvida, refletiam a condição burguesa de se morar.

O principal elemento em questão era o padrão intencional da estratificação expressa, em muitos casos, na fachada e pela inovação, em geral, de implantação. A principal característica projetual se dava por apresentarem casas com plantas mais racionalizadas, e não com um padrão típico ou fechado como veremos nas casas de puxada. Outra diferença era o padrão construtivo da casa, o que demonstra a preocupação do morador com as novas formas burguesas de se morar, e, por isso mesmo, as casas assobradadas apresentavam maior variação no esquema de planta.

Para melhor se compreender as características dessas casas, escolhemos três exemplares que pudessem ilustrar as diferentes condições dentro do universo das casas assobradadas. Os dois primeiros exemplos referem-se às casas assobradadas, com maior requinte arquitetônico, o que ainda poderíamos chamar de casas *apalacetadas*. Essas duas casas foram construídas, aproximadamente em 1910, período em que a cidade começou a sentir o começo do declínio da riqueza da borracha. Talvez, por isso, essas casas apresentem uma menor opulência que os palacetes. Já o terceiro exemplo representa uma casa de classe média, com planta mais racional ainda não totalmente desvincilhada do padrão de puxadas, mas com inovações na implantação da casa. Para o Poder Público, esta casa era um exemplo que deveria ser adotado na construção da *Belém moderna*, estando presente nos álbuns de

destaque do período em questão, como um modelo de casa moderna, porém, *ecleticamente* uma casa mais modesta.

#### - Residência na Avenida Nazaré, 121.

Esta casa servia de residência para a família do Senador Marques Braga, estava localizada em área nobre da cidade, no mesmo quarteirão que o Palacete Facióla. Ainda que o seu projeto seja de Filinto Santoro, esta residência apresenta características mais modestas que as demais casas projetadas pelo arquiteto italiano, como o Palacete Montenegro e o Virgílio Sampaio, ambas localizadas na Avenida José Malcher.

**Figura 30: Vista da Estrada de Nazareth, nota-se à esquerda a Residência do Senador Marques Braga.**



Fonte: PARÁ, 1998, p. 96.

Apesar desta residência pertencer a um ilustre político da época, optamos em considerá-la como uma casa assobradada, visto que ela apresenta um projeto que demonstra uma transição evolutiva, ou melhor, uma modernização da casa de sobrado colonial para uma casa assobradada eclética. Isto se deve ao fato que esta residência encontra-se alinhada ao logradouro, apenas com uma entrada lateral, apresentando-se de forma mais confinada, ao contrário das demais casas ecléticas que, no período de 1850-1900, já apresentavam um afastamento lateral, e, posteriormente, um afastamento frontal, permitindo a construção de jardins.

Esta residência, apesar de ter sido construída com dois pavimentos, apresenta um projeto com requinte mais modesto do que os encontrados nos palacetes, evidente na planta da casa (em anexo) e no acabamento fachada principal. Na área social, a casa apresenta duas entradas, um acesso ao vestíbulo e outra numa sala, onde provavelmente, ficava o gabinete. Neste pavimento, ainda, podemos encontrar duas salas com vista direta à rua e um salão usado

como varanda, além de um ambiente mais restrito, onde estavam localizados a escada e o banheiro. O projeto ainda apresenta um corredor não muito extenso, evitando-se uma espacialização tipo casa de puxada, e dá acesso à área de serviços, onde estavam localizados a cozinha e um outro cômodo que também apresenta ligação com o gabinete, provavelmente, uma sala de banho, sem que se possa afirmar ao certo sua função original. No pavimento superior, estava localizada a área íntima da casa, onde encontram-se cinco cômodos com grandes dimensões, provavelmente, os quartos de dormir e de vestir, além de dois terraços.

No projeto residencial foram utilizados diversos materiais, sendo a maioria materiais com um bom acabamento, mas, poucos, considerados nobres. No piso, pode-se verificar o uso de acapu e pau-amarelo, em geral dispostos em tábua corrida com acabamento em entabreado, excetuando-se uma das salas que apresenta desenhos geométricos centralizados. Já nas áreas molhada e de serviço, todos os cômodos apresentam ladrilhos hidráulicos decorados. Contudo, a maior variação de desenhos apresenta-se na decoração dos forros das salas que tem acesso direto à rua, pois os demais cômodos apresentam desenhos de tabuados simples.

A fachada da residência, o que Segré<sup>338</sup> diz ser inspirada no estilo lombardo, apresenta-se de forma modesta. Neste projeto, Santoro parece trabalhar com elementos bastante utilizados no repertório eclético, sem oferecer um trabalho mais laborioso, em relação aos seus demais projetos. A casa encontra-se alinhada à rua, com a inovação de uma *tacanha* entrada lateral, cuja sacada do pavimento oferece proteção, funcionando como um alpendre mais confinado. A fachada, sem grandes ornamentações, apresenta uma de suas sacadas sustentadas por três gárgulas, um tipo de elemento gótico, não usual no repertório clássico do arquiteto italiano. Este projeto mais despudorado apresenta uma escolha do que estava em voga no período em questão, mas, aparentemente sem muitos critérios.

### **- Residência na Avenida Generalíssimo Deodoro, 413.**

A localização da residência não fazia parte das áreas mais nobres da capital paraense, mas a Avenida Generalíssimo tornou-se um importante eixo viário, ligando os bairros mais industriais ao bairro de Nazaré. Mas, esta residência<sup>339</sup> representa uma forma *aburguesada* de morar, evidente na utilização de uma planta livre, onde todas as fachadas da

<sup>338</sup> SEGRÉ, 1911, p.44-45 apud DERENJI, 1998, p. 161.

<sup>339</sup> Em 1910, deu-se início a construção da residência de Jayme Dacier Lobato e Zélia Machado Lobato, cuja obra foi finalizada no início da década posterior. A Família Lobato permaneceu morando na casa até aproximadamente 1965, quando serviu de sede da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará. Em 1979, o prédio foi deixado como herança aos herdeiros da família, os filhos Zélia Maria e Lélío e mais três instituições até ser totalmente adquirido há dez anos pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Belém (APAE). COELHO et al., 2002.

casa possuem afastamento com jardim, onde encontram-se estátuas e chafarizes, o que evidencia uma inovação *ecleticamente* mais moderna.

**Figura 31: Residência Av. Generalíssimo Deodoro, 413.**



Fonte: COELHO et al., 2002.

O projeto desta casa apresenta uma organização modesta com uma evidente setorização dos ambientes nos dois pavimentos que a compõe. A entrada da casa é feita por pátio lateral, de modo que a área social é composta por duas salas apenas separadas por um arco ornamentado. As áreas de serviços, como a cozinha, provavelmente encontravam-se na parte posterior da casa, cujo projeto foi modificado, sem ao certo sabermos sua localização original. No pavimento superior, está localizada a área íntima da casa, onde encontram-se os quartos de dormir e de vestir, quase todos interligados, sendo o banheiro deste pavimento localizado nos fundos.

A decoração da casa apresenta um padrão bastante requintado, em especial com maior decoração nas áreas com função social, visto que as salas principais apresentam a melhor ornamentação da casa, onde podemos encontrar forros de estuque e pisos de acapu e pau-amarelo com motivos geométricos na parte central. A integração das salas pelos arcos com ornamentação, sustentados por colunas com pintura marmorizada, promove um grande destaque a estes ambientes, revelando a mesma solução encontrada no Palacete Montenegro, porém, em menor escala. Os demais ambientes apresentam uma decoração mais modesta com pisos de acapu e pau-amarelo, forro de madeira e, nas áreas molhadas, ladrilhos hidráulicos.

A residência se destaca por sua robustez volumétrica, evidenciada por uma fachada totalmente rebuscada, inclusive pela adoção de atlantes<sup>340</sup> que sustentam a sacada do pavimento superior. O terraço do segundo pavimento promove uma forma menos pesada na parte superior. Contudo, a solução adotada para ornamentação, de certo modo apresenta-se modesta em relação aos palacetes, visto o destaque apenas no corpo central do prédio que carrega grande parte da ornamentação. As demais fachadas apresentam soluções mais simples e menos carregadas de elementos arquitetônicos.

#### - Residência na Avenida Quintino Bocaiúva, 1226.

Ao contrário dos demais projetos de casas assobradadas descritos anteriormente, esta casa foi construída pela companhia aviadora A. C. Pina e Melo. Neste caso, durante o período em questão, o mercado imobiliário era um negócio bastante rentável, e, por isso mesmo, tornou-se uma prática comum entre as companhias e/ou empresas construírem edificações para aluguel ou para venda. Muitas dessas casas serviriam para abrigar os funcionários ou apenas um simples retorno financeiro.

**Figura 32: Fachada da casa construída por A. C. Pina e Melo (esq.).**

**Figura 33: Vista interna da residência (dir.).**



Fonte: MONTENEGRO, 1908, p. 331-2.

Apesar desta residência seguir um padrão construtivo para uma classe de família média, no entanto, com padrões burgueses, foi considerada como um modelo de casa moderna, visto o seu destaque nos álbuns de governo. Ainda que a residência não estivesse

<sup>340</sup> Os atlantes são esculturas masculinas que sustentam algum elemento arquitetônico, em geral uma coluna, sob ou sobre as costas. Já as cariátides são as representações femininas dos atlantes.

localizada numa das ruas mais nobres da capital paraense, porém, encontrava-se em área nobre, próxima a Avenida José Malcher. Contudo, a casa apresenta um padrão mais modesto com planta mais racional, ainda não totalmente desvencilhada do esquema de puxadas, mas, com inovações na implantação da casa, pois, deve-se ressaltar que esta casa foi construída para abrigar uma família de classe média aleatória, por isso, deveria ter um projeto com um programa de necessidade que pudesse atender as famílias com novos hábitos aburguesados.

Ainda que parte da casa encontre-se alinhada ao logradouro, esta casa apresenta uma inovação em sua implantação, no caso, o seu afastamento lateral, sendo um dos lados mais discretos em relação ao outro. Por este motivo, a implantação da casa refere-se às casas ecléticas do segundo período, entre 1850-1900, mas a sua data de construção provavelmente deve ter sido no final do século XIX, visto que esta casa aparece no *Álbum do Estado*, de 1908, totalmente decorada internamente.

O projeto desta residência (em anexo) apresenta apenas um pavimento com porão habitável. O programa de necessidades representa os novos hábitos burgueses, como o vestíbulo, a sala de estar e sala de música, mas, a sala de jantar apresenta o ambiente com maior integração da casa. A área íntima dispõe de três quartos que se integram por portas, além de um quarto mais reservado. Mas, todos os quartos apresentam-se voltados com portas para o corredor de acesso da área social, que dá acesso à varanda, localizada na parte posterior da casa, o que, desta forma, não permite maior privacidade nem uma distinta setorização da área íntima. No caso, toda a área de serviço está localizada no porão, o que inclui a cozinha, depósito e despensa, além dos dois quartos de empregada (sem qualquer abertura direta para área externa), com sala de estar dos criados e área de apoio doméstico. O projeto desta casa apresenta algumas modificações, com a adição de alguns compartimentos na parte posterior, sem que altere a leitura original da residência.

A casa, apesar de ter sido construído para uma família de classe média, apresenta o uso de diversos materiais nobres. Para o piso, foram utilizados o acapu e pau-amarelo em tábua corrida, com desenhos geométricos apenas nas salas de estar e de música. Nas áreas molhadas e externas foram adotados ladrilhos hidráulicos decorados. Os forros da área social da casa receberam um melhor tratamento decorativo, em especial a sala de estar que apresenta forro de estuque com relevo, sendo as demais salas com forro de madeira decorada com desenhos geométricos e motivos variados, além do que quase todos os forros apresentam entrada de ar para melhor aeração da casa.

A fachada reflete a transição volumétrica característica das casas assobradadas, além da modernização com introdução da entrada lateral. Contudo, a ornamentação retrata o

mesmo tipo de soluções encontradas em projetos similares a outras casas ecléticas. Ainda assim, podemos destacar a ornamentação da fachada que apresenta um repertório mais clássico, visto a utilização de pilastras com acabamento em capitéis ornamentados, sendo que na fachada principal este conjunto forma o entablamento clássico. As esquadrias são coroadas por arcos com desenhos florais em estuque e os vidros ainda encontram-se decorados com monograma da companhia aviadora que a construiu.

\* \* \*

Nestes três exemplos, podemos perceber que o padrão de moradia variava conforme os recursos do morador. Mas, essas casas apresentam uma nítida transição entre as casas de porão alto e os palacetes em referência a uma arquitetura aburguesada, que adotava novos hábitos de morar. Além do que, o requinte decorativo encontrado nessas casas apresenta-se de forma mais modesta, inclusive no espaço interno, oferecendo maior decoração apenas nas áreas sociais. Contudo, apesar dessas casas apresentarem algumas soluções modernas, como, por exemplo, o vestíbulo ou pátio, além da implantação, podemos observar que o programa de necessidades dessas casas são mais modestos, seguindo um modelo mais funcional, ao contrário dos palacetes, mas, sem dúvida, essas casas são exemplos de uma forma burguesa de morar.

### **3.2.3 - As casas suburbanas: rocinhas, chácaras e chalets de ferro.**

Tendo em vista que a sociedade burguesa paraense absorveu os novos hábitos modernos na arquitetura residencial urbana, podemos dizer que o mesmo processo ocorreu em suas casas suburbanas, em geral casas de *veraneio* ou destinadas ao lazer do final de semana, onde essas famílias descansavam do burburinho citadino no sossego de seu *recanto bucólico*. Assim, como não poderia deixar de ser, a sociedade gomífera modernizou as antigas chácaras e rocinhas, incorporando o novo comportamento burguês nas casas campestres, além de optar pela importação um novo tipo de habitação alpina, o *chalet*, mas adequando-o *ecléticamente* ao clima tropical da região amazônica.

Assim, quando a capital paraense *sentia* as primeiras transformações na paisagem urbana *modernizada*, a população já tinha o costume de construir casas suburbanas, como as rocinhas, com características mais rurais, distante do núcleo central de Belém. Mas, com o crescimento da cidade, essas casas rurais localizadas ao longo das principais vias de acesso à cidade, como a antiga Estrada de Nazaré, passaram a ser integradas à *nova* paisagem urbana de Belém. Com isso, essas casas acabaram sendo *expulsas* para áreas mais longínquas do centro, construídas em direção da Estrada de Ferro Belém-Bragança que, posteriormente,

tornou-se a Avenida Tito Franco (atual Avenida Almirante Barroso). Para os padrões da época, era uma área bastante longe do centro, o que se tornou um local mais propício à construção dessas casas, em meio a uma vida mais tranqüila e circundada por áreas verdes.

A nomenclatura para as casas suburbanas variava conforme a sua localização e partido arquitetônico. Assim, como já foi dito anteriormente, no Pará, qualquer vivenda rural era chamada de chácara ou sítio. Mas, na capital paraense havia maior distinção entre essas vivendas, pois as chácaras serviam para designar qualquer propriedade rural utilizada como retiro campestre, enquanto os sítios eram considerados vivendas localizadas próximas a cursos d'água. Contudo, o termo *rocinha* somente era utilizado em Belém e nos seus arrabaldes. E, dentre essas vivendas, as rocinhas apresentavam características próprias com uma unidade arquitetônica melhor definida.

Nesse sentido, para que melhor se possa compreender como era o *morar* nas casas suburbanas, optou-se em examinar alguns exemplares que pudessem revelar o novo padrão burguês inserido nas formas de morar localizadas distantes do núcleo central da capital paraense. Essas casas de veraneio estavam localizadas nos arrabaldes de Belém, inclusive em outros municípios, como Outeiro e Mosqueiro. Mas, neste caso, apenas examinaremos as casas situadas na 1ª légua patrimonial de Belém. Neste caso, a escolha se deu por uma chácara modernizada, além das duas rocinhas ainda existentes em Belém por representarem um *novo* conceito de rocinhas, e os *chalets* suburbanos. Neste caso, apenas os de ferro serão considerados por representarem uma inovação arquitetônica projetual, mas em especial, pela utilização desse material que, até então, não era utilizado na *fabricação* de casas.

#### **-A Chácara Bem-bom.**

As chácaras e sítios, durante o período em questão, apresentavam as características de uma pequena propriedade rural com uma arquitetura mais rústica, construídas em madeira, sem o tratamento de uma arquitetura formal. Contudo, esta chácara representa um dos maiores exemplos de modernização de uma vivenda rural, em virtude de remodelar o modesto padrão construtivo rural para uma casa senhorial campestre. Sua arquitetura atendia aos novos preceitos modernos de morar aburguesado, em especial pelo evidente tratamento de seu partido arquitetônico que se apresenta de forma mais requintada, o que revela o *morar* burguês campestre.

A Chácara Bem-bom localizava-se na antiga Avenida Tito Franco nº 806, com uma distância aproximadamente em 10 km do centro de Belém. Construída na década de 1880 pela família Rocha, foi adquirida em 1904-5 pela Família Faciôla, que reformou essa

propriedade composta por uma casa de um pavimento que, provavelmente, apresentava uma arquitetura modesta, mais comumente utilizada na construção de residências rurais.

**Figura 34: Chácara Bem-bom da Família Facióla**



Fonte: HARADA, 1994, p.12.

Em 1908, para atender o novo padrão burguês de morar, a casa da chácara passou por um projeto de reformulação, incorporando novos hábitos modernos com uma arquitetura mais requintada. Essa reformulação pode ser melhor identificada a partir do diferente tratamento formal dado pela linha de transição entre os pavimentos. Nesta propriedade, podemos observar a introdução de alguns hábitos aburguesados em seu projeto (em anexo) como, por exemplo, a introdução de platibanda na fachada principal, além da transferência da porta principal para uma entrada em cada lateral do prédio. Essas entradas apresentavam uma cobertura independente por onde se adentrava a casa por uma pequena escadaria de pedra de lioz, com guarda-corpo em ferro fundido. A chácara tornou-se um centro de equitação para a família, e, por isso, foram construídos um paiol de feno e uma cavalaria em seus espaços.

A implantação da casa era alinhada à rua, disposta de modo equidistante em relação ao lote, onde o jardim recebeu um melhor tratamento formal, dotado de um chafariz em cada lado da casa. A arquitetura do prédio seguia uma influência predominantemente neoclássica, evidenciada pela simetria no corpo central do prédio, que também apresentava uma decoração de frisos triangulares, coroando a linha das pilastras do segundo pavimento. A fachada principal apresentava maior requinte formal, em virtude de seu melhor tratamento

decorativo, em que a platibanda era adornada com frisos e motivos geométricos, coroada com estátuas e pinhos em louças, além de pequeno frontão lanceolado no eixo central.

O projeto desta casa não apresenta uma clara circulação setorizada, visto as áreas íntimas e sociais apresentarem-se de forma bastante integrada, sem maior privacidade, pois o acesso para o segundo pavimento somente pode ser realizada pela área da sala de jantar ou pela circulação íntima entre os quartos. De modo que, o segundo pavimento também apresenta o mesmo tipo de solução, pois para se adentrar à sala deve-se passar obrigatoriamente por um dos quartos. Contudo, existe uma evidente setorização na parte posterior da casa, onde estão localizadas as áreas de serviço e a sala de banho. A principal característica desse projeto, como podemos perceber, é a maior integração entre os ambientes que são interligados por portas entre os cômodos, onde há uma circulação mais livre, porém com menor privacidade.

A decoração da casa apresenta-se de forma bastante ostensiva para uma propriedade rural, em especial na área social. Os pisos da edificação com rodapé de 1,2m são de acapu e pau-amarelo, apresentando uma diversificação de desenhos, de sendo as áreas molhadas revestidas com ladrilho hidráulico. A tesoura do telhado apresenta-se de forma aparente por onde o forro foi afixado, com diferentes desenhos geométricos, mas dispostos de forma espaçada para que promovesse maior aeração na casa, além do que a sala de jantar também era iluminada por três clarabóias. As paredes eram pintadas com tinta à base d'água, apresentando alguns detalhes e motivos pintados à mão. Para completar, a decoração da casa era composta por diversos arranjos, quadros, vasos, estatuetas, armários e cristaleiras, estes repletos de objetos em louças, pratarias e cristais, além do mobiliário, formado por conjunto de mesas, cadeiras e sofanetes, que enriqueciam toda a decoração interna da casa.

Contudo, em meados de 1999, ocorreu o tombamento físico da Chácara Bem-Bom, causada pelo excesso de tráfego e trepidação local. Assim, desta chácara apenas restou parte de sua fachada principal, além dos dois chafarizes localizados lateralmente. Assim, poucos exemplares dessas vivendas resistiram ao tempo em Belém, pois na Avenida Almirante Barroso, principal local de construção dessas vivendas, somente podemos encontrar uma casa de veraneio em frente ao Bosque Municipal e dois *chalets* de alvenaria.

### **3.2.3.1 - As novas rocinhas do século XIX.**

Em meados do século XIX, as rocinhas eram vivendas mais rústicas e interioranas<sup>341</sup>, ao contrário das *novas rocinhas* construídas no final do século XIX, vivendas

---

<sup>341</sup> “No início do século XIX, quando Belém era uma pequena cidade com pouco mais de doze mil habitantes, sendo mais da metade deles escravos, grande parte da população rica de Belém vivia durante a maior parte do

mais sofisticadas e que revelam a fase áurea da borracha na Amazônia. Mas, no final do século XIX, o morar numa rocinha remetia apenas a um tipo de residência campestre afastada do centro, e não mais significava toda propriedade rural. Assim, podemos observar que a arquitetura e o morar nas rocinhas também acompanharam as transformações decorrentes do desenvolvimento econômico da região.

As *novas* rocinhas eram particularmente elegantes e construídas a partir de influências neoclássicas, seguindo a utilização de ordens e motivos ornamentais greco-romano, além de uma subordinação dos detalhes às composições simples e geométricas. Ainda assim, é válido considerar que no final do século XIX a influência neoclássica já se encontrava em abandono, mas, de qualquer forma, este foi o estilo preponderante encontrado nas fachadas, evidente pelo uso excessivo de cimalkhas, molduras e rodapés, em especial pelo uso do frontão triangular, um dos elementos arquitetônicos mais característicos deste estilo.

A construção das rocinhas seguiu as inovações adotadas no final do século XIX. Dessa forma, passaram a ser construídas com paredes de alvenaria, sustentadas por fundações em baldrame de pedras, o que permitiu maior solidez, elevando-se a edificação do nível do solo. Este novo sistema evitava o contato direto da edificação com o chão, o que, desta forma, proporcionou a introdução de porões nestas vivendas, onde foram construídos óculos de ventilação. Assim, a maioria dessas vivendas passou a adotar uma escadaria, em geral com formas suntuosas, revestidas com pedra de lioz e guarda-corpo trabalhado de ferro fundido.

Na capital paraense, foram construídas inúmeras rocinhas, algumas delas muito conhecidas, como é o caso da rocinha da Arcipreste, demolida na década de 1970. Neste caso, para melhor compreendermos o que era morar numa rocinha entre o final do século XIX até o início do século XX, optamos em analisar as duas rocinhas que ainda pertencem ao patrimônio histórico de Belém. Nesse sentido, se na Rocinha do Museu Goeldi, podemos evidenciar a arquitetura imponente da riqueza da borracha, em contraposição, temos a Rocinha do Benguí, que apesar de ter sido construída no início do século XX, apresenta características muito mais próximas à arquitetura modesta das rocinhas da *Belém das bananeiras*. A simplicidade de sua forma, contudo, não impediu que o seu construtor utilizasse um arrojado arquitetônico superior às demais vivendas rurais encontradas na capital paraense.

---

tempo na área rural que circundava a cidade. Nesses sítios suburbanos as Rocinhas, no início do século, moravam todas as pessoas da família, ao lado dos escravos, que habitavam separadamente da casa, nos fundos. As pessoas não costumavam a dormir em camas substituindo-se por redes e habitualmente passavam a maior parte do tempo nas varandas, onde inclusive se fazia as refeições”. MEIRA, 1984, não paginado.

### - A Rocinha do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

Em 1895, quando o Emílio Goeldi assumiu a direção do Museu Paraense, ele exigiu ao Governador Lauro Sodré uma propriedade que pudesse se tornar a nova sede do museu. Este local deveria ser ideal para atender as novas diretrizes de um museu mais moderno, e, por isso, deveria dispor de um espaço maior para abrigar as novas coleções, mas, principalmente, onde pudesse ser implantado os dois novos anexos: o jardim zoológico e o horto botânico.

Assim, o Museu adquiriu a rocinha do Coronel Bento José da Silva Santos, localizada na Estrada da Independência n° 22, cujas evidências podem ser vistas no gradil da porta central, onde foram gravadas as iniciais do proprietário e a data de término da construção, 1879. A escolha desta rocinha se deu por apresentar inúmeras qualidades, pois além de estar localizada bastante afastada do centro, apresentava uma paisagem natural com algumas espécies de plantas nativas. Essas qualidades são expressas no ato de recebimento da nova sede:

Finalmente, em fins de Março, foi-nos entregue o novo edificio, a bem conhecida rocinha do Coronel Silva Santos á estrada da Independencia n. 22 e na mesma data despontou a aurora de uma nova éra para o Muzeu Paraense: éra de crescimento vigoroso, de alargamento material e technico, social e scientifico, mas tambem éra de trabalho dobrado, de luctas fortes e labores crescentes! Sim, foi uma data memoravel essa em que, em nome do patriotico governo, tomamos conta da nova casa, para n'ella installarmos um templo para os bens intellectuaes; [...] Dotar o Muzeu tambem de edificio e colocação condignos e cercal-os de meios de existencia, era de facto a consequencia logica da anterior resolução creadora, complemento necessario, indispensavel, base inevitavel, única para remover para o solido terreno da realidade e dos factos um bello desejo e util plano de estadista esclarecido.<sup>342</sup>

A sede do Museu, mais conhecida como *Rocinha*, passou a ser o prédio central da instituição. No prédio eram desenvolvidas todas as atividades do Museu, como as pesquisas científicas, as exposições, e onde também funcionavam os laboratórios, os gabinetes e a biblioteca, além de servir como residência para a família do Diretor no início de sua administração. Em 1896, Emílio Goeldi modificou o projeto original da Rocinha, construindo um anexo lateral com uma pequena varanda, além de prover uma cobertura de vidros com venezianas na varanda frontal, o que provocou modificações no corpo principal da edificação. Na fachada posterior, mandou construir uma escadaria de concreto, projetada junto a um pequeno lago de estalactites. Contudo, estes elementos foram retirados em reformas realizadas em meados da década de 1970, devolvendo a simetria original do prédio.

---

<sup>342</sup> GOELDI, Emílio. *Relatório apresentado pelo director do Museu Paraense ao Sr. Governador do Estado do Pará*. Parte Administrativa I. Anual. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-1906, p.2.

**Figura 35: Rocinha do Museu Goeldi.**



Fonte: MONTENEGRO, 1908, p.270.

O estilo desta rocinha segue as influências neoclássicas tardia, preponderantes na Belém da segunda metade do século XIX. A fachada apresenta um frontão triangular, um marcante elemento deste estilo, adornada por estátuas de louças, que representavam as estações do ano. Esta rocinha não mais apresenta as mesmas características encontradas nas *antigas* rocinhas, trata-se de uma residência elegante com luxuosos elementos decorativos, com escadas em pedras de lioz, decoradas com vasos de louças portuguesas. No interior, grande parte das paredes foi decorada com escaiolas e roda-teto em motivos florais. Os forros são espaçados de madeira e os pisos de acapu e pau-amarelo em estilo macho-e-fêmea, sendo apenas no exterior, utilizados ladrilhos de cimento decorados.

Em homenagem ao fundador do Museu, esta rocinha foi *batizada* de Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna. Ainda assim, continua carinhosamente chamada por todos aqueles que freqüentam o museu, como *Rocinha*. O prédio foi tombado pelo Governo Federal para preservar seus aspectos arquitetônicos, além das áreas verdes que a circundam, como testemunhos de estilos de vida e hábitos culturais de um momento histórico tão marcante de nossa região. Em 2003, a *Rocinha* passou por um processo de restauração que devolveu algumas de suas características originais, apenas realizando algumas intervenções para dotá-la de espaços expositivos.

#### **- A rocinha do Benguí.**

O proprietário e construtor desta rocinha foi Aureliano Antonio de La Roque Eirado, sócio da Empresa de Serraria Manoel Pedro & CIA. A edificação foi construída no prolongamento da Estrada de Ferro de Bragança, no ramal do Pinheiro, que ligava São Braz à

Outeiro. Neste lugar, havia duas unidades com as características de uma rocinha. Uma dessas vivendas ficou conhecida como a rocinha do Benguí.

Esta rocinha, ao contrário daquela do Museu Goeldi, foi construída no início do século XX. Contudo, podemos perceber que o seu partido arquitetônico apresenta formas mais simples e modesta. Por este motivo, esta rocinha conservou as características das rocinhas mais antigas daquelas encontradas na *Belém das bananeiras*, porém, apresenta algumas soluções modernizadas, como a elevação da casa, promovendo uma área aberta na projeção da casa, mas sem a introdução do porão, que permitiria a maior aeração da casa.

**Figura 36: Rocinha do Benguí.**



Autor: Durval de Souza Filho, 2007.

O projeto da casa segue o resguardado dos ambientes pela utilização das varandas que circundam toda a edificação que, além de promover maior conforto térmico, permite uma maior privacidade aos moradores. A construção da varanda deve-se à utilização do prolongamento do telhado que segue com a divisão em quatro águas. Por isso, esta rocinha apresenta maior proximidade com as características das rocinhas do século XVIII. Contudo, a inovação desta casa é a utilização de mãos francesas que sustentam o telhado e o seu prolongamento que ultrapassam o perímetro da varanda, o que torna a estrutura desta casa um diferencial à parte das soluções construídas durante o período em questão. A decoração é feita de forma bastante modesta, com piso em madeira, assim como, o forro, em gamela.

Em 1976, a propriedade foi comprada pela Empresa de Engenharia ESTACON, onde construiu a nova sede da empresa. No final da década de 80, esta empresa restaurou o prédio, eliminando elementos não-originais da construção, como a construção do banheiro e da cozinha em alvenaria, devolvendo a estrutura original do prédio, sendo destinado ao setor com finalidades sociais da empresa.

### 3.2.3.2 - Os *chalets* de ferro

Em meados do século XIX, o ferro era usado na arquitetura em diferentes escalas de projetos, mas mantinha-se de forma discreta, utilizado escondido nas estruturas ou na fabricação de elementos arquitetônicos. Além do que, na construção civil, a vedação de ferro, seja em ferro fundido ou em chapas de ferro, não era um bom isolamento térmico, nem uma estética aceitável. Estes problemas seriam solucionados com o emprego de chapas prensadas por meio do sistema Danly<sup>343</sup>, permitindo que as chapas apresentassem relevos tanto côncavos quanto convexos, oferecendo uma estética mais agradável às chapas. Assim, com este sistema, as chapas não seriam mais parte da integrante da construção, elas se revelariam como a própria estrutura da edificação. O isolamento térmico seria solucionado com faixas de metal perfurado encontrados no rodapé e próximos ao forro, que poderiam ser fechadas com o deslocamento horizontal de outras peças de metal. Isto controlaria a melhor vedação ou areação dos ambientes, permitindo que o ambiente ficasse mais ventilado ou mais aquecido.

O ferro apresentava inúmeras qualidades para a construção civil, pois as estruturas pré-fabricadas, além da fácil instalação, não exigiam mão de obra especializada. Assim, o ferro tornou-se um material essencial para a modernização de cidades em ritmo decrescimento acelerado. Na arquitetura<sup>344</sup>, a utilização do ferro tornou-se um empreendimento vantajoso, além do que permitiu a criação de uma arquitetura *consumível* pelo lançamento de catálogos, onde eram disponibilizados os mais variados produtos - de elementos arquitetônicos mais simples, como colunas e pilares, até o projeto completo de uma casa. E, é nesse cenário que podemos encontrar os três *chalets* de ferro montados em Belém, que segundo Geraldo da Silva, provavelmente datam entre 1892 a 1900. Todos construídos pelo sistema Danly.

Os aspectos inovadores estavam basicamente na planta: flexível, adaptável, mas definida por poucos ambientes; e na decoração, de desenho sóbrio, oriundo das necessidades da técnica e material usados. O reverso da adaptabilidade, flexibilidade e limpeza do desenho dos chalés em ferro, era uma inegável despersonalização do projeto, para a qual contribuíam, ainda, a impossibilidade do uso de detalhes individualizados, artesanais, aspectos relevantes na linguagem arquitetônica adotada na região, para representar as diferenças sociais que se instalavam, em função a economia da borracha.<sup>345</sup>

<sup>343</sup> A sua origem provém da *Société Anonyme des Forges d'Aiseau*, Bélgica. Este sistema teve sua patente registrada por Joseph Danly, em 1885.

<sup>344</sup> “Essencialmente foram as razões econômicas que determinaram a coexistência da arquitetura do ferro com arquitetura do estilo. Hoje fala-se numa arquitetura do ferro, mas na época em que ela surgiu, a não ser pela referência de raros críticos de arte e de arquitetura, ela era somente tolerada como uma maravilha da técnica, dentre tantas que os industriais se empenhavam em colocar no mercado nacional e internacional. Não havia quem se opusesse às construções em ferro, mas daí a compará-las como os movimentos dos estilos revividos precisamente no século XIX, havia uma considerável distância[...]”. DA SILVA, 1986, p. 26.

<sup>345</sup> DERENJI, 1993, p. 168-9.

O projeto dos *chalets* encontrados em Belém seria uma variação dos *chalets* alpinos. Segundo Derenji, apesar da inadequação a Belém dessas residências de características de clima frio e montanhoso, o projeto estava associado a uma idéia européia do modelo de casa de férias. Essas casas, na verdade, eram uma *europização* das rocinhas, ficavam distantes do centro, e que para uma melhor adaptação ao clima quente, foram dotadas de amplas varandas. Seguindo é claro, arquitetura alpina européia, algumas dessas residências tinham torres e novos caimentos dos telhados imitando a estrutura alpina, mais propícia à neve, sendo que em algumas dessas casas criava-se um falso enxaimel para destacar esta arquitetura de característica européia.

**Figura 37, 38 e 39: Os *chalets* da Imprensa, do Bosque e da UFPA (da esq. para dir.).**



Fonte (37): Imprensa Oficial, 1985; Autor (38) e (39): Karol Gillet, 2008.

Os *chalets* de ferro seguem as mesmas características arquitetônicas, mas, apresentam plantas e soluções diferenciadas, revelada pela complexidade de suas diferentes formas volumétricas. O aspecto em comum dessas residências se dá pela modéstia decorativa das peças, como também, pela inexistência de cozinha e de instalações sanitárias no interior dessas residências. Derenji explica que nesse período já havia unidades sanitárias em ferro, por isso, a autora exclui a dificuldade de sua execução destes ambientes no interior da casa<sup>346</sup>. Além do que, em dois exemplos, o *chalet* do Bosque e o da UFPA, podemos encontrar amplas varandas, o que nos leva a considerar uma preocupação com o conforto térmico dos moradores de regiões mais quentes, permitindo que estas casas apresentassem uma melhor adaptação à região.

Contudo, existem poucos registros e informações sobre estas residências, inclusive, no que se refere à imprensa da época. Muito provavelmente, estes *chalets* serviram de habitação para técnicos e funcionários de empresas inglesas. Além do mais, estas

<sup>346</sup> Id., 1987, p.162.

residências encontravam-se longe do núcleo central de Belém, seguindo uma implantação mais livre, afastadas do eixo da rua, totalmente integradas por jardins.

#### **- O *chalet* da Imprensa Oficial.**

Dos três *chalets* existentes em Belém, o *chalet* localizado na Avenida Almirante Barroso nº 735, apresentava linhas arquitetônicas mais modestas. Por este motivo, talvez fosse o exemplar mais antigo montado na capital paraense. Contudo, não se sabe ao certo a data de sua construção, mas, em 1925 o *chalet* foi vendido pela viúva de Eugênio da Silva Gaspar para o Governo do Estado do Pará. Em 1957, o *chalet* foi doado a Imprensa Oficial do Estado que ali se instalou até 1985. Com as novas instalações da instituição, o prédio deveria ser restaurado, mas, encontra-se desmontado na UFPA, sem qualquer proteção mais adequada.

O projeto da casa apresentava um formato retangular, com um pequeno alpendre, onde estava localizada a entrada casa. No espaço privado, a circulação era realizada por um corredor central que permitia o acesso aos diferentes compartimentos do *chalet*, sem que houvesse uma distinta setorização de ambientes, devido o *chalet* apresentar uma planta livre, sem qualquer definição dos ambientes.

As chapas das paredes apresentam um distanciamento de 40 cm, com uma estampagem incomum. Além do mais, segundo Geraldo da Silva, a casa apresenta uma variante do próprio sistema Danly, pois não foi encontrado por este autor as estruturas móveis características do sistema, o representaria mais um indício que o *chalet* seria um dos produtos mais antigos da fábrica *Forges d'Aiseu*<sup>347</sup>. Este *chalet* também se encontrava elevado do nível do solo, com uma altura de mais ou menos 2 m, por onde deveria circular o ar, que refrescaria o interior da casa. As paredes não estavam fechadas até os frechais. Nas fachadas laterais, existiam aberturas horizontais que também revelavam a preocupação com a circulação do ar. A cobertura era totalmente feita com telhas onduladas em 2 águas, porém o que chamava atenção era o gradil de ferro na parte superior da cumeeira, o que dava um toque mais ornamental numa casa com linhas mais simples e modestas.

#### **-O *chalet* do Bosque**

O *chalet* da Avenida Generalíssimo Deodoro n. 694 pertenceu à família de Antonio Coelho Moreira. Em 1904, o *chalet* foi adquirido pela Sociedade Beneficente Portuguesa, onde, posteriormente, também funcionaram o Instituto Brasileiro de Café e o

---

<sup>347</sup> DA SILVA, 1986, p. 214.

Instituto Hidroterápico. Posteriormente, o *chalet* foi completamente restaurado e remontado no Bosque Rodrigues Alves.

Esta residência seguia o estilo de um bangalô anglo-indiano e tinha dois pavimentos, sendo o primeiro em alvenaria, com aproximadamente uma área útil de 450 m<sup>2</sup>. O projeto em *U* tinha um alpendre central, mas, apresentava amplas varandas, o que mostra uma preocupação constante das empresas de ferro com o conforto térmico dos moradores. As instalações da cozinha e do banheiro foram incorporadas ao *chalet*, na parte posterior da casa.

Os pisos do pavimento superior são de madeira, apoiados em estruturas de ferro. O forro do alpendre também é de madeira, mas, o do interior da casa é todo em ferro, com pequenas placas estampadas. As chapas das paredes também são distanciadas apenas em 26 cm. No telhado em 4 águas também foram utilizadas chapas estampadas de ferro, porém com desenhos diferentes daqueles encontrados nas chapas das paredes. As diferentes estampagens encontradas por toda a casa, deve-se ao fato de melhorar esteticamente o padrão da residência, em virtude de aumentar a aceitação dos *chalets* de ferro pelas famílias burguesas. Por isso, as chapas apresentam mais decoradas, devido o uso do sistema Danly. Neste *chalet*, as esquadrias são de madeira e vidro, promovendo um acabamento mais fino à edificação, com um padrão requintado.

#### **- O *chalet* de ferro da UFPA.**

Este *chalet* é o único que apresenta dois pavimentos totalmente construídos em ferro. Contudo, não existem muitas informações sobre o seu ano de construção, mas sabe-se que ele foi montado antes de 1893, quando foi posto à venda. O *chalet* pertenceu ao senador Álvaro Adolfo da Silveira e estava localizado na Avenida Almirante Barroso n. 152. Mais tarde, entre os anos de 1963 a 1972, o *chalet* foi alugado pela UFPA para se tornar sede do curso de Arquitetura.

A casa em sistema Danly tem as chapas metálicas em paredes duplas com uma distância de 16 cm entre elas. O projeto possui poucos compartimentos e a circulação da residência se dá pelas varandas ou pela comunicação interna entre os ambientes da edificação, que se desenvolve num formato em *T*, o que permitiu uma maior complexidade na solução de seu telhado com uma cobertura em três níveis, conferindo-lhe maior ornamentalidade em seu partido arquitetônico. O acesso a casa era realizado por uma escada que se localizava na fachada principal ou por uma escada de serviços, construída nos fundos pela família do morador.

O piso do pavimento superior, assim como os forros dos alpendres, são de madeira, sendo sustentado por perfis de ferro. Segundo Geraldo da Silva, as varandas desta residência ocupam 220m<sup>2</sup> de um total de 360 m<sup>2</sup>, o que representa quase 60% de sua área<sup>348</sup>. Ao contrário dos demais *chalets*, o pé-direito deste apresenta um gabarito maior, com o primeiro pavimento com de 3,2m de altura, enquanto que o segundo tinha 4,25m, o que conferia maior elegância ao corpo da edificação.

Em 1981, com a construção da nova sede do Clube Monte Líbano, o *chalet* foi repassado ao Prof. Euler Arruda que doou o prédio para UFPA. Em seu projeto de desmontagem, as peças do *chalet* foram totalmente catalogadas para que facilitasse a sua posterior montagem no Campus Universitário. Deste modo, o projeto de restauração<sup>349</sup> manteve o aspecto original da casa, razão pelo qual foram retirados os dois compartimentos nos fundos da casa, onde estavam localizados o anexo do banheiro e da cozinha. Mas, para que o prédio pudesse funcionar novamente, era necessário a construção de novos banheiros para os usuários. Esta adição foi construída no pavimento inferior, com material totalmente diferente do original, justamente para evidenciar a contemporaneidade da construção. Uma outra intervenção foi a construção da laje do piso para que, desta forma, se evitasse o contato da edificação com o solo, o que poderia danificar e provocar a oxidação da construção.

\* \* \*

Apesar da montagem destes *chalets*, o uso do ferro nas residências era mais aceito como parte integrante da arquitetura erudita, neste caso, eclética, visto a reprodução de elementos arquitetônicos em diversos estilos do que propriamente o uso do ferro como principal elemento construtivo. Ainda que houvesse, algumas tentativas mais amplas do emprego do ferro nas residências em estruturas mistas, como é o caso, da residência do Intendente Lemos, onde o pórtico de entrada, além de alguns elementos arquitetônicos, foram feitos com ferro fundido trabalhado, em contraste com a parte interna da casa, construída em alvenaria. A utilização de estruturas mistas em ferro e alvenaria era pouco comum, sendo o ferro mais comumente aceito na confecção de elementos arquitetônicos:

Numa identificação entre a arquitetura e as aspirações sociais da elite regional ligada à economia da borracha, as residências em ferro podem ser vistas como parte da construção de uma linguagem que procurava estabelecer, arquitetonicamente, as diferenças sociais no meio urbano da capital paraense. Enquanto, a massa dos barões da

---

<sup>348</sup> DA SILVA, 1986, p. 209.

<sup>349</sup> Ver: FÁRIA, Maria Beatriz. *Resgate de uma tecnologia do século XIX*. In: DERENJI, Jussara. *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: CEJUP, 1993, p. 168.

borracha continuava adotando o ecletismo classicizante, com projetos de arquitetos franceses ou italianos, apenas poucos se arriscariam a reais modificações.<sup>350</sup>

**Figura 40: A residência do Intendente Antônio Lemos.**  
Localizava-se na Av. Gentil Bittencourt, onde foi construído o prédio do IBGE.



Fonte: PARÁ, 1998, p. 243.

O uso do ferro, muitas vezes significava uma construção provisória, por isso, apenas utilizada em casos especiais. Por este motivo, provavelmente os *chalets* de ferro deveriam ser residências provisórias para europeus que vinham trabalhar por um determinado tempo em empresas locais. Conforme explica Derenji pode-se perceber que o uso do ferro na construção de residências não era considerado uma prática aceitável, ou fosse indiferente, para a classe burguesa, comprovada pela falta de registros oficiais sobre essas edificações<sup>351</sup>. Neste caso, os *chalets* de ferro por não seguirem as concorrentes estilísticas oficiais ou por se apresentarem como uma instalação provisória, não representavam uma arquitetura formal aburguesada. Contudo, devemos levar em consideração, que estes *chalets* foram adquiridos por empresas ou por famílias com maiores recursos, que talvez não pertencessem à sociedade burguesa, mas, estes *chalets* representam uma inovação no modo de morar burguês tanto pelo uso do ferro quanto pela utilização da arquitetura européia.

### 3.3 - As formas popularmente burguesas de morar

#### 3.3.1 - As casas de puxada.

Como foi dito anteriormente, em meados do século XIX, a capital paraense começava a sentir os primeiros efeitos das reformas urbanísticas provenientes da riqueza da borracha. Este mesmo processo modernizador também provocou mudanças significativas na arquitetura residencial belenense, modificando o modo colonial de morar. Essas transformações podem ser evidenciadas a partir da transição das casas de sobrado para as

<sup>350</sup> DERENJI, Jussara. *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: CEJUP, 1993, p. 168.

<sup>351</sup> *Ibid.*, p. 168-9.

casas de porão alto, que eram *levantadas* do nível do chão. Embora, muitas dessas casas ainda seguissem um arranjo arquitetônico das casas coloniais de porta e janela, passaram a apresentar soluções projetuais mais modernizadas.

Assim, as famílias de classe média/baixa constituídas por pequenos de comerciantes e trabalhadores, em geral do serviço público ou privado, também absorveram as mudanças da arquitetura burguesa, mas, a seu modo. Neste caso, a modernização da casa colonial se deu pelo o esquema de planta com uma solução *alongada*, mais conhecida como casas de puxadas, ou simplesmente, puxadas.

A planta denominada regionalmente de puxada, era predominante até o início do século atual [XX]. Com pequenas variações, essa planta era formada por uma sala, seguida por uma sucessão de peças iluminadas através de um corredor, finalizando em sala-de-almoço. Às vezes, essa última peça adquiria a forma de varanda aberta, um destaque na arquitetura paraense do século XIX, e que, tradicionalmente, abrigava funções de preparação de alimentos/ comedor/vivência familiar. Apesar de sua importância, a varanda localizava-se predominantemente nos fundos das residências. No fim do século, as cozinhas e banheiros integraram-se definitivamente ao corpo das casas.<sup>352</sup>

Em virtude da adoção de novas necessidades modernas para o provimento de uma *casa saudável*, essas casas sofreram modificações no espaço privado, seguindo medidas e ações impostas pela legislação municipal. De um modo geral, essas modificações foram introduzidas em caráter coercitivo e obrigatório, mas, posteriormente, elas foram mais *naturalmente* aceitas por aquelas famílias que *adquiriam* os novos hábitos *modernos*, visando o enobrecimento de suas casas.

As principais modificações introduzidas nas casas de puxada se deu pela a supressão das áreas da casa sem iluminação e/ou ventilação direta, o que introduziu os corredores dotados de janelas na circulação mais íntima, a abolição de compartimentos sem esta condição de salubridade, como as alcovas, a introdução da cozinha e banheiros dentro da casa, além do vestíbulo, visto como um novo cômodo moderno.

A construção das casas de puxada seguia um conjunto de casas geminadas com partido arquitetônico semelhante, aproveitando-se o mesmo esquema de planta, apenas rebatido. O conjunto dessas casas, em geral, era formado por grupos de três ou mais casas, conhecidas como vilas. Mas, neste caso, visando-se uma melhor compreensão sobre as casas de puxada, analisaremos a casa como uma unidade habitacional, pois havia também casas de puxada que poderiam pertencer ou não a um conjunto de imóveis, o que também não impede o seu reconhecimento. Dessa forma, as vilas serão melhor examinadas no desenvolvimento desta dissertação.

---

<sup>352</sup> DERENJI, 1993, p. 163.

As puxadas, apesar de apresentarem um arranjo típico ou mais padronizado, ainda assim apresentavam soluções com pequenas variações projetuais, sem que isto pudesse interferir na leitura da planta reconhecida como puxada. Neste caso, o programa de necessidades dessas casas seguia um padrão mais básico, o que tornava possível organizar a casa permitindo uma setorização menos complexa, porém mais evidente.

Assim, como já foi dito anteriormente, a área social da casa restringia-se na parte da frente, que tinha sua função voltada a receber visitas, e, por isso apresentava-se mais decorada e arrumada, onde estava localizado o vestíbulo que dava acesso ao corredor social, e que se ligava às salas de estar e de jantar. Nesta área, ainda encontrava-se a varanda destinada às atividades familiares e, mais raramente, apresentavam gabinetes ou sala de música. Algumas casas seguiam o costume colonial em utilizar o ambiente localizado entre as salas como alcova, usando redes apenas no horário de recolhimento, o que demonstra um costume que ia de encontro com os novos hábitos burgueses. A circulação interna estava localizada na área íntima, sendo os quartos banhados pela iluminação e ventilação dos corredores. Já na parte posterior, estava localizado o banheiro e a área de serviço que, em alguns casos, poderia estar também localizada nos porões da casa.

As casas de puxada eram amplamente aceitas pela população de classe média/baixa, pois o seu esquema de planta era o que melhor se adaptava aos seus recursos e ao seu modo de viver, e, por isso representava a melhor opção projetual para essas famílias que, muitas vezes, tentavam se adequar aos novos padrões burgueses. Nesse sentido, as famílias com mais recursos com a intenção de *fazer parte* da sociedade gomífera, *aburguesavam* as suas casas, promovendo uma prática bastante comum durante neste período, reformando *ecleticamente* a sua residência. Uma modernização, muitas vezes apenas realizada na fachada principal, enquanto no espaço interno mantinham-se as características tradicionais alongadas deste esquema projetual.

Ainda que somente apresentassem uma fachada melhor elaborada, ou melhor, uma situação *de fachada*, essas casas eram *popularmente* burguesas, pois essas famílias acreditavam que era possível avaliar os recursos do morador pela fachada de sua casa. No caso, quanto maior fosse a ornamentação e a decoração das fachadas, maior seria a condição social do morador. Por estes motivos, a maior diferença encontrada entre as casas de puxada apresenta-se em sua fachada que, em geral, revelava os diferentes recursos dos moradores. Assim, as casas de puxada sem *assinatura* de um arquiteto, eram construídas pelos mestres-de-obra, o que, na prática, construía essas novas fachadas aburguesadas, com o excesso decorativo, proporções exageradas ou mesmo distorcidas.

O capitalista ordinariamente pouco se importa com a apparencia dos predios: deseja-os a baixo preço, para auferir a maior taxa de juro sobre o dinheiro gasto. Por seu turno, o mestre de obras ou é de um ignorancia palmar, até das primeiras regras de architectura, ou somemos interesse liga á questão da fachada: seu escopo é construir á pressa, aproveitando maior quantidade de tempo e materiais, afim de colher maior saldo sobre o total do contracto. E assim, do consórcio d'estes desejos economicos do proprietario e do constructor, advêm o atrazado systema de edificação no Pará, o nosso consagrado mau gosto e a feia apparencia das casas, quasi todas acanhadas e baixas, mesmo nas principaes vias publicas. Isto quanto aos frontispicios. Internamente, os predios são bem mais dignos de critica. Traçados por um só plano commum, possuem a celebre *puxada*, cuja disposição é quase invariavelmente a mesma, na monotona sucessão dos varios aposentos. Raro nos é dado encontrar na capital e suburbios uma casa differente d'este plano feio e anti-hygienico.<sup>353</sup>

Á parte uma outra casa isolada, que se divorcia por felicidade, d'esta triste regra geral, os predios construidos em 1903 ou em construcção agora obedecem ás mesmas horripilantes regras da originalissima intuição dos mestres d'obras. Já celebrisados pelo seu insticto rotineiro, pela falta de graça nos lineamentos, por mil defeitos que de cada casa d'esta cidade fazem um detestável aleijão. Doe-me devéras falar-vos assim: mas eu não devo sacrificar a verdade aos interesses de quem quer que seja. E mais uma vez cumpre-me recordar vos aquillo que vos disse já no meu relatório anterior Relatório geral: - a edificação urbana absolutamente não acompanha os passos da iniciativa municipal: é digna de lastima a nenhuma relação entre o caprichoso esmero dos poderes municipaes e a censuravel desidia dos proprietarios, cujas melhores casas são communs, existindo ainda bom número de pardieiros de grande fealdade.<sup>354</sup>

.....  
É tempo, com effeito, de rompermos de vez com as tradicionaes puxadas, ornadas de vidraças tão improprias de nosso clima e compostas de dormitorios sem ar nem luz directa. Também devemos fazer guerra sem treguas ao systema das alcovas, quentes anti-hygienicas, onde a temperatura se torna sensivelmente elevada ás horas destinadas ao somno de seus moradores. Cuidar da bella, attrahente apparencia das fachadas dos predios é, certo, uma preocupação merecedora de encomios, denota um bom-gosto evidente, que merece louvado. Mas determinar quantas medidas tendam ao bem-estar, á saúde, á vida dos habitantes, é dever urgente, que nos incumbe a todos nós, investidos de responsabilidades officiaes.<sup>355</sup>

A localização das casas também se tornou importante para a valorização do status do morador. Por este motivo, essas casas foram construídas em diversos bairros de Belém. Neste caso, aqueles que tinham maiores recursos construíram suas residências em áreas mais nobres, o que, para o Poder Público, prejudicava o seu projeto de modernização, ainda que as puxadas apresentassem uma solução melhor elaborada que as casas populares.

#### **- Casas de puxadas com porão alto.**

Com o Código de Polícia Municipal de 1900, a construção do porão passou a ser obrigatória. Em 1904, com a reformulação do referido código, os porões foram obrigados a seguir um padrão de altura entre 1,5 a 3m. Ainda assim, as casas, através da Lei n. 362 de 10

<sup>353</sup> LEMOS, A., 1902, p. 165.

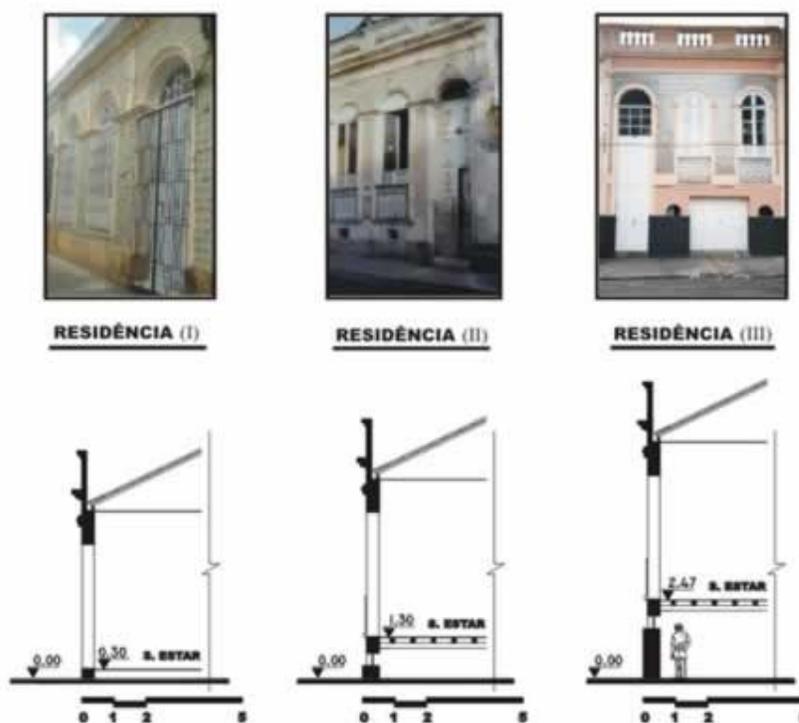
<sup>354</sup> Id., 1903, p. 149-150.

<sup>355</sup> Id., *O Município de Belém – 1907*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1907 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908, p. 91.

de junho de 1903, poderiam ser classificadas de acordo com a respectiva altura do porão, em térreas, meio-assobradados, assobradados e sobrados. Mas, apesar desta classificação, no *sensu comum*, as casas eram reconhecidas pelo padrão de habitabilidade do porão, visto que o código passou legalmente a aceitar a habitação nos porões, desde, é claro, que seguissem as regras impostas pela Intendência.

Assim, havia, basicamente três tipos de casa com diferentes alturas de porão: (I) porões não-habitáveis sem aberturas de arejamento, por isso, consideradas casas insalubres; (II) porões não-habitáveis com aberturas de arejamento; (III) as casas de porão alto habitáveis, permitindo a ocupação deste local. Neste caso, examinaremos três exemplos de casas de puxada com diferentes soluções para o porão, mas que apresentam o mesmo padrão construtivo e de implantação mais antiga, seguindo o alinhamento da rua para que se evidencie como a utilização porão, no caso, habitável, influenciou na nova organização do espaço interno das casas aburguesadas.

**Figura 41: Exemplos de tipos de casa com diferentes alturas de porão.**



Fonte (I): BRAGA et al., 2001; (II): COSTA et al., 2001; (III): HOLANDA et al., 2002.

A residência (I) está localizada na Travessa Benjamim Constant no Reduto, considerado bairro de serviços e de indústrias, em geral ocupado pelos trabalhadores que preferiam morar próximo de seu trabalho. Neste caso, podemos observar que esta residência não apresenta porão, apenas encontra-se levantada do nível do chão, evidente pelo único

degrau que é o próprio batente da porta principal, separando a casa da rua, o que reflete as características das casas de porta e janela mais antigas. Neste caso, a modernização da casa se deu com a presença do vestíbulo, mas, em contrapartida, ainda apresenta alcova, localizada na parte da frente da casa. O seu tipo de implantação não permitia a abertura direta das janelas dos quartos, sendo ventilados e iluminados pelo corredor *alongado* da casa (planta em anexo).

A fachada desta residência apresenta formas bastante simples, com uma cercadura marcada por pilastras nas extremidades e meia-pilastras no corpo central, revestida com azulejos decorados nas cores amarela e azul. A platibanda segue o formato retilíneo, ornamentada de maneira modesta, apenas marcada pela presença de frisos e uma cercadura de pilastras. Todas as esquadrias de madeira recebem um acabamento com verga em arco pleno acima das bandeiras de vidro, de modo que, as janelas apresentam veneziana na parte inferior e quadros de vidro em diferentes formatos na parte superior. A porta principal apresenta-se decorada apenas pela presença de almofadas em diferentes formatos.

O segundo exemplo, a residência (II) está localizada na Rua Riachuelo, no bairro da Campina. A planta (em anexo) segue o mesmo tipo de organização das demais casas de puxada, exceto pela cozinha que não recebe luz direta, sendo iluminada por uma clarabóia. Esta casa encontra-se mais adaptada aos padrões modernizados, pois o porão apresenta um gabarito maior com 1,3m de altura, o que permitiu a introdução de aberturas para melhor prover a aeração da casa, como podemos observar as duas seteiras que compõem a fachada da casa. O projeto original da casa foi modificado para melhor atender a família atual. Neste caso, foram introduzidas pequenas alterações, como a construção de uma saleta nos fundos, além da área da varanda acrescida no afastamento lateral do corredor. A sala, localizada entre a varanda e a sala de estar, provavelmente sofreu a modificação de uso, visto que este ambiente era a sala de música, onde estava localizado o piano. Posteriormente, a família utilizou este ambiente como alcova.

A fachada desta residência apresenta formas mais requintadas, visto o acabamento encontrado nos elementos arquitetônicos. O embasamento da casa é composto por duas seteiras com gradil de ferro. O corpo central era revestido com azulejos decorados, depois retirados em reformas. As esquadrias são feitas de madeira e vidro com vergas em arco pleno, emolduradas por pilastras com um tratamento de frisos e ornamento em estuque em seu eixo central. As janelas rasgadas receberam uma sacada entalada em ferro e a porta central de madeira com desenhos em almofadas e frisos escalonados, recebendo portão em gradil de ferro trabalhado, o mesmo tratamento da bandeira da porta. A platibanda reta é decorada com

molduras em frisos e desenhos almofadados, e apresentava duas pinhas nas extremidades e uma no eixo central, todas de origem portuguesa, retiradas sem autorização do dono.

Já a residência (III) está situada na Rua dos Tamoios, localizada no bairro de Batista Campos, tradicionalmente um bairro com *status* elevado. A residência traz características do início do século passado, com estilo eclético e de porão alto habitável, que apresenta diferentes alturas ao longo da construção, mas nunca inferior a 1,80m, permitindo que fosse ocupado pela família. A casa não apresenta alterações significativas em sua planta (em anexo), o que manteve sua integridade quase total. Na década de 50 ou de 60, ocorreu a modificação mais evidente na fachada da casa: a introdução de um portão no embasamento da casa, para que o porão servisse como garagem. A característica marcante desta residência é o porão alto identificado pelos óculos da fachada, onde estava localizado o quarto de empregadas.

A fachada apresenta um padrão bastante de comum adotado em outras residências deste tipo, sem excessos decorativos e ornamentação modesta. A platibanda foi adornada com balaustres prumados entre as pilastras. O corpo do prédio apresenta esquadrias de madeira com venezianas e vidro, e as janelas rasgadas possuem sacada entalada com gradil em ferro fundido. A influência neoclássica aparece nos frisos, nas cimalthas e em outros detalhes em relevo. Os azulejos da fachada são decorados com desenhos geométricos em azul, amarelo, vinho, preto com o fundo branco.

Nestes três exemplos, assim como em outras plantas, independentemente da implantação, podemos observar que a planta destas casas de puxada apresentam a setorização mais tradicional, sendo organizada na parte da frente em área social, no meio em área íntima e nos fundos, reservada à área de serviço e de cozinha. Segundo Reis Filho, as casas de porão alto permitiam a convivência das casas no limite da via pública, protegendo melhor a intimidade dos moradores<sup>356</sup>. Em nossa região, o porão alto acrescenta preocupações com o clima, já que, ao afastar o piso do contato direto com o solo, diminui a umidade, além de possibilitar maior circulação de ar. Muitas edificações aproveitaram o porão alto habitável como espaço para localização das áreas de serviço da casa, como é o caso, da residência (III) que possui um projeto mais modernizado, incorporando novos ambientes em seu programa de necessidades, como o quarto de empregadas e o deslocamento da área de serviço para o porão.

Nesse sentido, as casas, por serem construídas no alinhamento da rua, o que não permitia a abertura direta das janelas dos quartos, eram obrigadas a adotar o esquema

---

<sup>356</sup> REIS FILHO, 2000, p. 40.

projetual das puxadas para que o corredor pudesse ventilar e iluminar a casa, oferecendo uma casa mais *saudável*. Apesar dessas casas apresentarem algumas soluções mais modernizadas, como o vestíbulo ou porão alto habitável, a alcova ainda fazia parte do programa de necessidades dessas famílias. Ainda que o cômodo entre a sala de estar e a varanda não fosse originalmente usado como alcova, este tipo de projeto permitia que este ambiente fosse facilmente reversível, e que, por isso, poderia ser usado tanto como alcova ou como uma outra sala qualquer. Em todos esses exemplos, as casas apresentam quintais com grandes dimensões, destinado à realização de outras atividades domésticas, além de ser o espaço com maior área verde das casas.

Uma outra característica em comum dessas casas é a sua decoração interna. Nestes três exemplos, observamos que o maior requinte apresenta-se na área social, evidenciando o comportamento citadino em melhor prover estes ambientes que tinham função de receber visitas, o que denota uma preocupação criada pela condição social do morador. Assim, observando-se também outras casas de puxada, percebemos que os forros eram o sistema com melhor acabamento, além de maior variação de desenhos geométricos, em especial nas casas de porão alto. Isto talvez se deva ao fato do forro da casa ser a decoração que melhor poderia ser visto por aqueles que passeavam pela rua. Mas, isto não significou que as casas não apresentassem também uma diversificação na paginação e desenhos dos pisos.

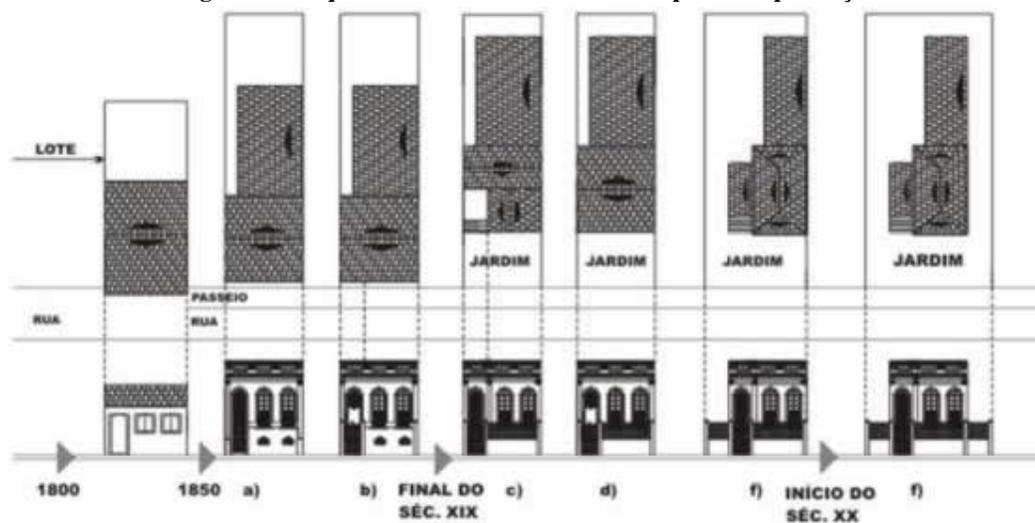
#### **- Casas de puxadas com diferentes implantações.**

Se as casas de puxada incorporavam novos hábitos modernos, isto significou mudanças significativas no tipo de implantação, o que repercutiu no tratamento diferencial das fachadas que acompanharam essas transformações. Nesse sentido, as casas mais antigas ou aquelas que não incorporaram os novos tipos de implantação, seguiram o tradicional alinhamento paralelo à rua, ocupando toda a parte frontal do terreno. As casas, contudo, não mais delimitavam a rua, pois o terreno da casa passou a ser delimitado pela calçada pública. Assim, como já foi dito anteriormente, em meados de 1850 até o final o século XIX, as casas desprenderam-se num dos lados, criando, desta forma, um afastamento lateral. Tal circunstância provocou o deslocamento da porta da frente para uma entrada lateral, um novo tipo de entrada mais evidentemente aburguesada, mais utilizada nas construções das casas no final do século XIX. Ainda seguindo este processo evolutivo, as casas apresentaram um novo tipo de implantação, agora mais recuada, para que os moradores tivessem maior privacidade, e onde foram construídos os jardins ecléticos. Já no início do século XX, as casas foram construídas mais livremente, com afastamentos em todas as fachadas.

Neste caso, os diferentes tipos de implantação foram utilizados como melhor conviesse ao seu construtor. De um modo geral, os “capitalistas”<sup>357</sup> preferiam construir as casas alinhadas à calçada, visto que isto significava a maior utilização do terreno, além da maior área construída destinada ao espaço interno. Mais raramente, as casas apresentavam a inovação da entrada lateral ou um afastamento lateral, pois, dependendo da largura do terreno, o capitalista poderia aproveitar a área para construir mais casas. Nesse sentido, podemos perceber que o mercado imobiliário utilizava-se do melhor proveito que a construção pudesse lhe render. Já para os moradores, o ato de se *modernizar* significou, também, a alteração no esquema da casa de puxada, como a implantação da casa no lote, visto que as casas mais antigas ou menos modernas encontravam-se alinhadas à rua, enquanto surgiam opções mais modernizadas, revelando um padrão mais novo encontrado em casas com padrões mais altos.

Em Belém, as casas passaram a ser construídas seguindo uma variação dos esquemas de implantação. Assim, podemos observar que as implantações das casas durante o período de 1870 a 1910, seguiam basicamente os padrões de: a) casas no alinhamento; b) casas no alinhamento com entrada lateral; c) casas com afastamento frontal e entrada lateral; d) casas com afastamento frontal; e) casas com recuo frontal e lateral; f) planta livre.

**Figura 42: Esquema evolutivo dos diferentes tipos de implantação.**



Desenho: Karol Gillet, 2008.

Nas casas de puxada, eram mais facilmente encontrados os tipos de implantação (a) entre 1850 a 1900; (b) final do século XIX; (c) início do século XX. Ainda assim, podemos perceber que a implantação da casa, em geral, seguia a vontade de construtor, fosse ele o morador, o arquiteto ou o empreiteiro, sem que houvesse alguma interferência pela

<sup>357</sup> Em referência ao termo utilizado por Antônio Lemos para os construtores do mercado imobiliário.

legislação municipal. Por este motivo, não podemos considerar a implantação num esquema fechado, porém, podemos observar o caráter evolutivo na construção das casas belenenses na *belle-époque*. Neste caso, as casas, independentemente do tipo de implantação, seguem as mesmas características no programa de necessidade e na organização espacial de seu espaço privado. Assim sendo, apenas evidenciaremos as características que se remetem ao tipo de implantação e modificação na fachada, ressaltando algumas características projetuais que possam complementar a compreensão sobre as casas de puxada, por isso, como as casas alinhadas já foram examinadas, apenas nos deteremos nos exemplos de implantação mais modernizados.

Figura 43: Exemplos de casas com diferentes implantações.



Fonte (b): ARAÚJO et al., 2000; Desenho (c): Karol Gillet, 2008.

A residência com implantação (b), localizada em área nobre na Avenida Generalíssimo Deodoro, entre as avenidas mais elegantes de Belém, Avenida Nazaré e Avenida José Malcher, segue o alinhamento mais antigo, mas, em contrapartida, apresenta a inovação da entrada lateral, apenas recuada no corredor. Ainda apresenta afastamento lateral na área posterior da casa, o que permite melhor iluminação e arejamento da segunda varanda localizada nos fundos da casa, inclusive com a construção de dois jardins internos: um na área

de serviço, para as aberturas da copa e da cozinha, e outro entre os quartos, onde está localizado o banheiro, provavelmente, uma solução não-original.

Apesar do projeto desta residência seguir o padrão projetual da puxada, podemos perceber que esta casa apresentava um padrão mais aburguesado, evidente em seu programa de necessidades, como um maior número de cômodos, mas sem a presença da alcova. Além do que, a parte posterior apresenta uma maior complexidade projetual, devido à espacialização dos ambientes da área de serviço, onde estavam dispostos a copa, a cozinha, uma segunda varanda e a sala de refeições.

A fachada desta residência apresenta solução um pouco diferenciada em relação àquelas encontradas nas casas de puxada que, em geral, seguem um partido arquitetônico alinhado com platibanda retilínea, composta por esquadrias em arco pleno emolduradas com frisos, com duas janelas rasgadas com sacada entalada e porta principal com bandeira. A casa apresenta um alto padrão decorativo, além da inovação da entrada lateral. Ainda podemos identificar uma predominância eclética, com traços neoclássicos, visto o acabamento das esquadrias que recebem um entablamento coroado por um frontão triangular bastante ornamentado. A fachada apresenta uma solução mais aburguesada pelo tratamento concedido com a utilização dos elementos arquitetônicos e decorativos, apresentando a personificação com a letra *L* da família num dos frontões, além dos vidros da esquadria que recebeu uma decoração jateada com motivos florais, em cujo centro encontra-se monograma da família.

Já a residência com implantação (c), apresenta uma solução mais moderna em virtude de seu recuo frontal, o que permitiu a criação de um pequeno jardim, além de uma entrada lateral, o que reflete as características do início do século XX. A maior evidência sobre sua data de construção pode ser confirmada pela sua localização. A casa está localizada na Avenida 9 de Janeiro, nas cercanias do Museu Paraense Emílio Goeldi e que até 1901 não havia sido pavimentada, apresentando uma área sem urbanização com lamaçais e poucas edificações<sup>358</sup>. Nesse sentido, por esta residência apresentar uma fachada que reflete um padrão mais aburguesado, devemos considerar que a sua construção seja compatível com o período da urbanização das áreas próximas à Avenida Magalhães Barata, que se tornou mais valorizada, pois, até então, a Estrada da Constituição (atual Avenida Gentil Bittencourt) não era valorizada, considerado um local mais popular.

---

<sup>358</sup> Nos relatórios de Emílio Goeldi foram detalhadas algumas residências localizadas nas cercanias do Museu, e pelas fotos de Ernst Lohse, litógrafo e fotógrafo dessa instituição, observou-se que, até 1901, nas cercanias do museu somente existiam casas mais rústicas separadas muretas de madeira, sem qualquer edificação mais aburguesada, por isso, considerada uma área menos nobre.

Apesar de a casa apresentar uma implantação mais moderna, ela apresenta a mesma configuração de planta de puxada, mas, sem a presença de alcova, inclusive apresenta o recuo lateral interno, onde encontra-se o corredor com as esquadrias que oferecem, de forma indireta, a iluminação e ventilação para os quartos. O corredor íntimo termina numa segunda varanda, utilizada como sala de refeições, onde também estão localizados o banheiro e a cozinha, que apresentam uma organização espacial que permite a entrada de luz e ventilação direta para ambos os espaços. A casa ainda apresenta um porão habitável, mas sem características que tenha sido utilizado.

A fachada segue uma solução mais rebuscada, com um excesso decorativo, sem um padrão estilístico formal, evidente pelo formato incomum da platibanda. Mas, em função da ampla utilização de motivos orgânicos e florais que compõem a edificação, podemos acreditar que o estilo tenha sido inspirado no *art-nouveau*, mas de forma bastante *personalizada*. Nesta casa, até o desenho do muro apresenta uma ornamentação decorativa, onde os fustes se assemelham com um formato de capitel, emoldurados por um elemento decorativo com motivos florais. O acesso à casa é feito por uma escadaria em pedra de lioz com guarda-corpo em ferro trabalhado, onde existe um pátio desprovido de cobertura, o que provoca uma falsa sensação de um recuo lateral, onde estão localizadas as suas duas entradas.

Nestes exemplos, assim como as demais plantas pesquisadas, podemos observar que a planta das casas de puxada apresentam a mesma setorização mais tradicional descrita anteriormente e que independe do tipo de implantação adotado para a casa. Contudo, as casas residências (b) e (c) adotaram uma solução mais aburguesada, sem a presença de alcova, mas, também apresentam porão alto habitável que, em grande parte era utilizado pelas famílias burguesas como áreas de serviços e/ou destinados aos quartos para os empregados. Nestes dois exemplos, assim como, nos demais exemplos de casas pesquisadas, observamos que a área social apresentava o maior requinte na decoração. Os quintais também funcionam como extensão da casa para atividades domésticas, além de dispor a maior área verde da casa, inclusive na residência (c) que apresenta o jardim com canteiros.

#### **- Outros exemplos de casas de puxadas.**

As casas de puxadas apresentavam praticamente o mesmo padrão de planta e de organização espacial do programa de necessidades em geral das famílias de classe média/baixa. Contudo, dentro da pesquisa realizada nos diversos exemplos de casa de puxada, podemos evidenciar que algumas destas residências apresentaram soluções com pequenas alterações projetuais que não interferem no reconhecimento da casa, mas que se torna válido

evidenciarmos para que se identifique como o morador absorveu a modernização de alguns dos novos hábitos de morar ao seu modo, como, por exemplo, (1) uma solução construtiva *ecletizante* do porão alto; (2) a *modernização* colonial no espaço privado; e, (3) a *ecletização* da casa como um todo.

Figura 44: Exemplos de casas com soluções *ecletizantes*.



Fonte (1): BECHARA, 2001; (2): AMARAL et al., 1999; (3): BIBAS et al., 1999.

A residência (1) foi construída em 1908 e estava localizada na rua de Óbidos<sup>359</sup>, apresentava uma solução diferenciada para a construção do porão da casa. Na fachada, podemos perceber a adoção do porão, visto pela existência de três aberturas de ventilação. Este porão apresentava uma altura de 1,5m, o padrão mínimo exigido pela legislação municipal para as novas construções. Contudo, pode-se perceber pela planta de corte que o

<sup>359</sup> Ainda assim, deve-se ressaltar, que não foi possível melhor estudar esta residência, visto que ela, entre os anos de 2001-2007, em condições habitáveis em plena área de tombamento no bairro da Cidade Velha foi demolida para abrigar uma *nova* casa, ainda em construções projetada por um arquiteto/engenheiro. Ainda que, a demolição da casa pudesse ser realizada, devemos ressaltar que este profissional colocou o seu projeto acima da sua obrigação em zelar pelo patrimônio histórico.

porão diminui à medida que casa é percorrida longitudinalmente, desaparecendo quase que por completo nos fundos da casa. Assim, fica evidente a falsa adoção de porão, onde o construtor adotou uma solução *eclétizante* para a construção da casa, visto que o porão também era considerado como um elemento da casa moderna.

A residência (2) é uma das casas mais antigas pesquisadas de que tem sem comprovação, visto que a sua primeira venda ocorreu em 1897. Nesta casa, podemos perceber pela sua planta que o espaço privado ainda estava seguindo o padrão colonial de se morar. Contudo, já apresentava soluções mais modernizadas, vista a adoção de uma pequena puxada, não de forma alongada, mas em *L*, para iluminar e ventilar grande parte da casa. A herança colonial na utilização do espaço privado pode ser percebida pela larga utilização da alcova na parte da frente da casa. O banheiro não fazia parte corpo da casa, sem qualquer acesso direto, pois a sua localização, apesar de não se encontrar nos fundos da casa, encontrava-se na área externa à puxada e que também era o quintal da casa.

Nesse sentido, podemos observar que esta residência é um exemplo das casas ainda estavam sofrendo uma fase de transição das casas coloniais para o arranjo eclético de puxada, evidente pela adoção alguns novos hábitos de morar, como o vestíbulo e o porão, ainda que apenas elevado em 80cm, o que demonstra a preocupação com a aeração da casa. Ainda que a puxada apresente-se de forma discreta, isto representa um indício da modernização dos hábitos coloniais de se construir, evidente pela preocupação com a iluminação e ventilação feita pelo corredor da casa, umas das principais características das puxadas.

Já a residência (3) construída em 1896, localizada na rua Dr. Assis, no bairro da Cidade Velha, apresentava as características das casas construídas naquele período. Essas evidências são facilmente percebidas pelo tipo de alinhamento da casa, onde a porta principal localizava-se no eixo central da casa, com acesso direto à rua, além de um discreto vestíbulo que servia apenas como área de circulação. Mas, já apresentava o porão alto habitável, onde, posteriormente, foi construído o quarto de empregadas. Nesta casa, podemos perceber pela sua planta que o espaço privado ainda seguia um padrão colonial em sua composição projetual, visto pela ampla utilização da alcova. Mas, a casa já apresenta uma solução alongada característica das puxadas.

Esta casa passou por uma reforma eclétizante, quando o proprietário da casa adquiriu o terreno adjacente entre as décadas de 1920-30. Nesse sentido, a casa passou a ter recuo lateral, *ganhando* uma segunda entrada, provavelmente coberta por um alpendre, mas foi novamente modificada numa segunda reforma na década de 1960. Na primeira reforma, as

alcovas tiveram sua função modificada, passando a servir como sala. Além do que, o recuo lateral permitiu que os quartos também ganhassem novas aberturas, voltadas para o ambiente externo, oferecendo maior ventilação, além de iluminação natural. Não podemos afirmar se a fachada desta casa sofreu alguma modificação significativa, além da entrada lateral, mas, provavelmente, deve ter recebido um novo tipo de ornamentação mais trabalhada.

Nestes três exemplos, podemos observar como os moradores utilizaram-se de uma solução mais aburguesada para adaptar os novos hábitos modernos, o que torna estes exemplares com características híbridas, no sentido de revelar a transição entre os padrões coloniais e os novos hábitos *ecléticos*. A casa (1) apenas utilizou, ao burlar a lei de um porão *de fachada* para melhor dotar o imóvel com um padrão moderno. Na casa (2), temos o exemplo mais vidente do esquema de puxada em *transição*, enquanto, a casa (3) apresenta uma nova solução em seu espaço privado para melhor adotar algumas soluções *ecléticos*. Ainda que, a reforma desta casa não tenha sido feita no período em questão, podemos observar que a escolha do proprietário em reformar-lhe se deu a partir da influência daquilo que ainda era tido como *moderno*. O processo de *remodernização* das fachadas ecléticas ocorreu mais usualmente nas décadas de 1930-1940. Nesse sentido, a arquitetura eclética, considerada ultrapassada, dava lugar aos novos estilos arquitetônico em voga no Brasil, assim, como arquitetura colonial foi *repudiada* pelo ecletismo.

### **3.3.2 - As casas para proletariados: casas para operários e casas em vilas.**

Na capital paraense, o trabalhador não tinha muitas opções de moradia, além de casas mais populares. Se optasse em morar no centro, ele seria forçado a morar em casas *ditas* modernas. Caso não pudesse construir ou comprar este tipo de casa, via-se obrigado a pagar casas de aluguel ou quarto em pensões. Ainda assim, havia também trabalhadores que optavam em morar nos fundos da casa do patrão, ou até mesmo instalar-se nos porões da casa. Com os trabalhadores surgiram novas forma populares de se morar, ajudando a construir novos bairros *operários*, como Canudos, Reduto e Umarizal.

Contudo, a maioria dos trabalhadores, em geral os mais pobres, optou em morar longe do centro, em bairros periféricos, como Sacramento e São Brás. Mas, esta escolha se deve ao fato que nesses bairros eles poderiam construir as suas casas conforme seus recursos, mas também onde dispunham de maior sociabilidade com os vizinhos, que enfrentavam as mesmas condições precárias de trabalho e de moradia. Além do que, nestes bairros, eles poderiam criar animais domésticos nos quintais para completar sua alimentação. Mas, este

cenário urbano criado pelas casas populares, afetava diretamente o projeto de modernização em Belém, e, por isso, essas casas tornaram-se uma questão de saúde pública.

Assim, tornou-se necessário *medicalizar* a casa para *proletários*<sup>360</sup>. Para este fim, era preciso *compreender* as necessidades do trabalhador, ou aquilo que julgavam ser as necessidades adequadas para o restabelecimento das forças e da saúde do trabalhador. Mas, afinal, o que significava o *proletariado* para o Poder Público?

Neste caso, ainda que o discurso dos governantes das esferas Estadual e Municipal fosse direcionado às todas as classes de trabalhadores, podemos perceber que, nas *entrelinhas*, os *proletários* para o Poder Público não eram os trabalhadores das classes mais populares, mas os de classe média e baixa que moravam no núcleo central da capital paraense, pois esses trabalhadores eram aqueles que tinham maiores recursos para conseguir morar numa casa dita *moderna*. Os trabalhadores das classes média e baixa tinham melhores empregos, como, por exemplo, pequenos comerciantes, funcionários do serviço público ou privado, exercendo funções em bancos e em casas aviadoras, dentre outros serviços.

Mas, as medidas e regras de medicalização da casa para o *proletariado* deveriam ser seguidas por *todos* os trabalhadores. Por isso, na prática, o que se viu foram os trabalhadores com maiores recursos tentando adequar suas casas às novas condições *modernas* de morar, enquanto, os trabalhadores da classe popular tiveram que *optar* em morar nas áreas mais periféricas de Belém, onde podiam construir suas casas, sem que houvesse maior fiscalização sobre elas, por isso, examinaremos as casas populares no desenvolvimento desta dissertação, devido às diferentes condições de moradias inseridas na construção das casas desses trabalhadores.

Então, a partir dos preceitos da casa *saudável*, deveriam ser criadas opções *medicalizadas* de moradia para os trabalhadores. Para Chermont, a casa para os proletariados era uma questão social, por isso, todas as habitações destinadas a eles deveriam seguir um projeto de uma construção saudável, sólida e econômica. A explicação para a construção de uma casa saudável vinha da necessidade que a saúde do trabalhador, muitas vezes, o seu único capital<sup>361</sup>, que se perdia a uma casa insalubre<sup>362</sup>. Mas, para o autor, seria difícil construir uma

<sup>360</sup> Utilizando-se como referência o termo adotado para o trabalhador no livro de CHERMONT, Olympio. *A casa para proletários*. Typ. da Imprensa Oficial, Belém, 1899.

<sup>361</sup> “Construir casas para a pobreza, construir casas para os operários é reduzir o necrológico da cidade, é aproveitar braços úteis, é avigorá-los para o trabalho, dando-lhes a comodidade do lar doméstico, e alentando-os no caminho da honestidade. (SOUTO, 1886, p.33 apud CORREIA, 2004, p. 24). Pois, “quando a enfermidade fere o chefe da casa, desde logo ahi penetram a miseria e todo o seu funebre cortejo, para reinarem soberanamente.” (CHERMONT, op. cit., p. 15).

<sup>362</sup> “‘Uma casa tranqüila e decente, onde a criança recebe o beijo materno e as carícias do pai, é a primeira lição para nos tornamos bons cidadãos’. Perguntava Antônio Lemos [...]: como encontrar a penetrante lição, a que

boa casa que apresentasse essas três condições. Assim, era necessário que se chegasse numa solução aproximativa para que o empreiteiro pudesse construir seguindo de forma mais eficiente estas condições. Desta maneira, para ele, a casa não deveria ter uma planta fechada, mas, era necessário que essas casas seguissem algumas regras de construção em acordo com os preceitos de higiene, cujo pensamento é anterior ao Código de Polícia Municipal (1900).

Segundo Chermont, uma casa saudável era aquela construída num bom terreno, com materiais que não estivessem dispostos à umidade. Neste caso, o telhado era a parte essencial da casa, pois além de conservar a construção, evitava maior acúmulo de umidade nas paredes. Desta forma, podemos perceber que a preocupação com a umidade era constante, sendo necessário que os alicerces da casa recebessem uma camada de algum material isolante, como, por exemplo, o asfalto, o chumbo em lâminas, cacos de vidro ou cimento.

Um outro elemento muito importante era a construção de um subsolo, ou melhor, de um porão. Neste caso, o assoalho deveria ser elevado com, no mínimo, 50cm de altura e que nele houvesse aberturas para que promovesse uma aeração suficiente para a casa. O banheiro deveria ser construído dentro da casa, ao contrário do que era feito nas casas mais antigas, em *casinhas*, pois, desta forma, se evitaria a proliferação de doenças. “[...] E mesmo operário é tão limpo, como muitas pessoas de posição superior. Vimos *water-closets* em pequenos cômodos, tão asseados como os de um palacete da moda.<sup>363</sup>” Mas, era necessário que cada família tivesse o seu banheiro próprio, ao menos um banheiro para cada sexo.

Uma construção econômica era aquela em que se utilizavam os materiais disponíveis no próprio local da construção. Assim, escavando-se o terreno, era possível encontrar a terra e areia necessárias, até mesmo, pedras, para a construção. No caso, com a areia e cimento seria possível a fabricar de tijolos de betume, o que tornava a construção mais econômica. Se a mão-de-obra local fosse muito cara, seria melhor encomendar produtos pré-fabricados em outros locais. O custo total da obra estava diretamente ligado ao número de pavimentos, ou seja, quanto maior fosse o número de andares de uma casa, menor seria o preço de sua construção. Em alguns casos, era mais econômico construir casa com um andar, evitando-se despesas com a construção, além de maiores cuidados em relação ao solo ou aos alicerces. Mas isto não significava a diminuição na solidez da construção, por isso, era necessário evitar o uso de materiais que pudessem comprometer com a estrutura da casa.

---

alude o genial Mazinni, em prédio acaçapado, exíguo, inestético, insalubre? E respondia a seguir com estas citações: ‘De todas as condições de bem-estar, a primeira é a posse d’uma habitação cômoda e salubre, disse o dr. Rochard, e lord Disraeli assim escreveu: A melhor garantia da civilização é a casa. A habitação é a escola das virtudes domésticas’”. BELÉM, 1906 apud CRUZ, 1971, p. 103-4.

<sup>363</sup> CHERMONT, 1899, p. 17.

Ainda para Chermont, o Estado tinha a obrigação de construir as casas para os proletários, sob um triplo ponto de vistas: legislativo, moral e pecuniário, por isso devendo existir a construção de vilas operárias. Contudo, se as diversas leis estavam sendo criadas para melhorar as habitações, ele acreditava que:

Em geral, as leis repressivas não tem nenhuma acção: porque pôde-se obrigar um proprietário a ter alojamentos bem limpos, mas a ninguém é lícito forçar-o a alugá-los barato e com prejuizo. As leis que favorecem a construcção novas, diminuindo as despezas de transmissão da propriedade, reduzindo as custas das despezas dos mãos inquilinos, como se pratica na Bélgica, terão um exito immenso e serão bem recebidas pelo publico.<sup>364</sup>

.....  
Muitos são hostis á intervenção do Estado nas construcção de casas para operários; mas os mestres pensam o contrário, porquanto não vemos por que o Estado, consagrando o dinheiro dos contribuintes em subvencionar theatros, prados, coudelarias, estabelecimentos para o cruzamento de raças de animaes, também, por maioria de razão, não procura melhorar as condições das casas para os pobres, quando está demonstrando que a iniciativa particular não pode chegar a estabelecê-las em numero e condições sufficientes. O que acabamos de dizer em relação ao Estado se applica interiramente ás Municipalidades.<sup>365</sup>

O emprego dos trabalhadores na capital paraense se deu, basicamente em duas esferas: a pública, que oferecia diversos tipos de empregos e serviços, mas, em geral, no serviço público, desempenhando trabalhos mais burocráticos ou de especialistas, com salários melhores que os trabalhadores de obras públicas e serviços gerais; e a privada, que também oferecia diversos tipos de empregos, como, por exemplo, nos serviços da construção civil, nos estabelecimentos comerciais, mas, em grande parte, nos serviços domésticos. O salário estava relacionado com a sua jornada de trabalho. Contudo, o trabalhador (ainda) não tinha direitos trabalhistas, por isso, poderia ser dispensado a qualquer hora, sem qualquer vantagem:

O operario no Pará, sem syndicatos nem congeneres associações, vive feliz. Seu trabalho é bem remunerado. Geralmente o operario trabalha de sol a sol, isto é das 6 ½ da manhã às 5 ½ ou 6 da tarde, com 1 hora ou 1 hora e meia de descanso para o almoço. São portanto 10 horas de serviço, como tem o operario das grandes capitaes europeas, onde o socialismo tem conquistado especiaes condições de trabalho.<sup>366</sup>

.....  
[...] Um cosinheiro, copeiro, cocheiro, lavadeiras ou outro qualquer creado se aluga a tanto por mez, sem que exista nenhum compromisso que por parte do patrão, quer por parte do empregado. Se ao patrão não lhe convém o serviço do creado despede-o e só lhe paga o numero de dias que o occupou. Da mesma sorte o creado despede-se no dia e hora que lhe convém. Se porventura é despedido entre o almoço e o jantar, o patrão, só lhe paga ½ dia. Esse regimen de liberdade só tem vantagens e a prova é que em matéria de creadagem estamos muito mais bem servidos do que em muitas das grandes capitaes da Europa, sobretudo em Paris, onde actualmente existe uma verdadeira crise na domesticidade.<sup>367</sup>

---

<sup>364</sup> CHERMONT, 1899, p. 23.

<sup>365</sup> Ibid., p. 25.

<sup>366</sup> MONTENEGRO, 1908, p. 328.

<sup>367</sup> Ibid., p. 332.

Em 1908, o trabalhador tinha a opção de morar em 14 casas de pensão, 2 hospedarias, 52 hotéis<sup>368</sup>. Contudo, o mais comum era morar em casas de vilas ou de aluguel<sup>369</sup>. O aluguel de uma casa variava conforme sua localização e o tipo de acomodação, por isso, o trabalhador escolhia a casa de aluguel<sup>370</sup> consoante seus recursos. Ainda assim, o aluguel era muito oneroso para uma família de trabalhadores, em especial da classe popular, visto que o preço disparava em Belém devido à crescente procura de casas por famílias com mais recursos, além da inerente valorização do mercado imobiliário nas áreas mais nobres.

No Pará, como em todo o Brasil, não existem as exigências e vexames dos proprietários. O alugador ajusta o preço mensal da casa que aluga para sua residência e nella permanece o tempo que quer, sem multas, sem ter a obrigação de prevenir antecipadamente a data em que quer mudar-se, sem pagar um só real por tempo que não habite mais no prédio.

O aluguel é pago mensalmente e se morar um anno e um mez; se morar tres annos e 15 dias ou 6 mezes, ou 3 mezes e os dias que occupou a casa a não ser que haja verdadeiramente estragado o prédio, nenhuma indemnisação tem a pagar ao proprietario. Parecerá que este regimen é oneroso para o proprietario, mas a verdade é que no Pará, como em quase todo o Brasil, as propriedades urbanas constituem um dos melhores, mais rendosos e mais seguro emprego de capitaes. [...] O aluguel das casas no Pará, varia como em toda parte, segundo o logar em que fica situada e as suas accomodações. Casas ha que custam 30 e 40\$000 de aluguel mensal (50 a 60 fr), como há que custam até 600\$000 (900 fr); - o regular, porém, para uma família de 3 ou 4 pêssoas, os alugueis das bôas casas regulam de reis 80\$000 a 150\$000 reis (120 a 200 fr) por mez.<sup>371</sup>

Segundo o Governador Montenegro, o trabalhador na capital paraense era remunerado semanalmente ou quinzenalmente, sendo os valores regulados conforme sua ocupação. Mas, recebia, basicamente, entre 4 a 12\$000 réis por dia, exceto os pintores decorados e os maquinistas que recebiam até 20\$000 réis por dia. Neste caso, se levarmos em consideração esses valores, podemos acreditar que os valores dos aluguéis estavam acessíveis aos trabalhadores, pois, se o aluguel de uma casa custava entre 30 a 40\$000, o trabalhador ao longo de uma jornada de vinte dias, receberia em torno de 80\$000 a 240\$000 réis. Enquanto “uma bôa creada que cozinhe, lave e engome recebe de 45 a 60\$000 (60 a 80 fr) reis por mês. Já um bom cozinheiro recebe de 80 a 200\$000 (120 a 300 fr) por mês.”<sup>372</sup>

<sup>368</sup> REVISTA DA SEMANA, 1908.

<sup>369</sup> “O tipo mais comum de moradia eram os quartos de alugar. A disposição dos quartos, o uso coletivo da cozinha, do banheiro e da sentina eram características dos cortiços de alvenaria com belas fachadas; eram construídos em sua totalidade deste material ou misto com as fachadas em alvenaria e os quartos construídos de madeira”. COSTA, 1999, p. 106.

<sup>370</sup> “As casas de aluguel merecem nossa atenção, pois a fisionomia de cidade do ecletismo muito deveu a elas, aos seus conjuntos tão uniformes que surgiram de um dia para o outro nas ruas novas. Os ricos, depois de terem providenciado os seus próprios palacetes, trataram de construir agrupamentos de casa de aluguel de variados tipos. [...] Nas suas vizinhanças os capitalistas toleraram tão somente casas maiores, para os seus semelhantes da classe média”. LEMOS, C., 1989a, p. 16.

<sup>371</sup> MONTENEGRO, 1908, p. 333.

<sup>372</sup> Ibid., p. 333.

Contudo, o que se viu foi que os operários mais pobres não tiveram acesso às casas de aluguel, pois, apesar do valor que Administração Pública descreveu, o trabalhador não ganhava o suficiente para o aluguel, pois o pagamento do trabalhador variava conforme os dias trabalhados, além do que, o regime de trabalho era bastante instável, podendo ser dispensado a qualquer momento. Ainda que seja considerado o valor dado pelo governo estadual, o trabalhador não tinha apenas despesas com aluguel, posto que, o chefe de família tinha outros deveres em prover sua família, como alimentação, vestuário, dentre outros. Ainda assim, além do pagamento do aluguel, o inquilino que morasse em casas com serviços urbanos também teria que arcar com as despesas de outras taxas.

Ainda assim, o Governo do Estado promoveria a criação de algumas vilas operárias para os trabalhadores, como, por exemplo, a Vila de Marituba<sup>373</sup>. Contudo, a maioria dessas tentativas não deu certo, em grande parte devido à localização das vilas, que ficavam muito longe do centro de Belém. Já a Intendência Municipal referia-se a necessidade da criação de grupos de casas, mas para operários<sup>374</sup>, pois o Intendente não concordava com as novas construções de vilas ou grupos com fachadas semelhantes, em geral de casas de puxada. Mas, a preocupação com a salubridade pública tornou-se crescente, e, com isso, o Intendente ainda tentou construir locais destinados aos trabalhadores, mas, dizia-se sem verbas suficientes para este tipo de empreendimento. Nesse sentido, vejamos algumas das tentativas realizadas pelo Poder Público:

No período de 1905 e 1907 começaram a aparecer referências a uma nova tipologia: a casa proletária. Muitas vilas operárias foram construídas nos anos seguintes, especialmente no bairro do Reduto, em Belém, junto às fábricas que ali permaneciam. Em 1905, o construtor Benjamim Lamarão obteve um contrato da municipalidade para a construção de Vila Operária; no ano seguinte o Intendente Lemos autorizou a criação de grupos de casas operárias em Marituba, próximo à capital, ‘como assitencia ao proletariado de nossa terra, onde as condições de vida se tornam cada vez mais melindrosas, por causa da carestia geral’, em 1907 foi autorizada a construção de uma vila modelo no terreno de Queluz (zona urbana de Belém).<sup>375</sup>

Contudo, se Administração Pública não conseguia executar plenamente a construção de casas para o trabalhador, podemos dizer que isto incentivou a construção de vilas e casas por firmas e profissionais particulares. Este tipo de empreendimento tornou-se bastante lucrativo, pois estas firmas, em geral construíam as casas e depois as vendiam em

<sup>373</sup> Esta vila foi construída com 17 grupos de duas casas, uma casa para o chefe dos ofícios e mais duas menores para a moradia de operários, uma edificação para o grupo de escola, professores e farmácia, além de um posto policial, armazém e açougue. A vila dispunha água potável, esgoto, calçamento e ajardinamento.

<sup>374</sup> “Quanto à alocação do migrante, deixou a cargo do setor privado. O discurso da necessidade da construção de vilas operárias foi sempre recorrente nas falas de administradores públicos e, também, mais tarde dos sanitaristas, preocupados com o adensamento populacional – lidos por eles como ampliação dos focos de doença”. COSTA, 1999, p. 96.

<sup>375</sup> DERENJI, 1998, p. 106-7.

prestações. Por este motivo, o maior empenho na construção dessas casas se deu pela iniciativa privada que se beneficiou da carência de casas construídas para essas famílias. As vilas se tornaram uma opção para as famílias de classe média, que tinham melhores condições para pagar as prestações de sua nova moradia.

#### - As casas *em vilas*

A vila é um exemplo de moradia da classe média e baixa do início do século XX, em geral construída por empreiteiros, casas aviadoras ou bancos, que alugavam para seus funcionários ou para determinadas famílias<sup>376</sup>. As vilas “culturalmente representam a influência do elemento português ao construir em suas colônias, tendo que adequar sua maneira de construir aos condicionamentos da região amazônica<sup>377</sup>”.

As vilas são o conjunto de várias casas, considerando-se, de uma forma geral, o grupo de três ou mais casas. A construção dessas moradias era feita de forma geminada, seguindo dois tipos de variação: a vila particular, onde aproveitava-se o miolo de quadra, ou a construção de grupos de casas semelhantes situadas no logradouro, seguindo o alinhamento das calçadas públicas. Contudo, as vilas particulares, tornaram-se um empreendimento mais rentável nas décadas após a queda da borracha, onde se aproveitavam os *miolos* urbanos localizados em áreas nobres para a construção de casas<sup>378</sup>. Além do que, durante o período em questão, as vilas particulares por se assemelharem aos cortiços, nem sempre eram bem aceitas por famílias de classe média. Por estes motivos, apenas examinaremos mais profundamente as vilas construídas voltadas para a rua, pois essas casas ofereciam melhor acomodação à família, além de ser o tipo de vila mais construída na capital paraense.

A construção das vilas seguia um projeto de casas, em geral, pequenas, higiênicas e cômodas, e, por isso, tornou-se um empreendimento rentável. Neste caso, até mesmo, os industriais, patrões dos empregados, cediam um terreno para a construção das casas, ou ainda, forneciam o material necessário para a construção. Mas, o comum, mesmo, era que os próprios industriais mandassem construir as casas, e, posteriormente, as alugavam ou vendiam para os seus empregados.

Mesmo os prédios em fila, prédios para renda, que constituíam investimento de particulares ou empresas – estas em geral companhias seguradoras – sofreram uma eclética de fachada, embora pudessem, não raro manter a disposição interna usual. [...] Já a cidade de Belém manteve-se mais ligada a elementos de compostura

<sup>376</sup> “Tereis exemplo d’estas afirmativas nos diferentes grupos de casas construidas em Belém, nos ultimos annos, por algumas companhias de seguros: são tudo quanto póde haver de menos gracioso e esthetic.” LEMOS, A., 1902, p. 168.

<sup>377</sup> LIMA et al., 1986, p. 151.

<sup>378</sup> Sobre o estudo de vilas ver: DERENJI, Jorge (coord.). *Levantamento e estudos de vilas em Belém*. Projeto PróMemória/SPHAN, Belém, vol. I, set-dez 1984; DERENJI, Jorge; CHAVES, Celma; MONTEIRO, Ana Cláudia. *Levantamento e estudos de Vilas em Belém*. Belém, dez 1997.

clássica, embora o tratamento dados a eles seja eclético. Apesar da crise econômica motivada pela queda dos preços da borracha e já significativa em 1906, continuaram-se a abrir avenidas e a reformular praças, estimulando o que Lemos chamou de ‘um cunho correlativo’ para as novas construções.<sup>379</sup>

A aceitação da classe média pelas casas geminadas se deu tanto pela facilidade aquisitiva de se alugar, ou, até mesmo, de se comprar o imóvel, mas, também, porque essas casas, além de possuírem fachadas *ecléticamente* aceitas, seguiam as regras impostas pela Intendência Municipal, apresentando, desta forma, o *bom* gosto aburguesado, considerado por essas famílias mais *sofisticado*. Além do que, essas casas para, além da fachada, apresentavam um esquema de planta mais comumente aceito pela população, as casas de *puxada*. Contudo, o projeto das vilas seguia uma planta mais fechada, portanto, mais impessoal, para que pudesse atender a um programa de necessidades mais básico a fim de *agradar* um maior número de famílias. Assim, este tipo de planta também ajudava o construtor economizar na construção das casas, pois era comum que as casas geminadas tivessem sua planta rebatida, o que favorecia o menor consumo de materiais na construção.

A opção em construir de forma alinhada e geminada se deu pelo melhor aproveitamento do terreno. Além do que, se as casas fossem construídas com afastamento, o construtor seria obrigado pela legislação municipal<sup>380</sup> a construir com um distanciamento de 1,5 m entre as casas, perdendo uma pequena parcela do lote com os afastamentos laterais. Mas, levando-se em consideração que, as casas apresentavam uma fachada principal com dimensões em geral entre 6 a 8 metros, as casas com afastamentos laterais tornava-se um empreendimento menos rentável, visto a construção de um menor número de casas dentro de um mesmo terreno.

Contudo, a monotonia harmônica criada pelos grupos de casas, tornou-se uma espécie de problema para o projeto de modernização urbana de Lemos<sup>381</sup>. Neste caso, para o Intendente, a fachada das casas em vila era uma criação dos mestres de obras sem qualquer preparo artístico, que afetava a estética urbana da capital paraense. Além do que essas casas, internamente, seguiam a planta de casas de puxadas, o que piorava o *dissabor* da Intendência Municipal com os grupos de casas. Nesse sentido, Lemos acreditava que a solução contra a

<sup>379</sup> DERENJI, 1998, p. 105.

<sup>380</sup> Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, Art. 23.º - No caso de ser construído um predio separado da parede do vizinho, a distancia minima a observar-se entre os mesmos será de 1m,50. BELÉM, 1904, p. 21.

<sup>381</sup> “Fôra desacertado, no meu entender, prestar benevolo ouvido á lembrança, periodicamente lançada na discussão publica, da conveniencia de se adoptar de modo obrigatorio diferentes typos de planos e fachadas para a edificação urbana. Divirjo d’esta instituição, pois sou de parecer que uma rua, uma avenida, uma praça, são tanto mais bonitas, pittorescas e interessantes, quanto mais diversos forem os aspectos formados pela variedade das fachadas de suas casas. Nada mais desagradavel á vista e inexpressivo ao espirito do que o monotonos alinhamentos das edificações de um só typo, extendendo sobre a via publica a interminavel fila de portas e janellas uniformes, com rude feição de caserna ou hospital.” LEMOS, A., 1902, p. 167-8.

construção dessas casas se daria por um critério de premiação dos projetos de casas. Mas, ao contrário das casas populares, a maioria das construções de vilas apresentava um projeto que seguia as recomendações do Código de Polícia Municipal, permitindo, desta forma, a construção dessas casas. Assim, as casas em vilas eram dos males o menor, e, por isso, menos condenáveis, o que nem por isso significou algo aceitável para a Intendência Municipal:

Naquela vontade firme de embelezar a capital paraense, dotando-a de excelentes moradias, onde o suprimento da água e a instalação de aparelhos sanitários e encanamento de esgoto, correspondessem às determinações e o bem-estar dos moradores, o Intendente do município de Belém recomendava que, passando os proprietários além das fachadas dos seus prédios e das áreas ajardinadas, penetrassem nos aposentos internos e os poupassem para o conforto dos inquilinos. Em páginas posteriores [no Relatório Municipal de 1905] [o Intendente] escrevia sobre GRUPO DE CASAS monotonamente iguais – alinhadas como quartéis, sem o menor indício dum sentimento artístico a disfarçar febre gananciosa de seus proprietários e a fundamental ausência do bom gosto por parte dos construtores. [...] Afirmava [o Intendente], assim, que estava de acordo com a construção de GRUPOS DE CASAS, contanto que as respectivas plantas fossem diferentes entre si, quanto às fachadas respectivas. O que [ele] não queria uniformidade.<sup>382</sup>

Deveriam ser admissíveis as grandes construções, por determinados typos e em grupos uniformes, apenas nos suburbios, para bairros affectos á residencia do proletariado. No centro, os grupos são deveras um attentado á belleza da cidade, segundo a moderna comprehensão do gosto architectonico.<sup>383</sup>

Uma das soluções adotada para quebrar a monotonia criada pelas vilas foi a proibição da construção com *cantos vivos*<sup>384</sup> em terrenos localizados em esquinas. Nesse sentido, a solução mais comumente adotada foi a utilização do terreno em esquina para estabelecimentos comerciais, sendo a sua entrada principal na área chanfrada. Com isso, as residências eram construídas em duas alas, seguindo em diferentes ruas.

**Figura 45: Vila Loriga.** Rua Ângelo custódio entre Rua Triunvirato e Rua Veiga Cabral (esq.).

**Figura 46: Vila Áurea.** Rua Aristides Lobo entre Trav. Benjamin Constant e Trav. Rui Barbosa (dir.).



<sup>382</sup> CRUZ, 1971, p. 104, grifo do autor.

<sup>383</sup> LEMOS, A., 1902, p. 168.

<sup>384</sup> Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, Art. 12.º Os prédios construídos nos encontros das ruas ou praças (esquinas) não poderão ter arestas vivas em taes pontos, sendo estas substituídas por uma superfície plana de 2m,50 de largura, ou por uma superfície convexa cuja corda seja de pelo menos 3m. BELÉM, 1904, p. 20.

Autor: Karol Gillet, 2008.

As construções das vilas na capital paraense entre 1870 a 1910, seguiram as mesmas soluções *ecleticamente* modernizadas que as casas de puxada, inclusive no que se refere à estética, implantação e introdução de novos hábitos modernos. As diferenças entre as casas puxadas e as casas em vilas apenas se dá pelo agrupamento ou não de casas, e, por isso mesmo, apresentam as mesmas soluções arquitetônicas e construtivas. Por este motivo, optou-se em primeiro examinar o esquema de planta de casa de puxada para, assim, melhor avaliarmos algumas soluções projetuais adotadas no espaço privado na construção das vilas.

Nesse sentido, as soluções estéticas e projetuais das vilas seguiram o mesmo padrão em conformidade com os recursos para o tipo de morador em potencial. As vilas mais modestas continuavam sendo construídas de forma geminada, alinhadas ao logradouro, visto este ser o empreendimento mais rentável, em geral construídas nos bairros de trabalhadores, apresentando soluções mais modestas e menos *adornadas*.

O aumento da população intensificou o uso das áreas centrais da cidade. O processo se deu através da construção de vilas. Os capitalistas que comandavam a especulação imobiliária no ciclo da borracha, retalhavam ao máximo os lotes, objetivando a venda de um maior número de terrenos. Estavam interessados também em bons aluguéis, e para isso construíam conjuntos residenciais utilizando o sistema de “vilas”. Casas que eram construídas em terrenos de pequena largura com a mesma planta, que era rebatida, formando com a adjacente um conjunto integrado de cobertura. Os lotes restringiam-se em sua maioria a pequena largura e grandes profundidades,acompanhando o traçado das ruas com o alinhamento paralelo. Mesmo que, as ruas fossem irregulares ou tortuosas os lotes se estendiam ao miolo das quadras, afinilando ou estrangulando os lotes das ruas transversais, devido não possuírem um traçado perfeitamente retangular.<sup>385</sup>

A construção de casas em vilas destinadas à classe média já apresentava a variação de algumas soluções *modernas*, ainda que apenas numa das casas do grupo, em geral, melhor valorizada. Um exemplo é o grupo de 3 ou 4 casas, localizadas na Avenida Alcindo Cancela, em que todas apresentam um recuo frontal, mas, apenas uma foi projetada com entrada lateral. Assim, as vilas localizadas em áreas mais nobres já apresentavam (ou tentavam) apresentar soluções mais modernizadas, visto a valorização do mercado mobiliário nestas áreas. Com isso, os moradores com maiores recursos também procuravam morar em casas, que lhes denotassem maior *estratificação* social, o que, na prática, significou a introdução de novos hábitos modernos dentro da casa, mas em especial no melhor tratamento estético das fachadas.

---

<sup>385</sup> LIMA et al., 1986, p. 133.

Nesse sentido, utilizaremos dois exemplos distintos de casa, ambas localizadas em área nobre (plantas em anexo). Uma vila com padrão mais modesto, seguindo o alinhamento da rua (a) e outra vila com padrão mais alto, apresentando soluções modernizadas (b).

**Figura 47: Vila localizada na Av. Nazaré entre Trav. Benjamin Constant e Trav. Rui Barbosa (a).**

**Figura 48: Vila localizada na Av. José Malcher entre Trav. Rui Barbosa e Trav. Quintino Bocaiúva (b).**



Autor: Karol Gillet, 2008.

A residência (a) localizada na Avenida Nazaré fazia parte de um conjunto de sete casas, pois uma delas encontra-se demolida. Esta vila apresenta um padrão construtivo mais popular, seguindo a solução projetual das casas de puxadas, mas já apresenta a introdução de vários hábitos modernos, como o vestíbulo e o porão alto, mas ainda possui a presença da alcova, facilmente reversível, caso o morador optasse em usá-la como uma outra sala. O projeto dessas casas foi alterado pelos moradores, mas observou-se que a planta nas áreas sociais e íntimas foi preservada, com diferenças não muito significativas na localização do banheiro e da cozinha.

Nesta vila, a única residência que apresenta solução projetual diferente é a casa localizada na esquina com a Travessa Benjamin Constant, pois, além do tamanho e configuração do terreno, tem aberturas voltadas para a rua, apresentando janelas com sacada entalada em quase todos os ambientes. Neste caso, a esquina não apresenta-se chanfrada conforme a legislação municipal, que proibia a construção de *cantos vivos* em terrenos de esquina, o que nos leva a acreditar que sua construção tenha sido realizada anteriormente ao Código de Polícia Municipal, de 1900, visto a sua evidente localização em área nobre, mais rigidamente fiscalizada pela Intendência Municipal.

Já a vila da residência que tem um conjunto de 5 casas (b), encontra-se localizada na Avenida José Malcher e apresenta um padrão mais elevado, visto o tipo de implantação utilizado em sua construção. A inovação desta vila se dá pela utilização do recuo frontal com

dimensões irregulares em cada casa, onde poderia ser construído um jardim. Além do que, esta vila possui dois pavimentos, o que representava, no período em questão, um melhor *status* de seu morador.

O projeto desta casa apresenta uma solução transitória em relação às casas de puxadas, pois o pavimento térreo abriga um corredor alongado com várias janelas, mas que serve apenas como fonte de ventilação e iluminação natural para poucos ambientes, em geral de serviços. O pavimento superior apresenta uma solução um pouco mais diferenciada que as casas de puxada. O pequeno corredor com janelas serve apenas para iluminação e ventilação interna, ainda que apresente comunicação com um dos quartos. As janelas deste corredor não representam mais a principal abertura do quarto, que também apresenta abertura externa. Já o outro quarto segue mais o esquema utilizado em casas mais antigas, visto a presença de alcova ou de um estar íntimo, pois além de serem ambientes integrados, apresentam circulações independentes.

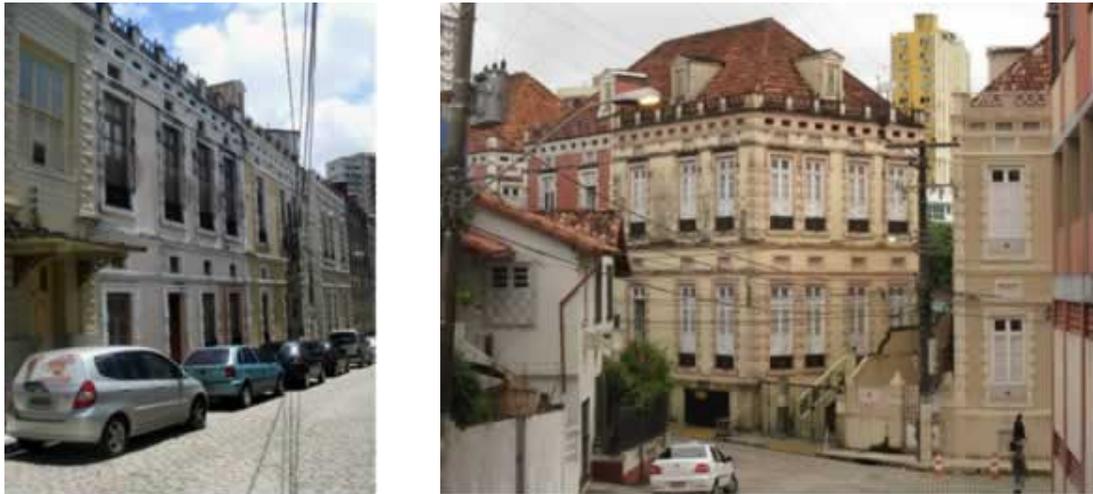
Apesar do recuo frontal, a implantação nessa vila segue um padrão irregular, onde as casas foram construídas desalinhadas, de forma inclinada, em relação ao logradouro, e, por isso cada casa apresenta um jardim maior que o outro. Além do que a residência de esquina dispõe de uma solução projetual diferente das demais casas, pois apresenta aberturas voltadas para a rua, além de um terraço. Este projeto de esquina também não se apresenta de forma chanfrada, em conformidade com a legislação municipal. Sem que possamos afirmar ao certo a data de sua construção, mas, devido sua localização em área nobre, além do tipo de implantação, podemos avaliar que esta vila tenha sido construída após 1910.

Contudo, para a Intendência Municipal, as construções de vilas nem sempre significavam um tipo de má construção. A Vila Bolonha tornou-se um modelo exemplar na construção de vilas. Apesar de ter sido construída com grupos de casa com as mesmas linhas estéticas, o conjunto foi projetado sem a monotonia de fachadas enfileiradas, que o Intendente tanto se queixava. Esta vila foi construída por Francisco Bolonha, que adquiriu o terreno por hasta pública, projetando o conjunto de 11 casas no prolongamento da ladeira, onde estava localizado seu palacete. Nesta mesma ladeira, ainda existe um grupo de três casas, além de uma casa de esquina, também construída por Bolonha, mas, essas casas não seguem as mesmas linhas da vila.

Ainda que algumas casas apresentem plantas rebatidas, elas não se configuram do mesmo modo, dada a inclinação da ladeira, que permite a construção de escadarias e/ou diferentes soluções no partido arquitetônico. Contudo, cada casa apresenta um projeto diferente, exceto em poucos grupos de duas casas que apresentam planta rebatida, mas ainda,

com diferentes soluções de altura, em especial de escadas. Todas as casas seguem alinhadas, algumas também com a porta principal alinhada, outras com entrada lateral, ou ainda com afastamento lateral em um dos lados, possibilitando a criação de jardins.

**Figura 49 e 50: Vila Bolonha (em dois ângulos diferentes)**



Autor: Karol Gillet, 2008 (esq.) e André Coelho, 2006 (dir.).

Se para o Poder Público havia elogios para as fachadas desta vila, no espaço privado os méritos eram ainda maiores, visto a solução projetual adotada por Bolonha que não seguia o modelo de puxada (planta da casa n. 68 em anexo). O projeto da casa apresenta-se de forma compacta, em geral com um programa simples em vista a atender as necessidades do trabalhador, mas seguindo uma clara setorização dos ambientes. No primeiro pavimento estão localizadas as áreas sociais e de serviço, onde foram alocados as salas, a varanda, o lavabo, a copa, a despensa e o banheiro. O acesso para segundo pavimento encontra-se restrito, visto sua ligação ser realizada por uma escada helicoidal de ferro, onde está localizada a área íntima, sendo os quartos interligados, além de um lavabo. O destaque no interior da casa que mais chama a atenção são as várias aberturas localizadas próximas ao forro, uma evidente preocupação com a aeração da casa. A decoração também é modesta, apenas apresentando maior preocupação com área social. Na decoração, ainda podemos perceber a assinatura do arquiteto, visto os detalhes arquitetônicos, como os gradis do porão e de azulejos, com monograma do construtor.

Apesar do destaque da Vila Bolonha por Lemos, a construção das vilas na capital paraense se deu em maior plano pelos grupos de casas com soluções mais modestas: as vilas de casas geminadas com alinhamento à rua. Essas vilas proporcionavam melhor rentabilidade em relação ao custo x benefício para o construtor, visto ele possuir um projeto mais

tradicionalmente funcional das casas de puxada, amplamente aceito pela população. Já para o trabalhador das classes mais populares, não *surgiram* novas formas de morar, e eles tiveram que criar ou adaptar as suas formas de morar, como poderemos examinar a seguir.

### 3.4 - As formas populares de morar

As casas populares, ou melhor, as casas consideradas *de pobre* pelo Poder Público e pela elite gomífera, ganharam inúmeras denominações<sup>386</sup>, cujos sinônimos quase sempre se referiam à sua estética *desagradável, imoral e anti-higiênica*. “Era vista como local impróprio à saúde quanto à moralidade; como lugar sujo e desconfortável, propício à geração de doenças e a transmissão de epidemias”<sup>387</sup> para a população como um todo. Assim, muito mais que um simples referencial à feiúra, a casa era considerada uma extensão da saúde do morador. Por isso, as casas populares em virtude da sua *degradação e imundice adoeciam* o núcleo central, o que também prejudicava o projeto de modernização da capital paraense, visto que as casas populares eram a própria imagem de atraso, um revés à modernidade.

Uma capital, como Belém, que precisa ser largamente banhada de ar e luz, não deve manter semelhante exigência. Basta o horror dos trapiches do littoral e aqueles escandalosos barracões em frente á alfandega, para serviço d’essa repartição, tudo com prejuizo da esthetica e da hygiene, a interceptarem a liberdade dos ventos geraes que cahem sobre a cidade, para demonstrar o erro dos que precederam na gestão das coisas municipais. Basta isso, enveredemos agora por sendas outras, abramos espaço ao ar e á luz; não façamos a exigencia a que me refiro, procuremos antes, sem tolher a liberdade do proprietario, convecel-o de que deve construir de inteiro accôrdo com as conveniencias geraes d’esta bella atalaia da Amazonia, cuja grandeza futura, cuja preeminencia sobre toda a região banhada pelo maravilhoso e opulento rio, nenhum mortal será capaz de prever.<sup>388</sup>

.....  
Mesmo a respeito de casas baratas, para serventia das classes populares a condição de barateza não deve absolutamente suplantar a da salubridade, tanto quanto as exigências de estética arquitetônica. Previnamo-nos senhores Vogais contra a tendência...para o levantamento de prédios acanhados, sob o pretexto de se destinarem, de modo exclusivo, a família modestas.<sup>389</sup>

Nesse sentido, como já foi dito anteriormente, a solução encontrada pelo Poder Público se deu a partir de um conceito de medicalização do espaço público através da retirada das casas populares dos bairros centrais. Por este motivo, tornou-se necessário que houvesse um maior controle sobre o núcleo central com a criação de regras de conduta, em especial construtivas, que evitassem a proliferação de doenças, ou melhor, da pobreza na *Belém moderna*. Por este motivo, as novas regras e medidas tiveram que invadir o espaço privado,

<sup>386</sup> “‘Covas’, ‘focos pestilentos’, ‘ninho de brutos’, ‘repugnantes pocilgas’, ‘antros de miséria e degradação’, ‘verdadeiros chiqueiros’, ‘tristes abrigos’, ‘bocas de fogo a despejar miasmas’ e imensos focos de infecção’ eram alguns dos adjetivos empregados no Brasil nas últimas décadas do século XIX e início do século XX para qualificar a morada do pobre urbano. CORREIA, 2004, p. 5.

<sup>387</sup> Ibid., p. 1.

<sup>388</sup> LEMOS, A., p. 152-3.

<sup>389</sup> BELÉM, 1903, p.208-209 apud DERENJI, 1998, p. 107.

*modernizando* as casas pelo bem estar *de toda população*. Assim, o que se viu, foi um intenso esforço do Poder Público e da elite gomífera em controlar o núcleo central moderno de Belém, como podemos averiguar:

Entre as elites e camadas médias da população, a difusão desse modelo de habitat [moderno] deu-se em grande parte por iniciativa do morador, seduzido por argumentos médicos, por novos materiais de construção disponíveis no mercado e por modismos divulgados pela imprensa. Estender o modelo até a moradia dos pobres envolveu um esforço mais amplo com contribuições de médico empenhados na busca de meios de conter epidemias e de melhorar o estado de saúde dos pobres; de moralistas preocupados com o que identificavam com uma degradação moral desses indivíduos; de engenheiros voltados ao estudo de soluções que permitissem tornar essa casa acessível ao pobre; de governantes empenhados em promover a construção de casas econômicas salubres via posturas e incentivos a empresas construtoras ou por meio da construção de casas pelo Estado; de industriais interessados em construir para seus operários, moradias que contribuíssem para fixá-los ao emprego e moldá-los para o trabalho industrial; de setores empresariais empenhados em estender métodos de organização científica à moradia, subordinando-a às demandas de eficiência e racionalidade [...].<sup>390</sup>

Neste caso, podemos perceber que o projeto de modernização urbana de Belém estava associada ao “binômio de beleza/saúde”<sup>391</sup>. De modo que, a partir de 1900, a construção das novas casas ou a reforma das casas já construídas deveria seguir o Código de Polícia Municipal e das novas medidas impostas pelo Poder Público. Este código, na verdade, tornou-se uma medida estratégica para impedir, mas, ao mesmo tempo, demolir as casas que não estivessem adequadas para a *Belém moderna*, pois a Intendência Municipal alegava que a demolição dessas casas se dava pela falta de salubridade e de condições higiênicas, revelando o perigo à saúde pública, além do que os prédios prejudicavam a beleza das novas avenidas, por isso, uma ação que zelava pelo *bem-estar* da cidade. Grande parte da *retirada* de barracas e cortiços, em geral, não se deu por uma simples demolição em decorrência da legislação municipal, mas, como já foi dito anteriormente, pelo interesse do mercado imobiliário ávido em construir no núcleo central da capital.

Além disso, o espantoso crescimento demográfico na capital paraense, ocasionado pela intensa imigração, repercutiu na distribuição sócio-espacial de Belém. Ao chegar na cidade, aqueles que não tinham casas de familiares para se abrigar procuravam, em primeira instância, estabelecimentos comerciais<sup>392</sup>, em geral quartos de aluguel. Todavia, algumas das

<sup>390</sup> CORREIA, 2004, p. 2.

<sup>391</sup> “Todos os elementos tradicionais de construção, como as técnicas coloniais e a planta usual, além dos mestres-de-obras formados no exemplo português, passaram a ser identificados, paulatinamente, com o atraso, com as más condições higiênicas e com o mau gosto, indicando um tempo de pobreza material incompatível com o presente das cidades bafejadas pelos influxos econômicos da borracha, aspirando ao status de modernidade, de valorização do urbano, do novo, do progressista. Não há dúvida de que o maior combate foi dirigido aos cortiços e barracas, utilizando-se para isso o binômio de beleza/saúde.” DERENJI, 1998, p. 100-1.

<sup>392</sup> “Além da sublocação, o albergue, a pousada a vaga em pensões e hotéis funcionavam como estabelecimento comercial, cocheiras, armazéns ou, até mesmo, restaurantes durante o dia, transformando-se em local para

famílias optavam em morar *de favor* nas casas de patrões ou ainda encontrar maneiras de construir sua casa a partir do seu trabalho, criando ou adaptando as novas formas populares de morar nos bairros mais periféricos.

Ainda que o Poder Público tentasse controlar a *proliferação* da construção de casas populares, as famílias continuavam a construir suas casas conforme o seu recurso técnico e financeiro, muitas vezes, permanecendo em áreas centrais sem que fossem incomodadas, visto a fiscalização ocorrer de forma mais rígida nas áreas mais nobres. Nesse sentido, as casas populares, assim como, as casas burguesas, apresentaram uma diversidade tipológica de morar na *Belém moderna*.

Contudo, as famílias mais pobres mantiveram a construção de suas casas ligadas a uma tradição colonial de se construir que, em grande parte, revelava as tradições de sua origem familiar, em especial de negros e índios. Por este motivo, apenas examinaremos as construções residenciais, pois, desta forma, é possível compreendermos como essas famílias construíram as suas casas, o que nos permite melhor perceber como a dificuldade enfrentada por essas famílias proporcionou a diversidade de casas populares, onde o morador usava de sua “criatividade”<sup>393</sup> e técnicas construindo *novas* formas populares de morar.

### 3.4.1 - Porões e casas dos patrões

Na capital paraense, os porões, caso apresentassem altura suficiente poderiam ser habitados, mas desde que seguissem as regras impostas pela legislação municipal. Assim, como foi dito anteriormente, os porões habitáveis passaram a redefinir a setorização das casas, pois neste pavimento passariam a ser exercidas as atividades domésticas, onde estavam localizadas as áreas de serviço, os quartos dos empregados, e, em alguns casos, a cozinha, permitindo o melhor aproveitamento da área superior da casa pelos moradores.

As inovações tecnológicas introduzidas na casa, como as instalações hidráulicas e a iluminação a gás, permitiram a menor utilização dos serviços manuais executados pelos empregados. Ainda assim, a mão-de-obra doméstica era imprescindível na manutenção da casa burguesa, pois os empregados exerciam as principais tarefas da casa, como o preparo das refeições, a lavagem de roupas, além da limpeza do imóvel. Os serviços domésticos seguiam basicamente uma dura rotina para que a casa sempre estivesse limpa:

De manhã (6h); fazer café, ferver leite, varrer o vestibulo, o escritório, a sala de jantar. Espanar tudo. Arranjar a mesa do café, servir e tirar. Lavar a louça do café.

---

dormir à noite; constituíram o padrão de moradia da população pobre nesse período”. BLUME, Luiz. *O Porto maldito: modernização, epidemias e moradia da população pobre em Santos no final do século XIX*. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades. Série Pesquisa em História 1*. São Paulo: Editora Olho d’água, 1999, p. 130.

<sup>393</sup> WEIMER, 2005.

Arranjar os quartos. Varrer a saleta e a copa, as escadas e o jardim. Arranjar a mesa do almoço, servir, desmanchar a mesa, almoçar. Depois do almoço: varrer a sala de jantar, lavar a louça e arear os talheres, guardar. Lavar o banheiro, passar o pano molhado na copa e no banheiro, varrer e arrumar o porão.<sup>394</sup>

Os serviços domésticos eram feitos, em grande parte por mulheres, que realizavam diversas atividades, como, por exemplo, cozinheira, lavadeira, babá, além de dama de companhia, o que traduzia uma tradição da mulher na vida doméstica. Neste caso, “eram mulheres casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, brancas ou negras, sós ou acompanhadas com filhos, empregavam-se para diversos serviços em casas de família<sup>395</sup>”. Muitas delas, elas eram filhas de escravas ou empregadas vindas de fora para ser babá ou dama de companhia das filhas dos patrões. Segundo Lima et al., a criada era uma empregada mais íntima da família, e, por isso mesmo tinha acesso a toda a casa, às vezes morando no seu interior para melhor atender os patrões<sup>396</sup>.

Assim, se os novos hábitos modernos modificaram o espaço interno da casa, surgiram novos cômodos destinados à criadagem. Isto também se deve ao fato de que, a complexidade dos programas arquitetônicos se traduziu num maior número de criados que pudessem satisfazer as tarefas da casa. Nesse sentido, cada empregado passou a desempenhar uma função distinta na organização da casa, em geral subordinada a um empregado de confiança que a gerenciava. A área destinada aos serviços e à criadagem era localizada na parte posterior da casa, o que refletia a organização da casa ainda colonial, como podemos averiguar:

Exemplo característico é a possibilidade legal, em São Paulo [ou em Belém], de colocar no fundo do terreno, em construção separada, as dependências de empregadas: trata-se evidentemente de um resquício da senzala; isto condiciona toda a organização da casa, ficando a cozinhas e as dependências de serviço situadas na parte posterior e as funções principais voltadas para a rua, seja qual for a sua orientação. Os mesmos princípios podem ser encontrados nas residências destinadas à classe média e até mesmo nas casas populares, que ainda hoje abrigam a maior parte da população.<sup>397</sup>

Nas casas aburguesadas, a sua parte posterior passou ser ocupada pela sala de refeições, usada mais diariamente, além da copa. A cozinha apenas era localizada no pavimento superior de casas mais modestas, pois, nas mais ricas, já se utilizava o *service*, por isso, sem a necessidade da cozinha no andar superior. Deste modo, grande parte das

---

<sup>394</sup> MATOS, 1996, p. 136.

<sup>395</sup> MATOS, 1996, p. 135-6.

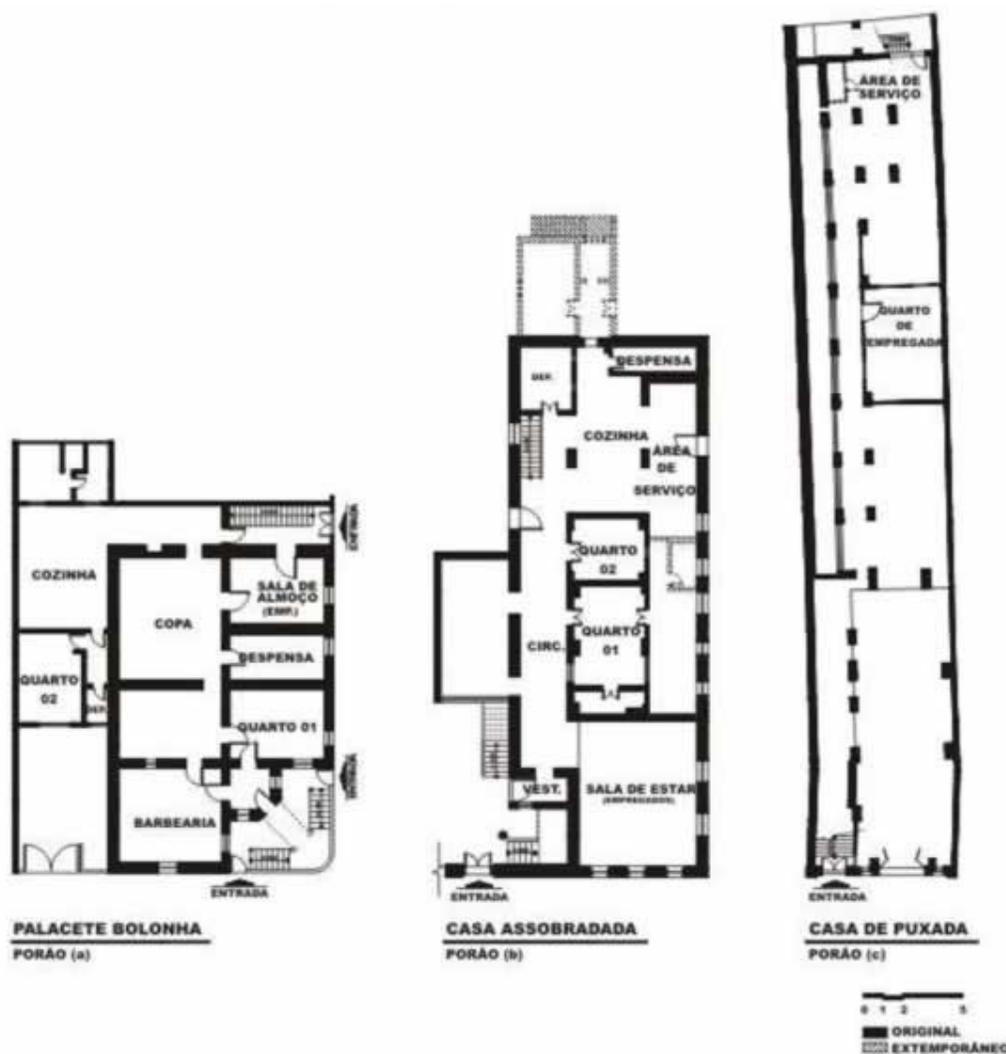
<sup>396</sup> LIMA et al., 1986, p. 141.

<sup>397</sup> BRUAND, 1981, p. 20-1.

atividades domésticas<sup>398</sup> foram deslocadas para o porão, onde também estavam localizados os quartos de empregadas. Em muitos casos, isto significou o lugar das empregadas sem que houvesse o contato direto com os patrões.

Nesse sentido, e, para que se verifique como as diferentes classes organizavam a setorização da área de serviço, devido à utilização do porão como lugar de trabalho doméstico, mas acima de tudo, como local dos empregados, destacaremos, de forma sucinta, três exemplos de casas com diferentes padrões de moradia: o Palacete Bolonha (a) com um alto padrão; uma casa assobradada burguesa (b); e, uma casa de puxada, com padrão mais modesto (c).

**Figura 51: Alguns exemplos de porões.**



Fonte plantas (a) e (b): LIMA et al., 1986; planta (c): HOLANDA et al., 2002.

<sup>398</sup> “O trabalho doméstico, a despeito do valor ínfimo dos salários, significava também a possibilidade de obter alimentação e casa, além de outros benefícios. Quando a casa era farta, os empregados conseguiam condições de alimentação e moradia melhores que as de muitos operários.” MATOS, op. cit., p. 142.

No Palacete Bolonha, o porão era destinado às atividades domésticas e da criadagem, mas refletia a complexidade projetual adotada para esta edificação. Neste pavimento, além dos quartos destinados à criadagem, estavam localizadas a barbearia, a despensa e a cozinha. O porão tinha vários acessos, permitindo que os empregados pudessem desempenhar as suas atividades, e até mesmo assuntos particulares, sem que tivessem que passar pela área social da casa. O acesso à casa pelo porão era bastante restrito, pois somente havia uma escada localizada na parte posterior do imóvel, tendo apenas um contato mais direto ao *service* e às salas de refeições. Para a acomodação dos criados, foram construídos dois quartos, uma copa e uma sala de almoço exclusiva para os empregados. Mas, ainda que houvesse uma preocupação em relação aos empregados, pois quase todos esses ambientes apresentavam aberturas para que promovesse a melhor iluminação e ventilação direta, tratava-se apenas de uma seteira com gradil, o que reflete o porão como o local destinado à criadagem.

Na casa assobradada, podemos verificar que, apesar de apresentar maiores dimensões que o palacete citado, sua configuração espacial é mais modesta, porém melhor setorizada. A área destinada aos criados apresenta seu próprio vestíbulo, sala de estar com abertura de ventilação direta e dois quartos de empregadas, sem aberturas. Deste modo, a área de serviço e da cozinha configurava-se na parte posterior do porão, com melhor acesso para o pavimento superior, e onde não havia área destinada a qualquer serviço doméstico, apenas um espaço reservado à sala de refeições da família.

Na casa de puxada, o projeto da casa também seguiu a setorização de serviços no fundo da casa. O porão era destinado aos trabalhos domésticos de lavagem e secagem de roupa, onde também estava localizado o quarto de empregadas, que apresentava janelas voltadas para o ambiente interno, sem iluminação ou ventilação direta. No andar superior, localizavam-se os demais compartimentos de serviço, além da despensa, da copa e da cozinha, mas sem que houvesse uma sala destinada às refeições.

Assim, de forma sucinta, podemos perceber como os patrões alocavam seus empregados, oferecendo maior ou menor estrutura conforme o padrão da casa, o que também era um reflexo projetual dos novos hábitos aburguesados. Nesse sentido, devemos ressaltar que o porão tornou-se o local da criadagem, sem que houvesse maiores cuidados com a saúde do trabalhador, já que os porões, em geral, eram locais escuros e úmidos. Ainda que os quartos apresentassem aberturas externas, o porão não era um *pavimento*, mas um espaço

destinado à aeração da casa. Por isso, não recebia, como não poderia deixar ser, o tratamento formal existente nos demais pavimentos destinado ao patrão.

Contudo, o porão, em alguns casos, tornou-se uma espécie de *quarto de alugar*, visto que as famílias que moravam em casas de porão alto com padrão mais modesto, construíam quartos ou cediam este pavimento para outras famílias mais pobres. O *morar* no porão numa casa situada no núcleo central, significava participar mais diretamente dos benefícios urbanos, sem que o trabalhador tivesse recursos para construir sua casa seguindo os padrões de modernidade. Assim, este *novo* *morar* significava habitar locais escuros e úmidos, sem maior privacidade. Mas,

[...] para usufruir da cidade de atmosfera européia foi necessário habitar em suas deselegantes entranhas, em cortiços de belas fachadas e péssimas condições de saúde; chegou-se mesmo a habitar seus subterrâneos. Primeiro a previsão, depois a obrigatoriedade de construir porões, reguladas pelos códigos de posturas, visava a “facilidade de proteção ao solo, arejamento das madeiras, além de aumentos de comodidade”, entretanto, esse foi mais um compartimento de habitação para o trabalhador. Porões de casas comerciais serviam de dormitório para seus empregados, cujos patrões estreitavam o espaço de controle sobre os mesmos, e os de residências particulares serviam como meio de ganho para seus proprietários. As denúncias dos sanitaristas dão conta de espaços estrangulados, sem renovação de ar e úmidos. Trabalhadores dormiam amontoados em condições subumanas e insalubres, após uma jornada de trabalho exaustiva.<sup>399</sup>

Além dos mais, em outros casos, os trabalhadores de estabelecimento comerciais e de serviços moravam nos próprios porões de seus trabalhos, ou até mesmo alugavam este cômodos para se tornar seu lar:

O adensamento populacional e o déficit habitacional, conjugados às poucas condições materiais dos trabalhadores, faziam dos porões, além de uma alternativa de ganho, o barateamento da força de trabalho, já que o patrão incluía no salário os gastos com a moradia por ele fornecida. Os cortiços e quartos para alugar não representavam grande distância das características dos porões.<sup>400</sup>

Nesse sentido, podemos perceber que o *morar* nos porões tornou-se uma *nova* forma de *morar*, neste caso, não construtiva, mas uma opção em se manter no núcleo central de Belém, usufruindo das benesses da modernidade. Este novo *morar* também revelava a falta de recursos de algumas famílias que não tinham um local próprio para *morar*, pois, enquanto, *serviçais*, moravam de favor ou alugavam o porão, sendo o aluguel descontado de seu próprio salário. Assim, o criado optava por *morar* mais distante em sua própria casa, onde também dispunham de um padrão baixo de habitabilidade e de urbanização, ou em *morar* com os patrões, em locais quase sempre com um padrão baixo de habitabilidade, mas, permanecendo na área central da cidade.

<sup>399</sup> COSTA, 1999, 103.

<sup>400</sup> *Ibid.*, 103.

### 3.4.2 - Cortiços

A utilização do termo cortiço, em geral, servia para qualquer tipo de habitação considerada de aspecto desagradável ou insalubre. Nos Relatórios Municipais, existe um uso recorrente de casas chamadas de cortiço<sup>401</sup>. Por estes motivos, não podemos afirmar se estas casas eram de uso unifamiliar ou de uso coletivo. Contudo, ambos os tipos de cortiços deveriam ser demolidos e retirados da área central da capital paraense<sup>402</sup>, pois estas moradias anti-higiênicas eram consideradas toscos abrigos que prejudicavam o processo de modernização de Lemos:

É digna de lástima, entretanto, a nenhuma relação entre este caprichoso esmero dos poderes municipais e a censurável desídia dos proprietários [da Praça da República] [...] importante ponto urbano, , onde as melhores casas são comuns, existindo ainda bom número de pardieiros de grande fealdade. Fora de desejar com urgência uma lei municipal prescrevendo regras para edificação naquela, como em todas as outras praças centrais da cidade.<sup>403</sup>

Assim, podemos perceber que para a Intendência Municipal havia dois tipos de cortiços. Os *cortiços unifamiliares* que poderiam abrigar vários membros de uma mesma família ou diferentes familiares, e que trataremos no desenvolvimento desta dissertação como barracas ou palhoças. E os cortiços que abrigavam diferentes famílias, sem serem considerados estabelecimentos comerciais, mas, uma habitação coletiva com áreas de uso comum. As casas que eram habitadas por várias famílias também eram chamadas de *cabeça de porco*. Por este motivo, “desde o começo, os cortiços foram combatidos pelas autoridades, até certo ponto perplexas ante esse novo modo de morar logo descoberto pelos especuladores, que ali perceberam o máximo de rendimento com o mínimo de terreno.”<sup>404</sup>

A população de bairros mais distantes do centro era “quase que exclusivamente composta por cearenses”. Isto significa dizer que estes bairros povoaram-se em função as levas de imigrantes que ou não tinham recursos para se manter em cortiços e estâncias centrais ou não conseguiam mais vagas nesses espaços e eram obrigados a ir para subúrbios viver em casebres com paredes de papelão ou nos chamados hotéis de terceira ordem, que podem ser qualificados como cortiços.<sup>405</sup>

.....  
Constituem infelizmente um dos maiores defeitos desta cidade as habitações da população proletária. Os mocambos e cortiços são uma ameaça constante à saúde pública. Sem conforto e sem a mínima observância dos preceitos higiênicos, a pobre

<sup>401</sup> “A palavra cortiço significa a casa das abelhas, com seus alvéolos repetidos à exaustão; e as primeiras construções aproveitando os fundos dos grandes quintais, onde havia a repetição monótona de cubículos, passaram a receber, também, aquela denominação. E a expressão logo se estendeu a todo tipo de habitação coletiva que possuísse áreas de uso comunitário. Isso nos leva a imaginar inúmeras gradações possíveis desses alojamentos precários. LEMOS, Carlos A. C., *A República ensina morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.15.

<sup>402</sup> “O cenário central da cidade vai ser transformado em ‘espaço elegante e chique’, por onde deveria desfilar a burguesia exibindo o seu poder, luxo e riqueza. O resultado dessa modelação da cidade é a elitização do espaço urbano com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro”. SARGES, 2002, p. 186.

<sup>403</sup> LEMOS, A., 1897-1902, p. 183.

<sup>404</sup> LEMOS, C., 1989b, p. 60.

<sup>405</sup> COSTA, 1999, p. 90.

gente que os habita concorre com avultadíssimo [...] aumento da mortalidade, e as suas condições de vida constituem um perigo sério para a parte da população mais favorecida da fortuna.<sup>406</sup>

Segundo Carlos Lemos, os cortiços tinham basicamente três diferentes tipos de alojamento para as famílias. Os cortiços poderiam ser compostos de cômodos enfileirados, acessíveis por corredores estreitos e descobertos, situados na lateral ou na parte central do terreno, terminando numa pequena área, onde estavam localizadas as duas ou três latrinas e tanques de lavar roupas, considerado um tipo de cortiço mais rentável. Mas havia também, os cortiços com casas de porta e janela, divididas em frente e fundo, sendo a parte posterior, em geral abafada e escura. Já a terceira forma era a de casas mais confortáveis com três dependências – sala, cozinha seca e dormitório, mas as instalações hidráulicas continuavam de uso comunitário, sendo a água do banho e da cozinha transportada para dentro da casa por baldes ou potes<sup>407</sup>.

A moradia nessas casas com mínimas proporções ocorria por elas serem soluções financeiramente mais baratas, e, por isso mais viáveis aos trabalhadores. O programa modesto das casas decorria “de uma imposição de ordem econômica e não era uma solução natural a partir de condicionantes da cultura popular<sup>408</sup>”. E, segundo o Poder Público, o espaço privado da casa também tinha um aspecto degradante:

As “paredes enegrecidas e pouco asseadas”, “quadros de mau gosto”, “reboco ferido por uma infinidade de pregos e tornos de que pendem vários objetos de uso doméstico e roupa de serviço” e “móveis desagradavelmente dispostos”, aliam-se nesta descrição a umidade e a deficiência de iluminação e de ventilação.<sup>409</sup>

.....  
Aos cortiços não faltam unicamente ar e luz: a escassez de espaço; a ausência de distribuição racional e arranjos interiores; a péssima qualidade dos materiais de que são construídos; a falta absoluta de drenagem do solo e edifícios; a insuficiência de água, latrinas e esgotos; a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos; e mais do que tudo a aglomeração de indivíduos, só comparável à dos animais nos estábulos, transformam esses tristes abrigos das classes proletárias [...] em repugnantes pocilgas, que não aparecem habitações da pobreza laboriosa, porém, antros de miséria e degradação.<sup>410</sup>

Segundo Carlos Lemos, a vida nos cortiços também era desagradável, visto que os locais eram imundos, decorrentes do mau assentamento das latrinas, dos poços sujos e das águas servidas dos tanques. Além do que a vida comunitária era intensa e barulhenta. O cotidiano nos cortiços era de homens que saíam para trabalhar, deixando as mulheres em casa,

<sup>406</sup> CHERMONT, 1908, p. 602 apud CORREIA, 2004, p. 8.

<sup>407</sup> LEMOS, C., 1999, p. 15-16.

<sup>408</sup> Ibid., p.16.

<sup>409</sup> Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Santa Iphigenia, 1893, 46 apud CORREIA, 2004, p. 5.

<sup>410</sup> SOUTO, 1886, p. 23 apud CORREIA, 2004, p. 9.

dedicadas às tarefas domésticas e no cuidado aos filhos. A paisagem do cortiço também era composta por “peças lavadas [que] eram estendidas em varais esticados cruzando a passagem, ou rua interna e por baixo delas chafurdavam as crianças de todos e de todas as idades.”<sup>411</sup>

As refeições, em grande parte dos cortiços, eram preparadas em pequenos fogareiros a carvão vegetal situados nas soleiras das portas abertas, para que a fumaça se espalhasse ao ar livre, fora dos cômodos de má ventilação. Os cheiros das comidas em cozimento se mesclavam aos da fumaça, ao “pitiú”, [...]. Cheiros e mais cheiros; cheiro das lamparinas e lampiões abastecidos com óleo de peixe, com óleo de carrapicho como denominavam a mamona. Cheiro de velas de sebo. Fedor de lixo decomposto acumulado nos, nos socavões e pela várzea [...].<sup>412</sup>

Além do aspecto degradante, devido às condições sanitárias dos cortiços, eles também eram considerados *imorais*, visto a ocupação de várias famílias num ambiente, ou até mesmo dentro da casa<sup>413</sup>. Este tipo de comportamento *promíscuo* era incompatível com uma vida saudável e familiar, ainda mais que, durante o período em questão, acreditava-se na noção do meio como formador de indivíduos<sup>414</sup>, sendo a casa responsabilizada pela promiscuidade e imoralidade do morador de habitações populares. Por isso, tornou-se de fundamental importância acabar com este tipo de moradia.

Convido adoptar providencias efficazes no sentido de ser rigorosamente observado o que dispõe o Código de Polícia Municipal (art. 149) quanto ao fechamento dos cortiços existentes nesta capital, determino aos srs. fiscaes districtaes que, dentro do praso de 30 dias, enviem a esta Intendencia uma demonstração d’essa especie de habitação, que encontre cada um, no districto de sua jurisdicção. Na referida demonstração serão mencionadas os nomes dos poprietarios locaes e numero dos cortiços.<sup>415</sup>

Cumprindo libertar a cidade do grande numero de cortiços situados em diversos logares do perimetro urbano, na mór parte insalubres, sem proporções nem condições hygienicas, verdadeiros centros de immoralidade, perigosos á saúde pública, sem que, entretanto, haja motivo algum, numa capital tão vasta como esta, para permittir a construcção ou conservação de semelhantes habitações, resolvo usando das attribuições que me confere o artigo 149 do Código de Polícia Municipal, determinar o fechamento e demolição de todos os cortiços existentes nesta cidade, ficando para tal fim marcado o praso de 90 dias, improrogavel, na fórmula da lei, e que será contado da data da respectiva intimação. O Sr. Inspector-general da fiscalização, sciente do artigo supra, proceda ás intimações aos proprietarios dos cortiços situados nos 6 districtos fiscaes da séde do Municipio e constantes das relações que acompanharam as partes dos fiscaes do 1.º, datada de 1 de junho; do 2.º, 29 de maio; do 3.º, de 1 de junho; do 4.º, de 30 de maio, e dos 5.º e 6.º, de 1 e 15 de junho ultimo, respectivamente. As intimações devem seguir a volume dos

<sup>411</sup> LEMOS, C., 1989a, p.58.

<sup>412</sup> LEMOS, C., 1999, p.16.

<sup>413</sup> À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. O número dos hóspedes crescia; os casulos subdividiam-se em cubículos do tamanho de sepulturas; e as mulheres iam despejando crianças com uma regularidade de gado procriador. Uma família; composta de mãe viúva e cinco filhas solteiras, das quais destas a mais velha tinha trinta anos e a mais moça quinze, veio ocupar a casa que Dona Isabel esvaziou poucos dias depois do casamento de Pombinha. AZEVEDO, Aluizio de. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 122

<sup>414</sup> CORREIA, 2004.

<sup>415</sup> BELÉM, 11/05/1903, p. 198.

districtos sendo remettidos immediatamente os respectivos autos a esta Intimação, para ulterior effeito.<sup>416</sup>

Nesse sentido, a Intendência Municipal incumbiu-se do dever não só de retirar, mas de demolir os cortiços de forma mais enérgica, o que incluía qualquer tipo de habitação, considerada insalubre e anti-higiênica, pois todas essas casas, assim como os cortiços, revelariam um atraso ao progresso da *Belém moderna*:

Tendo em vista o resultado das vistorias e exames procedidos no cortiço n. 105, situado á praça da República, pelos quaes ficaram evidentes, não só as pessimas condições hygienicas d'essa vivenda, como também que está ella indubitavelmente comprehendida na definição do art. 149, ' 2. °, do Codigo de Polícia Municipal, e usando da atribuição que me confere o ' 1. ° do citado artigo, resolvo que seja evacuado e fechado o referido cortiço ficando, para este fim, marcando o praso improrogavel de 15 dias.<sup>417</sup>

.....  
 Recommendo ao sr. Director do Serviço Sanitário Municipal que mande examinar com urgencia, os cortiços ns. 62 e 105, situados á rua Dr. Paes Carvalho, e cujas condições hygienicas informam ser más [...].<sup>418</sup>

.....  
 Sendo informado que á travessa Campos Salles, junto a um hotel situado no canto da rua Senador Barata, existe um immundo cortiço, que constitue permanente ameaça a hygiene publica, recommendo ao sr. Dr. Director do Serviço de Saneamento Municipal que mande proceder a urgente exame, nos termos do que está disposto, um Detalhe, sobre o assumpto.<sup>419</sup>

.....  
 Ao Sr. Fiscal no 2. ° districto faço contar que mantive o seu acto, intimando Augusto Moreira da Silva [...] para, no praso de 8 dias, mandem demolir este, o cortiço que estava construindo á rua Padre Prudencio, 55 [...].<sup>420</sup>

Neste caso, a Intendência Municipal deveria ter a obrigação de prover melhores condições aos seus trabalhadores, tomava ao contrário, a seguinte providência:

Tendo se verificado que o ajudante de fiscal Manoel Francisco de Belém, reside no cortiço n. 50, situado á travessa Benjamin Constant, o que pôz embaraços ao saneamento de similhante halo, cujas péssimas condições hygienicas exigiam essa providencia immediata, resolvo exonerar-o do referido cargo, a bem do serviço municipal.<sup>421</sup>

Alguns cortiços tinham a sua fachada assepticamente aceitas do ponto de vista externo, ocultando, desta forma, o interior menos higiênico. Um destes exemplos ainda poder ser encontrado em Belém. Talvez, este cortiço não tenha sido demolido por estar localizada no bairro da Cidade Velha, portanto, menos nobre. A Vila Adrega tem uma fachada socialmente mais aceita, sem que fosse *ecleticamente* melhor representada, contendo

<sup>416</sup> Ibid., 29/07/1903, p. 216.

<sup>417</sup> BELÉM. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1902. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 26/05/1902, p. 100.*

<sup>418</sup> Ibid., 02/06/1902, p. 107.

<sup>419</sup> Id., 11/05/1903, p. 199.

<sup>420</sup> Id., 1904, p. 216.

<sup>421</sup> Id., 26/05/1906, p. 100.

aproximadamente cinco quartos que servem para diferentes famílias, construídos em madeira, sendo a área de serviço de uso comunitário.

Os cortiços de palha ou madeira eram substituídos por alvenaria. Com isso, “mesmo reconhecendo a insalubridade e o aspecto interno considerado feio dessas construções, as ações sanitárias *policialescas* não podiam exterminá-las por completo, se satisfaziam com edificações de belas fachadas”<sup>422</sup>. Esteticamente modernas, escondiam-se o que internamente essas casas apresentavam: poucos e pequenos cômodos, e muito deles, ainda de uso comunitário. Ainda assim, o morador poderia optar pelos quartos de alugar, casa-de-cômodos ou casas de pensão que, em suma seguiam, praticamente os mesmo preceitos dos cortiços mais modernos – casas com belas fachadas e cômodos com uso comunitário, que também eram fiscalizadas<sup>423</sup> pela Intendência Municipal que também criou regras para as casas com uso coletivo.

**Figura 52: Vila Adrega.**

Rua Rodrigues dos Santos.



Autor: Karol Gillet Soares, 2008.

Os cortiços, em grande parte, estavam localizados em bairros menos nobres da cidade, afastados do núcleo central, em áreas mais alagáveis, sem alguma estrutura urbanística. Na maioria das vezes, os cortiços tornaram-se uma solução vantajosa de ocupar

<sup>422</sup> COSTA, 1999, p. 99.

<sup>423</sup> “Informe, com urgencia, a comissão lançadora si está cumprindo o despacho desta Intendencia sem as casas de pensão que têm funcionado clandestinamente, em cujo número está a de n.23 á rua Treze de Maio.” BELÉM. 02/06/1902, p. 107.

áreas ociosas nos miolos dos quarteirões de bairros mais centrais. Neste caso, os cortiços eram a solução mais popular das vilas, mas também significavam uma solução mais rentável para uma classe com poucas condições financeiras e que se beneficiavam de outras famílias mais pobres<sup>424</sup>.

### 3.4.3 - Barracas e palhoças

Para o Poder Público e para a elite gomífera, qualquer tipo de casebre popular era chamado de barraca, palhoça, cortiço ou, ainda, pocilga, pardieiro, dentre muito outros sinônimos ligados a uma má estética, considerada anti-higiênica, sem que houvesse uma determinação arquitetônica distinta para cada casa. Contudo, examinando-se os Relatórios Municipais, além de leis, medidas e resoluções, podemos perceber que, de uma forma mais generalizada, as casa eram definidas a partir do tipo de cobertura das casas. Assim, de um modo geral, as palhoças eram casas com cobertura de palha e as barracas eram casas com outro tipo de cobertura, em geral de telhas de zinco ou de outro material. No caso, não importava a cobertura: todas essas casas prejudicavam o projeto de modernização de Lemos.

A palha além de considerada antiestética e insalubre, carregava consigo o pecado de trazer a memória toda uma civilização que se buscava desterrar: a indígena. [...] Cercadas de palha, paxiúba ou madeira, e quase sempre cobertas de palha, as choupanas ou barracas dos trabalhadores do início do século [XX], se eram mais apropriadas ao clima regional feriam a idealização da cidade.<sup>425</sup>

.....  
 Não raro em esta Intendencia conhecimento tardio de infracções relativas a construcções de edificios, consoante aos dispositivos dos arts. 81 e 149 do Codigo de Polícia Municipal, quando já constitue facto consummado, como acaba de succeder com a construcção de dois quartos de **madeira**, á avenida 16 de novermbro, n.116, onde [...] foi demolido um predio [...] em ruinas.<sup>426</sup>

<sup>424</sup> “E o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão. Hoje quatro braças de terra, amanhã seis, depois mais outras, ia o vendeiro conquistando todo o terreno que se estendia pelos fundos da sua bodega; e, à proporção que o conquistava, reproduziam-se os quartos e o número de moradores”. AZEVEDO, 1997, p. 4.

<sup>425</sup> COSTA, 1999, 90.

<sup>426</sup> BELÉM, 28/12/1903, p. 252.

**Figura 53 e 54: Palhoças localizadas nas cercanias do Museu Goeldi, ca. 1900 (pormenor).**



Fonte (53): CRISPINO, 2006, p.159; (54): p.193.

A construção das casas populares era feita com métodos e sistemas coloniais, considerados um atraso para a paisagem urbana moderna de Belém. Na construção dessas casas, eram utilizados vários tipos de materiais, como, por exemplo, o barro nos diferentes tipos de taipa, a madeira e também materiais improvisados, como papelões, sacas de alimentos, além de “muitas barracas cobertas de palha e fechadas ou com tábuas de caixas de querosene, de batatas, ou com folhas de latas cortadas”<sup>427</sup> ou de materiais que estivessem a seu alcance, retirados alguns deles de depósitos de lixo. Contudo, todos esses materiais eram considerados insalubres e anti-higiênicos, visto serem materiais com pouca durabilidade, e, por isso mesmo, perecíveis, além de promover grande concentração de umidade na casa.

Por estes motivos, as casas populares eram construídas com o saber-fazer de seus moradores, utilizando-se no seu modo de construir métodos que foram passados por seus familiares. Além do que, eles valiam-se de materiais que fossem encontrados de forma mais abundante na região, daí, a grande utilização de barro, madeira de paxiúba e palhas utilizadas em suas construções. Para a utilização desses materiais nas construções das casas, existiam diversas conotações, todas ligadas ao atraso e à condição anti-higiênica, como podemos

[...] “a civilização de palha” erguida na Amazônia – resultado da experiência milenar e coletiva dos povos indígenas – faz parte de um passado que a ideologia teima em considerar “atrasado”, “bárbaro” e “não-histórico” embora ele tenha contribuído com soluções inteligentes e criativas várias formas de se aprimorar e de habitar o espaço amazônico.<sup>428</sup>

Imagine uma grande área pantanosa, coberta de mangues, surgindo aqui e ali pequenas ilhas, umas esparsas, outras contínuas, formadas por escavações feitas em suas adjacências e nelas se elevando pequenas choupanas de taipa cobertas na sua maioria de folhas-de-flandres, palhas de coqueiro, capim, etc. outras vezes elas são construídas em terreno firme, mas de tal fora aglomeradas que dificilmente se

<sup>427</sup> COSTA, 1999, 89.

<sup>428</sup> FREIRE, 1993-1994, p. 169-170 apud COSTA, 1999, 91.

distinguem ruas de vielas ou vice-versa. Essas casas de aspecto miserável, cujo piso é construído de barro socado, têm apenas duas entradas, uma na frente e outra na parte posterior, dando às vezes dificilmente acesso, devido às suas limitadas dimensões, aos seus infelizes ocupantes. Compõe-se geralmente de 3 compartimentos: sala, quarto e cozinhas, nas piores condições de higiene, e abrigam promiscuidade famílias compostas de 10 ou mais membros.<sup>429</sup>

.....  
O barro é um dos maus materiais, contra cujo emprego tem de lutar o engenheiro pela ignorância e hábitos dos mestres-de-obras que persistentemente respondem que sem o barro o massame não pega.<sup>430</sup>

A maioria de barracas e palhoças estava situada em bairros menos nobres, tidos como de operários, como Cremação, Umarizal e São Braz. Estas casas eram construídas por famílias de trabalhadores paraenses, mas também, de migrantes, muito deles nordestinos, que vinham em busca de uma vida melhor na capital paraense. Uma das ruas de Belém ficou conhecida como a rua dos cearenses, a atualmente Avenida Ceará, onde havia uma grande concentração de casas populares.

A maioria dessas casas era construída, ainda que localizadas próximo às ruas mais nobres, em locais com pouca urbanização, mais alagáveis e com entorno de matagais e lamaçais, que sujavam de barro as fachadas das casas, como podemos observar:

Hortência seguiu pelo corredor e logo achou-se fora de casa, no meio da estrada da Constituição.[...] em grandes trechos de terrenos desprovidos de construções, cobertos de baixos e úmidos matagais [...].<sup>431</sup>

.....  
Deteve-se em frente a uma pequena cabana embarreada, de janelas e portas mal fechadas nas juntas das tábuas e, empurrando a folha de entrada principal, penetrou-lhe o interior.<sup>432</sup>

.....  
De um lado, estava a Fábrica de Cerveja com a chaminé e o nome no paredão branco. Do outro, a baixa, bois, valas, casebres, homens que ceifavam capim, meio atolados, com este e aquele vagalumeio de foice. [...] O chão, sob jasmineiro, salpicado de jasmims, era uma acolhimento. Alfredo tinha atravessado aquele palhoçal pobre da Castelo Branco, saltando lama e valas, adeando capinzais e lixo, roupas quarando no meio da rua, linhas de papagaio que os meninos empinavam, pupunhas cozidas à venda nas janelinhas. Tacacazeiras montavam a suas painéis e bancos na esquina. Uma nuvem de chuva despencou, chiando nas palhas e zínco da rua. Nas barracas de chão, viam-se meninos de olho remelento, mulheres costurando, amarelidões de paludismo e partos recentes, velhinhas vergadas sobre a almofada de renda, a peneira de tapioca, o cabelo piolhento da neta que berrava.<sup>433</sup>

<sup>429</sup> GODIM, 1925, p. 7 apud CORREIA, 2004, p. 7.

<sup>430</sup> BACKHEUSER, 1906, p. 39 apud CORREIA, 2004, p. 43.

<sup>431</sup> CARVALHO, 1989, p. 46.

<sup>432</sup> Ibid., p. 161.

<sup>433</sup> JURANDIR, 2004, p. 206.

**Figura 55: Trecho da Avenida Ceará ca. 1910.**



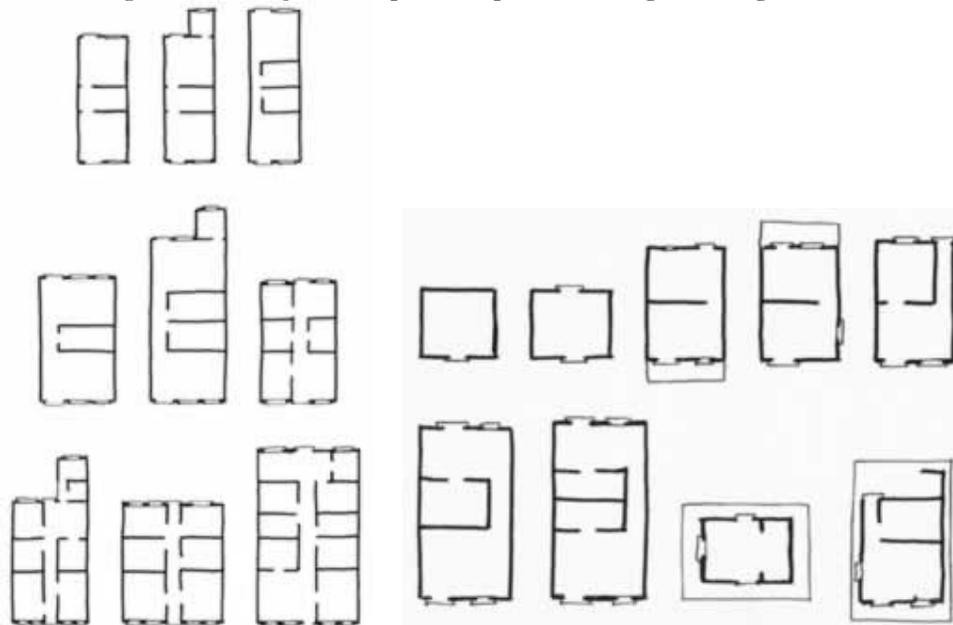
Fonte: PARÁ, 1998, p. 131.

Ainda assim, essas construções acabavam também por demonstrar a origem familiar de seus moradores<sup>434</sup>, evidentes na utilização de algumas técnicas ou métodos construtivos, mas, em especial, pela organização interna da casa. Muitas dessas casas revelavam um resquício de mocambos ou de aldeias, onde a contribuição africana e indígena se deu em maior plano, além das técnicas portuguesas coloniais que se mantinham na construção das casas populares. Assim, as casas populares são as que melhor traduzem o “trihybridismo”<sup>435</sup> da arquitetura popular brasileira, ao contrário das casas ecléticas com estilos importados da Europa.

<sup>434</sup> Em 1890, a população paraense era composta por 49% de brancos (128.813), 8% de negros (22.193) e 435 de pardos e mestiços. BENCHIMOL, 1977, p. 81 apud LIMA et al., 1986, p. 28.

<sup>435</sup> WEIMER, 2005.

**Figura 56: Variações do esquema de planta do colonizador (esq.).**  
**Figura 57: Variações do esquema de planta dos imigrantes negros (dir.).**



Fonte (56): WEIMER, 2005, p.196; (57): p. 224.

Grande parte das casas populares apresentava uma variação das casas de porta e janela, uma tradição dos colonizadores portugueses e/ou casas com variações dos mocambos africanos. Assim, como já foi dito anteriormente, as casas *colonizadas* portuguesas tiveram uma variedade na organização das plantas. Em geral essas casas tinham três compartimentos: a sala na entrada, o quarto no meio e a cozinha nos fundos. A variação no esquema de plantas das casas do colonizador (figura 56) e dos imigrantes negros (figura 57) se deu mais em relação ao acesso interno do imóvel e ao número de compartimentos das casas: as casas mais ricas apresentavam maior número de quartos ou uma melhor integração da cozinha com a copa. Algumas delas tinham um androceu - um tipo de sala reservada aos homens da casa.

Enquanto a maioria das casas dos negros era de casas desprovidas de aberturas, posteriormente, com a influência do colonizador, passaram a ter janelas com dimensões mínimas. O esquema de planta mais simples era a casa isolada, de uma porta, apenas com um compartimento, onde funcionava como sala e dormitório, sendo a cozinha localizada na projeção do telhado, situada nos fundos das casas. Havia também a variação da casa com duas janelas, sendo que a porta ficava sempre ao lado esquerdo de quem entra - uma tradição angolana de proteção contra mau-olhado.

Mãe Ciana [...] menos preta que cafuza, beijuda e de roupa sempre linda, fazia cheiro de papelinho para freguesia certa, certas casas da Independência, Rui Barbosa e Reduto. Isso depois que enviuvou, sim, que antes, ainda de luto, teve de amassar açáí na Domingos Marreiros, por algum tempo com bandeirinha no portão. Trazia no rosto e na voz, no corpo vergado, trabalhos e penas de sua família de escravos. O

ramo da Mãe Ciana, de onde vinha o de D. Amélia, de Muaná, não se sabia se diretamente da África, do Maranhão, ou por compra em Belém, espalhara-se em Arauçua e Santana, engenhos da boca do Arari, hoje acabados, que pertenceram aos frades, sítios de brancos. [...] era na Bernal do Couto, olhando o muro lateral da Santa Casa. Ele e a mãe hospedaram-se na barraca de Mãe Ciana, beiral de palha, como uma pestana, sobre a única janelita envergonhada.<sup>436</sup>

Já a influência indígena se deu mais pela escolha de materiais utilizados nas construções das casas, o que era visto como um atraso em relação à modernidade de Belém, além dos hábitos indígenas incorporadas pela sociedade, como a culinária, e, em especial pela ampla utilização de redes, indicavam um atraso. Um exemplo desses materiais é a palha e a paxiúba, ou, mais raramente, casas de pau-a-pique com galhos de buriti. Em geral, todos os elementos da arquitetura indígena eram utilizados em termos pejorativos, como as próprias palhoças, também chamadas de caiçaras. A vida dos seringueiros na floresta amazônica revela a tradição indígena de se construir. Os barracões eram construções feitas de madeira, em geral de paxiúba cobertas com palha, chamados de tapiri. Muitos desses trabalhadores, ao regressarem para a capital paraense, construíam suas casas seguindo praticamente este mesmo padrão construtivo.

Desta forma, a planta das casas em barracas e palhoças seguia o partido de casa de porta e janela. Essas casas refletiam o esquema de plantas das casas com influência dos negros e do colonizador, apenas diferenciada pela localização da porta dos quartos. No caso, as portas que estivessem voltadas para a casa, revelavam uma influência negra, enquanto as portas voltadas para o corredor eram uma influência do colonizador, em geral a solução mais utilizada. Nas casas de famílias com maiores recursos, a planta variava de acordo com a circulação interna e da adoção da cozinha para dentro da casa. Mas, de um modo geral, a cozinha encontrava-se do lado de fora no quintal, construída na parede dos fundos, onde estava localizado o jirau e o forno.

A casinha também remanescente da tradição colonial era construída no quintal, em geral, longe do poço da casa, pois as casas não possuíam instalações hidráulicas e sanitárias<sup>437</sup>. Além do esquema de plantas, não se tem informações precisas sobre o *morar* nas casas populares, além de serem vistas como foco de doenças e de imoralidade revelada pelo excesso de moradores dentro dessas casas. Contudo, para a melhor compreensão sobre o *morar* nas casas populares, encontramos na literatura paraense quadros que nos revelam a vida dentro da casa popular, como podemos verificar nos seguintes trechos:

<sup>436</sup> JURANDIR, 2004, p. 184-5.

<sup>437</sup> “Os primos faziam coisas. Um, mobílias inteiras, embora não houvesse naquele corredor que era o 72 dividido em três compartimentos, sala, quarto, a varanda do jantar e o buraco da cozinha, um guarda-roupa digno das artes do marceneiro. O outro, sapateiro, agora mecânico, trabalhava numa fábrica de calçados. Nunca estendeu o cano d’água da sala até o banheiro”. *Ibid.*, p. 224.

Era uma salazinha estreita e vazia, banal em sua nudez, contendo apenas uma cadeira comum carregada de roupas de mulher, quase incolores na grande miscelânea em que achavam-se baralhadas. Uma candeia de petróleo, posta no chão, alumia-a. Ao fundo, uma porta de vidraças em losangos, mas desprovidas ainda de vidros, mostrava o interior de negra alcova triste, à qual dava frouxa claridade um candeeiro de querosene fincado ao barro cinzento da parede. Nessa alcova, uma simples rede fios azuis e brancos fazia o total da mobília, sob os ternos olhares enlevados de algumas dúzias de imagens de santos, em litografias baratas, pregadas [...] na secura áspera das paredes.<sup>438</sup>

O quarto de Hortência acusava a mesma pobreza de mobília que se notava na sala: possuía apenas um baú forrado exteriormente de couro escuro, com desenhos feitos a cabeças de pregos amarelos, e uma rede de fios azuis e brancos. Era o primeiro da puxada junto à varanda. Pelas paredes, figuras de mulheres e crianças recortadas dos jornais de modas estavam pregadas a goma, amarelecidas pelo ar, cobertas de uma leve camada purulenta de poeira avermelhada. Aos cantos, junto ao teto, bambileavam-se teias de aranhas sórdidas, estendiam seus filamentos cor de cinza para as paredes, onde agarravam-se nas asperezas da cal. O chão, muito lavado e limpo, tinha cor sombria e severa do acapu, revelado pela brancura das paredes. Além da porta, esse quarto possuía uma janela de grossas portas pesadas, com pintura verde. [...] Mas, a um canto, junto à janela, à altura do rosto da habitadora do quarto, achava-se uma larga e longa cantoneira envernizada, sustentando um pequeno espelho de molduras douradas, um pente de borracha, preto, e um outro menor, quase quadrado, de marfim, um pente-fino. Dois ou três vidros de perfumaria Cottance viam-se ali, ao lado de um pequeno vaso de pó de pedra, rachado, contendo algumas rosas muito rubras e perfumosas entre folhas de trevo roxo e ramos de jasmims brancos [...]. E por trás do vaso, que quase oculto inteiramente, ao lado do espelho, perfilava-se pacatamente um pequenino São José de três polegadas de altura, [...] respirava-se conforto e tranqüilidade naquele pequeno aposento de jovem mulata pobre: um ar de paz intensíssima parecia palpitar-lhe nos âmbitos, numa solene afirmativa da felicidade das classes pobres votadas ao abandono pela estrepitosa e incomodativa existência atual das rodas abastadas.<sup>439</sup>

À meia-noite, achava-se Lourenço recolhido ao quarto que costumava ocupar quando dormia em casa. Era uma pequena peça desprovida de móveis, entre o quarto de Hortência e a cozinha. Apenas uma rede estendia-se armada em frente à porta. Lourenço estava deitado nela, seminu, com os olhos abertos na escuridade da peça sem luz, a fitar os pequeninos pontos azulados que o luar marcava nos interstícios da palha seca do teto.<sup>440</sup>

Assim, o discurso sobre a insalubridade e antiestética foram os pontos-chave para a retirada das casas populares do núcleo central de Belém. Contudo, a construção dessas casas era *mais* permitida nas áreas mais afastadas da capital paraense, onde, é claro, não foi possível interferir no projeto de modernização urbana. No caso, a Lei n. 320 de 24 de março de 1900 que passou a proibir a construção de barracas na *renovada* Avenida Tito Franco, ainda que casas populares estivessem localizadas nesta área mais periférica, o projeto de modernização de Lemos já havia chegado neste perímetro, o que desta forma, levou a construção dessas casas para as mais longínquas da *nova* Belém.

<sup>438</sup> CARVALHO, 1989, p. 161.

<sup>439</sup> Ibid., p. 42-3.

<sup>440</sup> Ibid., 1989, p. 78.

### 3.4.4 - As casas *ecleticamente* populares.

Se as casas burguesas tornavam-se modernas, por que as casas populares também não poderiam? Neste caso, ao meu ver, a ecletização das casas populares se deu em duas vertentes, logicamente mais modestas. A primeira se deu em mascarar apenas a fachada, construindo sobre os preceitos de modernidade ou assepticamente aceitas, em alvenaria, mantendo a construção interna em barro ou madeira – uma ecletização da fachada em caráter mais modesto. Já a outra solução, demonstra nitidamente a vontade morador em valorizar o *status* de sua casa, adotando novos hábitos modernos para dentro da casa, ainda que construídos com materiais menos nobres.

Mas, neste caso, ao contrário das casas de classe média, que se *inspiravam* nas modernas casas burguesas, a casa popular adequou os novos hábitos a partir de suas referências, o que significou a maior inspiração justamente em casas de classe média, o que para ele já era uma valorização da estratificação de sua casa. A ecletização das fachadas das casas populares se deve a vontade dos moradores que queriam apresentar uma melhor condição de vida, em geral superior aos seus vizinhos, pela simples adoção de materiais mais nobres em sua construção. Assim, qualquer tipo de melhoria construtiva era vista como uma melhor estratificação social, inclusive entre as barracas construídas de palhas e as de telhas, estas mais modernas, como podemos averiguar:

- Vocês tenham paciência com a Vitória, dizia D. Inácia. Ela acha que estamos melhores do que ela. Que moramos em casa de telha e ela de palha, embora seja dela a barraquinha.<sup>441</sup>

.....  
 [...] Joãozinho Rangel, um cachoeirense, pávulo golquíper de fama em Cachoeira, um gato na trave, pelitrando em Belém. Tinha duas irmãs na vila, moradores da Rua das Palhas. A terceira irmã na cidade, sabendo agora que era na Quintino Bocaiúva. E foi uma comprida admiração quando viu onde morava a irmã de Jovenília e Balbina, estas umas tão pobrinhas na sua palhoça de barro caindo, no fim da Rua das Palhas. Pois num sobrado da Quintino, ela morava, que são as coisas! Era um daqueles quatro, de azulejos roxos, ensombrados de mangueiras, na esquina a Conselheiro.<sup>442</sup>

A ecletização popular, em muitos casos, dependia dos recursos do morador, por isso, muitas vezes, ele optava em *ecletizar* a fachada ou o espaço interno de sua casa. Neste caso, apenas os moradores com maiores recursos conseguiam aplicar as duas vertentes na construção de sua casa. Neste caso, a introdução dos novos hábitos significou a reprodução, algumas em menor escala, das plantas das casas de puxada. Assim, podemos perceber que o ponto referencial era apenas uma classe acima, em conformidade com as possibilidades financeiras do morador que, muitas vezes, se inspiravam nas casas dos patrões. A casa de

<sup>441</sup> JURANDIR, 2004, p. 69.

<sup>442</sup> Ibid., p. 147.

Hortência, da obra de Marques de Carvalho revela este esquema de planta da casa de palhoça, como podemos verificar:

No meio da estrada da Constituição, numa pobre choupana de barro nu e teto de palha seca – choupana de pequena sala apenas mobiliada por quatro ou seis cadeiras velhas, desvernizadas e desconjuntadas, uma espécie de alcova acanhadíssima, uma varanda, dois quartos e uma cozinha, seguida de apoucado quintal sem árvores, apenas ocupado ao fundo por uma estreita latrina independente – vivia uma dessas famílias de mulatas pobres, formada por três membros: mãe, filho e filhas. A primeira era lavadeira havia trinta e cinco anos tinha cinqüenta de idade e chamava-se Maria.<sup>443</sup>

**Figura 58: Esquema da planta baixa esquemática da casa de Hortência**



Fonte: CARVALHO, 1989, p. 39; Desenho: Karol Gillet, 2008

Um outro tipo de melhoria nas casas populares foi a utilização de alvenaria, mas, neste caso, o projeto era inspirado nas casas de porão alto, por isso, levantadas do chão, ao contrário, das palhoças ou casas de madeiras. Em geral, apresentavam apenas a altura do soalho e, em alguns casos de dois<sup>444</sup> ou três degraus, portanto, a maioria não dispunha de aberturas de ventilação. Além do que, não apresentavam a inovação do vestíbulo, o que, desta forma, as casas, para serem alcançadas, tinham que construir a escada do lado de fora, uma prática, bastante comum<sup>445</sup>, mas proibida pela legislação municipal<sup>446</sup>. No espaço privado, a inovação somente era vista pelo lado de fora e com a introdução das salas de estar e de jantar. A circulação íntima, localizada lateralmente, dava acesso aos quartos que, apesar de terem suas aberturas voltadas para o corredor, não possuía um recuo lateral, ao contrário das puxadas, o que não permitia nenhum tipo de iluminação ou ventilação, ainda que indireta. Este tipo de casa ainda pode ser visto em Belém, como é o exemplo das casas localizadas na Travessa 9 de janeiro, construídas no alinhamento da rua, e, que ainda apresentam os degraus

<sup>443</sup> CARVALHO, 1989, p. 39, grifo nosso.

<sup>444</sup> “Subiu Cláudio **dois degraus** numa escada exterior de madeira, atravessou um curto corredor estreito, chegou à casa de jantar, à varanda. [...] E foi à alcova, com as pulsações do coração suspensas num tremor sinistro e obsidiante, espicaçado pela ameaça da tia Chica”. Ibid., p. 39, grifo nosso.

<sup>445</sup> “Verificando que á travesa Benjamin Constant, entre S. Jeronymo e Dr. Moraes, foram construidos 5 degraus, facto que este que importa em infracção do art 85 '1º, artigo 2, do Codigo de Polícia Municipal, determino ao fiscal respectivo que informe coma maxima urgencia sem o assumpto, cumprindo-lhe, desde logo, impor aos infractores a multa a que estão sujeitos e intimal-os, dentro do praso de 15 dias a regularizar os passeios dos predios, retirando os referidos degraus”. BELÉM, 03/ 01/ 1902, p. 53.

<sup>446</sup> Lei n. 378 de 16 de janeiro de 1904, Art 9.º - d) São prohibidos os degraus de qualquer natureza fóra do alinhamento dado pela Intendencia. Id., 1904, p. 19.

em desobediência à legislação de Lemos. O projeto dessas casas apresenta duas salas conjugadas - de estar e jantar - com pequenas dimensões. Os quartos têm suas aberturas voltadas para o corredor. A variação dessas casas apresenta a introdução de pequenas áreas livres, onde eram construídas as janelas dos quartos.

Um outro exemplo de ecletização popular pode ser melhor examinada numa casa situada na Travessa Humaitá, próxima à Almirante Barroso. Esta casa apesar de ter sido ser construída rés-do-chão, encontra-se abaixo do nível da rua, o que revela ser uma construção antiga. A fachada apresenta-se totalmente enfeitada segundo os padrões estéticos da classe média, que se inspirava num gosto artístico, às vezes, considerado duvidoso. Mas, neste caso, apesar da ecletização realizada em sua fachada, podemos perceber uma modernização eclética da *casa de porta e janela* no interior da casa. O seu projeto representa uma solução simples das casas de três compartimentos: sala, alcova e cozinha, mas, o esquema de planta *tradicional* foi modificado com a adoção do vestíbulo – cômodo considerado moderno.

**Figura 59 e 60: Exemplos de casas ecleticamente modernizadas.**

A casa de alvenaria com degraus fora do alinhamento (esq.) e casa com fachada modernizada (dir.).



Autor: Karol Gillet Soares, 2008.

Apesar da diversidade encontrada nas casas populares durante o período em questão, essas casas não fizeram parte do cenário idílico cultural construído no *sensu comum* para a *Belém da belle-époque*. Se algumas casas populares foram construídas com materiais de pouca durabilidade, as casas de alvenaria permaneceram na atual paisagem urbana de Belém, visto que ainda podemos encontrar alguns exemplos de casas populares, mas também sem que fossem consideradas como integrantes de uma arquitetura eclética popularizada. Assim, podemos perceber que essas casas ainda permanecem não-condizentes com a *Belém*

*da belle-époque, ofuscadas* pela riqueza da borracha, mas, acima de tudo, escondidas como testemunha deste período de modernização urbana da *Belém moderna*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não quero que as paredes de minha casa me causem dor;  
construí-la... para que conversem comigo<sup>447</sup>

As primeiras motivações que levaram à construção desta pesquisa foram revelar a diversidade habitacional construída durante o período da *belle-époque* em Belém. Ao nos aprofundarmos em nossa investigação, uma das maiores contribuições para a nossa experiência foi poder perceber que uma casa somente torna-se viva quando habitada. Assim, saber ver as *formas de morar na Belém da belle-époque* nos permitiram ampliar, não somente a imagem aplicada à casa proposta inicialmente. Possibilitou-nos, ainda ver que o próprio conceito atribuído às *formas* poderia apresentar diversos significados, o que permite que uma só casa apresente todos os significados das várias *formas de morar*. Neste contexto, as *diferentes formas* revelaram-se na *forma* pelo qual o seu morador se expressa fisicamente através de sua construção; a *forma* que representa a idealização de um projeto, não apenas arquitetônico, mas, de um projeto de vida, transformado em lar; e, a *forma* que revela a maneira ou condição pelo qual o seu morador vive dentro e fora de sua casa.

O estudo permitiu que fôssemos à busca de *todos* esses significados, conduzindo o delineamento desta dissertação. Portanto, muito mais do que terminologias, a casa representa, acima de tudo, a *forma* pelo qual o espaço vazio foi transformado num documento *vivido* a ser lido. Foi a partir deste princípio, lendo-se a casa como fonte construída, que se tornou possível realizarmos a nossa investigação, permitindo que encontrássemos as principais formas de morar na *Belém da belle-époque*.

E, se as casas passaram a ter ou apresentar *novas e diferentes* formas, o estudo procurou avaliar os motivos ou eventos que influenciaram na composição dessa diversidade habitacional. O que, neste caso, significou recuarmos algumas décadas do recorte temporal proposto, na tentativa de identificar as primeiras transformações urbanísticas realizadas no espaço urbano de Belém e que foram capazes de promover uma ruptura estilística na arquitetura colonial luso-belenense, que apresentava características mais uniformes tanto estéticas quanto projetuais. No entanto, a partir deste breve estudo, foi possível

---

<sup>447</sup> “No quiero que me duelan las paredes de mi casa; constrúyela... para que converse conmigo”. PINEDA apud MACIEL, 2006, tradução nossa.

estabelecemos uma conexão com o desenvolvimento econômico da região e sua posterior consolidação na produção de borracha em 1870, e, como não poderia deixar de ser, revelou-se determinante para a construção das *diferentes formas de morar*, surgindo, deste modo, as *novas formas de morar* que se revelaram em novas terminologias aplicadas às casas construídas durante este período.

Outro fator importante à construção desta dissertação, foi a necessidade de mostrar que a riqueza da borracha não somente financiou a construção de uma *nova* Belém, mas também, proporcionou um novo comportamento, ou melhor, uma nova vida material e cultural para as novas e ricas famílias paraenses que se aburguesavam, inspiradas em modelos citadinos europeus, em especial da França e da Inglaterra. Assim, pôde-se compreender como a sociedade paraense, composta por uma elite gomífera, passou a repudiar tudo aquilo que remetia-se ao seu passado colonial, considerado atrasado, e, por isso mesmo, inaceitável para uma Belém que se modernizava como uma pequena *Paris Tropical*.

Esta conjuntura permitiria as intervenções e melhorias seguidas pelos ideais de modernidade, progresso e civilização na construção da *Belém moderna*. Observou-se, ainda, que este ideário apresentava um escopo maior, pois as casas passaram a ser consideradas como integrantes do novo cenário urbano almejado pelo Poder Público, o que, na verdade, tratava-se de um projeto de modernização urbano da Intendência Municipal sob a administração de Antônio Lemos. E nos relatórios municipais, averiguamos que as casas se tornaram essenciais para a concretização deste projeto, tornando-se símbolos de modernidade. Desta forma, constituiu-se de fundamental importância compreender a *idealização* da casa moderna para o Poder Público e para a população como um todo.

Nesse contexto, a investigação sobre a legislação municipal que particularmente regularia a construção, sobretudo a estética das casas, tornou-se um ponto-chave para a melhor compreensão do que se tratava por uma *casa moderna*. Entretanto, observamos que a principal preocupação em relação à estética urbana não se deu apenas, é claro, para o Poder Público, como uma simples equação arquitetônica. Na verdade, a casa passou a ser responsabilizada pela saúde do morador, e esta condição balizaria as novas políticas públicas voltadas para a construção da *Belém moderna*. Não obstante, as regras não se dariam apenas ao partido arquitetônico das casas, mas invadiriam o espaço privado com uma série de leis e medidas que zelavam pelo *bem estar público*.

Assim, investigamos algumas das políticas públicas voltadas para a estética urbana, como o Código de Polícia Municipal (1900), dentre outras leis, medidas e ações municipais. A partir da leitura dessa documentação, observamos que para a Intendência

Municipal a introdução de novas políticas públicas não foi considerada suficiente para que proporcionasse mudanças significativas na paisagem urbana de Belém, além de poucas casas que mereceram o mérito de serem louvadas em seus relatórios. Neste caso, ao aprofundarmos a leitura desta documentação, foi possível constatar que a Lei n. 378, de 16 de janeiro de 1904, passou a regular de forma contundente o referido código e que seria a principal estratégia de controle urbano sobre as regras arquitetônicas e de bom gosto artístico que as casas deveriam seguir. Portanto, utilizou-se esta lei como principal ferramenta para avaliação das casas que não estivessem condizentes com o projeto de modernização urbana de Lemos.

O estudo permitiu que pudéssemos *caminhar* por esta nova Belém com o aparato de um material iconográfico, mas, sobretudo, a partir de alguns trechos de livros referentes ao período em questão. Assim, percorremos alguns bairros de Belém, onde foi possível descobrimos algumas formas de morar que ajudaram a construir a nossa investigação. Evidenciou-se, também, que a riqueza da borracha detinha-se em poucas mãos, e isto configurou que as casas refletissem os recursos de seu morador. Uma evidência significativa dessa desigualdade sócio-econômica, poder ser vista na própria construção das casas que passaram a ser economicamente diferenciadas.

Sob esta perspectiva, notamos dois extremos encontrados na construção das casas belenenses – das casas burguesas a populares. Em conformidade com o desenvolvimento desta investigação, percebemos que entre esses dois extremos, havia um maior número de formas de morar do que se imaginava a princípio. O estudo da arquitetura das casas belenenses, com fotos e plantas, trouxe novas referências que corroboraram na construção desse estudo. Deste modo, pudemos avaliar como alguns fatores externos puderam interferir na construção (dentro e fora) da casa. As políticas públicas, em suma, estético-higienizadoras, foram os fatores que mais poderiam ter afetado o partido arquitetônico das casas, possibilitando diferentes escalas projetuais conforme os recursos do morador.

As casas burguesas apresentaram, além do uso de materiais e produtos importados, o consumo de uma arquitetura importada, ambos referentes à Europa. Entretanto, observamos que as casas burguesas aceitavam mais *naturalmente* os preceitos de higiene, em virtude de seus proprietários participarem de uma elite que *consumia* uma arquitetura erudito-européia, o que, desta forma, demonstrava uma atitude não compulsória diante da legislação municipal. Ao contrário da condição encontrada nas casas aburguesadas, as casas populares nem sempre adotavam os preceitos de higiene. Talvez, os seus moradores nem conhecessem do que isso se tratava, pois evidenciamos que a maior preocupação dessas famílias era construir sua casa. Nesse sentido, as suas casas eram feitas com o seu saber construtivo,

utilizando-se métodos e técnicas coloniais de construir, em geral repassados pela tradição de sua origem familiar, empregando materiais que estivessem mais disponíveis na região. Por isso, eram consideradas casas atrasadas, anti-higiênicas, além de degradantes formas de morar.

No entanto, observou-se que o novo comportamento burguês, motivado pela melhor condição social do morador, afetaria mais diretamente o partido arquitetônico das casas do que apenas a observância da legislação municipal. Analisando-se as casas de classe média, observamos que em muitos casos as famílias tendiam a aceitar ou absorver intencionalmente não somente os preceitos de higiene, mas os novos hábitos modernos. Aqui, evidenciamos a vontade desse morador em fazer parte da elite paraense, considerada a nobreza gomífera. O ato de ser moderno era uma tentativa de fazer parte desse fausto, o que, desta forma, fez com que as casas, tanto por dentro quanto por fora seguissem padrões mais uniformes ou esquemas projetuais mais padronizados, obedecendo uma *receita projetual* que pudesse atender a observância desta lei, o que demonstra a introdução da nova vida material e cultural e que se tornou um fator de fundamental importância na construção destas casas.

Assim, observou-se que a introdução dos novos hábitos do comportamento burguês influenciou na construção das diferentes formas de morar. Por isso mesmo, conseguimos não somente diferenciar, mas também, agrupar as casas através da linguagem arquitetônica determinada pelo padrão sócio-econômico de seu morador, o que não significou que as casas apresentassem a mesma solução expressa em sua construção. Dentro desse contexto, tivemos que encontrar uma melhor classificação para as casas que se apresentavam dentro de um mesmo grupo. Por este motivo, tornou-se necessária uma análise projetual mais detalhada, onde procuramos nas entrelinhas valores ou elementos que pudessem melhor diferenciá-las dentro de um mesmo grupo ou ainda sub-grupo. Neste momento de redefinição, optamos por uma classificação em que as casas pudessem ser definidas a partir de sua função, solução projetual e/ou partido arquitetônico.

A partir desta experiência, constatamos que a maior documentação para a elucidação de nossa investigação foi a própria casa. Portanto, a análise dos *vestígios* inseridos no projeto e na fachada de uma casa foi determinante para um melhor enquadramento do morador. Assim, cada forma de morar, além de expressar os recursos de seu morador, expressou também a maneira pelo qual ele habitou a sua casa. Devido à função definida na sua construção, neste caso, o *morar* entre as diferentes formas pôde ser ampliado por trechos de livros que pudessem ilustrar a vida ou condição desses moradores.

Conforme a investigação prosseguiu, averiguamos que as casas muito mais refletiriam apenas a condição de habitabilidade ou ainda urbanística em conformidade com o local de sua construção, pois, podemos notar que o novo comportamento burguês ou aburguesado influenciaria tanto interna como externamente as casas em todas as classes sociais, o que, até então, não havia se pensando para as casas populares, em virtude do pouco recurso dessas famílias, mas, no caso, ficou evidente adaptabilidade e criatividade encontradas nessas casas, o que revela características ímpares para a arquitetura popular que também se remodelava, aburguesando as suas casas ao seu modo.

No entanto, foi observado que o estudo sobre as casas populares, ao contrário das casas eclético-burguesas, demonstrou que sua arquitetura ainda não se encontra totalmente desvencilhada da construção de casas populares atuais, pois, ainda é possível encontrarmos algumas palhoças construídas no interior do Pará. Nesse contexto, na capital paraense ainda são construídas casas de madeira e de alvenaria que se mantiveram com uma arquitetura mais *tradicionalmente* popular. Justamente as evidências presentes na construção dessas casas, ajudaram a construir a nossa investigação, devido o pouco material disponível encontrado sobre a arquitetura popular do período em questão.

Por outro lado, ficou evidente que, grande parte do patrimônio histórico paraense apresenta-se em estado de abandono, o que também não nos permitiu uma melhor leitura desses *documentos*. Nem os palacetes, considerados símbolos do fausto da *belle-époque*, foram imunes a este descaso. Assim, grande parte do testemunho destas casas pode se perder de vez, além de constituírem como uma documentação essencial para a realização de pesquisas, voltadas ao patrimônio histórico belenense. Entretanto, talvez a pior condição enfrentada atualmente seja a possibilidade de ver o testemunho dessas casas transformando-se, como ocorre em portarias ou em áreas de lazer dos novos prédios aburguesados. Contudo, a situação mais calamitosa seja a de algumas dessas casas sendo praticamente demolidas, *preservando-se* somente a fachada para servir de muro para as novas edificações, fazendo com essas casas apresentem-se como documentos sem *vida*, evidenciando-se a falta de respeito com o patrimônio histórico.

Por este motivo, não podemos deixar de manifestar que algumas ações de salvaguarda e manutenção já tenham sido iniciadas, como é o caso da restauração do Palacete Bolonha e o do Governador Augusto Montenegro. Mas, também devemos ressaltar o amor de alguns moradores que se dedicam, preservando as suas casas, e que nos proporcionam uma verdadeira aula de preservação, respeito e consciência do valor desses bens para o conjunto do patrimônio histórico de Belém.

Com o desenvolvimento desta dissertação, percebemos que, grande parte das casas construídas durante este período não fazem parte do cenário construído no fausto da memória atual da *belle-époque*. Por este motivo, algumas casas *modestamente* construídas durante este período passam *despercebidas* como fragmentos deste passado. A contribuição deste estudo para a nossa experiência permitiu que redescobríssimos algumas formas de morar que, até então, para nós também passavam despercebidas. Neste caso, saber ver mais sobre *as formas de morar*, significou ampliar não somente o nosso horizonte, como também o nosso repertório sobre a diversidade habitacional construída em Belém durante a *belle-époque*. Mas, acima de tudo, significou saber como retirar o testemunho *literalmente* construído em forma de casa. Nesse sentido, pudemos aprender o valor patrimonial e a importância de cada casa que nada mais é do que uma testemunha do cotidiano de um determinado momento histórico, além de *proprietária* de uma história familiar, e, por isso mesmo, um *documento vivido*.

Assim, esperamos que esta dissertação possa acrescentar dados e reflexões sobre a diversidade habitacional construída a partir das principais formas de morar encontradas na *Belém da belle-époque*, oferecendo resultados que possam enriquecer a memória e a identidade cultural da cidade, além de contribuir para a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico belenense. Por este motivo, este estudo pode ser visto como uma contribuição inicial, pois esperamos que mais *formas* possam ser incluídas dentro da diversidade habitacional belenense, ou ainda, que possibilite uma melhor compreensão sobre cada forma de morar aqui estudada, em especial sobre as casas populares, quase sempre *ofuscadas* pelo fausto construído *neste* e para *este* período em questão.

No entanto, também esperamos que a contribuição desta dissertação não termine nestes parágrafos, pois o maior objetivo das motivações que levaram à construção desta dissertação era permitir que as pessoas não olhassem mais as casas do mesmo jeito. Na verdade, pretendia-se ampliar este olhar para *todos*, permitindo ver que cada casa foi (ou ainda é) uma forma de morar. E, neste caso, um documento entre *todas* as formas de morar da *Belém da belle-époque* que, ainda, estão por ser lidas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES IMPRESSAS

- AZEVEDO, Aluízio de. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BATES, Henry Walter. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1916.
- CAMPOS, Americo. *Noções geraes de hygiene*. [Belém]: P. de Oliveira, 1912.
- CARVALHO, João Marques de. *Hortênciã*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- CHERMONT, Olympio. *Casa para proletarios: breve estudo*. Belém: Typ. Imprensa Official, 1899.
- DE CAMPOS RIBEIRO, José Sampaio. *Gostosa Belém de Outrora*. Belém: SECULT, 2005.
- JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA, 2004.
- WALLACE, Alfred. *Viagens para Amazonas e rio Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

### ÁLBUNS

- BELÉM. Intendente Municipal. (1898-1911: A. J. de Lemos). *Álbum de Belém*. 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902.
- CACCAVONI, Arthur. *Álbum descritivo Amazônico*. Gênova: F. Armanino, 1899.
- \_\_\_\_\_. *O Pará comercial na Exposição de Paris*. [S.l.: s.n.], 1900.
- [CARVALHO, Paes]. Governador do Pará (1897-1901: J. P. de Carvalho). *Album do Pará em 1899* [S.l.: s.n.], 1899.
- \_\_\_\_\_. *O Pará em 1900: quarto centenario do descobrimento do Brazil*. Pará: Imprensa de A. A. Silva, 1900.
- [MONTENEGRO, Augusto]. Governador do Pará (1901-1909: A. Montenegro). *Album do Estado do Pará*. Paris: Chaponet, 1908.
- PARÁ. *Belém da Saudade: a memória da Belém do início do século em Cartões Postais*. 2. ed. Belém: SECULT, 1998.

### PERIÓDICOS

REVISTA DA SEMANA. *Jornal do Brasil*, Belém, domingo, 20 de setembro de 1908. Edição semanal ilustrada (texto do Governo Municipal de Belém). Anno XII, n. 436. não paginado.

## LEGISLAÇÃO

BELÉM. Governo Municipal. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1900. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1900.

\_\_\_\_\_. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1901. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1901.

\_\_\_\_\_. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1902. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1902.

\_\_\_\_\_. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1903. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1903.

\_\_\_\_\_. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1904. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1904.

\_\_\_\_\_. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1905. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

\_\_\_\_\_. *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1906. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

## LEIS ESPECÍFICAS

BELÉM. Lei n. 275, de 30 de junho de 1900. Proíbe a construção de barracas à Avenida Tito franco, antiga estrada de Bragança, entre a Praça Floriano Peixoto e o Marco da Légua. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 17. 1900.

\_\_\_\_\_. Lei n. 276, de 03 de julho de 1900. Institui o Código de Polícia Municipal. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 18-70. 1900.

\_\_\_\_\_. Lei n. 320, de 24 de março de 1902. Prorroga até 23 de março de 1905 o prazo para entrar em execução o que estatui o 'único do art. 76 do Código de Polícia Municipal. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 9-10. 1902.

\_\_\_\_\_. Lei n. 343, de 20 de setembro de 1902. Regulamento para a cobrança e lançamento das décimas urbanas na capital e cobrança dos foros dos terrenos patrimoniais da Intendência Municipal. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 29-36. 1902.

\_\_\_\_\_. Lei n. 362, de 10 de junho de 1903. Classifica os prédios a edificar na légua patrimonial da Intendência e precisa a altura dos respectivos porões. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 18-27. 1903.

\_\_\_\_\_. Lei n. 378, de 16 de janeiro de 1904. Reforma os Capítulos XVI e XVII do Código de Polícia Municipal, que regulam a construção e reconstrução de prédios urbanos. Lex: *Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 18-27. 1904.

\_\_\_\_\_. Lei n. 429, de 15 de março de 1906. Marca prazos para a reforma das fachadas dos prédios com frente de beiral e demolição das barracas, na zona urbana da cidade de Belém, e providencia aviventação do alinhamento dos terrenos onde forem feitas as novas construções. *Lex: Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo*, Belém, p. 6-7. 1906.

### **RELATÓRIOS**

LEMOS, Antônio. *O Município de Belém – 1897/1902*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1903.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém – 1903*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1904.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém - 1904*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1904 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém – 1905*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1905 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém – 1906*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1906 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém – 1907*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1907 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

\_\_\_\_\_. *O Município de Belém – 1908*. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1908 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

GOELDI, Emílio. *Relatório apresentado pelo director do Museu Paraense ao Sr. Governador do Estado do Pará*. Parte Administrativa I e II. Anual. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-1906.

### **TRABALHOS DE GRADUAÇÃO / LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO**

ALMEIDA, Ana Elizabeth. *Palacete Pinho*. Monografia apresentada à VII Curso de Especialização em Conservação e Restauro de Monumentos e Conjuntos Históricos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1990.

ALVES, Liuly; LAMEIRA, Joyce; ROMÁRIO, Lucilene. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Vila na Av. Nazaré com Trav. Rui Barbosa*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

AMARAL, Jorge; FERREIRA, Maria; SANTOS, Roberta. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Rua de Óbidos, 626*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

ANDRADE, José; STEFFEN, Sílvia; PETROLA, Fátima. *Levantamento histórico e arquitetônico da mansão Facióla*. Monografia apresentada à disciplina de Arquitetura Brasileira. Belém: Universidade Federal do Pará, 1976.

ARAÚJO, Marinalva; BARTIRA, Ana; BEZERRA, Cynthia; DE PAULA, Leila. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Av. Generalíssimo Deodoro, 1180*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

BARAÚNA, Tânia; CANTANHEDE, Ney; FIGUEIREIDO, Paulo; HENRIQUES, Abílio. *Levantamento histórico e fotográfico da arquitetura do Pará na época da borracha*. Monografia apresentada à disciplina de Arquitetura Brasileira. Belém: Universidade Federal do Pará, [1980?].

BARBOSA, Elza; SABÁ, Cristiane; SOUZA, Keyla; VILHENA, Sônia. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Travessa Apinagés, 437*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

BARROS, Fernanda; BOULHOSA NETO, Lourival; CAMPOS, Cláudia; GUIMARÃES, Carlos. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Avenida Nazaré, 121*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

BERNARDES, Gisele; BOTELHO, Vânia; LOPES, Alessandra; SILVA, Ivanize. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Vila na Avenida Nazaré com Travessa Rui Barbosa*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

BLANCO, Elaine; DOMINGOS, Maíra; MOURA, Vânia; NORONHA, Luciana; OLIVEIRA, Bárbara. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Travessa Quintino Bocaiúva, 898*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

BIBAS, Luciana; LOBATO, Tatiana; MORYIA, Karina; PARÁ-ASSÚ, Ernesto; SFAIR, Rachel. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Rua Dr. Assis, 323*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 1999.

BRAGA, Dennis; LIMA, Márcia Rejane; TRINDADE, Carmem. *Restauração do Patrimônio Histórico: Travessa Benjamin Constant, 506*. Monografia apresentada à disciplina Restauração do Patrimônio Histórico. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

COELHO, André; PANTOJA, Sara; FERREIRA, Cléia. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Av. Generalíssimo Deodoro, 413*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

COSTA, Karla; MAGALHÃES, Cátia; SAMPAIO, Hortença. *Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Rua Riachuelo, 270*. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

DOMINGOS, Maíra; FIGUEIREDO, Ângela; GAMA, Raymara; OLIVEIRA, Bárbara. *Palacete Pinho*. Monografia apresentada à disciplina Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo-V. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

FREITAS, Ana Paula; GUEDES, Marylu; MOREIRA, Cristiano; SARDINHA, José Maria. Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Avenida José Malcher, 614. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

GOMES, Andressa; LIMA, Bianca; VIEIRA, Thais. Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Passagem Fiúza, 16. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

HANDALS, Abraham; MORAES, Francianny; SANTOS, Rubenson. *Projeto Pinha*: Travessa Alenquer, 168. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

HARADA, Henry. *A breve história de um solar*: a Chácara Bem-bom. Monografia apresentada à disciplina de Arquitetura Brasileira. Belém: UFPA, 1994.

HOLANDA, Anna Carolina; SOARES, Karol Gillet; OZANA, Jaqueline. *Vestígios do passado*: Travessa Tamoios. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. SARDINHA, José Maria. *Levantamento arquitetônico do Palacete do Governador Augusto Montenegro*. Belém, 2002.

LIMA, Carolina; SÁ, Juliana. *Análise Residencial*. Monografia apresentada à disciplina Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo-V. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

RAIOL, Aline; PINHEIRO, Cléa; SANTANA, Kátia. Restauração de Bens Culturais e Imóveis: Avenida Nazaré, 242. Monografia apresentada à disciplina Restauração de Bens Culturais e Imóveis. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Renata. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão Porto: FAUP, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Ática, 2004.

BASSALO, Célia Coelho. *O “Art Nouveau” em Belém*. Belém: Editora Grafisa, 1984.

BITTAR, William; MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco. *Arquitetura no Brasil*: de Cabral a D. João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

BLUME, Luiz. *O Porto maldito*: modernização, epidemias e moradia da população pobre em Santos no final do século XIX. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. Série Pesquisa em História 1. São Paulo: Editora Olho d’água, 1999.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Atelie Editoriale, 2004.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CAMPOS, F. C. Malta. *Cidades Brasileiras seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1999.

CASTRO, Márcia. *Eclétismo em Manaus*. Disponível em [http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie\\_memoria/47\\_eclitismo1.php](http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/47_eclitismo1.php). Acesso em: 10 jul. 2006.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Geraldo Mártires. *O violino de Ingres*. Belém: Editora Paka-tatu, 2005.

COIMBRA, Osvaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*, Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*. São Carlos: RiMa, 2004.

COSTA, Francisca. *Quando viver ameaça a ordem urbana – Manaus 1900-1915*. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. Série Pesquisa em História 1. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

CRISPINO, Luís; BASTOS, Vera; TOLEDO, Peter. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*. Belém: Paka-tatu, 2006.

CRUZ, Ernesto. *As Ruas de Belém: significado histórico e suas denominações*, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

\_\_\_\_\_. *As edificações de Belém (1783-1911)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

\_\_\_\_\_. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

DA SILVA, Geraldo. *Arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986.

DERENJI, Jussara da Silveira. *Arquitetura Eclética no Pará*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: CEJUP, 1993.

\_\_\_\_\_. *A seleção e a exclusão no meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará*. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *A Amazônia e a Crise da Modernidade*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX*. Manaus: SEC, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ilusão e cor: pintura de interiores na arquitetura de Belém*. Belém: SECULT, 2004.

\_\_\_\_\_. *As faces da cidade*. Belém: Mídia.com, 2001.

DERENJI, Jorge (coord.). *Levantamento e estudos de vilas em Belém*. Projeto PróMemória/SPHAN, Belém, vol. I, set-dez 1984.

\_\_\_\_\_. CHAVES, Celma; MONTEIRO, Ana Cláudia. *Levantamento e estudos de Vilas em Belém*. Belém, dez 1997.

- DIAS, Edinea Mascarenhas. *Ilusão do Fausto*, Manaus 1890-1920, Manaus: Ed. Valer, 1999.
- FARIA, Maria Beatriz. *Resgate de uma tecnologia do século XIX*. In: DERENJI, Jussara. *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: CEJUP, 1993, p. 168.
- FUNDAÇÃO MÁRIO COVAS (2004). *Uma casa chamada CRE*. Disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2004.
- GRAF, Márcia (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Projeto de cooperação CAPES/COFECUB. São Paulo, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LE MOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989a.
- \_\_\_\_\_. *Alvenaria burguesa*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989b.
- \_\_\_\_\_. *A República ensina morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MACIEL, Carlos Alberto. *Arquitetura, projeto e conceito*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos>. Acesso em: 03 nov.2006.
- MACHADO, Humberto. *Progresso, civilização e o ordenamento do espaço urbano*. In: GRAF, Márcia (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Projeto de cooperação CAPES/COFECUB. São Paulo, 1998.
- MATOS, Maria Izilda. *Cidade: Experiências urbanas e a historiografia*. In: GRAF, Márcia (org.). *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. Projeto de cooperação CAPES/COFECUB. São Paulo, 1998.
- MIGUEL, Jorge. *Casa e lar: a essência da arquitetura*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos>. Acesso em: 03 nov.2006.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Fundação e história. Belém: Grafisa, 1976.
- PONCE, Alfonso. *Pensar e habitar*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/documento/arquitetos>. Acesso em: 03 nov.2006.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Imagens de Cidades e Vilas do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.
- PATTETA, Luciano. *Considerações sobre o Eclétismo na Europa*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *O eclétismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro*. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

- ROMERO, Marta. *Arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: UNB, 2001.
- SALGUEIRO, Heliana. *O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte (1894-1930)*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP / Nobel, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SILVA, Lúcia. *A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização vida urbana*. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades. Série Pesquisa em História 1*. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.
- SOARES, Roberto de La Rocque. *Vivendas rurais do Pará: rocinhas e outras (do séc. XIX ao XX); levantamentos arquitetônicos e busca bibliográfica*. Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 1996.
- SOUSA, Alberto. *Arquitetura Neoclássica brasileira: um reexame*. São Paulo: PINI, 1994.
- SOUZA, Denize. *Estado do Pará: pesquisa histórica bibliográfica*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1986.
- THIÉBLOT, Marcel Jules. *Rondônia, um folclore de luta*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. Coleção Folclore, 6. Disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br/agosto/pa12080c.htm>. Acesso em 06 de nov. 2007.
- TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1961.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia – Homem, Natureza e Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1987.
- VASCONCELLOS, Sylvio. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5.ed. Belo Horizonte: Rona editora, 1979.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*, São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

## ARTIGOS/TEXTOS

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de Andrade. *A Influência Italiana na Modernidade Baiana: o caráter público, urbano e monumental da arquitetura de Filinto Santoro*. Revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume II, n. 4, out. 2007. Disponível em <http://www.dezenovevinte.net>. Acesso em: 24 jan. 2006.

BARRA, Ana Carolina. *Fragmentos de sonho: a arquitetura do ferro em Belém*. *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Mackenzie, São Paulo, v.3., n.1, 2003, p. 9-28.  
BALEIXE, Haroldo. *Um burro olhando para o Palacete Faciola*. Disponível em [http://haroldobaleixe.blogspot.com/2008\\_05\\_01\\_archive.html](http://haroldobaleixe.blogspot.com/2008_05_01_archive.html) Acesso em: 01 abr. 2008.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anteato da Belle Époque: imagens e imaginação de Paris na Amazônia de 1850*. In: Revista de Cultura do Pará. Belém, v.16, n. 2, jul/dez, 2005, 199-215.  
DIAS, Daniele. Patrimônio – Um museu que já foi residência oficial. *Diário do Pará*, Belém, 23 abr. 2007. Ilustrada. Disponível em [http://www1.diariodopara.com.br/Edicoes/2007/04/23/Cidades/Ci\\_02.asp](http://www1.diariodopara.com.br/Edicoes/2007/04/23/Cidades/Ci_02.asp). Acesso em: 24 jan. 2006.

MATOS, Maria Izilda. *Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo*. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História*, Projeto História, São Paulo, n.13, jun. 1996, p. 129-149.

MEIRA FILHO, Augusto. [Sem título] Não publicado. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1986, não paginado.

NUNES, Márcia. *Projeto de Restauro do Palacete Bolonha: o mestre e sua obra*. Disponível em <http://www.marcianunes.com.br/RestauroBolonha.htm>. Acesso em: 24 jan. 2006.

SOARES, Karol Gillet. *A casa enquanto testemunha: a desvenda da Arquitetura para a História*. Monografia apresentada à disciplina Teoria e metodologia da História, do Curso de Mestrado em História Social da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

\_\_\_\_\_. *A “Bela Época” de Belém: entre o ato fotográfico e a experiência do viver urbano*. Monografia apresentada à disciplina Tópicos temáticos: História, memória e oralidade, do Curso de Mestrado em História Social da Amazônia. Belém: UFPA, 2006.

\_\_\_\_\_. *Do natural ao construído: conceitos e representações de natureza a partir da produção e comercialização da borracha na Belém da belle-époque (1870-1910)*. Artigo apresentado no II Seminário Internacional de História na Amazônia. Belém: UFPA, 2006.

## DISSERTAÇÕES/TESES

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortuna e hierarquias no Grão-Pará c.1850-c.1870*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História

Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

COELHO, André de Barros. *Moradia burguesa belenense no período da borracha*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

### **MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO**

AMARAL, Carmen. *Azulejaria portuguesa em Belém-PA: história, estética e significado*. Monografia (conclusão de Curso de Graduação em Educação Artística). Universidade da Amazônia. Belém, 2002.

BECHARA, Lourenço. Projeto de restauro: residência do Sr. Mariano Klautau. Monografia (conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

LIMA, José Júlio; OLIVEIRA, Ana Cristina; PENNA, Cristina Maria. *O ecletismo na arquitetura residencial de Belém*. Monografia (conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará. Belém, 1986.

### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BARBOSA, Marta. *Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. In: FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. Série Pesquisa em História 1. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia (org). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2002.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: FAPESP, 1998.

CAEIRO, Maria Beatriz. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes (1850-1930)*. Lisboa: edições INAPA, 2000.

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

FENELON, Déa Ribeiro. (org.). *Cidades*. Série Pesquisa em História 1. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: UNESP, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Trad. do original em inglês por Waldemar Valente. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1977.

GAMA, Fábio. *A Representação da Cidade de Belém no Imaginário e na Literatura de seus Espectadores ao longo do Século XX*. Disponível em <http://www.geocities.com/CollegePark/Field/2776/artig4.htm>. Acesso em: 20 out. 2006.

MOUTINHO, Mário. *A arquitectura popular portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA, 1968.

PISANI, Maria Augusta. *Taipas: a arquitetura de terra*. São Paulo. Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/8p2c.html>. Acesso em: 06 nov. 2007.

REIS FILHO, Nestor. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. HUCITEC. São Paulo, 1994.